

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THIARA DOS SANTOS ALVES

**A FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”:
POSICIONAMENTO NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES E
PERFIL DE EMPREGO**

Belo Horizonte

2016

THIARA DOS SANTOS ALVES

**A FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”:
POSICIONAMENTO NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES E
PERFIL DE EMPREGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade (ICS)

Orientadora: Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari

BELO HORIZONTE

2016

Alves, Thiara dos Santos.

A474f A família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" [manuscrito] :
posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de
emprego / Thiara dos Santos Alves. – 2016.
197 f. : enc., il.

Orientadora: Helena Maria Tarchi Crivellari.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 158-175.

Contém apêndices e anexos.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Classificação Brasileira de
Ocupações – Teses. 3. Mercado de trabalho – Teses 4. Arquivista –
Teses. 5. Museólogo – Teses. I. Título. II. Crivellari, Helena Maria
Tarchi. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência
da Informação.

CDU: 02:331.5

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A FAMÍLIA OCUPACIONAL "ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS": POSICIONAMENTO NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES E PERFIL DE EMPREGO"

Thiara dos Santos Alves

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Dissertação aprovada em: 02 de maio de 2016.

Por:

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG (Presidente)

Profa. Dra. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira - PUC/MG

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Adalson de Oliveira Nascimento
Presidente



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **THIARA DOS SANTOS ALVES**, matrícula:
2014655710


Às 13:30 horas do dia 02 de maio de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 07/04/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **A Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos": posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Pelo afastamento sabático da orientadora Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari, a banca será presidida pelo Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

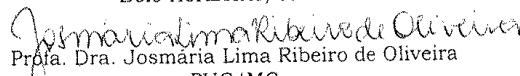
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - Presidente	APROVADA
Profa. Dra. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira	APROVADA
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

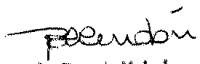
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2016


Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento
ECI/UFMG


Profa. Dra. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira
PUC/MG


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
ECI/UFMG


Profa. Beatriz Valadares Cendon
Coordenadora do Programa Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

DEDICATÓRIA

À minha amada família.

AGRADECIMENTOS

Para encerrar esta dissertação, foi preciso encerrar, primeiramente, um processo dentro de mim, o qual me fez compreender que a pesquisa leva as marcas de quem a produziu: um ser humano em desenvolvimento, que passa por dimensões que ultrapassam a pesquisa. Esta trajetória não seria possível se não houvesse o apoio de pessoas especiais que Deus colocou no meu caminho; por isso, sinto a necessidade de demonstrar minha gratidão.

Agradeço a Deus por sua fidelidade em minha vida; por me prover oportunidades; por ter escolhido as pessoas ao meu redor, desde a minha concepção; por ter me dado forças nos momentos de frustração, cansaço e dificuldade; por ter me honrado nos meus esforços e por ter olhado para mim com misericórdia. Obrigada, Senhor, por ter iluminado as minhas escolhas, mesmo que elas não fossem as mais fáceis e seguras; por ter permitido que eu traçasse um caminho que me ensinasse a confiar mais em Ti e a ser mais humilde.

Agradeço aos meus pais por serem sempre presentes, amáveis, rigorosos na educação e por terem valores de vida. Sou eternamente grata ao meu pai e à minha mãe por terem me dado, principalmente, a educação e a fé, como herança deixada em vida, que supera qualquer bem material e que permanecerá para sempre em mim.

Pai, seus investimentos e esforços diários, desde os primeiros “Para-Casa” de que o senhor tirava minhas dúvidas na hora do almoço, são exemplos de amor e de valor naquilo que foi capaz de me prover chances de crescimento. Agradeço pela sua dedicação para manter a nossa família da melhor forma possível, a custo de muito trabalho honesto e suado. Obrigada pelos momentos de lazer; por ensinar o valor dos livros e jornais; pelo zelo com a família e pelas brincadeiras e histórias na infância.

À minha mãe, agradeço especialmente pelos exemplos de fé e superação, mostrando-me que, além de me esforçar, devo sempre acreditar em Deus. Mãe, sua dedicação à família, à nossa casa, à educação de suas filhas e a todas as pessoas que passam pelo seu caminho são lições amorosas, que ensinam muito mais que os livros. Agradeço pelo cuidado com os detalhes da casa, por ser sempre tão disponível para ajudar e por ser tão simples na forma de viver.

Agradeço à minha querida irmã por ser sempre o melhor ouvido, o melhor conselho, a melhor amiga e companheira, que eu tanto admiro. Obrigada por ser aquela em quem eu mais confio e com quem posso contar em qualquer momento. Petrina, com você, aprendi a compartilhar muitas coisas: o pacote de biscoito, o quarto, a roupa, o quatinho de estudos... Não é à toa que sinto haver uma parte minha em você e uma parte sua em mim, e isso é expresso no enorme amor que sinto por você.

Agradeço ao meu irmão pelos ensinamentos de vida; pelos exemplos de persistência, responsabilidade e força nas atribuições. Felipe, obrigada por ter nos procurado e nos proporcionado a grande alegria de termos uma pessoa especial para amarmos e para nos amar.

Ao meu companheiro, agradeço pela paciência, pelo cuidado diário, pelo carinho, pelo amor e pelos sonhos. Felipe, obrigada por insistir e acreditar que eu posso ser uma pessoa melhor. Aprendo muito com você, principalmente, que mesmo com as responsabilidades, há uma vida para ser vivida com leveza e alegria. Obrigada pela compreensão e apoio durante esta aventura dissertativa e saiba que a ciência não fala mais alto que o meu coração. Agradeço pela oportunidade de aprender a viver uma vida a dois ao seu lado e por sonharmos em construir uma família!

Agradeço à Profa. Helena Crivellari pela postura acessível durante a orientação da pesquisa. Obrigada, Professora, pela confiança, pela oportunidade, pela compreensão e pelo encorajamento. Agradeço por manter-se sempre firme em defesa dos direitos dos alunos nos momentos de instabilidades institucionais, e por todas as contribuições e apoio a esta dissertação.

Agradeço aos professores e funcionários da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), em especial, ao Prof. Adalson de Oliveira Nascimento, à Sra. Carolina Palhares, à Sra. Gisele S. Reis, à Profa. Ivana Denise Parrela, à Profa. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira, à Profa. Letícia Julião, à Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota e ao Prof. Renato Pinto Venâncio.

Agradeço aos colegas de trabalho do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), *campus* Itaguaí, especialmente ao Diretor, Prof. Luiz Diniz Corrêa, e ao Gerente Administrativo, Sr. Fernando dos Anjos, por serem responsáveis por minha grande satisfação com a vida profissional e também por incentivarem a qualificação do servidor público, acreditando na importância desta. Agradeço enormemente à minha querida colega de trabalho e amiga, Sandra Bastos, por sempre me ouvir com carinho e sinceridade e por ter acompanhado esta dissertação com uma leitura atenta, questionadora e detalhista, sempre demonstrando extremo profissionalismo em seu trabalho de revisão de texto e, mais do que isto, praticando a arte de ensinar e aprender, em momentos que poderiam ser simplesmente de correção. Parabéns, Sandra, você é uma profissional completa!

Agradeço pelas colaborações de Emanuelle Amaral, uma excelente normalizadora de trabalhos acadêmicos, além de ser uma pessoa maravilhosa e prestativa; de Juliana Silva; de Jason Bastos, um profissional competente e minucioso para trabalhos de tradução de textos para língua inglesa; da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações; da

Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro; do Conselho Regional de Museologia da 2ª Região e do Conselho Federal de Museologia.

Agradeço aos meus amigos de longa data, desde os tempos de colégio, e às novas amigas que conquistei no Mestrado, as Fofotes. Faço um agradecimento especial à minha amiga Luciana Fonseca, por ser um porto-seguro fundamental no Rio de Janeiro e por ter me acolhido na hora incerta.

Agradeço à Capes pela bolsa de pesquisa nos primeiros meses; à UFMG por participar dos 9 anos ininterruptos da minha formação acadêmica, durante as minhas duas Graduações e a Pós-Graduação. Obrigada aos brasileiros que contribuem e proveem recursos para a criação e manutenção de instituições públicas de qualidade.

RESUMO

Os Arquivistas e os Museólogos estão reunidos na Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, na Classificação Brasileira de Ocupações. A fim de contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento de tais profissionais neste instrumento classificatório, esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: por que o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações, se dá em uma mesma Família ocupacional? Quem são e onde estão empregados os “Arquivistas e Museólogos”? Os objetivos específicos desta pesquisa foram: apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na Classificação Brasileira de Ocupações; explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional; caracterizar o perfil de emprego formal dos “Arquivistas e Museólogos”, a partir dos dados estatísticos da Relação Anual de Informações Sociais. A fundamentação desta pesquisa foi feita através dos aportes teóricos da Sociologia das Profissões; da trajetória sócio-histórica dos Arquivistas e dos Museólogos; das interfaces entre a Arquivologia, a Museologia e áreas interdisciplinares; da conceituação da Classificação Brasileira de Ocupações; e dos estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e quantitativa; o nível de interpretação dos objetivos foi do tipo descritivo e explicativo; e as técnicas de pesquisa utilizadas foram pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O tema foi relevante por contribuir com apontamentos para uma possível atualização e revisão de parte do documento da Classificação Brasileira de Ocupações; por serem poucas as pesquisas sobre esta Família ocupacional e por inovar ao utilizar a Relação Anual de Informações Sociais para caracterizar os “Arquivistas e Museólogos”. Os resultados desta pesquisa apontam que: “Arquivistas e Museólogos” pertencem à mesma Família ocupacional por motivos pragmáticos – não houve consistência teórica e metodológica para esta junção –, por inexpressividade numérica e pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, como referência para a elaboração da Classificação Brasileira de Ocupações; existem interfaces entre a Arquivologia e a Museologia, mas os profissionais destas áreas possuem distintos objetos de trabalho e atribuições específicas no mercado; para ser uma ferramenta útil, as informações da Classificação Brasileira de Ocupações precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho destes profissionais; esta pesquisa poderá orientar eventuais alterações em futuras oportunidades de revisão da Classificação Brasileira de Ocupações; a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, pode-se inferir certo perfil de quem são e onde estão empregados formalmente os 2.652 “Arquivistas e Museólogos”; os dados agregados pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e dificulta a viabilização de propostas de políticas públicas de formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, por isso, é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada; a comprovação de algumas hipóteses sobre o trabalho dos Arquivistas e dos Museólogos e uma completa observação da realidade só poderão ser feitas com a desvinculação das duas profissões e/ou dos dados estatísticos correspondentes.

Palavras-chave: Classificação Brasileira de Ocupações. Arquivistas. Museólogos. Relação Anual de Informações Sociais.

ABSTRACT

Archivists and Museologists are gathered on the “Archivists and Museologists” Occupational family, in the Brazilian Occupations Classification. In order to contribute to a critical reflection about these professionals positioning, in this classificatory instrument, this research aimed to answer the following questions: why the Archivists and Museologists positioning is inside the same Occupational family? Who are the “Archivists and Museologists” and where are they working? This research specific objectives were: present the Archivists and Museologists positioning in the Brazilian Occupations Classification; explain the reason why these professionals are linked within a sole Occupational family; characterize the formal job profile of the “Archivists and Museologists” from statistic data displayed on the Social Information Annual Report. This research was based on theoretical apports from the Professions Sociology; from Archivists and Museologists socio-historical trajectory; from interfaces between Archivology, Museology and interdisciplinary areas; from the conceptualization of Brazilian Occupations Classification; from studies about the labor market of the Archivists, the Museologists and the “Archivists and Museologists”. The methodological approach was qualitative and quantitative; the interpretational level of objectives was descriptive and explicative; and documental and bibliographical researches were the used techniques. This is a relevant theme, for it contributes with notes that can be used on a possible revision and updating of the Brazilian Occupations Classification document; for there are only a few researches about this Occupational family and for innovating while using the Social Information Annual Report to characterize the “Archivists and Museologists”. This research’s results point to the following ideas: “Archivists and Museologists” belong to the same Occupational family for pragmatic reasons – there was not any theoretical and methodological consistency for this junction –, for numerical blankness and for the use, even though adapted, of the International Standard Classification of Occupations, from 1988, as a reference to elaborate the Brazilian Occupations Classification; there are interfaces between Archivology and Museology, but the area professionals work with different objects and get specific attributions; in order to be a useful tool, the Brazilian Occupations Classification informations must be updated according to the labor reality of those professionals; this research may guide any modifications through future revision opportunities of the Brazilian Occupations Classification; one can infer a certain profile of who and where are formally employed the 2.652 “Archivists and Museologists”, based on the Social Information Annual Report data; the aggregated data do not reveal much about each professional job profile and obstruct public proposals and policies of Archivists and Museologists formation and employment, that is why the need of a better knowledge about the labor market of those professionals is latent and should be done in an ungrouped way; the evidencing of some hypothesis about the Archivists and Museologists job and a complete reality observation will only be done with the splitting of these two professions or/and of the corresponding statistical data.

Key words: Brazilian Occupation Classification. Archivists. Museologists. Social Information Annual Report.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados por Unidades Federativas.....	140
TABELA 2 – Quantitativo de cursos de Graduação em Arquivologia e Museologia nas regiões brasileiras	142
TABELA 3 – Quantitativo de instituições museológicas por Unidades Federativas.....	143
TABELA 4 – Quantitativo de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos por Unidades Federativas	145
TABELA 5 – Número de “Arquivistas e Museólogos” por gênero.....	146
TABELA 6 – Escolaridade dos “Arquivistas e Museólogos”	146
TABELA 7 – Faixa etária dos “Arquivistas e Museólogos”	146
TABELA 8 – Faixa de remuneração média (em salários mínimos – SM) dos “Arquivistas e Museólogos”.....	147
TABELA 9 – Faixa de horas contratadas (trabalhadas semanalmente) dos “Arquivistas e Museólogos”.....	148
TABELA 10 – Faixa de tempo de emprego dos “Arquivistas e Museólogos”	148
TABELA 11 – Natureza jurídica do empregador dos “Arquivistas e Museólogos”	149
TABELA 12 – Tipo de vínculo empregatício dos “Arquivistas e Museólogos”	150
TABELA 13 – Tamanho do estabelecimento empregador (número de empregados) dos “Arquivistas e Museólogos”	151
TABELA 14 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos “Arquivistas e Museólogos”.....	151
TABELA 15 – Natureza Jurídica do Empregador e quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados nos setores “Administração pública, defesa e seguridade social” e “Educação”.....	152

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Estrutura hierárquica decrescente da CBO 2002.....	116
QUADRO 2 – Código, Título, Sinônimo e Descrições da CBO 1994 para “Arquivologistas”, “Museólogos” e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”	118
QUADRO 3 – Famílias ocupacionais “Profissionais da informação” e “Arquivistas e Museólogos” na estrutura da CBO 2002	121
QUADRO 4 – Formação Acadêmica e Atuação profissional (atual) dos especialistas participantes da descrição e/ou validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”	128
QUADRO 5 – Formação Acadêmica e Atuação profissional (atual) do profissional relator e facilitador dos trabalhos de descrição e validação da Família ocupacional 2613.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB -	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ANPUH -	Associação Nacional de História
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO -	Classificação Brasileira de Ocupações
CENSO -	Censo Demográfico
CES -	Câmara de Educação Superior
CI -	Ciência da Informação
CIUO -	Classificação Internacional Uniforme de Ocupações
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE -	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CNPJ -	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEARQ -	Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos
COFEM -	Conselho Federal de Museologia
CONCLA -	Comissão Nacional de Classificações
COREM -	Conselho Regional de Museologia
CPA -	Curso Permanente de Arquivo
CSA1 -	Ciências Sociais Aplicadas 1
CTPS -	Carteira de Trabalho e Previdência Social
Dacum -	<i>Developing A Curriculum</i>
DASP -	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCBO -	Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações
DEMA -	Departamento de Museus e Arquivos
DEMU -	Departamento de Museus e Centros Culturais
DEREN -	Departamento de Emprego e Rendimento
ENANCIB -	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FAECA/SP -	Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível/São Paulo
FAMARO -	Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon
FEFIERRJ -	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FESP-SP -	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGTS -	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV -	Fundação Getúlio Vargas
FINEP -	Financiadora de Estudos e Projetos
FINES -	Faculdades Integradas Estácio de Sá
FIPE -	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNArq -	Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil
FP -	Formação Profissional
Funcamp -	Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
FURG -	Universidade Federal do Rio Grande

GAC -	Grande Área de Competência
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM -	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM -	Comitê Internacional de Museologia do ICOM
ICOM -	International Council of Museums
ICTOP -	Committee for the Training of Personnel
IDORT	Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho
IEB -	Instituto de Estudos Brasileiros
IFLA -	<i>International Federation of Library Associations</i>
IHGB -	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IM -	Imagem Museal
IMO -	<i>International Museums Office</i>
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST -	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MEC -	Ministério da Educação
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MHN -	Museu Histórico Nacional
MTE -	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS -	Ministros de Estado do Trabalho e Previdência Social
NATIS -	Sistema Nacional de Informação
NOBRADE -	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONU -	Organização das Nações Unidas
PDET -	Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho
PEF -	Poder Executivo Federal
PIB -	Produto Interno Bruto
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNC -	Plano Nacional de Cultura
PNE -	Plano Nacional de Educação
PNM -	Política Nacional de Museus
PPGARQ -	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
PPG-PMUS -	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
PRONAC -	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PUC-Rio -	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAIS -	Relação Anual de Informações Sociais
REUNI -	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIPSA -	Rede Interagencial de Informações para a Saúde
SENAC -	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIGA -	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SINARQUIVO -	Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo
SINBIESP -	Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Documentalistas, Arquivistas, Auxiliares de Biblioteca e de Centros de Documentação do Estado de São de Paulo

SINE -	Sistema Nacional de Emprego
SM -	Salário Mínimo
SPHAN -	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPPE -	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TAC -	Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação
UEL -	Universidade Estadual de Londrina
UEPB -	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM -	Universidade Federal do Amazonas
UFBA -	Universidade Federal da Bahia
UFES -	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF -	Universidade Federal Fluminense
UFG -	Universidade Federal de Goiás
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP -	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA -	Universidade Federal do Pará
UFPB -	Universidade Federal do Paraíba
UFPE -	Universidade Federal da Pernambuco
UFPEL -	Universidade Federal de Pelotas
UFRB -	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS -	Universidade Federal de Sergipe
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM -	Universidade Federal de Santa Maria
UnB -	Universidade de Brasília
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP -	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIBAVE -	Centro Universitário de Barriga Verde
UNICAMP -	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAI -	Centro Universitário Assunção
UNIRIO -	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP -	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA	17
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA ANÁLISE DAS PROFISSÕES DE ARQUIVISTA E DE MUSEÓLOGO NO BRASIL	21
2.1.1 A Sociologia das Profissões: breve histórico dos modelos teórico- metodológicos	21
2.1.2 A centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais	28
2.1.3 As profissões na sociedade democrática e a organização profissional	38
2.2 A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVISTAS	45
2.2.1 Breve contextualização sócio-histórica da Arquivologia	45
2.2.2 Panorama histórico da Arquivologia e da formação do Arquivista no Brasil	49
2.2.3 O objeto de trabalho do Arquivista	58
2.2.4 A burocracia e os arquivos: algumas considerações	61
2.3 A MUSEOLOGIA E OS MUSEÓLOGOS	64
2.3.1 Breve contextualização sócio-histórica da Museologia	65
2.3.2 Panorama histórico da Museologia e da formação do Museólogo no Brasil	71
2.3.3 O objeto de trabalho do Museólogo	80
2.3.4 O Estado e os museus: algumas considerações	84
2.4 INTERFACES ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	87
2.5 ESTUDOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS, DOS MUSEÓLOGOS E DOS “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”	100
3 METODOLOGIA	106
3.1 CONSIDERAÇÃO METODOLÓGICA: A RAIS/MTE	108
3.2 CONSIDERAÇÃO METODOLÓGICA: A CBO	111
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	117
4.1 POSICIONAMENTO DA FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS” NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES	117

4.2 PERFIL DE EMPREGO FORMAL DA FAMÍLIA OCUPACIONAL	
“ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”	139
5 CONCLUSÕES	154
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A	176
APÊNDICE B	186
ANEXO A	193

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as profissões de Arquivista e Museólogo são regulamentadas, respectivamente, pela Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, e pela Lei nº 7.287, de 18 de novembro de 1984. De acordo com a legislação, Arquivista é o diplomado em curso superior de Arquivologia ou o profissional que, na data de início da vigência da Lei nº 6.546/78, contava com experiência no campo profissional da Arquivologia de, no mínimo, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados. Por sua vez, em termos legais, o Museólogo é o graduado em curso superior de Museologia; ou o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia; ou o profissional com outro curso de nível Superior que, no prazo de três anos contados a partir da vigência da Lei nº 7.287/84, comprovou experiência em atividades técnicas de Museologia e tal experiência foi validada pelos Conselhos Regionais de Museologia.

Estes profissionais, Arquivistas e Museólogos, estão reunidos em uma mesma Família ocupacional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em sua versão 2002, e alterações incluídas em 2013. A CBO é o “documento normalizador (no sentido classificatório) do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (BRASIL, 2010a). É uma classificação enumerativa e descritiva, uma vez que “codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos” (BRASIL, 2010a) e “inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho” (BRASIL, 2010a). A CBO é utilizada, por exemplo, na Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

A RAIS/MTE é uma estatística pública sobre o mercado de trabalho formal, constituída de informações obrigatoriamente fornecidas pelos empregadores de mão de obra. As estatísticas públicas são matéria-prima para a elaboração de indicadores sociais (JANNUZZI, 2003) e estas duas fontes de informações numéricas (estatísticas públicas e indicadores sociais) podem apoiar o planejamento e a formulação de políticas públicas em diferentes áreas do Governo. Neste sentido, a RAIS/MTE tem sido utilizada, por exemplo, para “analisar mudanças da estrutura ocupacional dos mercados formais de trabalho nas diversas regiões do país, subsidiando a formulação e acompanhamento de programas de qualificação de mão de obra” (JANNUZZI, 2003, p. 53).

Embora estejam em uma mesma Família ocupacional, Arquivistas e Museólogos desempenham atividades específicas (que, algumas vezes, são convergentes) na sociedade. Estes profissionais são polivalentes, possuem importância estratégica na sociedade atual, todavia, são escassos os estudos sobre esta Família ocupacional na

Classificação Brasileira de Ocupações; o uso deste sistema classificatório nas estatísticas de emprego; e sobre o perfil de emprego destes profissionais.

Por tal razão, esta pesquisa pretende contribuir com reflexões sobre o posicionamento dos Arquivistas e Museólogos na estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações, e apresentar o perfil de emprego formal desta Família ocupacional, a partir dos dados da RAIS/MTE, sendo esta uma forma de apresentar o uso da CBO nas estatísticas de emprego.

Para isto, primeiramente, foi feita uma revisão de literatura, a fim de fundamentar teoricamente a pesquisa. Através de metodologia qualitativa, quantitativa, descritiva e explicativa, buscou-se: a) apresentar aportes teóricos: da Sociologia das Profissões; da trajetória sócio-histórica dos Arquivistas e dos Museólogos; das interfaces entre a Arquivologia, a Museologia e áreas interdisciplinares e da conceituação da Classificação Brasileira de Ocupações; e dos estudos sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos “Arquivistas e Museólogos”; b) expor o posicionamento dos Arquivistas e Museólogos na CBO; c) explicar o motivo pelo qual determinado posicionamento se consagrou e d) caracterizar o perfil de emprego da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

A relevância do tema escolhido reside na discussão proposta nesta pesquisa, a qual poderá contribuir com apontamentos para uma possível atualização e revisão de parte do documento da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Inclusive, a atualização da CBO já foi o objetivo de edital de chamada pública (BRASIL, 2010b) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Este edital permitiu a seleção do projeto da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para a execução de ações de estudos, eventos, inclusão, descrição, validação e convalidação/revisão de Famílias ocupacionais no documento da CBO. Além disso, a revisão da descrição da profissão do Arquivista¹ na Classificação Brasileira de Ocupações foi uma das recomendações da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010).

A importância deste estudo também se encontra no fato de serem poucas as pesquisas sobre esta Família ocupacional e sobre o perfil de emprego do Arquivista e do Museólogo. Damasceno (2015, p. 11) alerta que são insuficientes os dados sobre os trabalhadores Museólogos no Brasil, “o que torna difícil, por exemplo, mensurar com mais

¹ Na CBO, não há uma descrição para a profissão de Arquivista e sim para a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Talvez, o que foi chamado de descrição para a profissão de Arquivista seja os títulos sinônimos para a ocupação de Arquivista.

precisão o seu quantitativo em números absolutos, bem como, observar outras variáveis como faixa etária, gênero, cor/raça etc.". Todavia, o Museólogo é um ator indispensável para a valorização e a preservação do patrimônio. No que tange ao Arquivista, Souza (2011, p. 31) assevera que "a produção acadêmica que trata especificamente do mercado laboral para arquivistas é, internacionalmente, escassa" e Bellotto (2002², p. 48-49 *apud* SOUZA, 2011, p. 43) assinala um desconhecimento sobre este profissional:

Como chegamos a um mínimo da preparação de nosso quadro de profissionais de arquivo no Brasil se nem nossa identidade está bem definida? Em que grau de conhecimento estamos? Nem sequer sabemos quê [sic], quantos e como somos. Quais são os níveis de conhecimento das pessoas que trabalham nos arquivos no país? Não podemos contar com uma estatística nem um mínimo perfil ou um mapa aproximado dos arquivistas diplomados em nível superior, dos técnicos de arquivo, dos provisionados³ e dos profissionais da mais variada formação que atuam nos arquivos. Como definir o panorama dos recursos humanos na área de arquivos em todo o território nacional? (BELLOTTO, 2002, p. 48-49 *apud* SOUZA, 2011, p. 43).

A caracterização do perfil de emprego atual dos "Arquivistas e Museólogos" proposta por esta pesquisa, a partir da análise dos dados das bases da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), é inovadora para esta Família ocupacional. A RAIS/MTE já foi utilizada, por exemplo, por Pena (2007) em sua dissertação de Mestrado sobre o mercado de trabalho formal dos profissionais da informação e por Josmária Oliveira (2012) na tese de Doutorado *Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seus efeitos na formação, atuação e reconhecimento profissional*. Esta pesquisa irá prover informações que poderão ser utilizadas na formulação de políticas públicas de formação e emprego; nos espaços de formação dos profissionais (como, por exemplo, na Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, que oferta as Graduações em Arquivologia e Museologia) ; pelos Arquivistas e Museólogos, pelos empregadores, pelos estudantes, pelos pesquisadores e por outros atores sociais interessados, tais como as organizações profissionais, os diretórios ou centros acadêmicos.

A fim de fornecer reflexões que possam contribuir para uma possível atualização e revisão das informações sobre a Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", na CBO, esta pesquisa pretende responder às seguintes questões:

- a) Por que o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na CBO, se dá em uma mesma Família ocupacional?
- b) Quem são e onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos"?

² BELLOTTO, Heloisa L. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 47-52, 2002.

³ Profissional que recebeu o direito de exercício da profissão de Arquivista ou Técnico de Arquivo, por ter comprovado, até a data da vigência da Lei nº 6.546/78, experiência profissional nos campos da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste estudo foram organizados em objetivo geral e objetivos específicos, conforme apresentado a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa foi contribuir para uma reflexão crítica sobre o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos, na Classificação Brasileira de Ocupações, a fim de apoiar o aperfeiçoamento deste instrumento classificatório, possibilitando que o uso da CBO, nas estatísticas de trabalho, possa revelar efetivamente o perfil de emprego de cada um destes profissionais.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir esta meta, a pesquisa desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos específicos:

- apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO;
- explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional;
- caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: 1) quantos são e qual é o perfil dos “Arquivistas e Museólogos” quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os “Arquivistas e Museólogos”, no que concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/regiões brasileiras⁴); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁵, versão 2.0.

⁴ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceram cinco regiões no Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Na atual divisão regional do Brasil, a região Norte é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins; a região Nordeste abriga os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; a região Centro-Oeste é composta pelo Distrito Federal e pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; a região Sudeste contempla os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; e, por fim, constituem a região Sul os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁵ A Classificação de Atividades Econômicas (CNAE) é o instrumento de padronização das atividades econômicas, adotado pela Administração Pública para identificar atividades econômicas em registros e cadastros de pessoa jurídica e pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No Referencial Teórico, são apresentados os aportes teóricos que apoiam esta pesquisa. Na Metodologia, está indicada a abordagem metodológica, o nível de interpretação dos objetivos, as técnicas de pesquisa, a forma de representação das informações e considerações sobre a RAIS/MTE e a CBO. Em seguida, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa em duas seções, uma que aborda o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO e outra que caracteriza o perfil de emprego da Família ocupacional destes profissionais. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa e as recomendações para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentadas as bases teóricas a partir das quais se desenvolveu esta pesquisa. Esta parte segue dividida em seções e subseções, tendo as seções recebido os seguintes títulos: “Contribuições da Sociologia das Profissões para análise das profissões de Arquivista e de Museólogo no Brasil”; “A Arquivologia e os Arquivistas”; “A Museologia e os Museólogos”; “As interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação” e “Estudos sobre o mercado de trabalhos dos Arquivistas, dos Museólogos e dos ‘Arquivistas e Museólogos’”.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA ANÁLISE DAS PROFISSÕES DE ARQUIVISTA E DE MUSEÓLOGO NO BRASIL

A contribuição da Sociologia das Profissões, da Sociologia do Trabalho e áreas afins para os campos de estudo sobre informação, educação e trabalho aumentou nos últimos anos, conforme revelou a análise de Crivellari e Cunha (2009), a partir dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no período de 2003 a 2008. Estes subsídios teóricos das Ciências Humanas e Sociais são importantes para a área da informação e do trabalho; portanto, nesta pesquisa, buscou-se conhecer brevemente os modelos teórico-metodológicos da Sociologia das Profissões e desenvolver, sempre que possível convergindo para a realidade dos Arquivistas e dos Museólogos, as seguintes subseções: “A centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais” e “As profissões na sociedade democrática e a organização profissional”.

2.1.1 A Sociologia das Profissões: breve histórico dos modelos teórico-metodológicos

O fenômeno das profissões começou a ser estudado sistematicamente na Sociologia a partir do século XX, constituindo, neste campo, o subdomínio da Sociologia das Profissões (RODRIGUES, 2002). A configuração deste subdomínio foi influenciada não só pelo processo interno de especialização científica, mas também pelas

[...] variáveis extracientíficas relativas às condições sociais e políticas da sua produção, isto é, relevam o contexto socioeconômico anterior e posterior à II Guerra Mundial, a cuja determinação e condicionamento a sociologia não terá escapado, apontando como decisivas, por um lado, as alianças da sociologia com a planificação tecnocrática e o poder e, por outro, a emergência de diferentes grupos ocupacionais aspirando ao estatuto de profissão, entre os quais os próprios sociólogos (RODRIGUES, 2002, p. 2).

No processo de configuração da lógica cognitiva da Sociologia das Profissões e de seus paradigmas, foram estruturantes os seguintes questionamentos:

[...] *o que é uma profissão*, ou seja, o que a distingue de outras ocupações definidas no quadro da divisão do trabalho? Como é que uma *ocupação se transforma em profissão*? Sob que condições ocorre essa transformação? Qual a *função social das profissões*, ou seja, como e porquê alguns grupos mantêm situações de privilégio? E, por fim, qual o *sentido da evolução das profissões*? (RODRIGUES, 2002, p. 3).

A história da Sociologia das Profissões, segundo Rodrigues (2002), teve quatro períodos: a) definição do campo ou a procura de um modelo; b) crítica e reabilitação das profissões; c) o poder das profissões e a pluralidade de paradigmas, abordagens e perspectivas; e d) abordagem sistêmica e comparativa ou a procura de modelos complexos. O primeiro período estendeu-se até o final da década de 1960 e iniciou-se com os trabalhos de dois autores específicos:

Carr-Saunders e Wilson (1993) fizeram um levantamento histórico dos grupos que poderiam ser considerados como profissões na Inglaterra. A base da classificação era a existência de um corpo organizado que dominasse um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame, e possuísse códigos de ética e de conduta. Essa definição inicial deu o rumo das discussões por algumas décadas, revelando um [sic] das preocupações analíticas dos pesquisadores acerca do seu objeto: que grupos têm e quais não têm esse ou aquele pré-requisito para ser uma profissão realmente genuína. Nesse sentido, o estudo sobre as profissões trouxe para o seu enfoque o mesmo conteúdo monopolizador de poder que as profissões procuravam construir e preservar. A imagem que a área transmitia se assemelhava à imagem que as profissões tinham na sociedade (BONELLI, 1993, p. 31-32).

Este período, focado na classificação e na análise das características das profissões, do processo e das etapas de profissionalização e dos conteúdos do profissionalismo, é dominado pelo paradigma funcionalista, tendo como expoentes, de acordo com Rodrigues (2002), os seguintes autores: Parsons, Merton, Goode, Barber, Davis e Moore. A título de exemplificação, o posicionamento de um dos expoentes deste período é descrito por Bonelli (1993, p. 32):

Sob a ótica de Parsons (1959 e 1968), nos Estados Unidos as profissões adquirem uma versão altruísta. Em vez do egoísmo preponderante na análise marxista da sociedade capitalista, as profissões são concebidas como o reinado da preocupação com a qualidade do serviço prestado ao cliente, com a autoridade adquirida com base no conhecimento. A motivação para o trabalho não se resume apenas aos interesses de obtenção de um rendimento. Profissão é do mundo dos serviços dignos, morais, das relações de igualdade entre os pares. Requer que o cliente confie no saber do profissional e que este respeite seus colegas e seus clientes. Ela era a novidade dessa sociedade e legitimava o altruísmo nessa ordem social (BONELLI, 1993, p. 32).

O paradigma funcionalista procura responder o que é uma profissão através da busca de características e atributos que definam o tipo ideal de profissão (RODRIGUES, 2002). Neste sentido, “uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta

a necessidades sociais” (RODRIGUES, 2002, p. 8). Assim, a constituição das profissões seria decorrente de três aspectos:

(i) uma especialização de serviços, permitindo a crescente satisfação de uma clientela; (ii) a criação de associações profissionais, obtendo para os seus membros a protecção exclusiva dos clientes e empregadores requerendo tais serviços, isto é, estabelecendo uma linha de demarcação entre pessoas qualificadas e não qualificadas, fixando códigos de conduta e de ética para os qualificados; (iii) o estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias, permitindo a aquisição de uma cultura profissional (RODRIGUES, 2002, p. 8).

Ao apontar as motivações altruísticas na orientação das profissões, Parsons (1939⁶ *apud* RODRIGUES, 2002) busca afirmar uma abordagem mais sociológica, contrapondo-se às abordagens economicistas dominantes. Para este autor, a compreensão do fenómeno das profissões tem por elemento principal a relação profissional-cliente; deste modo, “o papel dos profissionais exerce-se na relação com os clientes e é sua reciprocidade assimétrica (conhecimento/ignorância) que permite a sua institucionalização (autoridade/confiança).” (RODRIGUES, 2002, p. 9)

Em outra perspectiva, Rodrigues (2002) aponta que Hughes, Strauss e Bucher apoiam-se no interacionismo simbólico para estudar as profissões. Segundo André Santos (2011), Hughes discute as profissões traçando um paralelo com as religiões e aponta que a grande contribuição da abordagem interacionista é que a análise da socialização profissional não se restringe à formação profissional, mas abarca também a atuação do profissional no mercado de trabalho sob três pontos de vistas: “um olhar para o outro (profissional), um olhar para a estrutura (profissional) e um olhar para si mesmo (como profissional)” (SANTOS, A., 2011, p. 29). Em busca de uma integração entre o paradigma funcionalista e o interacionismo simbólico, destacam-se Wilensky e Gross (RODRIGUES, 2002).

O segundo período da história da Sociologia das Profissões (RODRIGUES, 2002) é de crítica e de reabilitação das profissões. Neste período, que se desenvolve intensamente na década de 1970, destacam-se, segundo Rodrigues (2002), os trabalhos de Gyarmati e de adeptos da sociologia crítica, como, por exemplo, W. Mills e Gouldner. O paradigma funcionalista é a principal referência para esta revisão da Sociologia das Profissões, que passa “a ser encarada como uma derivação directa das condições sociais e ideológicas da sua emergência e afirmação” (RODRIGUES, 2002, p. 4).

Nas décadas de 1970 e 1980, o terceiro período emerge com uma pluralidade de paradigmas, abordagens e perspectivas para estudar o fenómeno do poder e do controle das profissões. Neste momento, há uma concentração de esforços para identificar os conflitos e as relações entre os grupos profissionais, “destacam-se autores como Johnson, Freidson, Larson, Klegon, que são simultaneamente responsáveis pelo movimento crítico e

⁶ PARSONS, Talcott. The Professions and Social Structure. **Social Forces**, v. 17, n. 4, p. 457-467, maio, 1939.

seus tributários” (RODRIGUES, 2002, p. 4). Sobre estes três primeiros autores, Bonelli (1993, p. 32) explica:

Em sua análise do profissionalismo, Johnson (1972) reverte a maneira de se focar o problema: o cerne da questão não é mais o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e dos formatos dos serviços prestados. Freidson (1970), por sua vez, mostra como a base e a força da Medicina nos Estados Unidos é a sua capacidade de articular domínio e autonomia, em vez de confiança e coleguismo. Sua abordagem faz a transição das profissões como altruísmo para a versão onde o monopólio do conhecimento e a proteção de mercados constituem fontes de poder.

Outro trabalho marcante no embate da visão harmoniosa do profissionalismo é o de Magali Larson (1977), onde a autora vincula o discurso da competência profissional à ideologia burguesa e enfatiza o lado egoísta das profissões, caracterizadas como grupos com interesses estratégicos disputando o domínio de áreas de conhecimento e de mercados (BONELLI, 1993, p. 32).

A abordagem dos autores apontados acima distingue-se, principalmente, pela diferença entre quantidade de poder identificado nas profissões e, por consequência, na análise de diagnósticos situacionais e nas perspectivas consideradas nas análises (BONELLI, 1993).

Johnson associa profissões com uma alta capacidade de controle sobre o trabalho profissional, o que o leva a diagnosticar o enfraquecimento e declínio das profissões, tipificando a desprofissionalização, já que elas teriam perdido algumas destas características com o crescimento do controle corporativo e burocrático do Estado. Em vez da fraqueza, Larsons parte da ênfase oposta, da força. Ela identifica o poder e o domínio profissionais como um projeto coletivo de ascensão social que passa a dar as regras e moldar a sociedade. Sua denúncia deste papel ideológico questiona a relevância das profissões como formas de organização social, juntando-se aos que duvidaram do prosseguimento do processo de profissionalização, apontando para a proletarianização das profissões. Freidson preserva-se numa posição intermediária entre as abordagens que localizam a fraqueza e o declínio das profissões e as que enfatizam o domínio que elas poderiam ter sobre toda a sociedade. Neste cenário onde as profissões foram profundamente atacadas, ele identificava nelas aspectos positivos, que o levaram a defendê-las como um desafio ao poder administrativo, como um contraponto ao tipo de atividade geradora da alienação do trabalho apontada por Marx, e como uma forma de proteção contra a incompetência, mesmo que limitada (BONELLI, 1993, p. 32-33).

O quarto, e último, período da história da Sociologia das Profissões (RODRIGUES, 2002) é conhecido como “abordagem sistêmica e comparativa ou a procura de modelos complexos”. Este período é influenciado pela corrente interacionista (CRIVELLARI; CUNHA, 2009) e pelas novas contribuições para a Sociologia das Profissões, “em relação às quais, por um lado, não se conhecem ainda todos os desenvolvimentos ou decorrências e, por outro, não é ainda possível ter o distanciamento necessário aos exercícios críticos” (RODRIGUES, 2002). Neste cenário, destacam-se:

[...] os trabalhos comparativos desenvolvidos na Europa, tendo em conta o tempo (dimensão histórica) e os espaços (dimensão local/nacional/internacional); destacam-se também os trabalhos de Abbott, marcados pela preocupação de construção de uma teoria sistêmica que

permite explicar a diversidade e complexidade das situações, nomeadamente as decorrentes da consideração das variáveis tempo e espaço, e identificar modelos (RODRIGUES, 2002, p. 4-5).

Abbott (1988) entende que as profissões formam um sistema interdependente e elas “dividem espaços [neste sistema] mais ou menos legitimados de acordo com o poder que exerce cada uma delas” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 41). O exercício deste poder entre as profissões está relacionado aos conhecimentos e competências controlados pelos grupos profissionais. O controle profissional é objeto de disputas e a “habilidade das profissões em manter sua jurisdição ou seu espaço, resulta, dessa forma, em parte, do prestígio do seu sistema de conhecimento” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 41).

Para além desta divisão da história da Sociologia das Profissões, Rodrigues (2002) situa Pierre Bourdieu como um autor que postula a ideia de “poder tecnocrático”. A ênfase às dimensões simbólicas na problemática das profissões são abordadas, segundo Bonelli (1993), principalmente, por dois autores: Collins e Bourdieu. O primeiro autor utiliza a dimensão simbólica para revelar a perpetuação das profissões através de seus rituais, mas sem se distanciar da Sociologia das Profissões; por outro lado, o segundo afasta-se da Sociologia das Profissões ao questioná-la ideologicamente:

A oposição de Bourdieu à Sociologia das Profissões se dá em função da forma como ele concebe a própria existência das profissões na sociedade. O conceito de profissão, para ele, é a expressão do simbólico como violência. Toma-se emprestada uma palavra usada na linguagem cotidiana para incorporá-la ao discurso científico. Emprega-se como instrumento de análise uma noção que deveria ser, ela própria, o objeto analisado (Bourdieu, 1991b e 1988a). Mais do que apontar o conteúdo simbólico do profissionalismo, Bourdieu procura mostrar a Sociologia das Profissões como a construção ideológica de uma geração de sociólogos [sic] americanos que aspiravam se tornar membros do *establishment*. O conceito de profissão não corresponderia a uma realidade social, mas à construção da Sociologia como uma profissão distinta. Daí a violência simbólica: a força político-organizacional de uma ortodoxia intelectual se impondo ao campo científico. A lógica operante no campo da política sendo transferida para o campo intelectual (BONELLI, 1993, p. 35).

Segundo Barbosa (1993), as análises de Bourdieu que abrangem o mundo social não se restringem apenas às relações econômicas. “Para Maria Lúcia Barbosa (1993), Bourdieu avança sobre os estudos por ela chamados funcionalistas e weberianos da sociologia das profissões, permitindo melhor compreensão do fenômeno” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p.142). Barbosa (1993) explica que a ideia de posse de capital é vista por Bourdieu como aspecto que define a posição social. Neste contexto, capital é entendido como espécie diversa que abrange as relações sociais, econômicas e culturais.

As profissões seriam, então, grupos ou classes sociais que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e mobilização de um tipo de capital, o cultural, considerado aqui como princípio de hierarquização oposto mas dialeticamente integrado ao capital econômico e ao capital social. É uma forma diferenciada de apropriação do capital cultural na medida em que define certas regras próprias, como a exigência de um grau mínimo de

institucionalização deste capital, principalmente através da produção de certificados, ou a relação – problemática – com o chamado conhecimento científico. A lógica do capital cultural, principal eixo de estruturação do campo das profissões, define as condições de produção (através da escola), de distribuição (através da atuação organizada no mercado) e de controle (através das diversas formas de hierarquização, organização e representação) dos profissionais. Em todas estas instâncias, o capital cultural integra-se às outras espécies de capital para produzir efeitos específicos, distinguindo agentes e grupos por suas posições e disposições (BARBOSA, 1993, p. 24).

Assim, Crivellari e Cunha (2009, p. 142) esclarecem que, na abordagem de Bourdieu, a profissão é entendida como:

[...] capital cultural e simbólico, que significa não apenas um acúmulo de conhecimentos, mas inclui, também, o próprio nome da profissão; a escola onde foi obtido o diploma é, também, fundamento de distinção; o diploma como mediação entre a escola e o posto de trabalho; o sistema de associações coletivas que representam os agentes, além das próprias escolhas individuais. Na condição de construção social, é um espaço de conflitos e de lutas, inclusive interprofissionais (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 142).

Crivellari e Cunha (2009) revelam que o sociólogo francês Pierre Bourdieu é significativamente citado nos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 6 (GT-6): Informação, Educação e Trabalho do ENANCIB. “Ele é citado para tratar alguns temas específicos, tais como a mudança de nomes da profissão, o poder de nomeação, o papel dos agentes coletivos, além dos conceitos de campo e *habitus*” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 142). Devido à importância destes dois conceitos, vale explicá-los. *Habitus* é “entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*” (BOURDIEU, 1983b⁷, p. 65 *apud* MARQUES, 2007, p. 53). O *habitus* é um produto histórico resultante de ações individuais e coletivas, (destacando-se o papel de agente ativo do indivíduo ou da coletividade), que desempenha a seguinte função:

[...] atuar como elemento de mediação social entre a sociedade e as práticas. Corresponde à ‘capacidade geradora’ produzida socialmente e intermediada por meio de experiências. [...].
O papel do *habitus* é produzir interiorização de crenças, verdades, comportamentos, atitudes,... [sic] tudo que é aceito/tolerado/estimulado/... e objetiva produzir um “efeito” (efeito aqui quer dizer reprodução, permanência no tempo-espaço, continuidade, capacidade de transferência, compartilhamento de valores, que informam a todos os outros a sua condição de reconhecido/reconhecimento) (MORAES, 2006, p. 41).

No âmbito profissional, os indivíduos que vivem em iguais condições sociais desenvolvem práticas comuns, sendo estas o *habitus* profissional:

Graças a estas disposições comuns, decorrentes de uma percepção comum de mundo socialmente forjada (generalidade perceptiva), interiorizadas ao longo de trajetórias no mesmo universo, cada profissional, obedecendo ao

⁷ BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983b. p. 46-81.

seu “gosto pessoal”, concorda, sem saber ou perceber, com muitos outros levados a agir em condições análogas (MORAES, 2006, p. 42).

Já a noção de campo científico, pode ser explicada da seguinte maneira:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983a⁸, p. 122-123 *apud* MARQUES, 2007, p. 53).

A explicação acima permite observar que o campo científico é um espaço de disputas de sentido entre concorrentes que não possuem o mesmo capital específico e se apropriam do trabalho científico de diferentes formas (MARQUES, 2007). “O território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital – partilhado por alguns – e se organiza na medida em que seus componentes possuem um interesse irreduzível e lutam por ele” (MORAES, 2006, p. 43).

O monopólio da autoridade e da competência científica são objetos de concorrência entre os membros do campo científico, por meio de uma disputa entre interesses e valores. O campo científico é caracterizado pelas lutas e alianças entre os pares, a fim de alcançar legitimação e afirmação simbólica e política. O Estado é quem faz a mediação entre os concorrentes e a legitimação, portanto, os “campos encontram-se em permanentes disputas pela hegemonia, e aquele capaz de angariar apoio estatal será favorecido em sua capacidade de ditar normas e condutas, produzindo ou constituindo-se como *habitus*” (MORAES, 2006, p. 42). Esta ação estatal é uma forma de exercício do poder simbólico, que consagra e revela o que já existe, permitindo, assim, o conhecimento e o reconhecimento da produção e da transmissão das formas simbólicas do *habitus* de um grupo (BOURDIEU, 2013).

André Santos (2011, p. 37) aponta que, no campo profissional, “Bourdieu vai salientar o papel do ensino superior para a conformação dos *habitus* dos grupos profissionais dominantes numa sociedade”. Deste modo, as faculdades seriam “um dos responsáveis pela transferência de algum capital simbólico para os novos ingressantes do campo e pela disseminação do *habitus* apropriado à inserção do novo profissional (neófito) no campo a que se destina” (SANTOS, A., 2011, p. 38).

A partir desta breve apresentação dos modelos teórico-metodológicos da Sociologia das Profissões, pode-se observar que este campo converge para a análise desta pesquisa. Portanto, as contribuições desta área serão exploradas, principalmente, a partir da

⁸ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 122-155.

abordagem sistêmica, sobre a centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais e a partir do estudo da organização profissional.

2.1.2 A centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais

Na Sociologia das Profissões, as diversas abordagens teórico-metodológicas, tanto as funcionalistas quanto as fenomenológicas ou marxistas, consideram que o conhecimento formal, abstrato de nível superior, é pré-requisito para classificar o que é uma profissão. Crivellari e Cunha (2004, p. 7) usam este mesmo critério para distinguir os conceitos de profissão e ocupação:

Os termos *profissão* e ocupação referem-se a atividades especializadas, condicionadas ao tipo de estratificação social e ao grau de divisão do trabalho predominante em uma determinada sociedade. Na essência, o que distingue os dois termos é, de fato, a existência de um corpo de saberes científicos. A *profissão*, do ponto de vista da Sociologia das Profissões, possui essa dimensão cognitiva, ligada a saberes específicos apenas acessíveis ao grupo profissional que os detém.

Nesse sentido, a formação profissional assume um papel crucial, pelo fato de o diploma constituir-se no principal fundamento do direito à autoridade. A profissão possui, ainda, uma dimensão normativa e valorativa, que define o seu papel social e hierárquico no conjunto da sociedade e em relação a outras profissões. São as associações profissionais, os sindicatos e o Estado que desempenham esse papel normalizador. Já a noção de ocupação, do ponto de vista do Ministério do Trabalho e do Emprego, é a unidade do sistema de classificação de ocupações. Nesse contexto, a ocupação é conceituada como o conjunto articulado de funções, tarefas e operações, que constituem as obrigações atribuídas a um trabalhador, destinadas à obtenção de produtos e serviços. (CRIVELLARI; CUNHA, 2004, p. 7).

Para Abadal Falgueras (1994), a profissão pode ser caracterizada por cinco elementos, a saber: formação institucionalizada, produção científica, mercado laboral específico, agrupamento em associações ou colégios profissionais e ações do poder público em políticas de desenvolvimento da informação e documentação. A abordagem sistêmica tem como marco os estudos de Abbott (1988), o qual define profissões como “grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimentos mais ou menos abstratos a casos particulares, com o objetivo de resolver problemas para uma clientela” (ABBOTT, 1988, p. 8). Rodrigues (2002) apresenta os pressupostos da formulação de Abbott, resultantes de estudo crítico sobre os conceitos da tradição disciplinar da Sociologia das Profissões:

- 1) O estudo das profissões deve centrar-se nas áreas de actividade sobre as quais detêm o direito de controlar a prestação de serviços – *jurisdições* –, isto é, no tipo de trabalho que desenvolvem e nas condições de exercício da actividade, e não apenas nas suas características culturais e organizativas;
- 2) as *disputas*, os *conflitos* e a *competição* em áreas jurisdicionais constituem a dinâmica de desenvolvimento profissional, pelo que a história das profissões é a história das condições e consequências da apresentação

de reclamação de jurisdição, por parte dos grupos ocupacionais, sobre áreas de actividade que já existem, são criadas ou estão sob o domínio de qualquer grupo;

3) as profissões existem no conjunto do sistema ocupacional e não como entidades isoladas, pelo que sua abordagem deve considerar o *sistema de interdependência* que caracteriza as relações entre os grupos profissionais;

4) o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o *conhecimento abstracto* controlado pelos grupos ocupacionais: a abstração confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstracção permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas;

5) os processos de desenvolvimento profissional são *multidireccionais*, não se podem sustentar as teses de tendência (profissionalização ou desprofissionalização) (RODRIGUES, 2002, p. 94-95).

Diante das competições entre grupos profissionais, Abbott (1988) aponta que a vulnerabilidade das jurisdições das tarefas profissionais é determinada pela própria natureza do trabalho profissional. Este trabalho incide sobre problemas humanos que serão resolvidos pelos peritos/*experts*. A diversidade dos problemas a serem solucionados pode ser vista em extremos variados, entre os quais se destaca o contraponto dos problemas objetivos (propostos por imperativos tecnológicos ou naturais) e dos subjetivos (dados culturalmente), que se distinguem pela possibilidade da resolução ocorrer por meio do trabalho cultural (RODRIGUES, 2002). A manutenção da jurisdição profissional depende da importância de seu sistema de conhecimento, assim “quanto maior o poder de abstracção teórica de uma profissão, mais sólida ela será no espaço social e no sistema profissional” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 140). Esta solidez revela-se na garantia de monopólio do espaço profissional, pois a sistematização do conhecimento permite a oferta de serviços com maior segurança, qualidade e eficácia.

Para Abbott, a principal característica distintiva das profissões seria o grau de abstracção do conhecimento que elas controlam. É através da abstracção que se pode diferenciar a competição interprofissional daquela que se realiza entre as ocupações em geral. O fator que habilitaria uma profissão a sobreviver no sistema seria o grau de abstracção dos conhecimentos que ela monopoliza, mas este grau é variável no tempo e no espaço (BARBOSA, 1993, p. 6).

“O fenômeno central da vida profissional é a ligação entre a profissão e o trabalho – o que Abbott denomina de jurisdição” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 42). As qualidades subjetivas de uma atividade profissional no âmbito da sua jurisdição, segundo Abbott (1988), possuem três partes: diagnóstico, inferência e tratamento.

O diagnóstico e o tratamento são actos de mediação, isto é, de mera gestão da informação, tendo na base sistemas de classificação de problemas que vão do comum ao esotérico; e neste sentido, se por um lado ajudam a clarificar e simplificar o trabalho profissional por outro tornam-no mais compreensível para os *outsiders*, permitindo mais facilmente a sua degradação. Assim a vulnerabilidade da jurisdição profissional pode ser afectada por algumas características do sistema de classificação de diagnóstico e tratamento.

A inferência, pelo contrário, é um acto puramente profissional, actua quando a conexão entre diagnóstico e tratamento é obscura, por exclusão ou por construção.

O mais importante aspecto da inferência na determinação da vulnerabilidade jurisdicional é actualmente exterior à inferência; de facto, a vulnerabilidade jurisdicional resulta do grau de predominância de inferência *versus* rotina na conexão do diagnóstico com o tratamento, sendo que tal conexão ou equilíbrio depende, ou é afectada, pela emergência dos grandes clientes, pela transferência do trabalho profissional para grandes organizações, mas sobretudo pelo desenvolvimento do conhecimento académico (RODRIGUES, 2002, p. 96).

Dentro desta lógica, o conhecimento académico é o diferencial que formaliza o saber-fazer da profissão, a partir do critério da lógica e da racionalidade em detrimento da prática e da eficácia.

A capacidade de uma profissão manter a sua jurisdição apoia-se parcialmente no poder e prestígio do seu conhecimento académico. Este prestígio reflecte a convicção pública errônea de que o conhecimento profissional é contínuo com o conhecimento prático da profissão e, portanto, o prestigiado saber abstracto implica trabalho profissional efectivo. De facto, o verdadeiro uso do saber profissional académico é menos prático do que simbólico. O conhecimento académico legitima o trabalho profissional através da clarificação das suas fundamentações e traça os mais elevados valores culturais. Na maioria das profissões modernas, estes são os valores da racionalidade, da lógica e da ciência. Os profissionais académicos demonstram o rigor, a clareza e o carácter cientificamente lógico do trabalho profissional, legitimando, portanto, esse trabalho no contexto de valores mais amplos (ABBOTT, 1988⁹, p. 53-54 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 96).

A definição da jurisdição profissional, todavia, não se limita ao diagnóstico, tratamento, inferência e ao conhecimento académico. “Jurisdição seria o laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle” (BARBOSA, 1993, p. 7); portanto, é preciso também “reconhecimento social da estrutura cognitiva, através de direitos exclusivos, os quais podem incluir o monopólio da prática profissional, o pagamento público dos serviços, o direito de autodisciplina, o controlo da formação, do recrutamento e das licenças” (RODRIGUES, 2002, p. 97). Outro fator importante na definição da jurisdição profissional é a ação dos diferentes tipos de organização social das profissões (associações, sindicatos, conselhos profissionais, etc), pois eles influenciam na escolha das reclamações jurisdicionais e no êxito de se efetivarem estas pretensões (RODRIGUES, 2002). Os diferentes saberes produzidos resultam nas diferentes profissões e o Estado elimina os concorrentes através de mecanismos legais, como, por exemplo, através da regulamentação das profissões e da delegação de autoridade aos conselhos de classe profissional para autorizar e fiscalizar o exercício profissional. Além disso, o Estado também pode incentivar o crescimento de um grupo profissional através de estímulos para a criação de cursos em instituições públicas. Os cursos mais recentes de Arquivologia e Museologia, por exemplo, foram impulsionados, a

⁹ ABBOTT, Andrew. **The System of Profession: An Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

partir de 2007, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), regulado pelo Decreto n°. 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI, como parte do Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC), foi responsável pela criação de seis cursos de Arquivologia e nove de Museologia (TANUS, 2013).

Rodrigues (2002) aponta que a origem do poder profissional, de acordo com as ideias de Abbott (1988), é diversa e indica algumas fontes deste poder: a jurisdição subjetiva (imposta culturalmente); a proteção do Estado, “muitas vezes requerida sob a retórica do afastamento de perigos e da criação de disciplina profissional” (RODRIGUES, 2002, p. 102); a aliança com classes sociais. O poder profissional é exercido nos campos de jurisdição legal, público e de situação de trabalho:

Perante o Estado, o poder é exercido através de pressões legislativas para que sejam estabelecidas entidades licenciadoras, usando-se essas entidades contra as profissões concorrentes, pressionando para que sejam estabelecidos monopólios, estatutários ou judiciais, de prestação de ou de pagamento de serviços, e para que sejam controladas legalmente os praticantes sem licença ou sem princípios éticos. Perante o público, o poder é exercido através de várias formas de intervenção na comunicação social [...]. Nos locais de trabalho, o poder é exercido através de várias formas de acções para reforçar a jurisdição legal, do controlo da linguagem profissional e da subordinação directa e simbólica. As diversas fontes de poder interprofissional afectam as várias áreas do exercício da actividade profissional. As alianças e outras formas de cooptação externa têm claramente o seu maior efeito na área legal, onde protagonistas externos ajudam directamente uma profissão a pressionar o aparelho de Estado. Nas esferas públicas e do trabalho, é o [desempenho do] cargo que tem mais efeitos, dado que a capacidade para definir os problemas e as medidas do sucesso permite a uma profissão fazer com que o seu trabalho pareça mais coerente e dedicado do que aparentaria numa apreciação imparcial (ABBOTT, 1988¹⁰, p. 138-139 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 103).

No âmbito da situação de trabalho, o êxito da jurisdição está relacionado à evidenciação da competência do grupo profissional; no âmbito legislativo, está relacionado ao envolvimento político. Assim, no estudo de nível público e legal da fixação de jurisdição profissional, “os atributos possuídos pelas profissões [...] podem ou não ser um facto; o que é importante é que a elite social, bem como os legisladores, esteja convencida da realidade de tais atributos” (RODRIGUES, 2002, p. 105).

Embora sejam múltiplas as origens do poder profissional, “o saber, os saberes, as competências e o conhecimento científico são um elemento essencial em qualquer das abordagens das profissões” (RODRIGUES, 2002, p. 111). O conhecimento científico não é condição suficiente para os processos de profissionalização, mas é condição necessária e indispensável:

¹⁰ ABBOTT, Andrew. **The System of Profession: An Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

Abbott (1988) considera que só o sistema de conhecimento abstracto pode definir os problemas e tarefas dos profissionais, defendê-los dos competidores e ajudá-los a conquistarem soluções novas para problemas novos – o conhecimento é assim a peça fundamental da autonomia profissional, das posições de poder e privilégio na sociedade e nas organizações, assegurando a sobrevivência no sistema de profissão competitivo (RODRIGUES, 2002, p. 112).

O conhecimento é fundamental para a construção do poder profissional e para manter e ampliar este poder é essencial a articulação com projetos políticos (RODRIGUES, 2002).

Assim, é consensual entre todos os autores, apesar de defenderem diferentes teses, que a relação política com o Estado, o papel das profissões no processo político, a sua dinâmica e estrutura política, a análise das suas redes de influência e acção colectiva são centrais para a compreensão das profissões nas sociedades contemporâneas (RODRIGUES, 2002, p. 123).

O Estado tem um papel ativo nas práticas profissionais que pode se dar, por exemplo, pelo emprego de profissionais, pela sua formação, pela regulamentação de profissões, ou pelas políticas públicas com consequências para estas. A regulamentação profissional é uma importante ação estatal, pois “as profissões regulamentadas há mais tempo têm uma condição mais favorável à prevenção do desemprego estrutural, à manutenção da mão de obra qualificada, à possibilidade de mobilidade ascendente e à estabilidade” (OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 institui, entre os direitos e garantias fundamentais, o “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (CF, art. 5, I XIII). Assim, é lícito exercer qualquer tipo de trabalho, ofício ou profissão, exceto em casos especiais, quando o interesse público prevalecer sobre os direitos individuais, devido aos riscos inerentes à execução da atividade e para proteger a coletividade (COSTA; VALENTE, 2008). Nestas situações, as profissões, com conhecimentos técnicos e científicos desenvolvidos, passam a ser regulamentadas através de lei que limita o livre exercício da atividade profissional ao fixar as competências profissionais e os requisitos de qualificação para exercê-la.

Todas as profissões relacionam-se com o Estado em alguma medida, mas esta relação é bem evidente no caso das profissões burocráticas.

As profissões burocráticas são ocupações cujos objectivos, valores-base e idealismo estão em consonância com os objetivos ideológicos do Estado, o qual garante à profissão, licenças, clientela pública e o respectivo pagamento, e esta fornece os serviços eficientemente, aceitando limitações à autonomia profissional, sobretudo no que respeita à escolha e definição dos clientes, bem como à possibilidade de ter clientes privados (RODRIGUES, 2002, p. 124).

O sucesso e a força profissional têm estrita relação com as alianças políticas, que podem ser construídas pelas associações, sindicatos e conselhos profissionais. O espaço ocupado por uma profissão e os espaços do campo jurisdicional podem ser divididos em *heartland*, *hinterland* e *horizon* (CRONIN; STIFFLER; DAY, 1983¹¹ *apud* CUNHA; CRIVELLARI, 2004).

O *heartland* pode ser considerado como o núcleo central da profissão. Segundo Abbott, cada profissão luta para manter este núcleo central sobre o qual tem um controle legal e completo. O *hinterland*, é definido por Cronin como a periferia da mesma e o *horizon* como as suas margens. Segundo Abbott e Cronin, Stiffler & Day, os novos espaços profissionais surgem a partir do *hinterland*, ou a partir da periferia, um espaço muitas vezes de confluência entre profissões próximas. Nesse espaço os profissionais são mais valorizados por sua *expertise* do que por seu diploma. Aí vão surgir as novas lutas por espaço, as novas lutas de poder profissional, de influência e de legitimidade para formar novas jurisdições, no sentido que Abbott dá a este termo (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 42).

No Brasil, entre as profissões de nível Superior, apenas Direito e Medicina são profissões fortes, com instrumentos de controle de mercado; nem mesmo as Engenharias, que são profissões tradicionais, são tão fortes quanto as outras duas anteriormente citadas (BONELLI, 1993). Portanto, a Arquivologia e a Museologia são fracas profissionalmente, mas isto não é uma característica intrínseca apenas a elas. “O fato de a força ser uma característica de pouquíssimas profissões significa que há, para as demais, oportunidades de interagir no sistema profissional, conquistando e perdendo espaços nas competições que o movimentam” (BONELLI, 1993, p. 53). Outro fator que interfere no baixo poder da organização social interna da profissão de Arquivista é o local de trabalho, uma vez que esta profissão está vinculada, geralmente, a instituições detentoras de arquivos, desempenhando uma atividade-meio nestes espaços.

Há locais que tendem a beneficiar certas profissões com domínio exclusivo. Hospitais, por exemplo, oferecem aos médicos o controle das decisões sobre o todo o trabalho que é realizado nas suas dependências, por eles próprios e pelas demais profissões e ocupações envolvidas no trabalho hospitalar. [...].

Em outros casos, o local de trabalho tem papel diferente. É o caso de profissões que nasceram ligadas a certas instituições e têm sido fortemente influenciadas por esse fato, como a biblioteconomia e o magistério de escola básica. Nessas, os objetivos do trabalho são em geral ditados por outros grupos, que detém [sic] controle sobre a instituição, e não a profissão que nela trabalha. São, de certa forma, profissões às quais faltam certos aspectos do poder. [...].

A estrutura interna da profissão interessa [sic] no modelo de Abbott [sic] porque quanto mais organizada, mais preparada estará para resistir a ataques de rivais e melhores as chances que têm de manter-se dominante no sistema (MUELLER, 2004, p. 40).

Abbott (1988) estuda as profissões “como sistema de inter-relações ou uma ecologia: cada uma delas influencia e é influenciada pelas outras” (CRIVELLARI; CUNHA,

¹¹ CRONIN, B.; STIFFLER, M.; DAY, D. The emergent market for information professionals: educational opportunities and implications. **Library Trends**, v. 42, n. 2, p. 257-276, Fall, 1993.

2009, p. 140). Se os limites de uma profissão não estão bem definidos, pode ocorrer uma disputa por espaço com profissionais de outras áreas que “invadem” o campo (CUNHA; CRIVELLARI, 2004). No âmbito desta competição interprofissional, por exemplo, os Museólogos e os Arquivistas disputam com os Historiadores o desempenho das atividades especializadas da área da cultura. A Arquivologia e a Museologia surgiram e, inicialmente, se desenvolveram a partir de aproximações científicas e positivistas com a História, “adquirindo, de início, a condição subsidiária de ‘ciências auxiliares’ que, mais tarde, foi posta em causa e substituída por uma infrene (e, em nossa opinião, indefensável) estratégia autonomista” (SILVA, 2002, p. 576).

No século XX, a distinção entre os documentos de guarda permanente, chamados vulgarmente de “documentos históricos”, e os documentos de guarda corrente e intermediária criaram condições para um lento, mas progressivo, afastamento entre Historiadores e Arquivistas (MIRANDA, 2011). Inclusive, a importância dos arquivos correntes nas instituições promoveu uma aliança entre a Arquivologia e a Biblioteconomia/Documentação (MARQUES, 2011).

Analisando caso a caso, detectar-se-á que a formulação dos cursos de Arquivologia passaram [sic] por mãos de bacharéis e docentes de Biblioteconomia e História. É reconhecida a contribuição dos profissionais que se dispuseram a elaborar projetos de cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras (DUARTE, 2006-2007, p. 146).

O movimento para a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo foi conduzido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (SANTOS, 2008).

No Brasil, é o Estado que confere o reconhecimento de uma profissão, por meio de leis que a definem, regulamentam e circunscrevem sua jurisdição. Muitas vezes, esse espaço legítimo de atuação profissional está atrelado aos certificados de cursos de graduação na área. A regulamentação da profissão de arquivista no Brasil, em 1978, é um exemplo da exigência de exclusividade no domínio das jurisdições profissionais e no exercício dos controles culturais e legais. Hoje, os concursos públicos restringem [sic] a ocupação dos cargos de arquivista (nível superior) aos diplomados na área (MARQUES, 2011, p. 45-46).

Em 28 de março de 1978, foi publicado, no Diário do Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.767/78, que foi transformado na Lei Ordinária nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Esta Lei diferencia-se do Projeto de Lei apenas no acréscimo de três novas atribuições para o Arquivista, constantes nos incisos II, III e IV, conforme o Art. 2º da referida Lei:

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

Vale destacar que esta lei vigora há quase 40 anos e nunca passou por alterações. Isto faz com que haja uma evidente defasagem nas atribuições dos Arquivistas, necessitando, portanto, de revisão (SOUZA, 2011).

A competição interprofissional entre Arquivistas e Historiadores pode ser observada nas investidas dos Historiadores de terem sua profissão regulamentada.

Richardson (1987), à mesma época que Abbott, enfatiza que a competição interprofissional consiste em importante fator no processo de profissionalização, por meio da definição dos padrões de formação, da apropriação dos atributos simbólicos do profissionalismo e do licenciamento das atividades (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 141)

Em 2014, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei nº 4.699/12, que regulamenta a profissão do Historiador. Atualmente, este Projeto de Lei está aguardando apreciação pelo Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Entre as atribuições do Historiador, esta proposta prevê: “assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica” (BRASIL, 2012) e “assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” (BRASIL, 2012). Estas duas atribuições que seriam competências exclusivas do Historiador conflitam com as seguintes atribuições do Arquivista estabelecidas por lei: “planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo” (BRASIL, 1978) e “orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” (BRASIL, 1978).

Para ratificar a importância dos Historiadores nos arquivos, a Associação Nacional de História (ANPUH) organizou, em 2012, o evento *O perfil profissional dos Historiadores atuantes em arquivos*. A plenária final deste acontecimento resultou em um documento que levou o mesmo título do evento. Foram cinco grupos de trabalho – “Formação do historiador para atuar em arquivos”; “Os historiadores e a difusão cultural em arquivos”; “Os historiadores e a gestão documental”; “A pesquisa feita por historiadores que trabalham em arquivos”; “Os historiadores e o atendimento aos usuários” – que refletiram sobre as atividades desenvolvidas em entidades que custodiam acervos arquivísticos (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012). Sobre estas atividades, foram

consideradas as seguintes situações: “aquelas que **devem** contar com a presença de historiadores profissionais, aquelas nas quais a participação de historiadores é **fortemente recomendável** e aquelas cuja atuação destes profissionais agrega significativo valor” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012). Nesta ocasião, conclui-se que:

[...] a presença de historiadores é imprescindível ao bom funcionamento dessas entidades custodiadoras, devendo esses profissionais atuarem nas diversas áreas e processos executados por essas instituições, compondo as equipes multidisciplinares responsáveis pelo seu funcionamento, em colaboração com profissionais de outras áreas, especialmente com os arquivistas. Também foi destacada a importância da inclusão de disciplinas e atividades voltadas ao tema nos currículos dos cursos de História a fim de que esses possam qualificar e aprofundar a formação de profissionais capazes de atuar em arquivos e entidades congêneres (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012).

Na história das profissões, as “fronteiras jurisdicionais das profissões estão sempre em disputa” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 141). É a definição destes limites jurisdicionais entre as profissões que estabelece e controla a divisão do trabalho entre elas (CRIVELLARI; CUNHA, 2009). A Arquivologia é um campo interdisciplinar, no qual é importante que Arquivistas e Historiadores trabalhem em colaboração, uma vez que ambos são construtores de memória social.

De certa forma, os desafios contemporâneos impostos pela Arquivologia e pela História, assim como as questões relacionadas à memória, ao patrimônio documental e à pesquisa histórica, colocam em destaque a necessidade do resgate de uma parceria há muito perdida. Desde o final do século XIX, quando ambas as disciplinas passaram a trilhar caminhos separados e divergentes, o crescente desconhecimento entre a História e a Arquivologia trouxe grandes perdas a ambas. Não se trata de capacitar o profissional de História a exercer as funções de um arquivista, mas de salientar a importância de aprofundar a formação dos historiadores para capacitá-los a atuar como pesquisadores e como profissionais nas instituições de custódia documental ao lado dos arquivistas (MIRANDA, 2012, p. 909).

Posterior à regulamentação da profissão do Arquivista, a Lei nº 7.287/84 regulamentou a profissão de Museólogo no Brasil. Esta Lei criou os conselhos profissionais, o que não ocorreu na regulamentação da profissão de Arquivista.

Art. 3º - São atribuições da profissão de Museólogo:

- I - ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II - planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV - solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, [sic] específico;
- V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII - definir o espaço museológico adequado a [sic] apresentação e guarda das coleções;

IX - informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;

X - dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;

XI - prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;

XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;

XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;

XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

[...]

Art. 6º - Fica autorizada a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia, como órgãos de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão dentre outras atribuições cabíveis (BRASIL, 1984).

Bruno (1997) considera fundamental a revisão desta Lei, uma vez que “ela está totalmente distante do que a teoria museológica considera como básico, para o exercício profissional, como também não corresponde às necessidades da atual realidade brasileira” (BRUNO, 1997, p. 20-21).

No Brasil, diferentemente de outros países, a Museologia é reconhecida como profissão sendo regulamentada por Lei própria. Assim, as bases para promover a aderência entre a formação acadêmica e o exercício profissional da Museologia são a Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo (Lei nº 7287/84 e Decreto nº 91775/85) e o Código de Ética Profissional, ambos os documentos vinculados ao Conselho Federal de Museologia (COFEM).

O reconhecimento da profissão de museólogo e seu conseqüente exercício profissional devem ser assumidos em uma postura colaborativa e não estritamente classista e fiscalizadora. Os museus são, por definição e por prática, instituições multidisciplinares que necessitam da presença de profissionais e pesquisadores de diversas áreas para desenvolvimento de projetos em equipes (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 47).

O mercado de trabalho do Museólogo ultrapassa os espaços dos museus, mas nem sempre isto foi compreendido. Deste modo, “definia-se o *campo de ação e mercado de trabalho do museólogo exclusivamente como o Museu; e, simultaneamente, o Museu não constituía o campo de trabalho exclusivo, ou mesmo preferencial (privilegiado) do museólogo*” (GUARNIERI, 2010a, p. 218). A falta de profissionais formados em Museologia e o caráter interdisciplinar da área resultaram em um pretexto para “alijar [o Museólogo] de seu campo de trabalho profissional, mesmo onde ele existia” (GUARNIERI, 2010a, p. 218). Assim, embora a profissão de Museólogo seja regulamentada, a prática museal ainda não está reconhecida na sociedade:

Isso em razão de as profissões não obterem seu reconhecimento social de maneira automática. Ocorreu o reconhecimento em plano legal pela aprovação das Leis que a regulamentam. Torna-se necessário, como em qualquer campo do conhecimento de formação recente, que se realize a consolidação das idéias do plano teórico e prático da Museologia para ser identificado o seu papel cultural e disseminá-lo junto a sociedade, a fim de

que o Museólogo possa ser amplamente reconhecido pelo tecido social composto pelos profissionais dos demais campos do conhecimento e por outros grupos que usufruem dos seus serviços.

O contexto acadêmico e de investigação nas universidades e institutos de pesquisa, o ambiente das práticas em museus e seu efetivo alcance junto aos mais variados atores sociais, a ação das entidades de representação profissional (conselhos e associações) junto com normas e leis que regulamentam o exercício da profissão é o conjunto que favorece o reconhecimento social da ação profissional (COSTA; LIMA, 2013).

O mercado de trabalho do Museólogo foi alvo de reflexões de Guarniere (2010a) e abaixo se apresenta apenas o primeiro tópico das conclusões:

1. Julgo que a regulamentação da profissão, embora condição necessária para a salvaguarda dos direitos do museólogo, *não é suficiente* para a plena conquista do mercado de trabalho.

1.1 Além de regulamentar a profissão é necessário lutar pela criação do *lugar, do espaço profissional*, através da criação de cargos e função, inclusive de chefia e direção.

1.2 Há que se cogitar da *valorização* do museólogo em termos de estabelecimento de *salário compatível, sistemas de promoções* etc.

1.3 Há que se cogitar de uma *hierarquia de cargos e funções museológicas, contemplando não apenas as direções e chefias, mas lembrando a multiplicidade dos tempos sociológicos brasileiros e as profundas diferenças regionais, para que não se perca o patrimônio cultural e a herança do povo brasileiro* onde apenas for possível o aproveitamento a curto e médio prazo de profissionais de nível médio e, mesmo, apenas pessoas treinadas ou que tenham recebido a “capacitação profissional” supletiva da formação adequada e ideal (GUARNIERE, 2010a, p. 222-223).

A profissão é decorrência da influência mútua que ocorre no mercado de trabalho e “dos espaços que se disputam, se conquistam e se perdem. É na dimensão da história da profissão que podemos detectar como ela vem se desenvolvendo, para diagnosticar suas vitórias e suas derrotas” (BONELLI, 1993, p. 44). Cada grupo profissional possui um campo de atividade exclusivo e também possui uma área suplementar de atividade, sendo este um campo residual de atuação profissional, na qual as profissões concorrem pelo mercado de trabalho (GUARNIERI, 2010a). O controle completo e legal, exercido por Arquivistas e Museólogos sobre certas atividades exclusivas, mantém esses grupos profissionais protegidos da incursão de outros grupos ao seu campo de atividades. O que, no entanto, não os exime da investida de alguns grupos, pois a disputa é uma característica estrutural da configuração do campo das profissões.

2.1.3 As profissões na sociedade democrática e a organização profissional

Rodrigues (2006) utiliza as ideias de Freidson (2000; 2001) para refletir como a instituição profissão articula-se em defesa dos regimes democráticos e do interesse público. Neste sentido, Rodrigues (2006) discorre sobre a forte desconfiança social em relação às profissões no Brasil e levanta a hipótese de que tal situação pode ser justificada pelo fato de que “o fenômeno das profissões regulamentadas esteve muito associado à construção dos

regimes autoritários e corporativos, num passado ainda recente” (RODRIGUES, 2006, p. 270). As regulamentações das profissões de Arquivista e Museólogo ocorreram durante o regime militar brasileiro, sendo a lei que regulamentou a primeira profissão publicada em 1978, no Governo do presidente Ernesto Geisel, e a segunda profissão em 1984, no Governo do presidente João Figueiredo.

Ástrea de Moraes e Castro publicou textos e documentos sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil, demarcando a sua participação no movimento associativo, a sua carreira como arquivista na Câmara dos Deputados, sobretudo, suas articulações junto ao diretor de ensino superior do Conselho Federal de Educação, Vicente Sobriño Porto, com quem teria relações pessoais, para conseguir a aprovação da graduação em Arquivologia. Também assegura que acionou as influências de Amália Lucy Geisel, filha do militar presidente da república Ernesto Geisel, para que a regulamentação da profissão acontecesse em 1978 (SILVA; ORRICO, 2012, p. 107).

Há um aumento dos grupos ocupacionais, dos membros dos grupos, das profissões regulamentadas e dos grupos ocupacionais que desejam o estatuto de profissão, segundo Rodrigues (2006). A autora destaca que o crescimento das profissões está associado ao crescimento do ensino Superior, ocorrido a partir dos anos 70 (RODRIGUES, 2006). Desde o surgimento das primeiras profissões de nível Superior no país, observa-se a regulamentação das profissões que estão na área ou na fronteira do novo curso criado (BONELLI, 1993). Segundo Oliveira e Crivellari (2013), “a regulamentação profissional favorece o reconhecimento e a estabilidade do grupo social”.

O aumento de profissionais no interior de cada grupo ocupacional implica consequências sobre dois aspectos, de acordo com Rodrigues (2006, p. 272-273):

- em primeiro lugar, a composição interna dos grupos porque, incidindo sobre uma base mais larga de recrutamento, passa a incluir, por exemplo, mulheres, indivíduos de diferentes origens (sociais, étnicas, etc.), ocasionando novas segmentações internas;
- em segundo lugar, as condições de exercício profissional, a natureza dos trabalhos desenvolvidos, as condições de remuneração, a inserção e os percursos profissionais, as carreiras, etc., ou seja, o modo como as profissões se relacionam e como se integram no mercado de trabalho (RODRIGUES, 2006, p. 272-273).

Essas duas alterações nas profissões e no mercado de trabalho suscitaram, segundo a autora, algumas teses que indicam para a degradação do fenômeno das profissões e do estatuto profissional e para a tendência à desprofissionalização. Frente a estas teses, a autora faz duas ressalvas:

Primeira nota: as análises sobre as condições de exercício, de remuneração e de acesso às profissões ganharão se forem articuladas com a análise dos efeitos de dimensão, de crescimento e de heterogeneidade interna nas situações dos profissionais no mercado de trabalho. Em todos os grupos profissionais coexistem profissionais muito bem remunerados e com posições de poder e prestígio, com profissionais com baixas remunerações e ocupados em funções menos prestigiadas. Por outro lado, a relação entre o estatuto profissional e a situação de exercício profissional, em particular com a integração em organizações públicas ou privadas, requer uma

atenção sistemática. Sendo os grupos profissionais internamente segmentados e hierarquizados, não podemos, nunca, tomar a parte pelo todo, sob risco de cairmos em generalizações abusivas.

Segunda nota: só a análise diacrónica ou temporal permite avaliar em que medida os mecanismos ditos de desprofissionalização funcionam, para o conjunto da profissão, como mecanismos de reforço do poder profissional, de alargamento da base de recrutamento e do campo de acção dos profissionais. Revela-se, assim, essencial, no estudo das profissões, a comparação no tempo ou no espaço dos fenómenos que se pretendem analisar (RODRIGUES, 2006, p. 273).

Feitas estas ressalvas, Rodrigues (2006) conclui que as alterações dentro de uma profissão, reforçadas por mudanças tecnológicas, mercadológicas e por mudanças realizadas pelo Estado, tais como as políticas públicas, desdobram-se em consequências geográficas e setoriais diversas.

Em alguns casos, assiste-se à criação de postos ou funções requerendo crescente autonomia e responsabilização dos agentes – isto é, à criação de espaços de afirmação do profissionalismo. Noutros, pelo contrário, os postos de trabalho tendem a dispensar ou a desvalorizar as capacidades e as competências individuais – isto é, são criados espaços de desprofissionalização (RODRIGUES, 2006, p. 273).

Os críticos contrários às profissões e aos profissionalismos baseiam-se em estudos que apontam uma função social negativa como característica das profissões, uma vez que “por detrás da ideologia do profissionalismo, desenvolver-se-iam mecanismos de fechamento social e de exclusão, originando e reproduzindo situações de dominação de privilégio e de desigualdade social e económica” (RODRIGUES, 2006, p. 274). Em perspectiva oposta, os defensores da função social positiva das profissões, a favor das profissões e dos profissionalismos, utilizam os seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, destaca-se que as profissões assentam num sistema de regras e de valores modernos, como os da racionalidade e do conhecimento, da meritocracia, da igualdade de oportunidades, do bem-estar social e da justiça, os quais se articulam de forma coerente com os sistemas de regras dominantes nas sociedades modernas e democráticas. Em segundo lugar, que no sistema de regras e de valores em que as profissões assentam estão inscritos a motivação altruística e a orientação da acção pelo desenvolvimento do conhecimento, da realização competente, da melhoria da qualidade dos serviços prestados e pela defesa do interesse público, e que estas motivações não são sempre, nem forçosamente, incompatíveis com o auto-interesse do profissional. Em terceiro lugar, considera-se que as profissões constituem uma forma alternativa de organização do trabalho e de autoridade baseada no conhecimento, e não em características individuais (como a raça, o sexo ou a idade), ou em recursos herdados (como a propriedade de capital ou a origem social). Finalmente, em quarto lugar, defende-se que o monopólio e o credencialismo, são elementos-chave dos privilégios económicos dos profissionais, mas são também elementos-chave na realização de trabalho competente, no desenvolvimento do conhecimento e dos saberes profissionais. O controlo da formação, da certificação e da prática profissional está na base também dos elevados padrões de qualidade alcançados em muitas áreas de conhecimento (RODRIGUES, 2006, p. 274-275).

Rodrigues (2006) aponta que o debate em torno dessas duas perspectivas sobre a função social das profissões tem sido utilizado na análise de privatizações de sistemas públicos e na avaliação de seus resultados. Grandes grupos profissionais com interesses nas ondas de privatizações advogam que a ineficiência e a improdutividade devem-se à defesa dos interesses próprios do corporativismo profissional e que tal situação seria revertida se submetida à lógica do mercado e da economia privada e que se for necessário adotar o modelo burocrático administrativo, este deve ser chefiado por gestores, e não por profissionais.

Os resultados das ondas de privatizações foram submetidos à avaliação e, de modo geral, conclui-se que as privatizações desorganizaram o serviço público e diminuíram a sua qualidade (RODRIGUES, 2006). O estudo desta avaliação revelou que os grupos profissionais podem ser vistos como defensores do interesse público, uma vez que:

[...] apresentam-se como portadores de valores alternativos orientados para a defesa da qualidade e da universalidade dos serviços profissionais, para a realização do trabalho subordinada a critérios de competência, para o desenvolvimento dos conhecimentos, a independência de julgamento e de acção na prestação do serviço profissional. Ou seja, os grupos profissionais resistiram e opuseram-se à prevalência das lógicas de mercado, aos argumentos da eficiência e da redução dos custos quando estes se revelaram incompatíveis com a qualidade e a realização competente, com a autonomia e, portanto, com o interesse público (RODRIGUES, 2006, p. 276).

Contudo, a autora afirma que essa conclusão não tem sido suficiente para reestabelecer a confiança, uma vez que há várias ambivalências, tensões no universo das profissões, dentre elas a autora cita as seguintes:

- a tensão entre abertura e fechamento social, ou seja, a tensão resultante da aplicação de normas que visam garantir o princípio democrático da igualdade de oportunidades especificada, por exemplo, no acesso ao ensino e às profissões, em conflito com os movimentos de protecção de interesses, de fechamento dos mercados de serviços profissionais, minimizando os processos de perda de privilégios e a degradação das condições de trabalho;
- a tensão entre massificação e especificação meritocrática, ou seja, a tensão entre os processos de massificação que resultam da extensão de direitos e garantias individuais básicos e a diferenciação resultante do mérito e/ou da desigual distribuição de outros recursos;
- a tensão entre autonomia e controlo, ou seja, a tensão entre o poder de decisão dos profissionais na resolução de problemas (poder assente na autoridade dos saberes e competências técnicos) e a necessidade de institucionalização de mecanismos de responsabilização individual e de controlo social dos processos e dos resultados;
- a tensão entre interesse público e interesse privado, ou seja, a tensão resultante da sobreposição (ou da ausência de clarificação) dos interesses, muitas vezes antagónicos, do bem público, do Estado, dos cidadãos, de grupos económicos organizados, de membros do grupo profissional, da associação que os representa ou do seu líder (RODRIGUES, 2006, p. 276-277).

A autora ressalta que se deve almejar não simplesmente as superações das tensões apontadas acima. O que se deve buscar é “a construção de equilíbrios que sejam

compatíveis com o funcionamento das sociedades democráticas” (RODRIGUES, 2006, p. 277).

A extensão do credencialismo e das situações de monopólio indicam tendências para “generalizar não apenas a exigência de diplomas e de formação formal como condição de acesso a determinadas áreas de actividade, mas também a aspiração à criação de situações de monopólio ou de protecção de mercado” (RODRIGUES, 2006, p. 277). Os excessos das tendências do credencialismo podem resultar na rejeição do reconhecimento da experiência, como meio de adquirir competências, produzindo uma uniformização social, que sujeita a formação (nas instituições de ensino) apenas ao mercado profissional. Já os excessos cometidos na protecção de mercados (monopólios) colocam em risco a participação ampla da sociedade no mercado de trabalho. Para garantir a democracia, a autora destaca a importância do equilíbrio no que concerne tanto ao credencialismo quanto ao monopólio (RODRIGUES, 2006).

A busca por estes equilíbrios e pela confiança pública nas profissões pode ser conduzida pelas instituições de representação profissional (conselhos, sindicatos, ordens, etc). Estas instituições devem elaborar instrumentos que garantam a defesa do interesse público e a confiança nelas mesmas, tais como código de ética profissional e mecanismos de controle profissional.

A organização dos profissionais em grupos, como, associações, sindicatos e conselhos, reflete em envolvimento comunitário e em laços de reciprocidade e confiança. As práticas colaborativas e a participação de indivíduos que acreditam no trabalho coletivo e no civismo resultante desta ação são o reflexo da organização profissional. As ações colaborativas desenvolvidas pelos grupos profissionais organizados são fundamentais para a afirmação da identidade profissional. Para compreender melhor a organização profissional é importante abordar o conceito de capital social, principalmente, devido ao seu enfoque coletivo e estrutural.

Neves e Helal (2007, p. 61) apontam duas correntes teóricas que explicam o que é capital social: “uma que vê o capital social como algo pertencente a uma comunidade ou sociedade; e outra que analisa esse tipo de capital como algo que pode ser apropriado pelos indivíduos”. A primeira visão, segundo os autores, é representada pelo pensamento de Putnam (2000) e Coleman (1988), que defendem que o capital social existe em nível de sociedade e não pode ser internalizado pelo indivíduo, sendo um “produto da confiança, da existência de regras de reciprocidade e de sistemas de participação cívica” (NEVES; HELAL, 2007, p.62). A segunda visão, constante nos trabalhos de Bourdieu (1980), Granovetter (1973; 1995) e Alejandro Portes (1998), é uma visão microsociológica, a qual considera que o capital social pode ser internalizado pelo indivíduo, sendo as redes de relacionamento um dos elementos do capital social (NEVES; HELAL, 2007).

Para Bourdieu (1980), capital social é definido como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Nessa visão, capital social é algo que pertence ao indivíduo e por ele pode ser utilizado de modo a produzir benefícios, inclusive de ordem econômica (maiores salários, acesso a emprego e a melhores cargos nas empresas, etc.). Segundo Bourdieu, o estoque de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é de posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (NEVES; HELAL, 2007, p. 63).

Embora exista uma diversidade de entendimentos sobre capital social, há dois elementos comuns às diversas abordagens: confiança e redes de relacionamentos (NEVES; HELAL, 2007). A rede de relacionamentos, vista como a inserção do indivíduo em grupos ou organizações cívicas formais, destaca a relevância dos relacionamentos fora do círculo familiar e de amigos próximos. Esta inserção é conhecida como laços fracos (GRANOVETTER, 1973), por se tratar de laços indiretos, “como aqueles encontrados entre os indivíduos participantes de um grupo ou associação, são importantes, pois conectam os indivíduos a uma maior gama de informações e conhecimentos relativos a empregos” (NEVES; HELAL, 2007, p. 64).

A relação de proporcionalidade direta entre o aumento de estoque do capital social do indivíduo e a possibilidade de estar empregado é defendida por Neves e Helal (2007). Os resultados das pesquisas destes autores mostram que:

[...] o capital social – medido aqui pelo associativismo – alavanca as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho formal, porém não ao informal. Visto que [sic] para a maior parte da população pobre [sic] as oportunidades ocupacionais estão no mercado de trabalho informal no Brasil, vemos que o capital social tende a favorecer mais as populações de maior nível socioeconômico.

[...] a abordagem teórica sobre capital social – que nós chamamos aqui de individualista –, que identifica a possibilidade de os indivíduos instrumentalizarem suas redes de relacionamento para, assim, obter benefícios individuais, mostrou-se adequada. Todavia, os resultados mostraram também que o capital social é um recurso que talvez seja melhor instrumentalizado por aqueles que já têm um maior estoque de outros tipos de capital (financeiro, humano ou cultural) (NEVES; HELAL, 2007, p. 69-70).

Na pesquisa de Tomás, Xavier e Dulci (2007) o capital social é operacionalizado como a participação em associações, ou seja, em redes de relacionamentos de laços fracos. Os autores entendem que as redes de relacionamento extrapolam a participação em associações e o que deve ser considerado é a confiança, a intensidade e a durabilidade destas relações. Todavia, a participação em associações é a medida utilizada na pesquisa para representar as redes de relacionamento:

Como o conceito [de redes de relacionamento] apresenta uma complexidade maior do que é possível medir com as bases de dados disponíveis, aqui se adotará uma medida de participação em entidades e

associações, sejam elas religiosas, sindicais, de moradores, não governamentais, dentre outras, como *proxy* de capital social. Pressupõe-se que aquelas pessoas que participam de uma ou mais entidades ampliam sua rede de relacionamentos (laços fracos), adquirindo maior influência e informação, indispensáveis para sua inserção, permanência e obtenção de melhores cargos e salários no mercado de trabalho (TOMÁS; XAVIER; DULCI, 2007, p.82).

“As associações, de caráter civil, são independentes do Estado, enquanto os sindicatos e os conselhos regionais e federal estão vinculados ao Ministério do Trabalho, constituindo-se em veículo de controle estatal” (OLIVEIRA, J., 2012, p. 26). Os Conselhos profissionais são criados para fiscalizar o exercício profissional para garantir o interesse da sociedade. Assim, “se o Estado entende que uma atividade profissional deva ser regulamentada, urge, mesmo que num posterior momento, a necessidade da criação de Conselhos Federal e Regionais para fiscalizar esse exercício profissional” (COSTA; VALENTE, 2008, p. 5). Deste modo, a ação dos conselhos deve ser guiada pela proteção da coletividade e não pelos interesses da categoria profissional organizada. Criados por lei, os conselhos profissionais são caracterizados juridicamente como autarquias, da administração pública indireta, dotadas de personalidade de direito público, que exercem poder de polícia sobre as respectivas profissões regulamentadas. “Com efeito, as entidades de fiscalização profissional, no exercício do poder de polícia, devem zelar pela preservação de dois aspectos essenciais, **que são a ética e a habilitação técnica adequada para o exercício profissional**” (COSTA; VALENTE, 2008, p. 8). Os Museólogos dispõem do Conselho Federal de Museologia, e vinculam-se a este, seis Conselhos Regionais de Museologia, sendo a representação através do conselho a forma mais significativa para os Museólogos. Os Arquivistas, entretanto, não possuem esta entidade.

O sindicato, no Brasil, é regulado pelo Decreto-Lei nº 1.402/1939, sendo uma forma de associação profissional para representar o empregado. São deveres dos sindicatos:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões;
- b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
- c) manter serviços de assistência judiciária para os associados;
- d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social;
- e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho (BRASIL, 1939).

Não há um sindicato para os Museólogos, no entanto, em São Paulo, existe o Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Documentalistas, Arquivistas, Auxiliares de Biblioteca e de Centros de Documentação do Estado de São Paulo (SINBIESP). Para representação dos Arquivistas, em 2008, foi criado o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo (SINARQUIVO).

A Associação Brasileira de Museologia defende, principalmente, a memória, os museus e a Museologia, não tendo, portanto, grande destaque a defesa dos interesses profissionais. Neste sentido, Guarniere (2010a, p. 223) alerta:

Mas não vejo como defender os interesses dos *museólogos e dos demais trabalhadores em museus* se estes não estiverem agrupados em *associações de classe democraticamente formadas, democraticamente eleitas e com critérios democráticos de admissão, permanência e exercício de direitos* (GUARNIERE, 2010a, p. 223).

Certamente, a classe arquivística é mais bem representada pelas associações estaduais de Arquivistas, que lutam pelos interesses corporativistas de seus associados. De acordo com o Código Civil (BRASIL, 2002c), as associações são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos.

Para Marques, as associações tiveram relevante papel como espaços de articulação das demandas do mundo do trabalho e das reflexões sobre as questões arquivísticas, representando um sinal de interesse e mobilização nos meios profissionais em torno da integração da classe, certamente, onde a possibilidade do ensino de arquivo na universidade foi idealizada (SILVA; ORRICO, 2012, p. 106).

Assim, as organizações profissionais exercem um importante papel na coletividade. As representações profissionais nas sociedades democráticas podem ser organizadas de diferentes formas, a fim de defender o bem comum e uma causa social. Deste modo, a organização profissional permite o exercício de uma cidadania mais ampla.

2.2 A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVISTAS

Nesta seção da pesquisa, é apresentada uma breve contextualização sócio-histórica da Arquivologia; em seguida, é exposto o cenário histórico brasileiro da Arquivologia e da formação do Arquivista; a diante, é abordado o objeto de trabalho do Arquivista, atendo-se às exposições de Bellotto (2014); por último, são feitas algumas considerações sobre a burocracia e os arquivos.

2.2.1 Breve contextualização sócio-histórica da Arquivologia

Definir um marco para o início da profissão do Arquivista é uma incumbência hercúlea, porém, há dois momentos decisivos para a identificação de seu corpo teórico: “a definição do conceito de fundo de arquivo [e conseqüente formulação do princípio da proveniência¹²], em 1841, e, já na segunda metade do século XX, o surgimento da teoria

¹² “Princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo. Corresponde à expressão francesa *respect des fonds*, e à inglesa *provenance*” (PAES, 2004, p. 27).

das três idades”¹³ (SOUZA, 2011, p. 52-53). As técnicas de guardar, preservar e organizar os documentos apontam para o surgimento da Arquivologia (ARAÚJO *et al.*, 2010) e “em paralelo à aparição dos arquivos, nasce o profissional que exerce as atribuições nele” (SOUZA, 2011, p. 52).

Na sua origem, a função de arquivista confunde [sic] com a do escriba do antigo Egito. Pessoa de confiança, no segredo do poder ou dos poderosos, ela redige, transcreve e conserva os documentos normativos, as contas e a correspondência. O ofício do arquivista aparece quando essas duas atribuições – a escrita e sua guarda – se separam. Essa dupla função permanece na área judiciária e jurídica, desempenhada por escrivães e tabeliães (DELMAS, 2010, p. 80).

O profissional atuante em arquivos nem sempre foi designado como “Arquivista”:

Os arquivistas, tal como são hoje conhecidos, apareceram no final da Idade Média chamados então de arquivários (*arquivaires*), tornando-se arquivistas em 1701. Trata-se, portanto, de fenômeno relativamente recente, particularmente visível com o desenvolvimento da administração moderna no Antigo Regime (Secretarias de Estado da Guerra, da Marinha etc.). A partir do final do século XVIII e durante o século XIX, os escrivães, tabeliães ou secretários (etimologicamente, os que guardam o segredo) dessas repartições foram substituídos por funcionários especiais chamados funcionários de ordem (*commis d'ordre*) que asseguravam o arquivamento dos documentos das seções de uma mesma repartição. O termo arquivista foi progressivamente identificado, no século XIX, com os arquivistas paleógrafos, diplomados pela *École des Chartes*, que conservavam os documentos vindos das seções onde se instruíam os processos, em setores alheios à sua produção e guarda de primeira idade, com a finalidade de pesquisa histórica. Entretanto, eram habilitados a fornecer cópias autenticadas dos documentos que eles conservavam (DELMAS, 2010, p. 81).

Uma série de transformações marcou a Arquivologia em seu processo de busca pela condição de disciplina científica. A Arquivologia iniciou-se como uma ciência empírica com finalidade administrativa até a Idade Moderna, quando “se encerra um período da História, em que os Arquivos tiveram um papel de serviço às instituições e Governos que os fizeram nascer. Em suma, foram colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios” (REIS, 2006). Como referência significativa sobre “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31), destaca-se a publicação da obra *De re diplomática*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681.

A história dos arquivos e da Arquivística¹⁴ também esteve associada aos tesouros dos príncipes e papas medievais ou ao “gabinete de curiosidades” do homem culto renascentista. A partir do século XVIII, passa a se ocupar da afirmação do Estado Nacional e da criação de sua memória e identidade (JARDIM, 2001). Este processo de afirmação do

¹³ Segundo a Teoria das três idades, “os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário” (BRASIL, 2005, p. 160).

¹⁴ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), arquivologia e arquivística são sinônimos, sendo a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos” (BRASIL, 2005, p. 37).

Estado e da história da Nação foi desencadeado pela Revolução Francesa, em 1789. Corroborando com as demandas de estabelecer uma memória nacional, é criado em 1790, na França, o Arquivo Nacional e, a partir de então, são criados depósitos centrais de arquivos em vários lugares da Europa (FONSECA, 2005). “Durante a Revolução Francesa [sic] proclamou-se um princípio fundamental que só algumas décadas depois teria desdobramentos: o de que os arquivos, propriedade da nação, deveriam ser postos à disposição dos cidadãos” (SANTOS, 2008, p. 86). Em 1838, foi criado, na Inglaterra, o *Public Record Office* (SILVA, 2012), que seguia os mesmos modelos do Arquivo Nacional francês (SANTOS, 2008).

No ensino da Arquivística, o primeiro marco mais representativo se deu em 1821, na *École des Chartes*. Inicialmente, esta instituição foi fundada para ocupar-se com a publicação dos “monumentos” escritos da história da França, mas acabou por ocupar-se também na participação da formação do Arquivista-paleógrafo e do Bibliotecário (RIBEIRO, 2002). A partir do século XIX, segundo Cruz Mundet (2009), a Arquivística passou a ser disciplina auxiliar da História:

Entre 1830 y 1850, de arsenal tradicional del poder, los archivos se convierten en laboratorios de la historia, con todas las consecuencias que ello comporta, de manera destacable el corte fundamental, y desafortunado, entre los archivos históricos y los administrativos (CRUZ MUNDET, 2009, p. 39).

Esta perspectiva historicista, marca a Arquivologia “tradicional”, “custodial”, de inspiração francesa, italiana e espanhola (LOPES, 2000), que focaliza os arquivos permanentes. Araújo (2010) assinala que esta abordagem tem dois marcos principais: a elaboração do princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, em 1841, e a publicação do *Handeling voor het ordenen en beschrijven van Archieven* (Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, conhecido também como Manual dos Arquivistas Holandeses), em 1898. O princípio de respeito aos fundos, ou princípio da proveniência, postula que os documentos de um mesmo fundo devem ser mantidos reunidos; esta forma de organizar contrapõe-se à organização por assuntos. Para Ribeiro (2002), o Manual dos Arquivistas Holandeses representa a entrada da Arquivística em uma fase técnica, pois, até esse momento, a “profissão de arquivista foi [havia sido] por muito tempo um ofício empírico e de bom-senso. Alguns, comparando-o com a arte militar, diziam que era uma arte simples e apenas de execução” (DELMAS, 2010, p. 113). Esta fase técnica e racional se acentua e se define após a Segunda Guerra Mundial devido à “explosão documental”, e tem por característica a busca por soluções práticas para as grandes massas documentais acumuladas. Estas duas perspectivas, histórica e técnica, também designadas como paradigma histórico-tecnista (RIBEIRO, 2002), prevaleceram na formação dos profissionais de arquivo.

As transformações sociais e econômicas do início do século XX, principalmente, o surgimento, nos Estados Unidos da América, da perspectiva da “gestão de documentos”¹⁵, converteram a Arquivologia em disciplina auxiliar da Administração (SOUZA, 2011). Esta perspectiva tem como interesse os documentos de valor primário e sua obra de referência é de autoria de Schellenberg, intitulada *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, publicada em 1973 (ARAÚJO, 2010). Schellenberg também foi o responsável por desenvolver a noção da Teoria das Três Idades, através do conceito de *records centers* (centros de arquivamento intermediário), apresentado no relatório, de 1948, de um grupo de trabalho liderado por ele, que objetivou analisar os problemas relacionados à gestão de documentos (MARQUES, 2011). Neste mesmo ano, criou-se o Conselho Internacional de Arquivos, direcionado para “a coordenação e busca de consenso acerca dos conceitos e métodos de trabalho utilizados pelos profissionais da área [...]. Tendo por missão a promoção da preservação e [o] acesso aos arquivos em todo o mundo, por meio da cooperação internacional” (MARQUES, 2011, p. 110).

Em meados do século XX, nos países anglo-saxões, observa-se uma clara distinção entre os profissionais de arquivos: *Archivists* (Arquivistas) e *Records managers* (Gestor de documentos). Os *Archivists* ocupam-se com os arquivos permanentes, com as atividades de conservação e com objetivos históricos, culturais e de pesquisa; enquanto os *Records managers* são responsáveis por um controle sistemático da informação e dos documentos de fase corrente e intermediária do ciclo documental, a fim de conduzir as atividades administrativas. Embora haja esta separação profissional, ambos os profissionais pautam-se nas atividades e nos instrumentos de trabalho tipicamente arquivísticos (CRUZ MUNDET, 2009).

Na década de 1980, a produção da Arquivologia canadense, tendo como expoentes “os trabalhos de autores como Couture, Gagnon-Arguin e Rousseau, ligados à Universidade de Montreal” (ARAÚJO, 2010, p. 179), propõe a perspectiva da “arquivística integrada”. Segundo Rousseau e Couture (1994), interessam à Arquivologia igualmente os arquivos que abrigam documentos de valores primário e secundário, ou seja, a Arquivologia integra todo o ciclo documental. Supera-se, assim, nesta perspectiva, a separação entre a gestão de documentos (responsável pelos arquivos correntes e intermediários) e a Arquivística “tradicional” (focada nos arquivos permanentes), bem como suas respectivas cisões profissionais, *records managers* e *archivists*. “Nesse sentido, a Arquivística Integrada busca uma reintegração da disciplina, focando seus estudos na gestão da informação

¹⁵ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a gestão de documentos é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos” (BRASIL, 2005, p. 100).

orgânica e em sua importância para o fortalecimento da disciplina nos séculos XX e XXI” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 27).

No início da década de 1990, frente às novas tecnologias da informação e da comunicação, a Arquivologia foi estudada, no Canadá, a partir de uma perspectiva pós-custodial ou pós-moderna, “defendida por Thomassen, Taylor e Cook, entre outros, que entendem que o objeto deve deslocar-se do arquivo para a informação arquivística” (ARAÚJO, 2010, p. 180). Esta perspectiva aborda uma participação mais ativa do Arquivista, que não se resume à custódia dos documentos, uma vez que “passamos da era da simples custodialidade dos arquivos, para interferir em seu processo de criação, seleção e guarda” (ZAMMATARO, 2013, p. 353). Assim, neste ponto de vista, merece destaque o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos, que permite ao Arquivista compreender a função, o processo e a atividade que gerou o documento (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011).

[A arquivística pós-moderna ou pós-custodial] defende que o documento se transformou de objeto físico em objeto conceitual, e que seus componentes – estrutura, conteúdo e contexto – agora não estão mais reunidos no documento, mas dispersos em diversas formas de armazenagem de dados (COOK, 1997; FONSECA, 2005, p. 63). Consequentemente, os problemas relacionados à produção, organização, armazenamento, busca, transmissão e utilização da informação tornaram-se mais complexos e passaram a demandar enfoques interdisciplinares (OLIVEIRA, F., 2012, p. 99).

As mudanças ao longo do século XX e a configuração da sociedade da informação contribuíram para a definição da Arquivologia como disciplina científica com identidade própria (em formação) e que possui fronteiras permeáveis, no campo da interdisciplinaridade, do ensino, da pesquisa e da configuração institucional, com a Ciência da Informação (JARDIM, 2001). Observa-se que, no espaço acadêmico, principalmente em nível de Pós-Graduação, a Arquivologia aproxima-se da Ciência da Informação (MARQUES, 2012):

Acreditamos que esses diálogos da Arquivologia com outras disciplinas, sobretudo com a Ciência da Informação, não afetam sua identidade como disciplina científica: afinal, ‘autonomia não significa isolamento’ (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.73). O amadurecimento da disciplina se traduziu na necessidade de criação dos cursos de graduação e, posteriormente, no desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* (MARQUES, 2012, p. 30).

2.2.2 Panorama histórico da Arquivologia e da formação do Arquivista no Brasil

O Arquivo Nacional, por meio do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, define o Arquivista como “profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado” (BRASIL, 2005, p. 26). Tal definição

faz referência ao conceito apresentado pela Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo. O Arquivista é responsável por planejar, orientar, elaborar, assessorar e promover produtos e serviços que visem à criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos documentos de arquivo (ROSSEAU; COUTURE, 1994). Deste modo, é um profissional imprescindível para “toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte” (SOUZA, 2011, p. 51). Para ser um Arquivista no Brasil, atendendo os requisitos legais, é indispensável a Graduação em Arquivologia, todavia, sabe-se que:

Certamente a formação de um profissional não se esgota apenas no curso de graduação. Os cursos de extensão e especialização, o exercício da atividade, o dia-a-dia, tudo isso consiste em um constante aprendizado extremamente importante e válido. De qualquer forma, os cursos superiores de arquivo conferem ao arquivista o embasamento necessário que lhe permite, sem deformações, entender todo o fluxo documental e executar os serviços que tornam um arquivo eficiente (ESPOSEL, 1994, p. 84).

Antes de serem criados os cursos universitários de Arquivologia, os profissionais que atuavam no Arquivo Nacional e nos demais arquivos brasileiros eram capacitados, principalmente, pelas instituições arquivísticas.

[...] até a criação desses cursos [universitários], as reflexões sobre a área originavam-se, basicamente, nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos (MARQUES, 2012, p. 22).

No Brasil, o Arquivo Público do Império foi criado em 1838 – mesmo ano de instituição do *Public Record Office*, na Inglaterra (SILVA, 2012). A partir de 1893, esta instituição esteve sob a denominação de Arquivo Público Nacional e, desde 1911 até o momento presente, é nomeado de Arquivo Nacional (TANUS; ARAÚJO, 2013). Atualmente, compete ao Arquivo Nacional, segundo o artigo 18, da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, “a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos” (BRASIL, 1991a).

No período em que os cursos de Arquivologia não haviam sido criados no Brasil, o Arquivo Nacional ofertou cursos para atender as “necessidades de habilitação técnica de pessoal para a organização dos acervos produzidos/acumulados no País” (MARQUES, 2012, p. 22). Outra alternativa para a qualificação dos profissionais atuantes em arquivos eram os cursos esporádicos ofertados na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT),

de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁶ e no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (MARQUES, 2007). Além disso, cursos optativos de Arquivística foram ofertados em programas de Biblioteconomia, como, por exemplo, a partir de 1967, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em programas de História, como na UFF, a partir de 1970 (OLIVEIRA, F., 2012). Surgiram também alguns cursos de Pós-Graduação *lato sensu* com conteúdos arquivísticos; dentre eles, destacou-se o Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1968, que “de forma regular, por mais de duas décadas, [...] revelou-se uma experiência bem sucedida, ao formar um corpo de especialistas em arquivos” (SANTOS, 2008, p. 140).

O primeiro curso regular de Arquivologia no Brasil foi o Curso Permanente de Arquivo (CPA), com duração de dois anos, o qual teve início em 1960, no Arquivo Nacional. A década seguinte foi um período profícuo para a configuração científica da Arquivologia brasileira (MARQUES, 2011). A comunidade profissional da área de arquivos pôde reunir-se de forma organizada, em 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e de seus núcleos regionais¹⁷. O movimento associativo foi determinante na institucionalização do campo arquivístico no país (SILVA; ORRICO, 2012). A AAB organizou o I Congresso Brasileiro de Arquivologia e iniciou a publicação do importante periódico “Arquivo & Administração”, ambos em 1972 (TANUS; ARAÚJO, 2013). Em 1973, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concedeu ao Arquivo Nacional mandato universitário para realizar o Curso Permanente de Arquivo. Em 1974, foi aprovada a Resolução nº 28 do Conselho Federal de Educação, que determinava o Currículo Mínimo para os cursos de Arquivologia no Brasil (MARIZ, 2012). Sua criação contou com a participação da AAB (RONCAGLIO, 2012) – dispunha de quinze matérias, a saber: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I a IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado, Uma Língua Estrangeira Moderna (OLIVIERA, F., 2012). Assim, o currículo mínimo limitava a liberdade de criação dos currículos dos cursos universitários de Arquivologia.

O Curso Permanente de Arquivo foi transferido, em 1977, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do

¹⁶ A Fundação Getúlio Vargas criou e implementou seu Sistema de Arquivos e este evento foi um marco inicial para a institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil (SILVA; ORRICO, 2012).

¹⁷ Os núcleos regionais deveriam repassar 20% da receita para a sede da AAB. As diferentes disputas deste modelo arquivístico com filiais, resultou, em 1998, na extinção dos núcleos regionais da AAB (SILVA; ORRICO, 2012). Em 2015, a AAB dissolveu-se em reunião extraordinária.

Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), conquistando o espaço universitário e passou a ser designado como curso de Arquivologia (MARQUES; RODRIGUES, 2011). No ano seguinte, foi regulamentada a profissão do Arquivista, devido, principalmente, aos esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Também nesta década de 1970, foram criados dois cursos de Arquivologia.

Atualmente, no Brasil existem dezesseis cursos de Arquivologia em atividade, os quais são presenciais, formam bacharéis e são ofertados em universidades públicas. Souza (2011) fez um mapeamento do período em que as universidades criaram os cursos de Arquivologia. Segundo a autora, os primeiros cursos de Arquivologia no Brasil foram criados na década de 1970: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Na década de 1990, foram criados cinco cursos universitários de Arquivologia: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A partir dos anos 2000, foram criados outros oito cursos: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 2003; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2006; Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2008; Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2009; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010, e Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2012¹⁸. Os cursos criados após 2007 receberam investimentos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve por objetivo ampliar o acesso à educação de nível superior no Brasil.

Segundo Rodrigues (2011), seguindo tendências internacionais, após os anos de 1990, no Brasil, a centralidade do ensino e da pesquisa em Arquivologia deslocou-se das instituições arquivísticas públicas para as universidades. Três anos após o processo de redemocratização do país, foi sancionada a Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Esta lei “reconhece, de um lado, o dever do Estado acerca da gestão e preservação dos documentos públicos e, de outro, o direito de informação do cidadão” (MARQUES, 2011, p.101).

No final da década de 1970, a profissão do arquivista e de técnico de arquivo foram regulamentadas [sic] mas, do nosso ponto de vista, seria a Lei de Arquivos de 1991 que, pela primeira vez, sintetizaria as questões centrais relacionadas à gestão e preservação documental, convidando a

¹⁸ O Centro Universitário Assunção (UNIFAI) divulga em seu site (<<http://www3.unifai.edu.br/cursos/graduacao/arquivologia>>, acesso em: 06 maio 2016), a oferta do bacharelado em Arquivologia. No entanto, o site do Ministério da Educação (<<http://emec.mec.gov.br/>>, acesso em 06 maio 2016) informa que o curso de Arquivologia da UNIFAI encontra-se extinto.

comunidade arquivística a reflexões mais aprofundadas sobre sua responsabilidade social (MARQUES; RODRIGUES, 2011, p. 78).

Para além da Graduação, a partir da década de 1990, houve um aumento de dissertações e teses com temáticas arquivísticas, “sobretudo nas áreas de ciência da informação (UFF, UnB, UFMG, UFRJ/Ibict), história social (USP) e memória social (UNIRIO)” (SANTOS, 2012, p.66). Recentemente, em 2012, a UNIRIO lançou o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), que inaugurou uma nova experiência na qualificação dos Arquivistas. Os profissionais também puderam dar continuidade aos estudos por meio dos cursos de especialização.

Atualmente, os Arquivistas estão organizados profissionalmente em associações estaduais – Associação de Arquivistas de São Paulo, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas da Bahia, Associação Brasileira de Arquivologia, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo, Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, Associação Mineira de Arquivistas, Associação dos Arquivistas da Paraíba, Associação de Arquivistas do Estado do Ceará e Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina – e no Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo. Todas as associações estaduais estão congregadas, desde 2014, no Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil (FNArq), que é um colegiado que reúne, coordena e representa os interesses das associações.

Cabe destacar que a fiscalização do exercício profissional, no Brasil, é responsabilidade dos Conselhos de Fiscalização de Atividades Profissionais. Todavia, ainda não existe um Conselho Profissional para os Arquivistas brasileiros e o exercício da profissão depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho (BRASIL, 1978). É importante esclarecer que o Conselho Nacional de Arquivos é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional, o qual define a política nacional de arquivos (BRASIL, 1991a); não correspondendo, portanto, a uma instituição de representação profissional.

A estruturação dos cursos de Arquivologia criados até 2001 foi balizada pelo Currículo Mínimo (OLIVEIRA, F., 2012), embora, em 1996, tenha sido promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, flexibilizando a estruturação dos currículos universitários. Tal medida está expressa no artigo 53, inciso II, o qual assegura às universidades, observadas as diretrizes gerais pertinentes, fixar os currículos de seus cursos e programas.

Na graduação, em 1996, a exigência de um programa mínimo foi abolida devido a um ajuste no sistema universitário brasileiro, que, na busca de flexibilidade, procurou dar mais autonomia para que cada universidade moldasse os cursos em função de necessidades regionais. Entretanto, os tópicos principais continuaram os mesmos e, em termos práticos, as disciplinas fundamentais são sempre contempladas (LOPEZ, 2012. p. 183-184).

O Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, por meio do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, aprovou a proposta de diretrizes dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº 20, de 13 de março de 2002, ficaram estabelecidas as diretrizes para os cursos de Arquivologia.

A harmonização dos currículos de Arquivologia, por meio de um tronco comum de disciplinas acadêmicas, é uma discussão antiga, mas ainda pouco desenvolvida (SOUZA, 2011). Sobre a harmonização dos currículos, há alguns debates em curso. Discute-se, por exemplo, sobre um modelo de currículo mínimo internacional para a formação do Arquivista:

À diferença de muitas outras profissões, não parece haver um modelo universalmente aplicável para a formação dos arquivistas que possa comparar a nível internacional. Se podem observar vários métodos de formação que, em cada caso, estão fortemente vinculados ao caráter, tradições, as limitações internas e externas e a história da profissão nos diversos países (MENNE-HARITZ, 1992¹⁹, p. 58 *apud* SOUZA, 2011, p. 111).

Outro debate refere-se aos esforços “para uma possível harmonização na formação profissional envolvendo Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivística” (JARDIM, 2001). Frente às características marcantes dos currículos, Jardim (2001) alerta que:

O currículo não é um produto mas um processo que envolve professores, alunos, egressos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho etc. na sua elaboração e avaliação. Construir ou alterar um currículo pressupõe pesquisar o conjunto de aspectos que envolvam o perfil do profissional que se pretende formar (JARDIM, 2001).

Fonseca (1999a) aponta que os currículos dos cursos de Arquivologia estariam voltados para a formação de um profissional preparado para atuar na administração pública, embora as instituições arquivísticas tenham permanecido, ao longo da história brasileira, em posição periférica na estrutura estatal. Neste sentido, a Arquivologia tem sido produzida e reproduzida nas instituições arquivísticas como um saber de Estado (JARDIM, 2001). No que concerne aos currículos dos cursos de Arquivologia, Jardim (2001) também considera que os cursos têm formado profissionais para atender às demandas do Estado nos arquivos públicos.

No que se refere à atuação do Arquivista na iniciativa privada, observa-se que este profissional não é identificado pelas empresas privadas como um ator “necessário às suas perspectivas de busca da chamada ‘qualidade total’ [...], o arquivista ainda é visto como um organizador de papéis e não como um gestor de informações e documentos”

¹⁹ MENNE-HARITZ, Angelika. Formación en archivística: satisfaciendo las necesidades de la sociedad del siglo XXI. **Foro Archivístico**, México, n. 4, jul./dez. 1992. p. 57-74.

(FONSECA, 1999a). A ideia de que o Arquivista é desvalorizado na sociedade também é compartilhada por Silva (2007, p. 114):

Infelizmente, [...] a realidade que comumente enfrentam depois de formados é a dos arquivos instalados ou abandonados em porões ou subsolos, ou plaquinhas nas portas indicando a localização do “arquivo morto”. No lugar do gestor de recursos documentais e informacionais arquivísticos, o arquivista é predominantemente visto como uma espécie de guardador de papel. Assumindo o senso comum, as empresas que deveriam valorizar as funções e o papel desses profissionais não percebem que além de gestor, o arquivista age na interface das relações entre pessoas, entre instituições e entre pessoas e instituições (SILVA, 2007, p. 114).

Esta desvalorização do Arquivista ocorre não só na iniciativa privada, mas também na administração pública:

O baixo desempenho dos alunos no vestibular e a baixa relação candidato/vaga observada são indicadores relacionados à pequena visibilidade das funções do arquivista na sociedade brasileira como um todo e à negligência em relação aos arquivos, tanto por parte da administração pública quanto por parte das instituições privadas, o que estabelece um pequeno mercado de trabalho profissional. Como parte deste fenômeno, temos a grande defasagem entre a grande oferta de postos para estágio e a baixa oferta de postos para arquivistas formados. Todos estes fatores marcam profundamente o perfil do aluno que ingressa no curso de Arquivologia (FONSECA, 1999a).

A visibilidade social do Arquivista poderá melhorar se houver mudanças curriculares que visem a alcançar o mercado de trabalho de forma mais ampla, incluindo as demandas das empresas privadas, e que enfatizem “questões contemporâneas relacionadas [...] ao gerenciamento e uso de redes [...] de comunicação, à geração, gerência e uso de bases de dados, aos novos [?] suportes da informação e seu consequente impacto na gestão de documentos” (FONSECA, 1999a). Andrade (2006) afirma que a capacidade de lidar com as tecnologias é uma habilidade elementar aos Arquivistas, sendo uma ferramenta facilitadora de seu trabalho. Contudo, o autor aponta a existência de um problema que relaciona a distância entre a evolução das tecnologias da informação e o ensino e aprendizagem destas nos cursos de Arquivologia.

Percebe-se, então, que a evolução das tecnologias utilizadas em ambientes informacionais deve ser acompanhada e entendida pelos profissionais da informação, sob pena de não conseguirem atuar no desenvolvimento das soluções informacionais necessárias ao ambiente onde atuam.

Neste cenário, o profissional arquivista, em particular, deverá estar habilitado a exercer as diversas atividades a que se propõe, considerando as tecnologias disponíveis. Entre essas atividades, destacam-se: a produção documental/informacional, a utilização e destinação de documentos, a gestão da informação, a preservação e a disseminação da informação arquivística (ANDRADE, 2006, p. 153-154).

Acompanhando o processo e os avanços tecnológicos, a profissão do Arquivista passou por mudanças de atribuições:

Se, anteriormente, os arquivistas estavam destinados a trabalhar, basicamente, nos arquivos históricos, como guardadores da informação, atualmente sua atuação tem experimentado novos desafios. A eles se lhes

atribui a gestão da informação desde o momento de sua gênese até sua destinação final ou guarda permanente. Entre esses dois processos de trabalho, englobam-se todas as funções arquivísticas. Os avanços tecnológicos, que têm lugar diariamente, refletem-se nas tarefas e serviços dos arquivos e os arquivistas devem manter uma atualização contínua a fim de seguir sendo profissionais reconhecidos e respeitados na sociedade (SOUZA, 2011, p. 53).

Os avanços da sociedade brasileira na área da transparência administrativa e os desafios das novas tecnologias realçam a necessidade de o Arquivista definir e defender seu campo de atuação.

Se com a tecnologia digital podemos construir coleções documentais ou fundos arquivísticos de caráter permanente; se podemos, com as redes, torná-los acessíveis a estudantes, acadêmicos, eruditos, ou mesmo para o entretenimento e para o lazer para todos os povos do mundo, o que devemos, então fazer para enfrentar o desafio é exatamente definir papéis, direitos e responsabilidades dos arquivos em prover o acesso público aos conteúdos informacionais que guardam. Com estes papéis definidos, com a participação ativa da sociedade como totalidade, e não apenas das sociedades ou associações profissionais, é que faremos com que nossas instituições ajudem a conduzir as oportunidades que temos, agora, em nosso tempo. Não se trata tão simplesmente de uma ação de categoria profissional, trata-se de um movimento com profundas correlações históricas, trata-se de nos reconhecermos, histórica, social e culturalmente, na documentação arquivística que é produzida no país, particularmente da documentação chamada de permanente, histórica (SILVA, 2007, p. 114).

Silva (2007) afirma que a formação e a profissão do Arquivista é um produto sócio-histórico e destaca a importância das reflexões em torno da ciência e do humanismo na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Cientistas da informação. Especificamente no que concerne ao Arquivista e ao pós-graduado em Ciência da Informação (CI), o autor questiona e conclui:

Como ser arquivista ou pós-graduado em CI sem conhecimentos mais firmes sobre instituições, culturas, redes sociais, sobre o direito, a administração e as humanidades? Naturalmente nunca nos bastarão o conhecimento de algumas novas tecnologias gerenciais e de informação e comunicação (SILVA, 2007, p. 110-111).

No ambiente universitário, Jardim (2001) constata que os docentes dos cursos de Arquivologia dedicam-se pouco à pesquisa científica voltada para o conhecimento arquivístico. Isto contribui para o pequeno número de discentes que se dedicam à pesquisa, à iniciação científica e a ausência de obrigatoriedade, na maioria dos cursos de Graduação, de apresentar monografia ao final do curso. Marques e Rodrigues (2011), ao analisar a configuração da pesquisa em Arquivologia no Brasil, constata a coexistência de duas situações:

A primeira, animadora, demonstra que a área vem, de fato, conquistando seu estatuto científico, além dos cursos de graduação que vêm propiciando o desenvolvimento da necessária *cultura de pesquisa*, dos congressos, dos periódicos e da própria legislação arquivística que tem avançado no sentido de abrigar questões já estudadas e aperfeiçoadas em pesquisas da área. [...].

A segunda situação, menos animadora e mais desafiadora, sugere, mesmo em uma análise bastante limitada desses números, que a área ainda carece de recursos no Brasil, sobretudo em razão de aspectos políticos-institucionais [sic] (MARQUES; RODRIGUES, 2011, p. 102-103).

Costa (2008) considera que a relação entre teoria *versus* prática na formação dos Arquivistas brasileiros deve ser repensada, para atender, não só às expectativas do mercado de trabalho, mas também às necessidades de aperfeiçoamento da formação do Arquivista. Sousa (1999, p.169) adverte sobre os riscos da separação entre teoria e prática:

[...] as relações entre teoria e prática não podem ser entendidas de maneira simplista ou mecânica. E a separação, a dissociação, a desvinculação entre teoria e prática segmentam e hierarquizam o saber. O ensino sustentado nessas bases torna-se desconectado de um contexto mais amplo, aumentando o hiato entre este e a prática profissional (SOUSA, 1999, p. 169).

A formação do Arquivista e, por consequência, a estrutura curricular precisam buscar, cada vez mais, harmonia com o mercado de trabalho e com os campos que dialogam interdisciplinarmente com a Arquivologia.

Contudo, as novas demandas sociais de informação tornaram necessária a reavaliação do perfil profissional que as instituições de ensino preparam para o mercado de trabalho. O que não significa que a academia deva se tornar escrava das demandas do mercado de trabalho, sujeito a frequentes oscilações e modismos, mas que precisa buscar harmonia com as expectativas do mercado, por meio de currículos mais coerentes com as necessidades de aprendizado; currículos que possibilitem ao profissional adquirir, de fato, as competências e habilidade requeridas para o exercício da profissão (OLIVEIRA, F., 2012, p. 104).

As relações entre formação e mercado de trabalho são complexas e é importante conhecê-las para que a formação acadêmica desdobre na atuação profissional, tal questão relacional foi apontada por Bellotto (2004, p.302):

Muitos especialistas que se preocupam com a formação e o desenvolvimento profissional do arquivista, no âmbito internacional, são unânimes ao reconhecer as deficiências da formação, a falta de relação entre o mercado de trabalho e o mundo universitário, assim como ao apontar as fraquezas internas da profissão vindas não só da debilidade de formação, senão também da carência de uma maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das tecnologias acompanhada pelo mesmo ritmo no ensino e aprendizagem (BELLOTTO, 2004, p. 302).

No entanto, ao pensar o alinhamento entre currículos e mercado de trabalho, deve-se manter uma postura cautelosa, a qual considere que:

[...] não há um profissional a ser formado, mas diferentes profissionais para atuarem nas realidades deste país heterogêneo e por vez paradoxal... [sic] o mercado de trabalho não pode e nem deve ser o único elemento norteador das atividades de ensino pois estas transcendem àquelas (GUIMARÃES, 1992²⁰, p. 185 *apud* JARDIM, 2001).

²⁰ GUIMARÃES, José Augusto. Perspectivas e tendências no ensino de Graduação no Estado de São Paulo. In: PROBLACIÓN, Dinah A. (Coord.). **Ensino de Graduação em Biblioteconomia no Estado de São Paulo (1989-1991)**: estudos curriculares. São Paulo, ECA-USP, 1992.

A educação profissional, de acordo com Theo Thomassen (1994²¹, p.507 *apud* JARDIM, 2001), “deve frequentemente cruzar as fronteiras entre assuntos, [sic] especializados, disciplinas tradicionais e profissões afins e entre o mundo do conhecimento e o mundo do trabalho”.

2.2.3 O objeto de trabalho do Arquivista

Jardim e Fonseca (1998²², *apud* SILVA, 2012) revelam que, na Arquivologia, as escolas de pensamento mais conservadoras, representadas pelos arquivos públicos europeus, situam o arquivo – “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; [...] arquivo (*fond d'archive*) custodiado por uma instituição arquivística” (FONSECA, 2005, p. 55) – como objeto da Arquivologia. Em outra visão conservadora, o documento arquivístico – conjuntos documentais orgânicos – também foi apontado como objeto de estudo da Arquivologia (RONDINELLI, 2005). Os documentos arquivísticos seriam a informação registrada em qualquer suporte, produzida ou recebida no curso das atividades de uma instituição ou pessoa e que contém conteúdo, contexto e estruturas que servem de evidência dessas atividades. Assim, o documento arquivístico é fonte de prova, e não prova em si, e este potencial probatório é consequência de suas características distintivas: autenticidade, naturalidade, unicidade, imparcialidade e inter-relacionamento (RONDINELLI, 2005).

Por outro lado, as escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá consideram que o objeto seria a informação arquivística, ou seja, “informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida” (FONSECA, 2005, p. 59). Nos anos de 1980, a informação assumiu relevante importância na sociedade e a produção bibliográfica na área da Arquivologia começou a utilizar a expressão *informação arquivística* (SILVA, 2012), inclusive para delimitar o seu objeto de estudo.

As características da chamada sociedade da informação têm propiciado o surgimento de novos elementos aos processos de produção, gerenciamento e utilização dos arquivos [...]. Assim, o objeto da arquivística tem se deslocado da categoria de arquivos para outras, como documentos arquivísticos, e, mais recentemente, informação arquivística. A ampliação do domínio de estudos dessa área vem apresentando novos desafios teórico-metodológicos e a aproximação com outras áreas, particularmente

²¹ THOMASSEN, Theo. Continuing professional education and the archival profession. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PROFESSIONAL TRAINING, 4, 1992. **Actes...** Paris: Saur, 1994.

²² JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernardete Santos *et al.* **Formas e expressões de conhecimento.** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

com as tecnologias da informação (JARDIM; FONSECA, 1992²³, p. 29 *apud* COSTA, 2012, p. 126).

Silva (2012) questiona se não houve apenas uma mudança nominal do conceito de documento arquivístico para a noção de informação arquivística. Apesar de o autor admitir que não há consenso sobre as concepções do que seja informação arquivística, identifica algumas categorias de aproximação entre as diversas concepções. São elas: “informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento” (SILVA, 2012, p. 62). Os resultados de sua pesquisa “apontam para uma noção de informação arquivística que mantém a centralidade da entidade documental no campo arquivístico” (SILVA, 2012, p. 64).

Embora não exista concordância quanto ao objeto de trabalho do Arquivista, esta pesquisa ateu-se às exposições de Bellotto (2014), que considera o documento de arquivo como o principal objeto de trabalho do Arquivista. O documento de arquivo é um produto social e uma “ferramenta comunicativa de determinada sociedade. Por isso, as formas do documento evoluíram segundo a função que cumprem e segundo os progressos políticos, econômicos e, inclusive, tecnológicos de cada época” (TALLAFIGO, 2002²⁴, p. 27 *apud* BELLOTTO, 2014, p. 330). Para garantir a cidadania, a governabilidade, o entendimento e o respeito aos direitos e deveres dos governantes e governados, os documentos de arquivo devem ter as seguintes características: autenticidade, confiabilidade, integridade e permanência (BELLOTTO, 2014).

A especificidade do documento de arquivo consiste em seu caráter probatório e informativo/testemunhal e em ser regido por dois princípios fundamentais: princípio da proveniência (vínculo com a entidade produtora/recebedora/acumuladora) e princípio da organicidade (vínculo orgânico com os outros documentos de seu conjunto) (BELLOTTO, 2014). Tais especificidades revelam que o contexto no qual os documentos se inserem tem primazia frente ao conteúdo dos documentos; desta forma, “só o assessoramento da proveniência e do contexto é que asseguram resultados satisfatórios contra a confusão e a perda do que realmente interessa saber dos documentos de arquivo” (BELLOTTO, 2014, p. 335). Conhecer e manter este contexto para os documentos eletrônicos é tarefa desafiadora, tendo em vista que várias informações contextuais não estão visíveis e não são rotineiramente registradas; esta situação poderá ser solucionada através da participação dos Arquivistas no desenho dos sistemas de metadados (DOLLAR, 1992²⁵ *apud* BELLOTTO, 2014).

²³ JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 2, p. 29-45, 1992.

²⁴ TALLAFIGO, Manuel Romero. **Historia del documento en la Edad Contemporánea: la comunicación y la representación del poder de la nación**. Carmona: S&C Ediciones, 2002.

²⁵ DOLLAR, Charles. **Archival Theory and Information Technologies: The Impact of Information Technologies on Archival Principles and Methods**. Macerata: University of Macerata, 1992.

Ao analisar a gênese do documento de arquivo até sua função final na sociedade, Bellotto (2014) parte da premissa que o documento nasce como prova e permanece como informação/testemunho. A gênese do documento de arquivo se inicia dentro de uma proveniência e de um vínculo orgânico e destacam-se três elementos desta etapa: o fato (acontecimento que pode desdobrar-se em ato), a natureza jurídica do ato (relaciona-se à escolha do tipo documental adequado para cumprimento de uma atividade ou ordem para que se efetue uma atividade; a atividade está inserida no conjunto de competências e funções de uma entidade) e a forma de redação (momento da documentação que utiliza os caracteres formais em obediência à tipologia documental) (BELLOTTO, 2014). Após a criação do documento, este será divulgado, tramitado (dependendo do tipo de ação a tramitação poderá ser anterior à divulgação) e arquivado.

O documento arquivado está no arquivo, bem como sua informação. Neste sentido, Bellotto (2014) indica que a expressão “documento de arquivo” é a que melhor representa este documento e é capaz de apontar para a especificidade do documento (neste caso, a especificidade é ser “de arquivo”), que remete às características inerentes ao documento localizado no arquivo. Desta forma, Bellotto (2014) critica o uso do termo “documento arquivístico” e “informação arquivística”, apontando que tais expressões caíram no uso comum, embora reflitam uma imprecisão terminológica:

[...] a verdade é que aquele documento, aquela informação, a que está no arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é arquivística. Posso dar um exemplo esclarecedor. Um livro ou um artigo de revista científica sobre, por exemplo, o tratamento do câncer, por acaso é uma informação bibliográfica ou biblioteconômica por que está na biblioteca? Ou ela é uma informação médica, oncológica, científica? E se o mesmo livro ou documento estiver na minha casa? Será informação domiciliar? Mas esse é apenas um parêntesis para fazer pensar nessas e em muitas outras imprecisões terminológicas... (BELLOTTO, 2014, p. 339).

Incorporado ao seu conjunto (processo, série, classe, grupo, fundo) que integra uma mesma proveniência, o documento arquivado possui estrutura e substância bem definidas. A estrutura relaciona-se aos aspectos físicos do documento, tais como espaço, volume, suporte, formato, forma e gênero. A substância, por sua vez, diz respeito à proveniência, ao contexto, à atividade que determina o documento, à datação, ao tipo documental (BELLOTTO, 2014).

Conhecida a gênese, a estrutura e a substância, “o documento de arquivo já gerado, legitimado e tramitando ou vivenciando seu valor/uso primário, e posteriormente o seu valor/uso secundário, passa a cumprir a sua função” (BELLOTTO, 2014, p. 341). As funções do documento são: provar e testemunhar e, em ambos os casos, informar (BELLOTTO, 2014).

A função de provar relaciona-se ao valor primário do documento e pretende demonstrar e estabelecer “verdades” em relação ao que o documento registra, podendo ser prova jurídica, administrativa ou financeira. Testemunhar é a função que o documento assume ao adquirir valor secundário e de evidenciar o que já foi prova. O documento de arquivo, ao testemunhar ou ao provar, cumpre a função de informar, de permitir conhecer coisas, seres e fatos que pertencem ao contexto do conjunto documental em que estão inseridos. Em uma visão mais ampliada do sentido da informação e do documento, Bruno Delmas (1996²⁶ *apud* BELLOTTO, 2014), citando Dominique Perrin, aponta mais duas funções para documento de arquivo: entender e comunicar.

Apresentadas as funções dos documentos de arquivo, cabe expor para que serve o arquivo: provar, lembrar, compreender e identificar (DELMAS, 2010, p. 21). “Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social” (DELMAS, 2010, p. 21).

Da gênese à sua função, os documentos de arquivo possuem as seguintes qualidades: exclusividade (princípio da unicidade), inter-relação (princípio da organicidade), indivisibilidade (princípio da integridade arquivística) e constância (garante a conservação dos dados e da comunicação). Além disso, conclui-se que os documentos de arquivo são produzidos “para a gestão administrativa e para as provas jurídicas, onde quer que se necessite delas, nunca por capricho ou fantasia” (BELLOTTO, 2014, p. 341).

Assim, estas considerações sobre o documento de arquivo são importantes para conhecer melhor o objeto de trabalho do Arquivista e para compreender a prática do Arquivista de forma ampla. Independe de onde esteja atuando, o Arquivista deve estar ciente de que “a finalidade dos arquivos não é outra senão a de oferecer serviços à sociedade, materializados nas informações prestadas às entidades, aos cidadãos, aos estudiosos” (BELLOTTO, 2014, p. 342).

2.2.4 A burocracia e os arquivos: algumas considerações

Segundo Fonseca (1999b), o estabelecimento de limites ao poder do Estado foi ideia fundamental para a configuração do Estado liberal e democrático. Na base deste Estado, encontram-se as instituições formadoras da administração pública, incluindo-se as instituições arquivísticas (FONSECA, 2005). A partir desta ideia, observa-se a emergência de dois aspectos úteis para a reflexão sobre a questão do acesso às informações e a participação dos cidadãos no controle do poder dos dirigentes e dos administradores do

²⁶ PERRIN *apud* DELMAS, Bruno. Manifesto for a Contemporary Diplomats: From Institutional Documents to Organic Information, **The American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, 1996.

Estado moderno e democrático: o aparelho administrativo e burocrático do Estado e a publicidade de suas ações (FONSECA, 1999b). Corroborando com este pensamento de Fonseca (1999b), Santos (2006), ao analisar o funcionamento do Estado brasileiro e suas relações com a produção de documentos, aponta duas características essenciais ao moderno funcionamento do Estado: a burocracia e a democracia (que requer publicidade das ações do Estado).

Sobre o funcionamento específico da burocracia administrativa, Max Weber (1999) aponta a manifestação das seguintes características: “rege o princípio das competências oficiais fixas” (WEBER, 1999, p. 198); “rege o princípio da hierarquia dos cargos” (WEBER, 1999, p. 199); “baseia-se em documentos (atas), cujo original ou rascunho se guarda, e em um quadro de funcionários subalternos e escrivães de todas as espécies” (WEBER, 1999, p. 199); “pressupõe, em regra, uma intensa instrução na matéria” (WEBER, 1999, p. 200); “requer o emprego da plena força de trabalho do funcionário” (WEBER, 1999, p. 200); “realiza-se de acordo com regras gerais mais ou menos fixas e mais ou menos abrangentes, que podem ser aprendidas” (WEBER, 1999, p. 200).

Segundo Weber (1999), as características apresentadas acima têm as seguintes consequências: a) o cargo é profissão, na medida em que requer uma formação previamente fixada; b) no âmbito da posição pessoal do funcionário, observa-se: desejo pela estima social “estamental”; nomeação do funcionário burocrático por uma instância superior; garantias jurídicas que protegem o funcionário contra arbitrariedades de perda do cargo, resultando na vitaliciedade do cargo; recebimento de uma remuneração que considera o nível da função desempenhada e o tempo de serviço, a trajetória de uma carreira a ser percorrida pelo funcionário, de cargos inferiores para superiores.

O cargo burocrático, de acordo com o autor, tem por pressupostos sociais e econômicos: o desenvolvimento da economia monetária; o desenvolvimento quantitativo da administração; a ampliação intensiva e qualitativa da administração; superioridade puramente técnica – “precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discricção, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática” (WEBER, 1999, p. 212) –; a concentração dos meios de serviço materiais na mão do senhor; o nivelamento, no mínimo relativo, das diferenças econômicas e sociais.

A documentação produzida na burocracia weberiana ocasionou uma explosão documental, no pós Segunda Grande Guerra Mundial, que fez com que a visão historicista do arquivo desse lugar a uma dimensão administrativa (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009). Além disso, a burocracia weberiana “adequa-se à análise da questão dos arquivos públicos, tanto como produto de atividades administrativas quanto como unidades do aparelho de Estado” (FONSECA, 1999b). Jardim (1999, p. 47) reconhece que os “arquivos – *sejam como*

conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado – constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências de poder simbólico”.

No Brasil, o termo “burocracia” é comumente empregado para representar a administração ineficiente, lenta, com excessos de regulamentos e de produção de registros documentais no processo de tramitação das decisões. Santos (2006, p. 159) faz o seguinte esclarecimento sobre este sentido pejorativo da burocracia:

Na verdade, a organização burocrática pode ser boa ou má dependendo da forma como é administrada. No caso brasileiro, podemos afirmar que a burocracia negativa, resulta, entre outras coisas, do excesso de controle ou formalismo, da carência por métodos mais racionais de trabalho e, em muitos casos, apenas da falta de bom senso (SANTOS, 2006, p. 159).

Por outro lado, a burocracia weberiana sob um prisma positivo e técnico consiste em uma “administração pública eficiente, baseada em normas, em funções específicas, em atribuições de esferas de competência bem delimitadas e em critérios de assunção e de carreira no serviço público” (FONSECA, 2005, p. 37).

Na origem da Arquivologia, observam-se os “aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando [sic] eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos” (FONSECA, 2005, p. 55). Na gestão racional do Estado burocrático, “os documentos e os arquivos são, [...], a expressão material mais clara e o mais firme sustentáculo da natureza institucional da administração pública” (AMPUDIA MELLO, 1998²⁷, p.38 *apud* FONSECA, 2005, p. 38). A fim de garantir a eficiência e eficácia das ações do Estado burocrático, a produção documental da administração pública precisa ser bem gerida e, para isso, é importante que se recorra às teorias e aos métodos da Arquivologia.

No que concerne à faceta democrática do Estado moderno, nota-se uma busca da sociedade civil pela transparência das ações estatais. “A visibilidade social do Estado constitui um processo de dimensões políticas, técnicas, tecnológicas e culturais, tendo como um dos seus produtos fundamentais a informação ‘publicizada’” (JARDIM, 1999, p. 49). Os usos e não usos do capital informacional, presentes nos arquivos e que refletem o funcionamento do aparelho estatal, revela os diversos graus de transparência e opacidade do Estado (JARDIM, 1999). Segundo Boyer (2005, p. 281-282), “a evolução contemporânea dos diversos campos é marcada pelas lutas em torno das intervenções públicas”. Assim sendo, o campo da Arquivologia é fortalecido pelas intervenções públicas que viabilizam a transparência do Estado.

Jardim (2011) sustenta que a democratização do país trouxe mudanças para o cenário arquivístico brasileiro, como demonstrado nos elementos abaixo:

²⁷ AMPUDIA MELLO, J. Enrique. **Institucionalidade y gobierno**: un ensayo sobre la dimensión archivística de la administración pública. México: Instituto Nacional de Administración Pública, 1988.

- a dimensão legal do acesso à informação arquivística, contemplado na Constituição de 1988, na Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e outros instrumentos;
- as demandas sociais pela transparência da administração pública e o acesso à informação governamental;
- a politização do debate sobre arquivos, apesar da quase inexistência de políticas públicas arquivísticas;
- a reconfiguração do associativismo profissional;
- a emergência de parâmetros tecnonormativos; e
- a diversidade de concursos públicos, legitimando a profissão do arquivista no Estado.

Em relação ao ensino e a pesquisa, vale observar a ampliação

- dos canais para a formação de arquivista (fundamentalmente, a graduação, algumas experiências de pós-graduação *lato sensu* e a ausência de pós-graduação *strictu sensu*)²⁸;
- dos eventos científicos na área;
- da produção de conhecimento nas universidades;
- do número de doutores, na universidade, envolvidos com a docência em arquivologia; e
- da difusão do conhecimento arquivístico (JARDIM, 2011, p. 58-59).

Recentemente, entrou em vigor a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação. Esta lei vincula o direito à informação ao exercício do direito democrático de o cidadão ter conhecimento dos procedimentos da administração pública; desta forma,

[...] os registros, além das necessidades do direito e da história, servem à ‘transparência das ações’, um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas (*accountability*) tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico (DURANTI, 1994, p. 55²⁹ *apud* FONSECA, 2005, p. 56).

Sobre a influência da burocracia e da democracia nas ações estatais, respectivamente, Santos (2006, p. 160) explica que a burocracia está relacionada “com a estrutura e formalização das instituições públicas” e a democracia relaciona-se com “o sistema político em que o poder emana do povo”. Assim, os arquivos, como resultados dessas ações, “refletirão o funcionamento do Estado, desde o momento em que serão produzidos até a sua destinação final” (SANTOS, 2006, p. 160).

2.3 A MUSEOLOGIA E OS MUSEÓLOGOS

Nesta seção da pesquisa – de forma análoga à apresentação feita sobre a Arquivologia e os Arquivistas – é exposta uma sucinta contextualização sócio-histórica da Museologia; em seguida, é apresentado o cenário histórico brasileiro da Museologia e da formação do Museólogo; a diante, é abordado o objeto de trabalho do Museólogo, tendo

²⁸ Como já informado, em 2012, iniciou-se o Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

²⁹ DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun., p. 50-64, 1994.

como referência principal o estudo de Peter van Mensch (1994); por fim, são feitas algumas considerações sobre a relação entre Estado e museus.

2.3.1 Breve contextualização sócio-histórica da Museologia

A Museologia, como campo de estudo científico, estruturou-se recentemente, mais especificamente, na segunda metade do século XX; porém, a história dos museus é bem anterior a este período e esteve relacionada aos conceitos de patrimônio, memória e identidade (MARQUES, 2011). Antes do aparecimento dos museus, a ideia de musealidade³⁰ estava presente no ato humano de intervir nas múltiplas realidades, “reconhecendo nelas objetos e elementos a serem guardados, colecionados, exibidos, atribuindo significados a estes objetos” (ARAÚJO, 2010, p. 33). Além disso, antes da ciência museológica configurar-se, e contribuindo para seu delineamento, os trabalhos nos museus foram marcados pelos entendimentos de ordem prática, empírica e de técnicas museográficas³¹ (TANUS, 2013).

O museu, desde a Antiguidade, esteve associado à imagem do templo das nove musas que representavam as artes, filhas de *Zeus* (poder) e *Mnemósine* (memória). Frequentado por um seletivo grupo de pessoas, o museu era um espaço de memória, reflexão, contemplação, inspiração e também de pesquisa e educação (MARQUES, 2011). A Antiguidade Clássica deixou como herança o ato de colecionar (seleção de alguns objetos, para serem guardados, preservados ou expostos, a partir de um valor atribuído a eles) e o museu como instituição (ARAÚJO, 2012).

O desenvolvimento das escritas grega, egípcia e romana permitiu a expansão do conhecimento e das feições museológicas, que desdobraram, no período Medieval, na intocabilidade dos acervos e na exaustividade das coleções temáticas (MARQUES, 2011). Na Idade Moderna, o antropocentrismo iluminista “volta-se para a guarda de testemunhos do passado para reconstruir sua genealogia social e cultural. Na ‘civilização da inscrição’, as coleções ocupavam salas onde pudessem ser admiradas e estudadas por artistas e

³⁰ A palavra Musealidade (bem como, museália e musealização) é derivada do termo museal. Segundo o *Conceitos-chave de Museologia*, museal é o adjetivo que qualifica “tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: ‘o mundo museal’ para designar o mundo dos museus)” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 54); ou pode ser também o substantivo que “designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição ‘museu’, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 54).

³¹ Museografia refere-se ao trabalho prático desenvolvido nos museus, sendo o “conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais, e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58). Além disso, a palavra museografia “em português (assim como *muséographie*, no francês), tende a ser usada, com frequência, para designar a arte da exposição” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 59).

eruditos” (MARQUES, 2011, p. 148). Durante o Renascimento, aparecem, na Europa, os Gabinetes de Curiosidades, que eram

[...] locais ou exposições que privilegiavam o traço clássico ou o exotismo tropical num conjunto desarmônico, acessível somente ao olhar, à contemplação. As visitas restringiam-se a convidados ilustres e a personalidades credenciadas (MARQUES, 2011, p. 148-149).

Neste período, o foco estava no tamanho dos acervos, vistos como tesouros a serem preservados. Deste modo, a produção simbólica humana passou a ser objeto de uma visão patrimonialista e não foram desenvolvidos conhecimentos museológicos consistentes (ARAÚJO, 2012).

O conceito contemporâneo de “Museu Nacional” surgiu após a Revolução Francesa, a partir da formação dos Estados Nacionais e da construção da identidade nacional (MARQUES, 2011). A partir deste momento, o Estado passou a utilizar os museus como espaços educativos e de instrução e são “formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições” (ARAÚJO, 2012, p. 34).

O progresso da memória escrita resulta, no século XIX, na “explosão do espírito comemorativo”. Os grandes museus concebidos após a Revolução Francesa são contemporâneos aos depósitos centrais de arquivos e partem do conceito de formar um patrimônio público, implicando, assim, o reconhecimento do papel social destes espaços (MARQUES, 2011). No século XIX, surgiram alguns manuais “que buscaram estabelecer o projeto de constituição científica do campo dedicado aos museus, mas ainda na vertente de uma ‘Museografia’, isto é, de um trabalho técnico de descrição nos museus” (ARAÚJO, 2012, p. 35). Os museus modernos demandaram processos de ordenação e classificação dos acervos, além de pessoal especializado, o que levou à formação de cursos profissionalizantes. Estes cursos eram direcionados para normas de administração de museus e para conhecimentos em Artes e Humanidades (ARAÚJO, 2012).

O século XIX é marcado pela valorização do tempo, crença no progresso e busca da inovação, observa-se a “ida do historiador ao antiquário, aliando o colecionismo de antiguidades à narração histórica” (MARQUES, 2011, p. 150). A busca por uma história universal e da nação mescla-se com a busca nos antiquários por peças de museus que depõem sobre a história (MARQUES, 2011).

[...] os museus contemporâneos são o resultado do humanismo do renascimento, do iluminismo do século XVIII e da democracia do século XIX. Com a origem vinculada aos traços culturais que herdamos da antiguidade, as instituições museológicas têm, também, raízes identificadas com os perfis das galerias, dos antiquários e dos gabinetes de curiosidades do renascimento, que, por sua vez, marcaram com múltiplas influências o surgimento dos grandes museus europeus no século XVIII (BRUNO *et al.*, 2006, p. 8-9).

O decorrer da história da nação, mediada pelos monumentos, resulta em dois modelos de museus: os celebrativos da história nacional e cultural, e os museus científicos. Neste contexto, no final do século XIX, inaugura-se a “era dos museus” no Brasil, destacando-se o Museu Nacional (1818), o Museu Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1868), o Museu Paraense (1871) e o Museu Paulista (1894). No século seguinte, em 1922, é concebido o Museu Histórico Nacional (MHN).

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, predominou a corrente filosófica do Positivismo, que com a sua crença no conhecimento científico e técnico, promoveu o início da separação da Museologia das disciplinas as quais ela auxiliava (História e Artes, principalmente) e enfatizou as técnicas museográficas de guarda e preservação do acervo (ARAÚJO, 2012). Esta situação de busca de autonomia para a construção de um campo científico específico foi reafirmado pela criação das associações profissionais (a *Museum Association*, criada em 1889, foi pioneira neste processo) e atuação dos movimentos associativos (ARAÚJO, 2012). Cabe destacar que, neste momento, predomina um paradigma patrimonialista (voltado para a preservação do patrimônio), custodial (salvaguarda do acervo para as gerações futuras) e tecnicista (referente às técnicas museográficas para tratamento do acervo) para a área da Museologia (SILVA, 2006³² *apud* ARAÚJO, 2012).

Em 1926 criou-se o *International Museums Office* (IMO), vinculado à Sociedade das Nações, que tinha por objetivo o “estabelecimento de vínculos entre todos os museus do mundo; organização de intercâmbios e congressos e a unificação dos catálogos” (MARQUES, 2011, p. 152). Durante a II Grande Guerra Mundial (1939-1945), a Sociedade das Nações e seus organismos interromperam sua atuação, inclusive o IMO (MARQUES, 2011).

No pós-guerra, foi fundada, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), que é “uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e desenvolvimento mundiais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014). Na estrutura da ONU, foi inserida, em 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PEDRO LORENTE, 2012). A UNESCO é um organismo internacional que “se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2016).

³² SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

Vinculada à UNESCO, através do recebimento de auxílios, todavia à parte de seu organograma, está o *International Council of Museums* (ICOM). Fundada em 1946, a sede da Secretaria Geral do ICOM situa-se na Casa da UNESCO, em Paris. Os trabalhos do ICOM estão a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, tendo o compromisso de garantir a transmissão e conservação dos bens culturais (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2010-2012b). A missão e os objetivos do ICOM são apresentados no artigo 2º do estatuto da instituição:

Artículo 2. Misión y objetivos

Sección 1. Misión. El ICOM es la organización internacional de los museos y profesionales de museos dedicada a la tarea de conservar, perennizar y transmitir a la sociedad el patrimonio mundial natural y cultural, presente y futuro, material e inmaterial.

Sección 2. Objetivos. El ICOM establece normas profesionales y deontológicas aplicables a las actividades de los museos, promueve la formación, hace progresar los conocimientos, formula recomendaciones sobre estas cuestiones y sensibiliza al público a la conservación del patrimonio por intermedio de redes mundiales y programas de cooperación. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2007, p.2).

O que difere fundamentalmente o ICOM da UNESCO é apontado por Pedro Lorente (2012, p.42) da seguinte forma:

Pero la diferencia es que no se trata de una institución oficial [o ICOM], ligada a los servicios diplomáticos o culturales de los países representados, sino que funciona como una asociación no gubernamental de individuos e instituciones del sector museístico, al estilo de la británica Museum Association, la American Association of Museums u otras surgidas en cada país (PEDRO LORENTE, 2012, p. 42).

Em 1968, o ICOM formalizou um comitê dedicado ao treinamento de pessoal, o *Committee for the Training of Personnel* (ICTOP). Este comitê tem por objetivo:

[...] promover la formación profesional y establecer “normas” aplicables al personal de museos a lo largo de su carrera profesional. El comité publica periódicamente el *International Directory of Museum Training* así como un boletín bianual. También organiza una reunión anual. El ICTOP también es el consejero a nivel internacional del establecimiento de syllabus en el sector de la formación y trabaja en estrecha colaboración con otros comités para cumplir con sus objetivos (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2010-2012a).

Na década de 1950, se iniciou a concepção “moderna” de museus como órgãos de ensino e consulta e despontaram as discussões sobre a Museologia como disciplina (MARQUES, 2011). Mas, apenas na década de 1970, ocorreu um alargamento da noção de patrimônio e o museu assumiu uma função educativa, com poder potencial de transformar a sociedade, ao contrário do que era antes, espaço de reafirmação ideológica das elites. Esta perspectiva sobre o museu é uma crítica ao modelo patrimonial, custodial e tecnicista (ARAÚJO, 2012).

Em 1972, os participantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile produziram um documento final de extrema importância para a Museologia. Tal documento recorreu a uma atitude museológica envolvida com questões sociais, econômicas, educacionais e

políticas. Introduziu-se, assim, a noção de Museu Integral, que se ocupa dos diversos problemas da sociedade e é capaz de ser agente de mudança social. Além disso, a Mesa Redonda de Santiago do Chile alertou para “o papel político do museólogo e o reconhecimento da importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural” (PRIMO, 2011, p. 37). Em 1977, foi criado o Comitê Internacional de Museologia do ICOM (ICOFOM), que tem por objetivo “la investigación, estudio y difusión de las bases teóricas de la museología como disciplina científica independiente y analiza las principales tendencias de la museología contemporánea” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2010). O ICOFOM foi um marco importante para a formação e desenvolvimento da Museologia como disciplina (CURY, 2005).

Até a década de 1979, prevaleceu uma visão da Museologia centrada nos museus. Na década de 1980, o Museólogo francês André Desvallées cunhou o termo *nouvelle muséologie*, conhecido no Brasil como Nova Museologia, para designar as novas experiências dos ecomuseus e da comunicação museística com a sociedade (PEDRO LORENTE, 2012). O ecomuseu é uma nova forma de museu, que dispensa o edifício, o território-museu e a coleção, para centrar-se no ecossistema humano como um todo e na autogestão do ecomuseu pela própria interação com a comunidade (PEDRO LORENTE, 2012).

O termo museu sofreu mudanças em seu significado ao longo da história e nos diferentes contextos culturais³³. A Nova Museologia busca ampliar o conceito de museu, de forma a valorizar sua função social e as novas formas de museu, especialmente os ecomuseus e os museus comunitários (PEDRO LORENTE, 2012). Todavia, a Nova Museologia é um modelo de interação entre a sociedade e o patrimônio cultural (CURY, 2005), que não se limita apenas aos ecomuseus. Nesta visão, o público passa a ter um papel mais ativo nas atividades de preservação e comunicação patrimonial, o que confere a este processo um caráter educacional (CURY, 2005).

A Declaração de Quebec, de 1984, reconhece a ideia de museu e patrimônio como meios para desenvolver o homem e a sociedade. A partir dos conceitos da Nova Museologia, são colocadas em evidência as preocupações de caráter social, que clamam

³³ No âmbito internacional, o ICOM define museus como: “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64). No Brasil, o artigo 1º da Lei que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências define museus como “instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009a).

pela interdisciplinaridade e extrapolam – mas sem deixar de conferir sua devida importância – os espaços dos ecomuseus e dos museus comunitários.

A Declaração de Caracas, de 1992, buscou atualizar, vinte anos depois, os conceitos do documento produzido na Mesa Redonda de Santiago do Chile (PRIMO, 2011). Assim, reconheceu os museus como espaços comunicativos e interativos entre os processos e produtos sociais e a sociedade (CURY, 2005). O Código de Ética do ICOM para Museus é outro documento de suma importância para o campo museológico. Em 2004, o *International Council of Museums* revisou, até então pela última vez, o Código de Ética do ICOM para Museus, que originalmente data de 1986 e passou por outras versões. Este código é uma norma mínima de conduta e procedimentos para os museus e suas práticas profissionais, que orienta a comunidade internacional de museus, principalmente nos países que não possuem legislação para a área (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2013).

Despontando à frente da Nova Museologia, observa-se o surgimento da Museologia crítica, principalmente nas universidades norte-americanas. Esta última perspectiva está voltada para “análisis de los museos pero con la voluntad de producir impacto en la praxis: la representación de las culturas minoritarias o periféricas, la impugnación de discursos colonialistas, la propuesta de museografías interactivas, etcétera” (PEDRO LORENTE, 2012, p. 79). A Museologia crítica entende o museu como um espaço em que o visitante é confrontado com os dilemas da sociedade atual, através de questionamentos e não de discursos unívocos (PEDRO LORENTE, 2012), expressos, principalmente nos museus e centros de arte contemporânea. A Declaração da cidade de Salvador, documento resultante do I Encontro Ibero-americano de Museus, em 2007, reforçou “os aportes teóricos e práticos das denominadas museologia popular, museologia social, ecomuseologia, nova museologia e museologia crítica” (TANUS, 2013, p. 113).

Pedro Lorente (2012) assinala que a Nova Museologia e a Museologia crítica se aproximam, sendo que, na prática, os Museólogos críticos são continuadores dos neomuseólogos e ambos priorizam o fim social dos museus. Contudo, há diferenças que individualizam estas correntes:

Pero mientras unos se habían centrado en museos surgidos de la participación comunitaria [Nova Museologia], sin prestar demasiada atención a los grandes museos institucionales, estos últimos están en el punto de mira de la museología crítica: inquiriendo qué, quién y cómo aparece representado [...], apuntando a cuestiones de clase, de género, multiculturalidad, que no han dejado de tener efectos prácticos, como la devolución de materiales a los pueblos aborígenes. Hay también diferencias disciplinares, pues los adeptos de la nueva museología surgieron sobre todo entre expertos en etnología, mientras que en las filas de los museólogos críticos abundan los historiadores del arte [...] (PEDRO LORENTE, 2012, p. 80).

Mediante esta breve contextualização sócio-histórica da Museologia, pode-se concluir que esta área busca configurar-se no campo científico. Segundo Guarnieri (2010b, p. 127), os estudos sobre a Museologia “lhe dão a configuração de ciência ou, no mínimo, de disciplina científica independente”. Pedro Lorente (2012), por sua vez, considera a Museologia como uma disciplina científica em processo de consolidação, fazendo a ressalva de que esta disciplina já percorreu um longo trajeto, uma vez que os primeiros tratados museológicos são contemporâneos à origem dos museus.

2.3.2 Panorama histórico da Museologia e da formação do Museólogo no Brasil

No Brasil, o ensino de Museologia iniciou-se no Museu Histórico Nacional (MHN), em 1932, quando foi criado o Curso de Museus, com duração de dois anos. Esta iniciativa pioneira tinha o intuito de habilitar, em nível técnico, profissionais para atuar no MHN e em outros museus nacionais de História, Belas Artes e Arte Religiosa, não contemplando, assim, outras tipologias de museus, tais como de Ciências, de Arte Moderna e Contemporânea e os etnográficos (MORAES; SOUZA, 2013). As matérias do Curso de Museus estavam organizadas em seis cadeiras: História do Brasil; Numismática e Sigilografia; Arqueologia brasileira; Epigrafia; Cronologia e Técnica de Museus (MORAES; SOUZA, 2013). O idealizador do Curso de Museus, Gustavo Barroso, aplicou um estilo próprio “de dirigir, ensinar e transmitir conhecimentos e conceitos, bem como as normas e técnicas” (SIQUEIRA, 2009, p. 26). O estilo barrosiano era marcado pelo culto à saúde e posturas centralizadoras, elitistas, aristocráticas e conservadoras (TANUS, 2013).

A procura pelo Curso de Museus aumentou na década de 1940 (SIQUEIRA, 2009). Esta situação pode ser explicada pela emancipação feminina, associada à sua busca por mercado de trabalho e pela criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que responde pela proteção e promoção dos bens culturais brasileiros – e dos museus federais vinculados a esta instituição (SIQUEIRA, 2009). Antecedeu ao SPHAN, a Inspeção de Monumentos Nacionais, criada em 1934 e desativada no ano de criação do SPHAN.

O regulamento do Curso de Museus foi aprovado em 1944 pelo Decreto nº 66.689/44; este também ampliou a duração do curso para três anos e reformou o seu currículo. A Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) conferiu ao Curso de Museus, em 1951, mandato universitário (SÁ, 2013) e ampliou sua matriz curricular.

Em 1958, foi realizado, no Rio de Janeiro, o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus. Nesta ocasião, foi questionado o papel das

exposições e a relevância educativa dos museus e surgiram novas discussões sobre o entendimento do objeto museológico (PRIMO, 2011). Além disso, o Museu foi entendido como espaço adequado para realizar a educação formal e capaz de inserir-se na sociedade com uma função ativa e transformadora.

A Associação Brasileira de Museologistas – depois o nome foi modificado para Associação Brasileira de Museologia (COSTA; LIMA, 2013) – foi criada em 1963, com o intuito de “dignificar e proteger os profissionais de museus no país” (MORAES; SOUZA, 2013, p. 16), que enfrentavam carência de ações governamentais para a área cultural. Poucos anos depois, em 1969, foi criado o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que passou a funcionar no ano seguinte.

Na década de 1970, o MHN criou, no Curso de Museus, a habilitação em Museus Científicos e, em 1977, o curso foi integrado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) – atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –, mas continuou a funcionar no MHN. No ano de 1979, o Curso de Museus desvinculou-se do MHN e passou a funcionar nas dependências da UNIRIO com o nome de Curso de Museologia.

As ações do Estado brasileiro voltadas para a produção cultural, na década de 1970, indicavam melhorias na área, neste cenário, destacam-se:

[...] a atuação do Conselho Federal de Cultura e a criação de outros órgãos na área – tais como o Conselho Nacional de cinema, a Fundação Nacional de Arte, o Centro Nacional de Referência Cultural, entre outros – marcaram o fortalecimento do setor e a ampliação das ações do Estado. Ainda que as políticas governamentais fossem elaboradas por um Departamento ou Secretaria de Assuntos Culturais dentro do Ministério da Educação, a conjuntura revelou-se propícia à formulação de bases para a posterior criação do Ministério da Cultura (MORAES; SOUZA, 2013, p. 17).

Também nesta década, o curso de Museologia da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), transferido anos depois para as Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), graduou Museólogos no Brasil; todavia, o curso encerrou-se em 1995 (TANUS, 2013). Nos anos de 1978 a 1996, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) formou especialistas (Pós-Graduação *latu sensu*) em Museologia. Este curso foi concebido por Waldisa Rússio Camargo Guarniere (COSTA; LIMA, 2013).

A década de 1980 representou um período de revitalização do setor museológico. Este setor recebeu apoio do Programa Nacional de Museus, o qual foi “criado em 1982 para superar a situação de abandono e defasagem dos museus brasileiros, além de dar apoio aos mesmos e alinhá-los às novas diretrizes do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural” (MORAES; SOUZA, 2013, p. 19). Além disso, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura e, em 1986, entrou em vigor a Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney – que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de

renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Ainda neste mesmo ano, foi criado o Sistema Nacional de Museus e o Programa Nacional de Museus transformou-se em Coordenadoria de Acervos Museológicos. Esta década também foi importante para o campo profissional, uma vez que foi aprovada a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão do Museólogo (MORAES; SOUZA, 2013). A referida lei criou o Conselho Federal de Museologia (COFEM) e os Conselhos Regionais de Museologia³⁴ (COREM), os quais são órgãos que, entre outras atribuições, registram os profissionais e fiscalizam o exercício da profissão. Nunes *et al.*, (2010, p. 3) consideram que “este marco regulatório reforçou e consolidou a importância imprescindível dos cursos de graduação em Museologia como meio para a formação de profissionais para o setor”.

O dinamismo observado na década de 1980 não permaneceu na década seguinte. O presidente Fernando Collor de Melo extinguiu o Ministério da Cultura, revogou a Lei nº 7.505/86, todavia, aprovou a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet – que restabelece os princípios da Lei nº 7.505/86, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Sobre os dois Governos Federais seguintes, Moraes e Souza (2013, p. 21) fazem a seguinte análise:

As instituições culturais sofreram o significativo desamparo governamental até a posse de Itamar Franco, quando foram reconstruídas as agências públicas retomando o papel estatal no setor.

O projeto político de Itamar alinhava-se, contudo, a um modelo de gestão que primava pela lógica de mercado. Tal direcionamento acabou potencializado pelo governo subsequente, ao longo dos oito anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso. [...] o financiamento das produções culturais seguiu uma lógica de rentabilidade, em que os recursos foram alocados nos projetos que garantiam algum tipo de retorno – seja financeiro ou em marketing (MORAES; SOUZA, 2013, p. 21).

Durante a década de 1990, a Museologia brasileira foi se articulando aos debates internacionais do campo, como, por exemplo, direitos humanos, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (MORAES; SOUZA, 2013). O surgimento paulatino dos ecomuseus culminou com o 1º Encontro Internacional de Ecomuseus, integrado na programação da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro (MORAES; SOUZA, 2013). Além disso, em 1992, o Conselho Federal de Museologia aprovou, em Sessão Plenária, o Código de Ética Profissional do Museólogo.

³⁴ São seis os Conselhos Regionais de Museologia: Conselho Regional de Museologia da 1ª Região (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe); Conselho Regional de Museologia da 2ª Região (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais); Conselho Regional de Museologia da 3ª Região (Rio Grande do Sul); Conselho Regional de Museologia da 4ª Região (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo); Conselho Regional de Museologia da 5ª Região (Paraná e Santa Catarina) e Conselho Regional de Museologia da 6ª Região (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

No Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram publicadas, em 2003, as bases para a Política Nacional de Museus (PNM), através do documento *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania* e, no ano seguinte, foi instituído o Sistema Brasileiro de Museus. A PNM tem por objetivo:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País. (BRASIL, 2013, p. 8).

O documento *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania* (BRASIL, 2013) apresenta sete eixos programáticos; são eles: “Gestão e configuração do campo museológico” (prevê, entre outros aspectos, a implementação do Sistema Nacional de Museus e a criação do Cadastro Nacional de Museus); “Democratização e acesso aos bens culturais”; “Formação e capacitação de recursos humanos” (prevê, entre outros aspectos, a ampliação da oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação em Museologia); “Informatização de museus”; “Modernização de infra-estruturas museológicas”; “Financiamento e fomento para museus”; “Aquisição e gerenciamento de acervos culturais” (BRASIL, 2013). Para promover e assegurar a implementação das políticas públicas para o setor museológico, foram criados: o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), em 2003, no âmbito do IPHAN; o Sistema Brasileiro de Museus, pelo Decreto nº 5.264/2004 (revogado pelo Decreto nº 8.124/2013); o Estatuto dos Museus, por meio da Lei nº 11.904/2009; e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), através da Lei nº 11.906/2009. Todas as finalidades do IBRAM estão descritas no artigo 3º desta lei:

Art. 3º O Ibram tem as seguintes finalidades:

- I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;
- II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;
- III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;
- IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;
- V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;
- VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;
- VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;
- VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e

IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (BRASIL, 2009b).

No ano seguinte à criação do IBRAM, entrou em vigor a Lei nº 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. O PCN implicou “amplo processo de consulta à sociedade, por meio de conselho de políticas culturais e de colegiados setoriais dos diversos segmentos da cultura” (TOLENTINO, 2007, p. 11).

Recentemente, além dos cursos ofertados pela UNIRIO e pela UFBA, foram criados vários cursos de Graduação em Museologia: em 2004, no Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), em Santa Catarina; em 2006, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); em 2007, na Universidade Federal de Sergipe (UFS); em 2008, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); em 2009, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal do Pará (UFPA); em 2010, na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também está cadastrado junto ao Ministério da Educação (BRASIL, [2014?]), o curso de Museologia da Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível (FAECA/SP), contudo, ainda não houve a formação de turmas para iniciar as atividades. Apenas os cursos da UNIBAVE e da FAECA/SP são ofertados por instituições privadas. A criação dos cursos de Museologia, a partir de 2007, recebeu incentivos do Governo Federal através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Inicialmente, os currículos de Museologia tinham o museu como aspecto central e, por consequência, o enfoque recaía sobre a coleção e sobre a formação do curador para categorias específicas de museus e de um profissional especializado em práticas de conservação, catalogação, exposição (SANTOS, 2002). Ao longo do processo de desenvolvimento dos cursos de Museologia, houve uma tentativa de articular teoria e prática e de explorar a interdisciplinaridade, de forma que a prática do museu passa a se relacionar com diversas áreas (SANTOS, 2002).

As diversidades de tipos de acervos e possibilidades múltiplas das narrativas museais conduzem, por sua vez, a diferentes tipologias de museus, assim como, as questões demandas pelos museus, que envolvem temas como a memória, representação e tempo, suscitando cada vez mais um profícuo diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento: Filosofia, Arte, Antropologia, História, Sociologia, Comunicação e Ciência da Informação (TANUS, 2013, p. 113).

Assim, “o processo de formação do profissional é dinâmico e, como tal, apresenta avanços e retrocessos, de acordo com a concepção, com o caminhar da

Museologia ao longo do processo histórico” (SANTOS, 2002, p. 182). Santos (2002, p. 180) destaca os seguintes aspectos do processo museológico na contemporaneidade que contribuíram para o desenvolvimento da Museologia e da museografia:

- Ampliação do conceito de patrimônio;
- Ampliação dos bens culturais a serem preservados;
- Aplicação do processo museológico a partir da relação: HOMEM-PATRIMÔNIO GLOBAL
- Incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio cultural, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura;
- Socialização da função de preservação;
- Desenvolvimento das ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não somente as coleções;
- Criação de novas categorias de museus e aplicação de diferentes processos museais;
- Revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação;
- Ação comunicativa dos técnicos e dos grupos sociais, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social;
- Revisão do perfil do museólogo e ampliação do seu campo de atuação (SANTOS, 2002, p. 180).

Observa-se que o campo de atuação do Museólogo é muito amplo, se for levado em consideração que “a aplicação do processo museológico se dá na relação: HOMEM-PATRIMÔNIO INTEGRAL” (SANTOS, 2002, p. 190). Desta forma, a atuação do Museólogo extrapola o espaço dos museus.

Chagas (1994) indica que a formação profissional do Museólogo implica, de forma consciente ou não, determinada Imagem Museal (IM), a qual norteia o formando (F). Neste sentido, quanto maior a aproximação do formando a esta Imagem Museal típica, mais adequada seria a sua Formação Profissional (FP). No entanto, Chagas (1994, p. 81) adverte:

[...] esta questão não se resolve ao ser reduzida a esquemas simplificados ou mesmo a expressões algébricas do tipo:
 $FP^+ - F = IM$ (a Formação Profissional bem sucedida resulta do Formando ser idêntico à imagem Museal)
 $FP^- - F = IM$ (a Formação Profissional mal sucedida resulta do Formando ser diferente da Imagem Museal)
 E isto por que a Imagem Museal - o norte do formando - ainda que sempre existente é variável, fluída e cambiante. O modelo adotado para a formação do profissional em museologia, tanto poderá ser a imagem conformadora, cristalizada em conteúdos e práticas regressivas, quanto poderá ser a imagem transformadora, projetada no aqui e agora, no devir da sociedade (CHAGAS, 1994, p. 81).

Sendo assim, a formação profissional do Museólogo está historicamente situada no tempo e no espaço, de acordo com a Imagem Museal vigente. Como importante elemento para a formação do Museólogo, segundo Chagas (1994, p. 82), a Imagem Museal permite compreender que: a) a formação do Museólogo é definida pela Imagem Museal e não pela grade de disciplinas dos cursos de Museologia; b) as tendências de formação do Museólogo são influenciadas pelas diversas Imagens Museais que convivem e se atritam.

Chagas (1994) aponta a existência de sete Imagens Museais típicas, arcaicamente cristalizadas, que se mesclam em proporções diversas; são elas: 1) “o ególatra” – nesta imagem “o indivíduo envolvido com a formação profissional de outros considera a si mesmo como ‘a medida de todas as coisas’. [...] o formador é o cânone museal e o formando é um grande imitador” (CHAGAS, 1994, p. 83) –; 2) “o primeiro-mundista” – representa uma formação “integralmente calcada em referências ao primeiro-mundo, aos países desenvolvidos” (CHAGAS, 1994, p. 83) –; 3) “o Tupiniquim-Xenófobo” – formação que “rejeita tudo o que vem de fora do Brasil, sem análise, sem estudo, sem reflexão ou pesquisa” (CHAGAS, 1994, p. 84) –; 4) “o conservador” – “parte do pressuposto de que a formação profissional bem sucedida é aquela que faz do formando um Conservador. Não é a teoria ou a política de conservação o que importa, mas sim a técnica conservacionista” (CHAGAS, 1994, p. 84) –; 5) “o colecionador” – esta formação tem por ideal o Colecionador, sendo que a “coleção além de demarcar uma posição social e econômica, significa prestígio, acumulação de bens e também uma forma de domínio sobre o mundo exterior” (CHAGAS, 1994, p. 84) –; 6) “o especialista” – este perfil de formação enfatiza o profissional especializado “ao temário das coleções, no que ele tem de mais particularizado” (CHAGAS, 1994, p. 85) –; “o generalista” – “a formação do profissional assemelha-se a um banho de verniz de cultura geral” (CHAGAS, 1994, p.85). Frente a estas sete Imagens Museais, Chagas (1994, p. 85) alerta que:

[...] para uma novamuseologia e para um novo tipo de museu [sic] uma Imagem Museal diversa se faz necessária. Essa nova Imagem Museal, ainda em construção como a própria museologia, pode ser definida como a valorização da Imagem de Si Mesmo, sem as idiossincrasias do ególatra, como o movimento de redescoberta realizado pelo próprio formando; como a tentativa de reinterpretação dos significados atribuídos aos bens culturais, enquanto fragmentos de memória; como uma tentativa de inserção do formando no tempo e no espaço social, sem que seja necessário abrir mão de sua própria Individualidade (CHAGAS, 1994, p. 85) .

Para esta “novamuseologia”, é importante compreender que o Museólogo não é apenas um profissional de museus (CHAGAS, 1994, p. 86), uma vez que sua atuação é mais ampla e que o processo museal ocorre dentro e fora do museu. Combinadas as sete imagens apontadas por Chagas (1994), este mesmo autor aponta sete “linhas arcaicas de orientação para a formação do museólogo, ao nível de graduação” (CHAGAS, 1994, p. 86), denominadas como perigos.

O primeiro perigo é a “centralização no objeto”, que “tende a desconsiderar a aproximação, [...], entre a museologia e as ciências humanas, e tende, por outro lado, a ocultar o fato de que o homem é a gema de todo e qualquer museu” (CHAGAS, 1994, p. 87); o segundo é a “mentalidade colecionante”, que “confunde as ‘disciplinas técnicas’ com a museologia e com o sistema museológico” (CHAGAS, 1994, p. 87); o terceiro perigo é a “obsolescência das informações”, pois, tendo em vista as transformações teóricas e

científicas no campo da Museologia, demanda a atualização dos profissionais comprometidos com a formação dos Museólogos para que não haja o risco de transmissão de informações ultrapassadas (CHAGAS, 1994); o quarto é o “afastamento da realidade social”, perigo revelado por meio da formação de Museólogos preparados para trabalhar com o objeto e não com as questões amplas da sociedade (CHAGAS, 1994); o quinto perigo é a “carência de embasamento teórico”, advinda de uma formação orientada apenas prática, resultando na “incapacidade para a reflexão e para a produção científica” (CHAGAS, 1994, p. 88); o sexto é a “não valorização dos trabalhos de pesquisa”, que, “associada à carência de embasamento teórico, faz com que a produção de conhecimento em museologia seja bastante deficiente quando comparada às áreas de antropologia, história, sociologia, educação, geografia etc.” (CHAGAS, 1994, p. 89); o sétimo e último perigo é o “enfoque autoritário”, que “castra todo e qualquer tipo de criatividade e iniciativa, e se estende para as relações estabelecidas entre os espaços museais e o público” (CHAGAS, 1994, p. 89).

Estas reflexões de Chagas (1994) sobre a formação do Museólogo indicam que a superação dos sete perigos e das sete imagens arcaicas talvez possa formar novos profissionais, “para os quais o importante não é o adjetivo, e sim a interpretação das relações entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, assim como a orientação vetorial dos compromissos assumidos” (CHAGAS, 1994, p. 89).

Ainda sobre a formação do Museólogo, o Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, – proposta de diretrizes dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – aponta as competências e habilidades específicas do graduado em Museologia:

- Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais;
- Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial;
- Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço;
- Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural;
- Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais (BRASIL, 2001).

Mensch *et al.* (1990) entendem que o Museólogo deve ser treinado profissionalmente a partir da estrutura determinada pela Museologia geral – relacionada às questões, às condições históricas e sociais e ao quadro institucional em que é feita a conservação, a pesquisa e a comunicação – e pela Museologia teórica – relacionada à semiótica do objeto museal e à elaboração dos fundamentos filosóficos da Museologia – e pela metodologia desenvolvida nestas áreas. O bom treinamento deste profissional fará com que ele tenha familiaridade “tanto com a forma institucionalizada de conservação, pesquisa

e comunicação, como com a relação entre essas funções e o contexto social e econômico” (MENSCH *et al.*, 1990, p. 62). Para estes mesmos autores, o treinamento profissional do Museólogo também deve incluir a Museologia prática – ou museografia, que aplica, com auxílio de outras disciplinas, os princípios científicos (MENSCH *et al.*, 1990) –, “a fim de mostrar o desenvolvimento das instituições culturais responsáveis pela pesquisa e comunicação da herança cultural e natural em relação ao desenvolvimento social” (MENSCH *et al.*, 1990, p. 62).

A partir da Museologia geral e teórica é possível identificar três tipos de treinamento profissional do Museólogo (MENSCH *et al.*, 1990):

1. treinamento de cientistas de um campo específico: a formação é realizada geralmente nas universidades; o conhecimento museológico enfatiza a conservação (no âmbito do gerenciamento administrativo), a pesquisa e a aquisição; a comunicação e a técnica da conservação serão desempenhadas outros profissionais, embora o Museólogo também aprenda a enfrentar estas funções; a relação com a Museologia geral ocorre pela Museologia especial, que desenvolve a correlação entre a Museologia geral e outras disciplinas, como, por exemplo, a Museologia histórica;

2. treinamento de Museólogos no campo da Museologia geral e teórica: treinamento de base ampla; formação generalista, com pouco enfoque nas áreas específicas que fazem parte da Museologia especial; diversidade do conhecimento para aplicá-lo nas operações de gerenciamento operacional, de comunicação, de administração geral no setor cultural e funções análogas em museus;

3. treinamento de Museólogos no campo da Museologia aplicada: especialistas em Museologia, treinados em uma das funções principais do museu; especialização a partir de uma ou mais ciências auxiliares; especialistas podem, por exemplo, desempenhar a função de executivo educacional, relações públicas, organização e métodos, técnico em conservação química, programador visual para exposições, etc.

Mensch, Pouw e Schouten (1990, p. 64) destacam a importância da interdisciplinaridade na Museologia. Além disso, os autores “concordam que o treinamento e o ensino museológico profissional só podem começar com uma teoria da museologia com a aplicação prática dessa teoria”.

Para formar Museólogos no Brasil, além dos cursos de Graduação, existem, atualmente, quatro programas de Pós-Graduação *strictu sensu*. O Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), parceria entre a UNIRIO e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), oferta, desde 2006, o Mestrado em Museologia e Patrimônio e, desde 2011, o Doutorado em Museologia e Patrimônio. A Universidade de São Paulo forma mestres em Museologia, desde 2012, através do Programa de Pós-Graduação

Interunidades em Museologia. A Universidade Federal da Bahia criou, em 2012, o Programa de Pós-Graduação de Museologia, que forma mestres para a área. A mais nova oferta de Pós-Graduação em Museologia foi iniciativa da Universidade Federal do Piauí, que, em 2015, iniciou o Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia. A temática museológica está contemplada em outros programas de Pós-Graduação, que não formam Museólogos, como, por exemplo, os diversos programas de Pós-Graduação na área de Ciência da Informação, História e Memória Social.

O século XXI foi inaugurado, portanto, em grande estilo: a Pós-Graduação foi fundamental para a Museologia estabelecer seu lugar acadêmico e consolidar seu espaço enquanto campo científico. Concomitante a tal processo, o período em questão consagrou um conjunto de políticas culturais que imprimiram um novo sentido à trajetória dos Museus e da Museologia na história brasileira (MORAES; SOUZA, 2013, p. 23).

Embora tenha ocorrido uma multiplicação dos espaços de formação do Museólogo, “ainda identificamos constrangimentos deste profissional capacitado [para] encontrar espaço para o exercício museológico qualificado” (BRUNO *et al.*, 2006, p. 7). A formação do Museólogo requer aprofundamento das práticas e das técnicas e também das reflexões teóricas. Neste sentido, os programas de Pós-Graduação em Museologia são fundamentais para a formação de pesquisadores e docentes que formarão um novo quadro de profissionais.

2.3.3 O objeto de trabalho do Museólogo

Sobre o objeto de estudo da Museologia, Peter van Mensch (1994) analisa as discussões e sintetiza a diversidade de opiniões nas seguintes orientações museológicas:

- a – A museologia como o estudo da finalidade e organização dos museus;
- b – A museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e [sic] uso da herança cultural e natural:
 1. dentro do contexto da instituição museu
 2. independente de qualquer instituição;
- c – A museologia como o estudo:
 1. dos objetos museológicos
 2. da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos de museu;
- d – A museologia como o estudo de uma relação específica entre homem e realidade (MENSCH, 1994, p. 3).

A Museologia, como o estudo da finalidade e organização dos museus, perspectiva popularmente divulgada entre os profissionais de museus, é entendida como:

[...] um ramo do conhecimento que diz respeito aos objetivos e à organização de museus. Em 1972, o ICOM elaborou uma definição mais detalhada, na qual conceituava a museologia como o estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus (MENSCH, 1994, p. 4).

Esta primeira orientação museológica, centrada na instituição museu, é uma abordagem considerada intuitiva (empiricamente descritiva) e de longa tradição, que remete ao início do desenvolvimento da Museologia (MENSCH, 1994). Esta visão predominou nos debates do I Seminário Internacional de Museus, realizado em 1958, no Rio de Janeiro (TANUS, 2013). Contudo, essa tendência passou a ser considerada ultrapassada no final da década de 1970 e início da década de 1980 (CURY, 2005). Uma das principais críticas sobre esta abordagem indica que o museu é apenas uma estrutura organizacional de referência e não um objeto de estudo:

A analogia frequentemente usada, [sic] é que a pedagogia não é a ciência da escola e a medicina não é a ciência do hospital. Entretanto, para otimizar suas operações, todo museu tem que fazer uso dos princípios gerais da museologia, bem como toda escola insiste nos princípios gerais da pedagogia. O comentário é um eco ao ponto de vista de J. Neustepny. Para ele, o museu não pode ser um objeto de estudo posto que apenas representa um instrumento condicionado historicamente para a integração de diversas disciplinas (MENSCH, 1994, p. 15-16).

A vertente que considera a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades, visando à preservação e ao uso da herança cultural e natural é uma abordagem também empiricamente intuitiva, que tem como foco as atividades e funções desenvolvidas na Museologia ou no processo curatorial, como, por exemplo, preservar, comunicar, colecionar, investigar, etc. Segundo Poulot (2010), Joseph Veach Noble aponta que as funções do museu são colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor; e Peter van Mensch identifica apenas três funções: preservar, estudar e transmitir. No subcapítulo *As funções do museu*, da obra *Museu e museologia*, Dominique Poulot (2010) aborda que, são funções do museu, conservar, estudar e pesquisar, e comunicar; neste mesmo sentido, Pedro Lorente (2012) aponta que as funções próprias do museu são conservar, investigar e comunicar. Há autores que advogam que as realizações destas atividades ocorrem dentro do contexto da instituição museu e há outros autores que defendem que elas também podem ocorrer fora dos museus:

Benes define a museologia como a “teoria das atividades e meios através dos quais a sociedade, com a ajuda de instituições especiais, escolhe, preserva e utiliza objetos autênticos para ilustrar o desenvolvimento da natureza e da sociedade humanas”. A mesma abordagem é defendida por Schreiner, que define o objeto da pesquisa museológica como “o conjunto das propriedades e leis estruturais e de desenvolvimento que determinam o processo de coleta, preservação, interpretação, investigação, exposição e comunicação de objetos móveis que são autênticas fontes de informação e podem, como tal, fornecer evidências do desenvolvimento da sociedade e da natureza, servindo com isso ao propósito de adquirir conhecimento, partilhá-lo e dividir experiências emocionais”.

O museólogo hindu V. S. Bedekar define a museologia na mesma direção: “museologia é a conceituação e codificação profissional de procedimentos recomendados e validados para se atingir os objetivos do serviço de museu”. [...]

A abordagem centrada na atividade também foi expressa nas primeiras publicações de P. van Mensch. “A museologia é definida como o conjunto de

teoria e prática envolvendo o cuidado e o uso da herança cultural e natural” (1983). Contrariando as abordagens do leste europeu, neste enfoque as atividades não são vistas como aquelas executadas exclusivamente dentro do contexto de uma instituição museológica. Em outras palavras: há também uma museologia extra-museu (MENSCH, 1994, p. 6-7).

Esta abordagem centrada na função foi alvo de críticas que apontavam que a função já é um processo complexo representativo por si só, não dependendo das instituições para manifestar seus diversos resultados. O exemplo da função de pesquisar é apresentado por Mensch (1994, p. 18):

“Pesquisa”, significa pesquisa sobre um assunto, não deve ser considerada parte da museologia. A confusão vem do fato de que a instituição-museu ainda é usada como estrutura geral de referência. Não se faz distinção clara entre as funções do museu e as funções da museologia (MENSCH, 1994, p. 18).

As duas primeiras abordagens identificadas como pertencentes a uma fase empiricamente descritiva foram seguidas por uma fase teoricamente sintética. Esta segunda fase inicia-se pela abordagem da Museologia como o estudo dos objetos/coleções de museus. Esta vertente reconhece os objetos como aspecto central no trabalho desenvolvido no museu (MENSCH, 1994, p. 8).

No simpósio de 1965 em Brno (Tchecoslováquia), Z. Bruna definiu o objeto da compreensão museológica como: o problema relativo ao material, aos objetos móveis, autênticas peças da realidade objetiva, os quais – tendo perdido suas funções originais e agora obsoletas – têm adquirido, estão adquirindo ou vão adquirir novas funções como evidência de sua trajetória (MENSCH, 1994, p. 8-9)

A dificuldade em definir com clareza o que é objeto de museu foi a principal crítica a esta abordagem. “Schreiner mostra que o valor documentário está sempre relacionado ao campo de, pelo menos, uma disciplina específica. Não há valor documentário geral que justifique o ponto de vista de objeto museal como objeto de estudo da museologia” (MENSCH, 1994, p. 19).

A musealidade como objeto de estudo ou como atividade da Museologia apresenta-se na literatura museológica como uma questão problemática. Mensch (1994) afirma que a causa da má compreensão deste conceito se deve à “extensão do conceito de musealidade como uma propriedade do objeto enquanto documento” (MENSCH, 1994, p. 10). Este valor documentário não seria algo intrínseco ao objeto, mas uma propriedade atribuída no contexto das disciplinas. Todavia, as novas formulações sobre a missão da Museologia mudaram o entendimento sobre a musealidade:

Em 1980, Stransky ainda fala da musealidade como um “aspecto específico da realidade”, mas sua definição de museologia mudou: “A missão da museologia é interpretar cientificamente essa atitude do homem em relação à realidade (i.e. a atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas representações de valores) e fazer-nos entender a musealidade em seu contexto histórico e social”. Com esse novo conceito da intenção cognitiva da museologia, seu conceito de

musealidade passou de uma categoria de valor a uma orientação de valor específica (vide adiante).

O antigo conceito de musealidade de Stransky refletiu-se no trabalho de I. Maroevic. Em relação a Stransky, Maroevic considera a musealidade como objeto específico de pesquisa na museologia: “A museologia lida com o estudo sistemático dos processos de emissão de informação, contida na estrutura material da museália”. Maroevic distingue dois tipos de informação: científica e cultural. A informação científica define principalmente os fenômenos científicos; a informação cultural lida com o(s) valor(es) atribuído(s) ao objeto no contexto social. Conforme Maroevic, as disciplinas específicas fazem uso da informação científica, enquanto a museologia se interessa pela informação cultural (MENSCH, 1994, p. 10-11).

O desenvolvimento do percurso conceitual da musealidade foi crucial para a formulação da vertente de estudo da Museologia centrada na relação específica do homem com a realidade.

Em 1980, Stransky formula o objeto da museologia como sendo “uma abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso delas de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades (MENSCH, 1994, p. 11-12).

Mensch (1994) aponta que Anna Gregorová divulgou o conceito de Museologia como relação específica do homem com a realidade no *MuWoP*, número 01 de 1980³⁵. No Brasil, segundo Mensch (1994), Waldisa Russio é a Museóloga que teve ideias próximas às de Stransky e que influenciou outros profissionais no Brasil. Waldisa Russio desenvolveu o entendimento de que o objeto de pesquisa da Museologia é o fato museal:

Russio fala do fato museal ao invés de musealidade como o foco da pesquisa museológica. Ela define o fato museal como “a profunda relação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, isto é, aquela parte da realidade a qual o homem pertence e sobre a qual tem poder de ação”. Sendo uma palestrante, como Stransky, Russio influenciou muitos museólogos no Brasil como Marcello Araújo, Heloísa Barbuy e Cristina Bruno (MENSCH, 1994, p. 13-14).

O estudo da Museologia centrado na relação específica do homem com a realidade ampliou significativamente o conceito de Museologia, provocando, assim, questionamentos entre os especialistas:

Comentando um artigo de 1983 de van Mensch, Pouw & Schouten, Burcaw escreve: “acho que nossos amigos holandeses estão indo longe demais [...]. Acho que não há porque dizer que os museus e a prática de museus abarcam tudo”. Uma opinião similar é formulada por Schreiner: “Precisamos de uma nova teoria de museologia que ajude nossa atividade prática nos museus. Primeiro de tudo, nós somos museólogos e não patrimoniologistas”. De acordo com Schreiner há uma necessidade de diferenciar e respeitar a existência de campos específicos já existentes como a biblioteconomia e a arquivologia. O museólogo francês Andre

³⁵ *MuWoP* é a sigla de *Museological Working Papers*, que é uma publicação do International Committee for Museology (ICOM). O *MuWoP* é um diário que debate problemas museológicos fundamentais.

Desvalles mostra uma atitude ambivalente. De um lado, quer separar a museologia da arquivologia. De outro, admite ser difícil esclarecer as distinções entre categorias de objetos. Então chega à mesma conclusão de Burcaw, que sugere o uso de outros termos, como estudos da cultura imaterial, ao invés de fixar o termo museologia para esta conceituação tão ampla. Tal termo foi proposto por Sola, que fala de patrimoniologia (MENSCH, 1994, p. 20).

Para este alargamento do conceito de Museologia, em 1982, Tomislav Sola apresentou o termo Patrimoniologia (*Heritology*), “que não é mais centrado no museu, mas lida com a nossa atitude em relação a nossa herança como um todo. Entretanto, ele continua a usar o termo museologia para esse conceito mais amplo” (MENSCH, 1994, p. 14-15). A preferência pelo termo Museologia é decorrente da amplitude de fenômenos abarcada pela definição de herança. “Concomitantemente, a museologia é considerada como uma disciplina relacionada ou até mesmo uma área que inclui as disciplinas de gerenciamento de arquivos, bibliotecas, preservação histórica etc” (MENSCH, 1994, p. 15). Lima (2012, p. 48) observa que a perspectiva da Patrimoniologia “abriu caminho para respaldar, formalizando, o trato do Patrimônio Intangível no concerto museológico”.

As orientações museológicas apresentadas por Peter van Mensch (1994) revelam que a distinção entre elas reside “mais em uma perspectiva do que em um objeto de estudo” (MENSCH, 1994, p. 21). Todos estes entendimentos teóricos lidam com um mesmo conjunto de conceitos, que compõem o campo científico da Museologia: herança cultural e natural; atividades associadas à preservação e comunicação desta herança; quadro institucional e a sociedade. Deste modo, observa-se que a teoria mostra-se determinante para a definição da Museologia e que ela “permite ver relevância na observação, identidade no fato e significância nas interrelações” (MENSCH, 1994, p. 21).

As considerações apresentadas demonstram como a Museologia é um campo complexo, o qual vem se construindo e fortalecendo, e que o objeto de estudo da Museologia ampliou-se e passou a ter um foco mais social (MARQUES, 2011). O entendimento do que é o museu também se modificou, passando a ser compreendido, contemporaneamente, como um processo de representações do fenômeno das manifestações simbólicas da sociedade humana, situadas no tempo e no espaço (SCHEINER, 2008).

2.3.4 O Estado e os museus: algumas considerações

Bruhns (2005), ao utilizar a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, de Louis Althusser, aponta que “os museus agem como aparelhos/instrumentos que decodificam e recodificam a ideologia do Estado para o público/comunidade, utilizando-se da expografia/discursos museológicos para perpetuarem determinada realidade” (BRUHNS,

2005, p. 179). As instituições museais podem construir discursos políticos revelados nas exposições museológicas e também nas ações educativas.

O Aparelho Ideológico de Estado é uma forma de manipulação no campo simbólico, manifesta, principalmente, nas escolas, na família, nos sindicatos, nos partidos políticos e nas instituições culturais (BRUHNS, 2005). Alguns Governos identificam os museus como espaços eficazes para reprodução, legitimação de ações e de ideologias políticas, sociais e culturais. Vários museus dedicaram-se à dominação ideológica e “à instauração e à reificação mítica de personagens políticos - e em todos os casos, este movimento se apóia na presença de objetos icônicos, apresentados como catalisadores da força mítica dos personagens” (SCHEINER, 2008, p. 63). No Brasil, os laços estreitos entre museus, Estado e classes privilegiadas favorecem o surgimento de museus alheios ao exercício de funções sociais (CHAGAS, 1999). Em outro sentido, nesta era global, os Governos podem explorar os museus – bem como, as políticas, os órgãos e as demais instituições – como instrumento de inclusão social e de valorização do patrimônio local (BRUHNS, 2005). Deste modo, “os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória” (CHAGAS, 1999, p. 20). Embora tenha todo este potencial, os museus ocupam papel secundário nas ações e políticas de Governo (MORAES, 2009).

No Brasil, os museus relacionam-se com o Estado por meio de ações e políticas governamentais (MORAES; SOUZA, 2013). A Museologia, enquanto área de formação dos Museólogos, também se relaciona de forma dependente aos Governos e ao Estado, conforme explicado por Damasceno (2015, p. 7):

Historicamente, os museus brasileiros estão ligados ao Estado, ao passo e, que, as políticas de governo incidem diretamente sobre a categoria profissional. Seu ofício está vinculado, também, a ministérios que possuem menos “peso” na estrutura política-econômica do país e que, ao menor sinal de crise, tornam-se prioridade nos cortes orçamentários.

Por isso, não é exagero dizer que a Museologia brasileira, enquanto campo, está historicamente entrelaçada com o Estado, em face dos governos federais, estaduais e municipais deste país [...] (DAMASCENO, 2015, p. 7).

No século XIX, houve a formação de importantes museus brasileiros, os quais foram utilizados como meios de ensino da história oficial que se desejava divulgar e “isso deve-se ao fato de que suas equipes organizadoras eram compostas pelos historiadores de maior prestígio do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) e que, além disso, também exerciam a função de conservadores de museus” (MACHADO, 2010, p. 139). Mas, somente no século XX, as instituições museais brasileiras se desenvolveram (MORAES; SOUZA, 2013) e foi criado o primeiro museu histórico brasileiro, o Museu Histórico Nacional (1922). Nas políticas culturais do país, os museus históricos receberam destaque:

O surgimento dos museus históricos, atrelados às conveniências políticas, foi uma constante na formação cultural do Brasil. Sabemos que a relação

entre o Estado e os museus nacionais, ao longo dos anos, suscita uma série de indagações que perpassa desde o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira, até a visão pessoal de cada colaborador do governo para a criação de museus que buscam celebrar a nação (MACHADO, 2010, p. 137).

Na década de 1920, “a temática do patrimônio começa a ser considerada politicamente relevante, implicando no envolvimento do Estado” (MACHADO, 2010, p. 141). A criação do SPHAN, em 1937, ratificou “a atitude de organização de nossa memória num sistema conceitual que refletiria a ideologia vigente, ou seja, implementaria oficialmente a criação de instituições voltadas à preservação de bens culturais evocativos da história nacional” (MACHADO, 2010, p. 142). O patrimônio e o monumento histórico passam, a partir daí, a ser utilizados pelo Estado, através de legislação própria, para construir uma memória e uma identidade nacional.

As transformações nos museus brasileiros, ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, ficaram conhecidas como anos dourados (RANGEL, 2011³⁶ *apud* MORAES; SOUZA, 2013). Todavia, neste período, os museus foram dirigidos por escritores, historiadores, jornalistas, críticos de arte, entre outros, sendo que estes intelectuais diversos não tinham formação em Museologia. Tal situação demonstrou “o entendimento do profissional como conservador de museus, mais ligado às técnicas e menos à produção intelectual” (MORAES; SOUZA, 2013, p. 13-14) na área de Museologia. Especificamente sobre a História na construção do campo museal brasileiro e o papel dos Historiadores, Moraes e Souza (2013, p. 6) explicam:

A História e os profissionais de História estiveram presentes no cotidiano dos museus, discutiram seus sentidos e “missões”, ajudaram a produzir uma situação e um modelo de museu no Brasil, principalmente de museus públicos. Esta intervenção, que ao longo do século XX incorpora outros saberes e modos de compreensão, é própria a um momento histórico e cultural em que o nacional, as identidades regionais e as memórias sociais foram reclamados e serviram para mobilizar diversos grupos e projetos em diferentes ambientes e demandas (MORAES; SOUZA, 2013, p. 6).

Atualmente, o IPHAN e o Ministério da Cultura são importantes atores na formulação e implementação de políticas museais. Estes órgãos participaram da criação da Política Nacional de Museus, do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (DEMU/IPHAN), do Sistema Brasileiro de Museus, da Semana de Museus (em maio), do Dia Nacional do Museólogo (18 de dezembro), além de investirem recursos públicos em vários museus do país e para a criação de novos, inclusive, com a iniciativa do Edital Museus Brasileiros (para atualização de museus públicos e privados não vinculados ao Governo Federal) (MACHADO, 2010). Assim sendo:

[...] as atuais políticas adotadas pela esfera do governo federal e pelas iniciativas privadas têm dado novo ânimo para o fortalecimento da preservação e da memória nacional. Aos museus brasileiros cabe cumprir

³⁶ RANGEL, M. F. A cidade, o museu e a coleção. *Liinc em Revista*, v. 7, p. 301-310, 2011.

um papel de referência e de base para o futuro da cultura e da sociedade. Ao ultrapassar o antigo *status* do museu como templo de todas as musas, os museus brasileiros, no percurso de sua implementação, adquirem potencialidades de abrir ao cidadão, nas dimensões do novo e do velho, espaços de contato e de interação com sua história e cultura (MACHADO, 2010, p. 148).

A trajetória dos museus e da Museologia no Brasil esteve entrelaçada com as políticas culturais e aos interesses e articulações de atores e agentes sociais em um dado contexto histórico, principalmente no século XX (MORAES; SOUZA, 2013). Ainda são necessários avanços em termos de implementação das políticas culturais; além disso, observa-se que “os museus ainda são muito vulneráveis às oscilações políticas, à falta de estrutura técnica e às imposições do marketing cultural” (BRUNO *et al.*, 2006, p. 7).

O museu é espaço onde podem ser criadas diversas narrativas e discursos, que geram sentidos e relações na sociedade, sendo espaço privilegiado de disputa simbólica. Assim, esta instituição “ocupa um lugar estratégico no imaginário social e nas relações sociais, simbólicas e de poder” (MORAES, 2006, p. 39).

2.4 INTERFACES ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No Brasil, a colaboração entre os profissionais de arquivos, bibliotecas e museus é uma preocupação existente, desde a década de 1920, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Museu Histórico Nacional (MARQUES, 2011). Segundo Ivan Coelho de Sá (2013), a idealização e a concretização dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil foram orientadas pelas matrizes filosóficas e científicas de origem francesa.

O autor afirma que os primórdios da formação dos Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos na França resultaram em semelhanças entre estas áreas; tal processo também teve reflexos no Brasil. Neste sentido, Silva (2002) observa que, em suas origens, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia passaram por uma fase sincrética e custodial, na qual “papeis’ antigos de temática político-administrativa, incunábulo e outras raridades bibliográficas e gabinetes de curiosidades [...] tendiam a formar uma realidade única e inseparável” (SILVA, 2002, p. 575). Neste momento,

[...] podemos afirmar que havia ambiguidade, imprecisão ou mesmo sobreposição de atribuições entre os profissionais que atuavam em arquivos, bibliotecas e museus [...]. Todos esses profissionais tinham como matéria prima de seus estudos os bens patrimoniais móveis, ou seja, as coleções de documentos, livros e obras de arte. Em geral, a atuação destes profissionais concentrava-se quase que exclusivamente no estudo das peças e coleções, buscando extrair o máximo de informações nelas contidas.

Com a École Nationale des Chartes e a École du Louvre [sic] iniciou-se um processo de especialização profissional, no entanto, a princípio, estes centros de ensino não estavam preocupados em priorizar o estudo dos

pressupostos teóricos e dos parâmetros curriculares para formação de profissionais de arquivologia, biblioteconomia e museologia, mesmo porque essas questões estavam ainda em estágio “embrionário”. De acordo com a tendência oitocentista, estavam muito mais preocupados em formar estudiosos de acervos, sejam eles exegetas das inscrições e textos antigos ou conhecedores e identificadores de obras de arte de antigas civilizações. Não havia também, pelo menos no início, a preocupação em estudar primordialmente as instituições arquivos, bibliotecas e museus (SÁ, 2013, p. 57).

Esta fase sincrética e custodial, marcadamente no século XVIII, foi seguida por uma fase técnica e custodial (que se estendeu e predominou do final do século XVIII até meados do século XX) estimulada pelas tendências e necessidades da Modernidade e do Iluminismo de “classificar, separar ideias e coisas e de buscar a pretensa objectividade científica, pelo aparecimento do Estado-Nação, pelo fomento capitalista e pela complexificação global das sociedades” (SILVA, 2002, p. 575). Assim, as técnicas de custódia, preservação e organização de objetos culturais, livros e documentos antecederam a compreensão teórica e científica.

A fase posterior, e em vigor, chamada de científica e pós-custodial, destaca-se pelo desenvolvimento investigativo (SILVA, 2002) e possui as seguintes áreas próprias de estudo e de problematização:

[...] a valorização do contexto de produção da informação; a análise dos fluxos e usos da informação; o estudo do comportamento informacional, com ênfase nas questões psicológicas e cognitivas; e o enquadramento do normativismo de maneira a que seja encarado como ingrediente metodológico e não como um fim em si mesmo.

Tudo isto significa que o paradigma emergente pauta-se por traços ou características como são: a valorização da informação enquanto fenômeno humano e social; o dinamismo informacional, oposto ao ‘imobilismo’ documental; a prioridade máxima dada ao acesso à informação, uma vez que só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; o indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos; a assunção de uma postura sintonizada com as ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos; e a lógica científico-compreensiva em substituição da lógica instrumental (SILVA, 2012, p. 21).

Esta fase científica e pós-custodial, com seus estudos científicos dos arquivos, bibliotecas e museus, tem as seguintes marcas e desdobramentos no Brasil:

Este processo de importação das matrizes francesas, acionado e consolidado no Brasil pelos antigos cursos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional, lançou as bases dos atuais cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO e possibilitou, também, o próprio desenvolvimento científico e a disseminação destes campos no país (SÁ, 2013, p. 58).

A superação do modelo patrimonialista da segunda fase, por meio da emergência da etapa científica e pós-custodial, teve por consequência o desenvolvimento de perspectivas contemporâneas para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (ARAÚJO, 2014). No caso da Arquivologia e da Museologia, disciplinas objeto

de estudo deste trabalho, as perspectivas da Arquivística integrada e da Aquivística pós-custodial, para a primeira, e da Nova Museologia e da Museologia crítica, para a segunda, indicam para a delimitação das especificidades profissionais e científicas de cada um destes campos e para seus relacionamentos interdisciplinares.

Contudo, Silva (2012) acredita que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são persistentemente marcadas pela fase técnica e custodial, sendo esta um paradigma designado de várias formas:

[...] historicista, empírico-tecnista, documentalista, empírico-patrimonialista, etc., sendo nítida em duas delas [formas de designar o paradigma] a ênfase posta na experiência sensorial (empirismo) dos artefactos e bens culturais (património) que substancializam o Arquivo, a Biblioteca e o Museu. Pode, por isso, falar-se de um empirismo patrimonialista forjado pelo labor historiográfico e pela valorização afectiva, estética e econômica do que é antigo e raro (SILVA, 2002, p. 577).

Além desta caracterização genérica, este paradigma pode ser identificado nos arquivos, nos museus e nas bibliotecas por traços específicos que apontam para:

[...] sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura 'erudita'; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao 'conteúdo' (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri Lafontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (SILVA, 2013, p. 20).

Arquivos, museus e bibliotecas, sob as influências do paradigma técnico e custodial, foram instituídos como lugares de memória e de preservação e difusão do patrimônio cultural. Estes três espaços ficaram, a princípio, "amarrados entre si por três conceitos comuns e tutelares: a cultura, o patrimônio e a memória" (SILVA, 2013, p. 22). Todavia, a demanda por especialização técnica foi criando limites entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, fazendo com que cada uma das três áreas delimitasse seu objeto de trabalho.

A necessidade de uma especialização técnica, que acompanhou a transição da primeira para a segunda vaga de industrialização, no mundo ocidental, ajuda a compreender um efectivo afastamento da museologia relativamente à arquivologia e à biblioteconomia/documentação. E os supracitados conceitos de cultura, de patrimônio e de memória, como factores cruciais de identidade, deixaram de se sobrepor a características materiais específicas dos objectos ou dos documentos guardados nos arquivos, bibliotecas e museus (SILVA, 2013, p. 23).

Embora os conceitos de patrimônio, cultura e memória deixassem de ser o elo identitário, eles mantiveram-se constitutivos nos Museus, nos Arquivos e nas Bibliotecas. A presença destes conceitos permitiu que estes espaços mantivessem diálogos interdisciplinares com outros campos, como, por exemplo, com a História. A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, segundo Silva (2002), originaram-se no campo epistêmico da História. Sobre o diálogo interdisciplinar com a História, cabe destacar que matriz de

formação histórico-erudita dos Arquivos, Museus e Bibliotecas fez com que estes espaços permanecessem dedicados à custódia e à elaboração de instrumentos de acesso que facilitam o trabalho dos historiadores (SILVA, 2013):

[...] à medida que este [conhecimento histórico] se expandiu e consolidou acadêmica e institucionalmente, ao longo do século XIX, também as noções de memória e de patrimônio se fixaram no vocabulário social, sendo hoje dominantes no enquadramento cultural e teórico-prático das proclamadas ciências dos Arquivos, das Bibliotecas e dos Museus (SILVA, 2002, p. 576-577).

Thiesen (2009) acredita que estas instituições, além de serem lugares de memórias, são também espaços de produção do conhecimento. Os desafios do século XXI têm provocado e provocarão várias questões de pesquisas e novos conhecimentos para os Arquivos, Museus e Bibliotecas.

A Arquivologia, a Biblioteconomia/Documentação e a Museologia, segundo Smit (2000a), são áreas irmãs, didaticamente chamadas pela autora de “3 Marias”. Contudo, elas pertencem a uma família “na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e metodologias de trabalho das demais” (SMIT, 2000a, p. 28). A autora esclarece que o processo de reconhecimento da Museologia nesta família é mais recente e não é consensual “uma vez que esta área não trabalha com documentos, no sentido imediato do termo, mas supõe a ampliação do conceito de ‘documento’ ou a ênfase na informação enquanto insumo e produto de ciclos produtivos” (SMIT, 2000a, p. 29).

A discussão aqui proposta somente adquire sentido se analisada de um ponto de vista diacrônico, no qual a ênfase no documento é substituída pela ênfase na informação.

A dupla documento/informação coloca inúmeros problemas, estando distante de um dimensionamento satisfatório da questão. Pode-se afirmar que as 3 Marias convivem em constante tensão entre o documento e a informação, ora priorizando um, ora outro. Como enunciar a tensão? De imediato, nota-se maior apego dos arquivistas e museólogos ao documento e uma facilidade por parte dos documentalistas para abstrair o documento, enfatizando a informação nele presente (SMIT, 2000a, p. 29).

Smit (2000a) considera que, tradicionalmente, destacam-se mais as diferenças e especificidades entre Arquivistas, Bibliotecários/documentalistas e Museólogos do que as semelhanças entre estes profissionais. Sobre esta situação, a autora esclarece:

Trata-se, de fato, de um embate entre duas visões distintas, porém complementares. Por um lado: uma visão calcada nas práticas profissionais, ainda muito ancoradas no paradigma do acervo [paradigma técnico e custodial], e [sic] por outro lado [sic] a função social de instituições que coletam, estocam e disponibilizam informações (SMIT, 2000a, p. 28).

A diferenciação a partir do acervo e das instituições de guarda tem por referencial a “distinção de tipos e suportes documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso” (SMIT, 2000a, p. 28). Esta ênfase no acervo – estoque da informação – tem enfrentado a tentativa de

consolidação da ênfase no usuário – função e utilização da informação. “A ênfase no usuário não desconhece o documento, mas subordina sua importância à função ou à utilização da informação” (SMIT, 2000a, p. 30). Todavia, a ênfase no usuário não se demonstrou suficiente para reformular as distinções profissionais, sendo predominante, ainda, a ênfase no acervo (SMIT, 2000a).

Além do acervo, Smit (2000a) afirma que as “3 Marias” gerenciam e utilizam de formas diferentes seus estoques informacionais. A autora divide o gerenciamento de estoques informacionais em três grandes grupos de processos/atividades: gestão da memória (seleção, coleta, avaliação de documentos/objetos e estoques informacionais), produção de informação documentária (representação da informação estocada e produção da informação documentária) e mediação da informação (comunicação de informações para atender as necessidades informacionais dos usuários). Arquivistas, Bibliotecários/documentalistas e Museólogos atuam em todos estes grupos de processos/atividades, todavia, “a partir de características institucionais e características intrínsecas aos estoques informacionais, as instituições nomeiam e enfatizam diferentemente as atividades” (SMIT, 2000a, p. 32).

Estes profissionais têm em comum, segundo Smit (2000a), o fato de estocarem nos espaços de trabalho, deliberadamente, informações, que são registradas e intencionalmente consideradas úteis. “O fruto deste processo é a institucionalização da informação uma vez que decorrente de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais)” (SMIT, 2000a, p. 34). A institucionalização da informação em arquivos, museus e bibliotecas “encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque” (SMIT, 2000a, p. 34). Promover o acesso a esta informação institucionalizada é objetivo comum dos Arquivistas, Bibliotecários/Documentalistas e Museólogos.

Araújo (2014) ressalta que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia possuem em comum não só uma dimensão informacional, mas também “partilham de uma dimensão comunicativa (todas buscam interlocução com público), administrativa (instituições e recursos que precisam ser geridos), educacional (todas atuam no âmbito formativo e pedagógico)” (ARAÚJO, 2014, p. 160-161). Varela e Barbosa (2013) explicam que a dimensão comunicativa dos arquivos, bibliotecas e museus faz com que estes espaços tomem para si “a responsabilidade social de disseminar informação e de estimular os múltiplos processos cognitivos do sujeito social, por meio da mediação e da contextualização” (VARELA; BARBOSA, 2013, p. 368). A dimensão educacional é revelada na estimulação da aprendizagem multicultural por estes espaços, tanto pelos conteúdos dos acervos, quanto “pela mediação que ocorre entre os sistemas organizativos e informativos, representativos destas coleções e ainda pelo diálogo estabelecido entre o profissional e o

público” (VARELA; BARBOSA, 2013, p. 367). Já a dimensão administrativa pode ser vista através da gestão institucional e financeira dos arquivos, dos museus e das bibliotecas.

Tanus (2013, p. 22) apresenta duas aproximações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a) “uma de cunho etimológico”, na qual a formação das palavras relaciona-se com as respectivas instituições, arquivos, bibliotecas e museus, e b) “outra de cunho histórico (história do processo de constituição dos campos e das instituições: arquivos, bibliotecas e museus)”.

A autora supracitada também indica que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se aproximam da Ciência da Informação. As três primeiras disciplinas perpassam pela produção e organização da informação e acesso a ela e comungam do espaço da Ciência da Informação, seja por via institucional de alocação dos cursos de Graduação, seja no campo científico.

Em relação à Ciência da Informação [sic] a aproximação entre esses campos científicos [Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia] ocorre por meio da configuração acadêmico-institucional desses cursos, os quais podem ser encontrados nos departamentos, escolas, centros, faculdades e institutos de Ciência da Informação, ou ainda próximos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Além disso, é possível encontrar na literatura desses campos uma proximidade teórico-epistemológica que possibilita articular todos esses quatro campos científicos (TANUS, 2013, p. 22).

Rendón Rojas (2008) define que o objeto de estudo da Ciência da Informação é o Sistema Informativo Documental. Este objeto seria o núcleo central das pesquisas que conferem identidade à Ciência da Informação e ele seria integrado pela informação, pelo documento, pelo usuário, pela instituição informativa documental e pelo profissional da informação (RENDÓN ROJAS, 2008). Neste sentido, os profissionais da informação, como por exemplo, os Arquivistas e os Museólogos, seriam agentes ativos para o funcionamento do Sistema Informativo Documental e parceiros na construção do conhecimento juntamente com outros cientistas e profissionais.

Na literatura da Ciência da Informação, não há consenso quanto ao conceito de Profissionais da Informação (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005). O termo “Profissionais da Informação” ora é utilizado com maior elasticidade, designando os diversos profissionais ligados à cadeia de processamento da informação (produção, tratamento, análise, disseminação, etc), ora designa particularmente os Bibliotecários (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005). No primeiro sentido, por exemplo, Jannuzzi e Mattos (2001), ao pesquisarem o mercado de trabalho dos Profissionais da Informação na indústria e demais setores da economia do Brasil, consideraram como Profissionais da Informação as ocupações de Bibliotecários, Arquivistas, Museólogos, Analistas de Sistemas, Estatísticos, Economistas, Sociólogos, Professores Universitários, Jornalistas e Escritores. Também neste sentido mais abrangente, Loureiro e Jannuzzi (2007), ao estudarem a inserção dos profissionais em

atividade de informação que atuavam no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2000, buscaram informações Censo Demográfico, seguindo as categorias da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), das seguintes Famílias ocupacionais: “Profissionais da informação” (código 2612) e “Arquivistas e Museólogos” (código 2613), de nível superior; “Técnicos em biblioteconomia” (código 3711) e “Técnicos em museologia e afins” (código 3712), de nível médio; e “Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa” (código 4151), de nível administrativo. No sentido mais restrito, Cunha e Crivellari (2004, p. 50) identificam que, utilizando os critérios da CBO, “o verdadeiro profissional da informação é, no Brasil, o próprio bibliotecário”.

Segundo Robredo e Cunha (1994³⁷ *apud* LOUREIRO; JANNUZZI, 2005), Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos são vistos como irmãos de profissão e, em alguns países, os três formam uma mesma família profissional. Neste mesmo sentido, estas três áreas se aproximam, uma vez que “trabalham com a informação, possuem estoques de materiais e têm como objetivo comum guardá-los, conservá-los e disponibilizá-los para a presente e futuras gerações” (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005, p. 136). Assim, Smit (2000b) considera que o profissional da informação é uma família composta pelos Bibliotecários/Documentalistas, Arquivistas e Museólogos, e o fator discriminante das áreas de atuação destes profissionais é o uso que se faz da informação veiculada e não o material com que trabalham.

Grosso modo, apesar de se esperar que as bibliotecas trabalhem basicamente com livros e periódicos, os arquivos, com documentos administrativos e os museus, com objetos, na prática, um arquivo pode possuir livros em seu acervo; uma biblioteca, por sua vez, pode ter uma coleção de fotos ou gravuras, enquanto um museu pode guardar quaisquer tipos de documentos que retratem uma época que se deseja representar, incluindo-se fotos e livros, entre outros materiais, cabendo aos profissionais específicos saber como lidar com eles (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005, p. 136).

A integração entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação iniciou-se na década de 1990 (TANUS, 2013). Este empenho para aproximar tais áreas recebeu influências dos trabalhos desenvolvidos na década de 1970 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Sistema Nacional de Informação – NATIS – (TANUS, 2013). Na década de 1980, o professor Antônio Miranda, da Universidade de Brasília (UnB), participou de uma mesa redonda internacional, sob incentivo da UNESCO e organizada pela *International Federation of Library Associations* (IFLA), com o intuito de “apresentar uma pré-proposta de diretrizes para harmonização curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no âmbito da Ciência da Informação” (TANUS, 2013, p. 48). Para a elaboração das Diretrizes

³⁷ ROBREDO, J; CUNHA, M. B. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. São Paulo: Global, 1994.

Curriculares Nacionais³⁸, o Ministério da Educação convocou uma comissão de Ciência da Informação com profissionais que delinearão as diretrizes para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, considerando que estas áreas convergem para núcleos comuns de conteúdos, focados no documento e na informação (LOUREIRO; JANNUZZI, 2005). A harmonização entre os três cursos foi concretizada, na década de 2000, pela Universidade de Brasília (UnB), bem como pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011³⁹ *apud* TANUS, 2013).

A relação entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação se dá pelo pertencimento destas às Ciências Sociais e Humanas e, neste campo, elas desenvolvem seus fundamentos enquanto atividade científica e estabelecem diálogos interdisciplinares (ARAÚJO, 2014).

Portanto, entende-se que a CI [Ciência da Informação] [sic] em seu escopo [sic] compreende a investigação em diversas áreas como: a Biblioteconomia, Arquivística, Museologia, Comunicação Social, Linguística, Psicologia, Ciência Cognitiva e Computacional, dentre outras tantas. Todavia, tais áreas podem e devem manter um relacionamento ativo com a CI, a partir da esfera interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é um marco das Ciências Sociais e Humanidades, sendo componente da maioria das Ciências que emergiram a partir dos anos 1940 (SILVA; FUJITA; DAL'EVEDOVE, 2009, p. 285).

A aproximação institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia pode ser observada através da oferta destes cursos nas mesmas universidades; da existência dos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas instituições que os oferecem (TANUS; ARAÚJO, 2013) e da presença dos três cursos nas escolas ou faculdades de Ciência da Informação (ARAÚJO, 2014). As configurações acadêmico-institucionais “não são neutras, elas, de fato, representam uma relação histórica e uma relação de poder-saber e interesses, que se estabelece entre as partes envolvidas” (TANUS; ARAÚJO, 2013, p. 98).

Para Marques (2007), a relação da Arquivologia com outras disciplinas, inclusive a Ciência da Informação, ocorre em três aspectos: a) vínculos institucionais dos cursos de Graduação em Arquivologia; b) formação dos profissionais destes cursos; c) produção científica da área arquivística. Souza (2012), ao tabular o surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil (informações sobre universidade, ato de criação, data de criação, reconhecimento e vinculação), observa que, em sua maioria, a vinculação dos cursos ocorre com os Departamentos de Ciência da Informação e de História.

³⁸ O Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

³⁹ ARAÚJO, C. A. Á; MARQUES, A. A. C; VANZ, S. A. S. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.

Por sua vez, a relação entre Museologia e Ciência da Informação não é consensual no meio acadêmico; entretanto, tal relação está explícita na configuração curricular e no campo teórico-conceitual de alguns cursos de Graduação em Museologia, como, exemplo, no curso ofertado pela UNIRIO (SANTOS, V., 2011).

Na graduação em Museologia no Brasil, há divergências, [sic] entre os professores e pesquisadores, a respeito da relação entre a referida disciplina com a Ciência da Informação. A partir dos anos de 1990, contudo, alguns museólogos fizeram a opção de desenvolver sua carreira acadêmica no campo da Ciência da Informação. Naturalmente que a falta de um programa de pós-graduação em Museologia foi determinante, mas a presença da Biblioteconomia e Arquivologia podem ter influenciado na escolha dos museólogos, em função dos processos informacionais e comunicacionais inerentes à Museologia, e pouco a pouco a presença da Museologia se torna determinante no Encontro Nacional da Ciência da Informação, o ENANCIB (SANTOS, V., 2011, p. 30-31).

A Ciência da Informação e a Museologia possuem em comum o caráter interdisciplinar, relacionando entre si e com outras disciplinas. A relação destas duas áreas pode ser observada também pelo trato da informação (TANUS, 2013). A interface da Museologia com a Comunicação é forte no Brasil e na França, devido ao aspecto da difusão, que nos museus ocorre principalmente por meio das exposições (SANTOS, V., 2011). No Brasil, é recente a aproximação da Museologia com a Ciência da Informação, tanto em termos teóricos, quanto em termos institucionais de alocação dos cursos de Museologia (SANTOS, V., 2011). Em outros contextos, a aproximação da Museologia com a Ciência da Informação é mais antiga:

Na França, a Museologia tem sido trabalhada pelos teóricos das Ciências da Informação e da Comunicação há mais tempo do que no Brasil, talvez até pela ausência do Curso de graduação de Museologia. Portanto, a proximidade entre as disciplinas acontece de forma inerente às questões por elas tratadas, informação e comunicação, ou seja, através dos processos informacionais e comunicacionais nas unidades de informação, o Arquivo, a Biblioteca e o Museu (SANTOS, V., 2011, p. 32).

No Brasil, a relação entre Museologia e Ciência da Informação é auxiliada “pelas políticas públicas nacionais e ações acadêmicas, tanto da Ciência da Informação quanto da Museologia, pela presença de estudos que traduzem a interdisciplinaridade de ambas às áreas em diferentes instâncias” (TANUS, 2013, p. 77).

No âmbito político-institucional, no Brasil, observa-se a aproximação da Arquivologia e da Museologia na estrutura da Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação (TAC), elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e frequentemente utilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O CNPq, instituído pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, visa “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (BRASIL, 1950). As competências do CNPq são as seguintes:

- a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;
- b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;
- c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;
- d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;
- e) entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;
- f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse se comum;
- g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial;
- h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos (BRASIL, 1950).

A CAPES, por sua vez, iniciou sua trajetória também em 1951, quando foi estabelecido o Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, que instituiu uma Comissão para criar a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Atualmente, a CAPES desempenha atividades agrupadas nas seguintes linhas de ação:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional;
- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2015).

A Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação, adotada pela CAPES e pelo CNPq, é um instrumento classificatório, com intuito prático, que tem por objetivo “proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014). Ela apresenta uma hierarquia de 4 níveis, do mais geral para o mais específico, e esta estrutura hierárquica é explicada a seguir:

- 1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;
- 2º nível - Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido

segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;

- 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;
- 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014)

Na Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação, a Arquivologia e a Museologia aproximam-se por estarem abrigadas na mesma Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas 1 (CSA1). Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013), a área CSA1 conjuga dimensões de reflexão e empiria, realizando cruzamentos interdisciplinares que atingem a comunicação, a informação e a memória, sendo estas imprescindíveis para qualquer campo do conhecimento por interferir nas condições de produzir, publicizar, armazenar e disponibilizar informações.

Nesta estrutura classificatória, a Museologia é uma Área do Conhecimento que não possui Subárea e nem Especialidade. Já a Arquivologia é uma Subárea da Área do Conhecimento de Ciência da Informação, sendo que esta alocação faz parte do processo de reconhecimento institucional da disciplina (SANTOS, 2008). Todavia, alguns autores acreditam que o aprisionamento da Arquivística à Ciência da Informação e Documentação resulta em consequências danosas para o projeto de afirmação como disciplina autônoma (SANTOS, 2008).

A seguir, são apresentadas a estrutura e a codificação da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas 1, a qual abrange a Arquivologia e a Museologia:

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

60700009 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

60701005 TEORIA DA INFORMAÇÃO
 60701013 TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO
 60701021 PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO
 60701030 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
 60702001 BIBLIOTECONOMIA
 60702010 TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO
 60702028 MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA
 60702036 TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
 60702044 PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
 60703008 ARQUIVOLOGIA
 60703016 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

60800003 MUSEOLOGIA

60900008 COMUNICAÇÃO

60901004 TEORIA DA COMUNICAÇÃO
 60902000 JORNALISMO E EDITORAÇÃO
 60902019 TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
 60902027 ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
 60902035 ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
 60902043 JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)
 60903007 RÁDIO E TELEVISÃO
 60903015 RADIODIFUSÃO

60903023 VIDEODIFUSÃO
 60904003 RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA
 60905000 COMUNICAÇÃO VISUAL
 61201006 PROGRAMAÇÃO VISUAL
 61202002 DESENHO DE PRODUTO (COORDENAÇÃO DE
 APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2012).

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ([2016?]), atualmente, as Áreas do Conhecimento de Museologia e de Ciência da Informação (incluindo suas Subáreas) possuem, em funcionamento, o seguinte quantitativo e distribuição de cursos de Pós-Graduação *strictu sensu*:

- a) 24 cursos em Ciência da Informação (os programas de Pós-Graduação são em: Ciência da Informação; Gestão da Informação; Memória e Acervos e Gestão da Informação e do Conhecimento), sendo 9 de Doutorado, 12 de Mestrado Acadêmico e 3 de Mestrado Profissional;
- b) 1 curso em Biblioteconomia, sendo de Mestrado Profissional;
- c) 1 curso em Arquivologia (Gestão de Documentos e Arquivos), sendo de Mestrado Profissional;
- d) 6 cursos de Pós-Graduação *strictu sensu* em Museologia (os programas de Pós-Graduação são em: Museologia; Museologia e Patrimônio; Artes, Patrimônio e Museologia e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia), sendo 1 de Doutorado, 3 de Mestrado Acadêmico e 2 de Mestrado Profissional.

Tanus (2013, p. 49), ao discorrer sobre a TAC, do CNPq, apresenta um posicionamento crítico em torno das classificações:

[...] sabe-se que toda classificação é arbitrária, imperfeita e incompleta, por isso elas acabam reduzindo os diversos posicionamentos em um único modelo, que nem sempre é o mais aceito. Parece também que as classificações não acompanham as constantes mudanças científicas, gerando [sic] assim, uma distância entre a representação e a realidade. Nessa direção, Souza (2008) apresenta algumas críticas em torno da TAC, a saber: defasada, inadequada, anacrônica e pobre, deficiente, limitada em termos de subáreas e especialidades, necessitando, portanto, de modernização dos tópicos (TANUS, 2013, p. 49).

Diante desta situação, em 2005, foi discutida uma proposta de nova TAC, por uma Comissão Especial de Estudos (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS, 2005), com membros designados pelos presidentes da CAPES, do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Na versão preliminar proposta para discussão de alteração da TAC, cabe ater-nos apenas às mudanças que contemplem a Arquivologia e a Museologia. Primeiramente, é importante destacar a proposta de alteração do nome da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas 1, que abriga a Arquivologia e a Museologia, para Ciências Socialmente Aplicáveis. A Arquivologia deixaria de ser uma Subárea da Ciência da Informação para tornar-se Área do Conhecimento e teria quatro Subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Técnicas Arquivísticas e Arquivologia Especializada. A

Museologia manter-se-ia como Área do Conhecimento, mas passaria a incluir quatro Subáreas: Fundamentos da Museologia; Gestão de Instituições Museológicas; Curadoria de Mostras em Museus e Museus Temáticos. Esta proposta de nova TAC conservaria as relações interdisciplinares entre Arquivologia e Museologia; contudo, garantiria mais autonomia e consistência para estas áreas. Vale ressaltar que apesar dos esforços da Comissão Especial de Estudos, a proposta de nova TAC não foi aprovada.

Entre os aspectos que dificultam o diálogo e a aproximação da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia e da Ciência da Informação, podemos citar:

- a) a busca por identidade profissional (espaços de trabalho) e entre as áreas;
- b) as especificidades de cada área, em termos de procedimentos, marcos teóricos, objeto de trabalho e de questionamentos;
- c) o olhar diferenciado para questões postas às áreas, como, por exemplo, o olhar específico de cada área para a informação (RAMOS, 2013).

Assim, mediante estes esclarecimentos, conclui-se que, no Brasil, a influência das matrizes francesas na origem dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia provocou a aproximação entre estas áreas e a colaboração entre estes profissionais. Tais áreas passaram pelas fases sincrética e custodial; técnica e custodial; e científica e pós-custodial; entretanto, a segunda fase marcou persistentemente a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Arquivos, museus e bibliotecas são lugares de memória e de produção do conhecimento, que se aproximam por abordarem os conceitos de patrimônio, memória e cultura. Tais conceitos favorecem a comunicação interdisciplinar com a História.

A aproximação entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, através da ênfase na informação, faz com que estas sejam áreas irmãs. Além disso, estas áreas comungam de uma mesma dimensão comunicativa, administrativa e educacional e se aproximam da Ciência da Informação.

Na área de Ciência da Informação, não é consensual o conceito de Profissional da Informação, mas se este conceito for tomado em sentido amplo, nele poderiam estar abrigados, entre outros, os Arquivistas e os Museólogos. O relacionamento entre Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia se dá pela via institucional e pela interdisciplinaridade no campo das Ciências Sociais e Humanas.

A Arquivologia e a Museologia também se aproximam na dimensão político-institucional, através da classificação da TAC, a qual as reúne na mesma Grande Área, Ciências Sociais Aplicadas 1. Por fim, conclui-se que os pontos que dificultam a aproximação e o diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação precisam ser mais debatidos. As aproximações e as interfaces entre

Arquivologia e Museologia são questionáveis e ainda são necessárias consolidações no campo científico.

2.5 ESTUDOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS ARQUIVISTAS, DOS MUSEÓLOGOS E DOS “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”

São poucas as pesquisas sobre o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”. Sobre os Museólogos, os estudos são ainda mais escassos e alguns abordam todos os profissionais de museus. Portanto, considerou-se importante expor, sumariamente, alguns estudos recentes e relevantes que abordam este mercado de trabalho.

No que diz respeito aos Arquivistas, Marques e Roncaglio (2012, p.87) explicam que “saber quem somos [os Arquivistas] e quantos somos dependerá de um esforço conjunto para continuarmos a consolidar informações, ideias e conhecimentos acerca das nossas realizações”. Entre as pesquisas mais recentes neste sentido, que recapitulam os estudos anteriores, se pode citar a produção de Larissa Costa (2008), de Katia Souza (2011) e de Djalma Brito (2014).

Larissa Costa (2008) buscou compreender a relação entre a formação acadêmica dos Arquivistas e o mundo do trabalho em Brasília, a partir de abordagem qualitativa – revisão de literatura; análise de conteúdo das entrevistas com 7 egressos das duas primeiras turmas de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) e com os orientadores externos de estágio; análise documental de 49 editais de concursos públicos para Arquivistas, no período entre 2003 e 2006, e de 216 relatórios de estágio supervisionado de discentes do curso de Arquivologia da UnB, no período entre 2003 e 2006. A autora concluiu que a Arquivologia tem estreitado laços com outras áreas que lidam com a informação; os empregadores dos Arquivistas demandam informações, atitudes, habilidades e conhecimentos que nem sempre pertencem à produção realizada na área da Arquivologia ou que extrapolam o que é ensinado durante a formação; os estágios contribuem para a aquisição de conhecimentos e habilidades exigidos pelo meio profissional, mas não favorecem o alcance da autonomia profissional (COSTA, 2008).

Souza (2011) buscou investigar dados sobre os egressos dos cursos de Arquivologia. A autora apresentou outros estudos que indicaram o número de graduados em Arquivologia no país; mapeou o quantitativo de Arquivistas egressos dos cursos até julho de 2011, a partir dos dados do Ministério da Educação, o qual totalizou 4.906 Arquivistas; expôs a distribuição, por Unidade Federativa do país, dos 1.377 Arquivistas com registro

profissional, no Ministério do Trabalho e Emprego; e aplicou questionário para conhecer os Arquivistas graduados até 2008⁴⁰.

O questionário de Souza (2011) esteve disponível *online* entre novembro de 2008 e abril de 2009. A pesquisa retornou em 452 questionários válidos, os demais questionários recebidos estavam em branco ou foram respondidos por Arquivistas com previsão de formatura fora do corte cronológico estabelecido pela pesquisa; além disso, houve questionários com duplicidade de nomes. Dentre os 452 respondentes, 109 não atuavam como Arquivistas e 343 exerciam a profissão de Arquivista. Entre os resultados do questionário, interessa a esta dissertação destacar os seguintes: em relação ao gênero dos arquivistas, 62% eram mulheres e 38% eram homens; a maioria dos profissionais era jovem, na faixa entre 20 e 29 anos.

Dentre os Arquivistas que responderam ao questionário e atuavam na profissão, destacam-se os resultados a seguir: quanto ao tempo de atuação profissional, o maior número de Arquivistas pertence à faixa de 3 a 5 anos de atuação e o menor número de Arquivistas pertence à faixa de mais de 20 anos; a partir da natureza jurídica do empregador, observa-se que o Estado é o maior empregador dos Arquivistas, uma vez que 54% destes trabalham em instituições públicas; de acordo com a classificação de atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os três principais empregadores dos Arquivistas pertencem às seguintes atividades: “Administração pública, defesa e seguridade social”, “Educação” e “Informação e comunicação”; quanto à forma de ingresso nas instituições empregadoras, 42% dos respondentes ingressaram através de concurso público, 24% ingressaram por meio de processo seletivo e as formas de ingresso dos demais são: contrato, contrato temporário e outras; no que concerne à carga horária trabalhada, 69,9% trabalham 40 horas semanais; sobre a quantidade de funcionários no setor de trabalho, 175 Arquivistas informaram que havia apenas de 1 a 3 funcionários, 72 informaram que havia 10 ou mais funcionários, 56 informaram que havia 4 a 6 funcionários e 40 informaram que havia de 7 a 9 funcionários; no que diz respeito à remuneração, 32% dos Arquivistas recebem até 5 salários mínimos, 17% recebem mais de 10 salários mínimos, 3 Arquivistas não informaram a remuneração e os demais recebem de 6 a 10 salários mínimos; quanto à formação continuada, 85 Arquivistas possuem outra Graduação, 165 possuem Especialização, 51 possuem Mestrado e 24 possuem Doutorado.

A pesquisa de Brito (2014) estudou a proposta de um curso de gestão de documentos de arquivo, na modalidade a distância, para agentes públicos que atuam nos serviços de arquivo do Poder Executivo Federal (PEF). Entre os objetivos da pesquisa, o

⁴⁰ Para divulgar o questionário entre os Arquivistas, Souza (2011) optou pela identificação através de contatos pessoais; buscas na *internet*; listas de discussões da área de Arquivologia; investigação de perfil pessoal e de comunidades profissionais em site de relacionamentos (<www.orkut.com>) e contatos fornecidos por Arquivistas.

autor buscou levantar o perfil do agente público que trabalha nos serviços de arquivo dos órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, que integram o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal. O cadastro dos integrantes do SIGA iniciou-se em 2008 e a pesquisa de Brito (2014), feita até o dia 22 de maio de 2013, constatou que havia 1.350 registros, o que corresponderia a 0,13% do total de servidores ativos no PEF (1.008.025 servidores).

Ao traçar o perfil dos integrantes do SIGA, através do Cadastro Nacional dos Integrantes do SIGA, Brito (2014) obteve várias informações, das quais se destacam: entre os órgãos ou entidades do PEF, os que possuem o maior quantitativo de cadastros no SIGA são Advocacia-Geral da União (233 registros), Ministério da Educação (203 registros), Ministério de Minas e Energia (167 registros), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (144 registros) e Ministério da Saúde (101 registros); os dados sobre a escolaridade dos registrados no SIGA revelam que 60% deles possuem nível Superior, 35% nível Médio, 3% Nível fundamental e não foi possível identificar a escolaridade de 2% dos registrados; dentre os 803 agentes que declararam possuir Nível superior, 17% (133 pessoas) possuem Graduação em Arquivologia, o que representa pouco mais que 10% dos registrados no SIGA e 0,01% do total de servidores ativos do PEF.

O mercado de trabalho do setor museal foi apresentado no estudo *Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável* (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014). A pesquisa foi feita a partir dos dados da RAIS/MTE, uma vez que esta base estatística de emprego formal é o único recurso “disponível em termos de dados oficiais para o provimento de informações estatísticas do trabalho no espaço dos museus” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014, p.88). Tal pesquisa na RAIS/MTE adotou os seguintes critérios: ano de 2010; qualquer vínculo (ativo, inativo, não classificado) em 31 de dezembro do ano estudado; seleção por assunto setorial, a partir da CNAE 2.0, nível Classe, sendo a restrição de Classe feita no código 9102-3: “Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares”⁴¹. É interessante observar que este estudo destinou-se a conhecer todos os profissionais de museu, e não apenas o Museólogo; assim, foi considerado o empregado com qualquer escolaridade e pertencente a qualquer Família ocupacional.

⁴¹ Ao fazer a escolha pela restrição no código 9102-3, da CNAE, o IBRAM reconhece que este código não abrange a totalidade de atividades e ocupações dos museus e que há outros códigos da CNAE que abrangem ofícios característicos do espaço museológico, como, por exemplo, os códigos 4120-4 (obras de reforma de prédios históricos), 9002-7 (restauração de obras de arte), 9101-5 (atividades de bibliotecas e arquivos) e 9529-1 (restauração de móveis). O IBRAM também faz a ressalva que a maioria dos museus não possui CNPJ, por isso, a consulta aos dados da RAIS deve ser feita com cautela, pois as informações subestimariam a dimensão do setor museal (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014).

A partir desta pesquisa, o IBRAM identificou a existência de 2.492 pessoas empregadas no setor museal, em 460 estabelecimentos empregadores (dado proveniente da RAIS/MTE Estabelecimento). Entre estes trabalhadores, 976 (39,16%) possuem Graduação concluída, 6 trabalhadores possuem Mestrado e 1 trabalhador possui Doutorado, ou seja, apenas 39,44% dos profissionais de museus, possuem escolaridade compatível à requerida para ser Museólogo, embora não seja possível saber qual é a área de formação destes profissionais⁴².

A publicação *Museus em números* (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011) apresentou dados sobre os recursos humanos dos museus registrados no Cadastro Nacional de Museus, em 2010. O quadro profissional deste estudo revelou um contingente de 21.135 pessoas trabalhando nos museus cadastrados. Estes profissionais estavam distribuídos quantitativamente nos seguintes setores ou especialidades: 3.568 Administrativos; 3.138 Seguranças; 2.899 na Limpeza; 2.052 na Manutenção; 1.706 na Diretoria; 859 Historiadores; 477 Museólogos; 440 Conservadores; 424 Bibliotecários; 406 Pedagogos; 301 Arquivistas; 151 Arquitetos; 95 Antropólogos; 4.619 em outras áreas ou especialidades. Há uma presença muito grande dos Historiadores no corpo técnico-profissional dos museus, representando 1,8 vezes o número de Museólogos (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011). O número de Museólogos se aproxima do número de Conservadores, provavelmente, porque não havia muitas graduações em Museologia até então (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011). Destaca-se também o grande número, nos museus, de Bibliotecários, Pedagogos e Arquivistas. É relevante observar que o número de Museólogos representa 2,25% do número total de trabalhadores nos museus, o que representa um pequeno quantitativo para um espaço que deveria privilegiar este profissional, tal situação “nos leva a refletir não apenas sobre a consolidação da museologia no Brasil, como campo de conhecimento, mas, sobretudo como mercado de trabalho” (ASSIS, 2011).

⁴² O IBRAM não informou, em sua pesquisa, quais são as Famílias ocupacionais que abrigam os 2.492 empregados. Ao reproduzir nas bases estatísticas da RAIS/MTE, a pesquisa do IBRAM, buscando localizar as Famílias ocupacionais dos empregados, foi possível identificar o quantitativo de empregados em cada Família ocupacional, conforme a seguinte distribuição: 483 empregados da Família ocupacional “Escriturários em geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares administrativos”; 171 da Família ocupacional “Ajudantes de obras civis”; 148 da Família ocupacional “Porteiros, Guardas e Vigias”; 107 da Família ocupacional “Vigilantes e Guardas de Segurança”; 103 da Família ocupacional “Dirigentes do serviço público”; 92 da Família ocupacional “Recreadores”; 84 da Família ocupacional “Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros”; 74 da Família ocupacional “Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações”; 73 da Família ocupacional “Trabalhadores de estruturas de alvenaria”; 73 da Família ocupacional “Diretores e Gerentes de serviços pessoais, sociais e culturais”; 52 da Família ocupacional “Recepcionistas”; 51 da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”; os demais 981 empregados estão distribuídos em outras 143 Famílias ocupacionais que possuem menos de 50 empregados em cada uma. Isto revela que a maioria dos profissionais de museus não são Museólogos (nem Arquivistas), pois apenas 2,04% dos empregados pertencem à Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

Nesta publicação (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011), foi identificado que os 21.135 trabalhadores dos museus (classificados de acordo com setores ou especialidades) estão organizados em 22.435 tipos de vínculo empregatício, a diferença entre os números de trabalhadores e de tipo de vínculo poderia ser explicada, por exemplo, pela existência de mais de um tipo de vínculo para um mesmo trabalhador, principalmente, no caso do vínculo Função Gratificada. Entre as categorias de tipo de vínculo, observa-se que: 9.276 trabalhadores são efetivos; 1.132 são cedidos; 1.346 exercem função gratificada; 1.334 são contratados por tempo determinado; 4.841 são terceirizados; 1.529 são voluntários; 2.471 são estagiários/bolsistas; e 506 estão submetidos a outro tipo de vínculo. No que diz respeito apenas aos Museólogos, tal pesquisa revelou a seguinte situação: 232 efetivos; 23 cedidos; 25 Museólogos que exercem função gratificada; 33 contratados por tempo determinado; 23 terceirizados; 49 voluntários; 86 estagiários/bolsistas; 6 Museólogos submetidos a outro tipo de vínculo. Portanto, o vínculo empregatício mais frequente dos empregados em museus é de efetivos, mas a soma de outros vínculos é superior a este, o que revela um mercado de trabalho precário, marcado pela subcontratação e pela instabilidade.

Siqueira (2009) traçou o perfil profissional dos egressos do Curso de Museus, nas décadas de 1930 a 1970, a partir da análise de fontes primárias, como, por exemplo, as fichas de Requerimento de Matrículas e os Livros de Assentamentos. Embora não seja recente, vale destacar a relevante conferência proferida por Waldisa Rússio (GUARNIERI, 2010a), em 1982, intitulada *O mercado de trabalho do museólogo na área de Museologia*. Na ocasião, a autora queixou-se da falta de dados oficiais atualizados referentes ao mercado de trabalho na área de Museologia e limitou-se, então, a apresentar os dados do ano de 1979 sobre os Museus, a partir das informações do *Anuário Estatístico do Brasil – 1981*, publicado pelo IBGE. Nesta publicação, verificou-se que, em 1979, existiam 442 museus, os quais ocupavam 4.395 pessoas em diversos cargos (Direção, Museólogo, Restaurador, Documentalista/Bibliotecário, Pessoal Científico, Auxiliar especializado, Apoio Administrativo), sendo apenas 148 Museólogos. Assim, mesmo que o museu seja a principal instituição responsável por empregar os Museólogos (DAMASCENO, 2015), a participação deste profissional no museus é pequena e esta situação ocorre há muitos anos (GUARNIERI, 2010a) e permanece até os dias de hoje (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, da CBO 2002, esteve presente em alguns estudos, os quais analisaram os profissionais que atuavam na difusão cultural e os profissionais em atividade de informação. Jannuzzi e Loureiro (2003) apresentaram a distribuição dos profissionais envolvidos em locais de difusão cultural, considerando os empregados nas seguintes Famílias ocupacionais: “Profissionais do

Jornalismo”, “Profissionais da Informação”, “Arquivistas e Museólogos” e “Profissionais da Escrita”. A partir dos dados do Censo Demográfico do ano de 2000, os autores indicaram que, entre estas Famílias ocupacionais, a intitulada de “Arquivistas e Museólogos” é a que possui um contingente significativamente menor de representantes. Deste modo, na tabela que demonstra o número de representantes de cada Família ocupacional nas Unidades Federativas do Brasil, os autores optaram por não demonstrar a distribuição dos “Arquivistas e Museólogos” e incluíram estes profissionais no valor total de indivíduos em todas as Famílias ocupacionais.

Loureiro e Jannuzzi (2007) também utilizaram o Censo Demográfico e as Famílias ocupacionais da CBO para estudarem a inserção dos profissionais em atividade de informação que atuavam no mercado de trabalho brasileiro no ano de 2000. Foram consideradas, em tal estudo, as seguintes Famílias ocupacionais: “Profissionais da informação” e “Arquivistas e Museólogos”, de nível Superior; “Técnicos em biblioteconomia” e “Técnicos em museologia e afins”, de nível Médio; e “Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa”, de nível Administrativo. No que concerne à Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, os autores indicaram a existência de 1.059 profissionais, o que representava 0,0016% do total da população ocupada no país (64.384.786 pessoas). Destes 1.059 “Arquivistas e Museólogos”, 3% estariam na região Norte do Brasil, 15,9% na região Nordeste, 55% na região Sudeste, 18,3% na região Sul e 7,6% na região Centro-Oeste. No Censo Demográfico de 2000, a população do país era de 169.799.170 pessoas e a razão de “Arquivistas e Museólogos” por 100 mil habitantes era de 0,2 na região Norte, 0,3 na região Nordeste, 0,8 na região Sudeste, 0,7 na região Sul e 0,6 na região Centro-Oeste. Sobre estes dados, Loureiro e Jannuzzi (2007, p. 38) esclarecem:

Considerando que cada empresa de médio e grande porte lida com um volume de documentos significativo, pode-se entender que deveria existir um campo de trabalho maior para os Arquivistas. Não é o que os dados do Censo mostram: a realidade do grupo composto pelos Arquivistas e Museólogos é ruim para os profissionais de nível superior. [...]. Faz-se uma ligação desses resultados com a pouca visibilidade da categoria profissional, de maneira geral (LOUREIRO; JANNUZZI, 2007, p. 38).

Portanto, são poucos os estudos que exploram o mercado de trabalho dos Arquivistas, dos Museólogos e dos “Arquivistas e Museólogos”. As pesquisas mais recentes e que se destacam nesta temática, a partir de diferentes metodologias, apresentaram aspectos gerais sobre este mercado de trabalho, revelaram o perfil destes profissionais e indicaram que a representatividade numérica tanto dos Arquivistas quanto dos Museólogos e dos “Arquivistas e Museólogos” é significativamente pequena.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. Sobre estas abordagens, Kauark *et al.* (2010, p. 26-27) explicam:

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, podem ser:

- Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.
- Pesquisa Quantitativa: considera o que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão) (KAUARK *et al.*, 2010, p. 26-27).

O primeiro e o segundo objetivos específicos da pesquisa – respectivamente, apresentar o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO; e explicar o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional – valeram-se do método qualitativo, tendo em vista os processos de observação, análise sistemática e interpretação de fontes documentais primárias e bibliográficas. A pesquisa documental, principalmente em fontes primárias, é uma fonte de informações valiosa:

A idéia de se incluir o estudo de documentos enquanto possibilidade da pesquisa qualitativa pode, à primeira vista, parecer estranha [...]. Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial.

[...]

Além disso, os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo (GODOY, 1995b, p. 21-22).

O terceiro objetivo específico – caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” –, por sua vez, foi estudado sob o enfoque quantitativo de análise do conteúdo numérico, a partir de uma descrição sistemática, quantitativa e objetiva dos dados estatísticos (MARCONI; LAKATOS, 1982). Na pesquisa quantitativa, o estudioso procura a “precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas” (GODOY, 1995a, p. 58).

Quanto ao nível de interpretação (MARCONI; LAKATOS, 1982) dos objetivos, esta pesquisa é do tipo descritiva e explicativa. O primeiro e o terceiro objetivos específicos são estudados descritivamente, a fim de caracterizar uma situação ou fenômeno, e o segundo objetivo específico é abordado de forma explicativa, a fim de identificar fatores que explicam, determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno.

As técnicas de pesquisa empregadas neste estudo como instrumentos de operacionalização do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 1982) foram: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico apoiou todo o desenvolvimento desta pesquisa. A pesquisa documental, por seu turno, utilizou as fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Solicitou-se à DCBO o acesso ao estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002, e qualquer outra documentação concernente a esta Família e aos trabalhos desenvolvidos para a formulação da versão 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002). A técnica de pesquisa documental também foi empregada ao utilizar as fontes estatísticas da base de dados *online*⁴³ da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

Para caracterizar o perfil de emprego formal da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", foi realizado um levantamento dos dados oficiais mais recentes, procedentes dos estabelecimentos empregadores, disponíveis na base estatística *online* da RAIS/MTE. Os critérios para o levantamento de dados foram os seguintes: informações do ano de 2014, o qual é o último ano com dados disponibilizados para consulta pública nas bases estatísticas *online* da RAIS/MTE; existência de vínculo ativo do profissional em 31 de dezembro do ano pesquisado; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado⁴⁴. A partir destes critérios, buscaram-se as seguintes informações para caracterizar o perfil de emprego formal dos "Arquivistas e Museólogos": 1) quantos são e qual é o perfil dos "Arquivistas e Museólogos" quanto ao gênero, à faixa etária, à escolaridade, ao tempo de emprego, à renda, ao tipo de admissão e ao tipo de vínculo de trabalho; 2) onde estão empregados os "Arquivistas e Museólogos", no que

⁴³ A participação no Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) é gratuita. A adesão ao programa para acesso *online* às bases estatísticas ocorre mediante solicitação e envio do cadastro do pesquisador solicitante. Maiores informações no site do PDET, disponível em: <http://www3.mte.gov.br/pdet/adesao/solicitacao_acesso.asp>, acesso em 23 nov. 2014.

⁴⁴ No Brasil, ter o "curso superior" é uma exigência para ser considerado Museólogo (Lei nº 7.287/1984) ou Arquivista (Lei nº 6.546/78). O Museólogo, de acordo com a lei, também pode ser o pós-graduado em nível de Mestrado e de Doutorado em Museologia. Sobre a formação e a experiência da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos", a CBO 2002 indica que: "As ocupações da Família requerem curso superior completo na área. Não é incomum, contudo a presença de profissionais com curso de especialização ou mesmo pós-graduação" (BRASIL, [2002?b]).

concerne: a) ao empregador: natureza jurídica e tamanho do estabelecimento empregador; b) à distribuição destes profissionais no espaço geográfico brasileiro (estados/ regiões brasileiras); c) aos setores econômicos de atuação, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0.

A RAIS/MTE é um registro administrativo, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos empregadores (PENA, 2007). Este instrumento governamental de coleta de dados do setor do trabalho formal possui uma grande representatividade amostral e contempla informações, fornecidas pelo empregador (organizações legais públicas e privadas), sobre os trabalhadores e sobre os estabelecimentos, e utiliza em seus registros a CBO. A nomenclatura da CBO, versão 2002, passou a ser obrigatória nos documentos oficiais da Relação Anual de Informações Sociais, desde janeiro de 2003 (BRASIL, 2002a). Na CBO, os Arquivistas e os Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, sendo esta a “unidade de classificação descritiva mais desagregada” (BRASIL, [2002?c]). Deste modo, ao utilizar a CBO em seus registros, a RAIS/MTE unifica o mercado de trabalho dos Arquivistas e dos Museólogos, de forma que não é possível desmembrar os dados destas ocupações.

A realização desta pesquisa apoiou-se na representação das informações em quadros e em tabelas. Estas foram utilizadas para sistematizar as informações numéricas. Com o intuito de promover a análise e a interpretação dos dados nestas tabelas, utilizou-se a porcentagem como recurso facilitador para a comparação entre frequências das distribuições numéricas (MARCONI; LAKATOS, 1982). Os quadros foram utilizados para esquematizar e descrever informações textuais.

3.1 CONSIDERAÇÃO METODOLÓGICA: A RAIS/MTE

A Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) é instrumento governamental de coleta de dados do setor do trabalho formal, instituído pelo Decreto nº 76.900/75, que tem o intuito de:

[...] identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração, monitoramento e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, dentre outros (BRASIL, 2015, p. 5).

A equipe técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é responsável por definir regras, controlar a captação, processar e divulgar os dados; cabe aos estabelecimentos empregadores fornecer as informações sobre os vínculos empregatícios; e fica a cargo dos usuários o *feedback* do uso das informações para a promoção de melhoramentos na base de dados (BRASIL, 2015). Deste modo, os dados obtidos pela RAIS/MTE consistem em informações fornecidas pelo empregador sobre os seus

empregados. Os estabelecimentos ou entidades declarantes que devem obrigatoriamente fornecer tais informações são:

- a) inscritos no CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas] com ou sem empregados – o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa;
- b) todos os empregadores, conforme definidos na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho];
- c) todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica;
- d) empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados;
- e) cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas;
- f) empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base;
- g) órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais;
- h) condomínios e sociedades civis;
- i) empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base; e
- j) filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior (BRASIL, 2015, p. 6).

Assim, estão relacionados na RAIS/MTE:

- a) empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência;
- b) servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas;
- c) trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria);
- d) empregados de cartórios extrajudiciais;
- e) trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;
- f) trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
- g) diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] (Circular CEF nº 46, de 29 de março de 1995);
- h) servidores públicos não-efetivos (demissíveis *ad nutum* ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT);
- i) trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973);
- j) aprendiz (maior de 14 anos e menor de 24 anos), contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005;
- k) trabalhadores com Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999;
- l) trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por lei estadual;
- m) trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por lei municipal;

- n) servidores e trabalhadores licenciados;
- o) servidores públicos cedidos e requisitados; e
- p) dirigentes sindicais (BRASIL, 2015, p. 7).

E não estão relacionados na RAIS/MTE:

- a) diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS;
- b) autônomos;
- c) eventuais;
- d) ocupantes de cargos eletivos (governadores, deputados, prefeitos, vereadores, etc.), a partir da data da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem;
- e) estagiários regidos pela Portaria MTPS [Ministros de Estado do Trabalho e Previdência Social] nº 1.002, de 29 de setembro de 1967, e pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- f) empregados domésticos regidos pela Lei nº 11.324/2006; e
- g) cooperados ou cooperativados (BRASIL, 2015, p. 8).

O estabelecimento/entidade informa os dados do ano-base através do Programa Gerador de Declaração RAIS – que pode ser obtido gratuitamente no site do MTE –, e transmite os dados pela *internet*. O empregador que não declarar a Relação Anual de Informações Sociais no prazo legal estará sujeito à multa prevista no artigo 25 da Lei nº 7.998/1990 (BRASIL, 2015). Desta forma, a RAIS/MTE é “um verdadeiro censo do mercado formal do trabalho no Brasil, já que todos os estabelecimentos empregadores são obrigados a fornecer informações, a cada ano, sobre os seus empregados” (PENA; CRIVELLARI; NEVES, 2008, p. 208).

A partir dos anos 1990, a cobertura da RAIS, segundo o Ministério do Trabalho, tem oscilado em torno de 90% do setor formal da economia, podendo variar de acordo com a situação urbana ou rural, região (melhor no Sudeste) e porte do estabelecimento (cobertura pior nas pequenas e médias empresas) (FERREIRA; MATOS, 2010, p. 141).

A RAIS/MTE é uma fonte relevante e confiável (NEGRI *et al.*, 2001) de informações oficiais para o conhecimento do mercado formal de trabalho; além disso, seus dados são fornecidos pelo empregador – o que gera menor risco de erros e omissões –, porém, esta base de dados é pouco utilizada nas pesquisas (JANNUZZI, 1994⁴⁵ *apud* NEGRI *et al.* 2001). Embora seja uma fonte segura de dados públicos, a RAIS/MTE retrata parcialmente o mercado de trabalho do país, uma vez que não considera, por exemplo, os trabalhadores sem vínculo formal, autônomos e empresários sem vínculo empregatício formal com a sua organização (JANNUZZI, 1995).

Neste trabalho, foram utilizados os dados da base estatística *online* da RAIS Vínculos – dados do vínculo empregatício. Os dados sobre o trabalhador da RAIS Vínculos podem ser tratados no âmbito do estoque (número de empregados), do gênero, da faixa etária, da escolaridade, do tempo de emprego, da remuneração, do tipo de admissão, do

⁴⁵ JANNUZZI, P. M. As Potencialidades Analíticas da RAIS para Estudos sobre a Estrutura do Mercado Formal de Trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4, 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1994.

tipo de vínculo de trabalho, da nacionalidade, da distribuição geográfica dos empregados, da movimentação da mão de obra (admissão e desligamento dos empregados). Além destas informações sobre o empregado, a RAIS Vínculos disponibiliza dados sobre o empregador, quanto à natureza jurídica, ao tamanho do estabelecimento e ao setor da atividade econômica.

3.2 CONSIDERAÇÃO METODOLÓGICA: A CBO

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) teve sua estrutura básica elaborada em 1977, sendo resultado do convênio realizado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU), através da intermediação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os estudos iniciais para a elaboração da CBO tiveram como referência a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), de 1968 (BRASIL, 2010a).

La Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones es una herramienta para organizar los empleos en una serie de grupos definidos claramente en función de las tareas que comporta cada empleo. Está destinada tanto a los usuarios del campo de la estadística como a los usuarios orientados al cliente (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005).

A elaboração, gestão, manutenção e atualização da CBO é atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego. Na realização de suas atividades, o MTE publicou os seguintes marcos legais: Portaria nº 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994; e Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002 (BRASIL, 2010a). A CBO é um instrumento classificatório que ordena e descreve as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada, a qual possibilita reunir as informações sobre a força de trabalho, de acordo com características ocupacionais referentes à natureza da força de trabalho – funções, tarefas e obrigações da ocupação – e ao conteúdo do trabalho – conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e demais requisitos exigidos para exercer a ocupação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A padronização proposta pela CBO é de ordem administrativa e não abrange as relações de trabalho (BRASIL, [2002?ª]). Deste modo, é importante salientar que a regulamentação das profissões é realizada por meio de lei, apreciada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, e que a CBO classifica as diversas atividades profissionais, sem fazer a distinção entre profissões de livre exercício e profissões regulamentadas. Além disso, cabe destacar que a CBO pode auxiliar na formulação de políticas de educação e trabalho, todavia, não é um documento normatizador (no sentido de estabelecer normas), mas orientador para a elaboração dos currículos dos cursos que formam os profissionais e para a organização de carreiras.

A CBO é utilizada, com fins classificatórios e de identificação das ocupações no mercado de trabalho, nos registros domiciliares e administrativos que dizem respeito aos

programas da política de trabalho no Brasil (BRASIL, [2002?a]). Além disso, a CBO é fundamental para diversas estatísticas e estudos como, por exemplo, de emprego-desemprego, de taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, de planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, de elaboração de currículos, de planejamento da educação profissional, de rastreamento de vagas, de serviços de intermediação de mão de obra (BRASIL, 2010a).

Após sua elaboração em 1977, a CBO passou por atualizações pontuais, que não alteravam sua metodologia nem sua estrutura, como, por exemplo, em 1982, quando foi lançada a CBO 82. No ano de 1988, foi publicada uma nova versão da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO 88), editada em espanhol, que alterava os critérios de agregação dos grupos ocupacionais (BRASIL, 2010a). A adoção da CIUO 88 pela CBO, com algumas adaptações, demandou um longo processo de estudos e trabalhos que se concretizaram apenas em 2002. Antes disso, em 1994, entrou em vigor a Portaria nº 1.334/94, que aprovou a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, versão 94, para uso em todo o país.

Antes de ser publicada a atual versão de 2002 da CBO, as informações administrativas relativas às ocupações utilizavam os códigos da CBO versão de 1994, entretanto, os dados censitários e as pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usavam uma nomenclatura própria, sem descrições. A multiplicidade de classificações ocupacionais “dificultava a comparabilidade entre os usuários de diferentes fontes de informações produzidas no território nacional, com o agravante de dificultar a comparação dessas estatísticas com aquelas geradas em outros países” (BRASIL, 2010a). Ocorreu, então, um esforço de articulação entre os órgãos brasileiros que utilizavam variadas classificações de ocupação na tentativa de unificá-las. Assim, em 1994, com esta finalidade, foi instituída a Comissão Nacional de Classificações (CONCLA) (BRASIL, 2010a). Atualmente, compete à CONCLA:

- I – assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na supervisão do Sistema Estatístico Nacional – SEM, atuando especialmente no estabelecimento e no monitoramento de normas e padronização do Sistema de Classificação das Estatísticas Nacionais;
- II – examinar e aprovar as classificações;
- III – expedir ato formalizando as classificações; e
- IV – atuar como curadora do Sistema de Classificação (BRASIL, 2002b).

A partir deste momento, o MTE e o IBGE somaram esforços na elaboração da CBO. A construção da nova classificação foi organizada pela Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO), que, para facilitar o desenvolvimento do projeto, o dividiu em três módulos (BRASIL, 2010a).

A Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do MTE, juntamente com o Departamento de Emprego e Rendimento (DEREN), do IBGE, trabalharam em cooperação

para construir o primeiro módulo. Este módulo resultou na tabela de conversão, publicada em 1996, a qual viabilizou a comparação das estatísticas, que adotavam a classificação do IBGE, de 1991, e os registros administrativos, que utilizavam a CBO 1994, através da compatibilização dos títulos ocupacionais. Todavia, os critérios para agregar os grupos ocupacionais e as definições não foram modificados (BRASIL, 2010a).

O segundo módulo foi desenvolvido pelo MTE, pelo IBGE e por uma consultoria contratada. O trabalho desta etapa consistiu na “elaboração e validação da estrutura [da tabela de conversão], já com a alteração de conceitos de agregação, utilizando-se o modelo CIUO 88 com algumas adaptações” (BRASIL, 2010a).

O último módulo consistiu na “escolha de um modelo de descrição e a organização de uma rede de parceiros para a construção da classificação descritiva” (BRASIL, 2010a). A descrição das Famílias ocupacionais utilizou, com adaptações, o método *Dacum* – *Developing A Curriculum* – difundido nos Estados Unidos e no Canadá há mais de 40 anos. Ele parte do seguinte princípio: “quem melhor descreve o trabalho é quem o desempenha” (BRASIL, 2010b). O processo descritivo foi delegado aos ocupantes da profissão, orientados por um facilitador/relator qualificado na aplicação do método *Dacum*. Para conduzir o trabalho, reuniram-se oito a doze trabalhadores, organizados em oficinas de trabalho (painel), com duração de dois dias, para a descrição da ocupação, e de um dia para revisão, por outro comitê formado por trabalhadores. O uso do método *Dacum*, no Brasil, permitiu a descrição de 596 “Famílias ocupacionais”, em três níveis⁴⁶: Titulação; Grande Área de Competência (GAC); e Atividades. (BRASIL, 2010b).

Em 1999, foi feita a descrição-piloto das Famílias ocupacionais, a partir do método *Dacum*, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Rio de Janeiro, o primeiro parceiro conveniado. Nos anos seguintes, foram treinados facilitadores dos novos conveniados do MTE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Universidade de São Paulo; Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais. Além destas instituições conveniadas, houve a participação de serviços de uma consultoria nacional, o treinamento dos facilitadores do método *Dacum* (feito por uma instituição canadense) e a participação de uma perita da OIT. Os trabalhos encerraram-se em agosto de 2002 (BRASIL, 2010a).

A elaboração da versão 2002 da CBO resultou na realização de 1.800 dias de reuniões; na participação de aproximadamente 7.000 trabalhadores (BRASIL, 2010a), 3.000 empresas, 1.000 sindicatos e outras entidades de classe (BRASIL, 2010b). Isto

⁴⁶ São cinco os níveis do método *Dacum* para inventariar as atividades ocupacionais: 1º - Titulação; 2º - GAC (Grande Área de Competência); 3º - Atividades; 4º - Subatividades; 5º - Indicador de Desempenho (BRASIL, 2010b).

representa uma relevante participação do mercado de trabalho do Brasil; portanto, “torna-se legítimo considerar que a CBO 2002 representa um dos mais abrangentes processos de coleta de dados sobre o mercado de trabalho no Brasil, tendo por referência a última classificação proposta pela OIT – a CIUO88” (BRASIL, 2010b).

A Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002, aprova a CBO, versão 2002, para uso em todo o território nacional, determina que os títulos e códigos da CBO sejam usados: nas atividades de registro, inscrição, colocação e outras desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE); na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); nas relações dos empregados admitidos e desligados (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED), de que trata a Lei nº 4923/65; na autorização de trabalho para mão de obra estrangeira; no preenchimento do Comunicado de Dispensa para requerimento do benefício Seguro Desemprego; no preenchimento da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no campo relativo ao contrato de trabalho; nas atividades e programas do MTE, quando for o caso.

O código ocupacional da CBO é também utilizado por outros órgãos e instituições, por exemplo: a Secretaria da Receita Federal o utiliza na Declaração do Imposto de Renda; o Ministério da Saúde o adota na Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA); o Ministério da Previdência Social o aplica nos registros de aposentadoria e benefícios; o IBGE o utiliza nas Pesquisas Domiciliares; o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na comparabilidade ocupacional em nível de três dígitos; a CONCLA o usa nas tabelas de conversão entre as várias classificações; o SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) o utilizam nas pesquisas e planejamento das agências de educação profissional; as Empresas e Entidades, na elaboração de Planos de Cargos e Salários; e o Ministério da Educação (MEC) o adota no Censo Educacional (BRASIL, 2010b).

A versão 2002 da CBO, baseada na CIUO 88, é mais enxuta se comparada à versão anterior, CBO-1994, e possui aproximadamente 10 Grandes Grupos, 47 Subgrupos principais, 192 Subgrupos e 596 Grupos de base ou Famílias ocupacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), e 2.422 ocupações (e seus 7.258 sinônimos para os títulos ocupacionais) (JANNUZZI; LOUREIRO, 2003).

Os conceitos de ocupação e de Família ocupacional são centrais na definição da CBO 2002. A ocupação – composta por **5 dígitos** – é um conceito que representa “a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas” (BRASIL, 2010a); refere-se também ao conjunto de empregos e/ou postos de trabalho, substancialmente similares quanto à natureza e às qualificações exigidas, constituindo-se de funções, tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador, para a

obtenção de produtos e serviços (BRASIL, [2002?c]). É importante compreender a distinção entre ocupação e formação:

A CBO é uma classificação ocupacional e não uma classificação educacional, de formação ou de diplomas, visto que indivíduos de formação idêntica podem exercer ocupações distintas. Um engenheiro que trabalha como analista financeiro de um banco será classificado como analista financeiro e não como engenheiro. Um médico que trabalha na função de diretor de um hospital será classificado como diretor de um hospital e não como médico. Também será classificado como diretor de hospital o administrador que ocupar essa posição. Portanto, a relação formação-ocupação não é necessariamente uma relação biunívoca (BRASIL, 2010a).

As ocupações são categorias dinâmicas e complexas que recebem e produzem influências no contexto social e econômico. Deste modo, a estrutura ocupacional no Brasil modificou-se de acordo com as transformações do mercado de trabalho:

Enquanto várias ocupações simplesmente desapareceram, ou estão a caminho disso, outras vêm sofrendo uma reestruturação de suas funções, que leva à definição de novos perfis profissionais. Esse processo está associado, [...], às modificações tecnológicas ocorridas na economia, inclusive aquelas que afetam a organização do trabalho dentro de empresas públicas e privadas. De uma maneira geral, estão sendo presenciadas mudanças cuja natureza não é auto-evidente, mas cuja direção é importante entender para a definição de políticas públicas adequadas (NOZOE *et al.*, 2003).

A Família ocupacional por sua vez, – representada pelo código de **4 números** – é a “unidade de classificação descritiva mais desagregada” (BRASIL, [2002?c]). A Família ocupacional ou Grupo de base é uma categoria sintética atrelada ao conceito de ocupação, que “correspondente a um conjunto de ocupações similares que integram um domínio de trabalho mais amplo do que aquele da ocupação” (NOZOE *et al.*, 2003).

A atualização sistemática da CBO é uma novidade da versão 2002:

Durante o segundo semestre de 2002, o MTE, por intermédio da instituição conveniada, elaborou o livro intitulado “A nova Classificação Brasileira de Ocupações: método de descrição, alcance e limitações face à conjuntura econômica e do mercado de trabalho e suas peculiaridades”, [...]. Também nesse período, organizou-se um workshop sobre os níveis 4 e 5 do método *DACUM*[...].

No curso do primeiro semestre de 2004, este MTE realizou a experiência-piloto descrevendo os níveis 4 (sub-atividades) e 5 (indicadores/padrões de desempenho) do método *DACUM*, além de um workshop de difusão da metodologia e de um seminário temático sobre a CBO e o mercado de trabalho. Mais recentemente, ao longo dos anos de 2008 e 2009, foram realizadas novas atividades de descrição e convalidação, bem como estudo de levantamento da metodologia internacional na construção de classificações ocupacionais do OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e Mercosul [Mercado Comum do Sul]. Já em 2009, o foco principal do trabalho foi a inclusão das ocupações de tecnólogos na CBO (BRASIL, 2010b).

O Subgrupo – ou **3º dígito** – aponta, de forma global, o domínio dos campos profissionais de Famílias ocupacionais agregadas. O Subgrupo principal – **2º dígito** – “foi criado para: melhorar o equilíbrio hierárquico entre o número de grandes grupos e

subgrupos e aprimorar as agregações por domínio” (BRASIL, [2002?c]). Os Grandes grupos ocupacionais – **1º dígito** – representam o nível mais agregado da classificação e possui 10 conjuntos, os quais são reunidos por nível de competência (indicador escolaridade) e similaridade nas atividades desempenhadas (BRASIL, 2010a). Assim, a estrutura hierárquica decrescente da CBO 2002 é a seguinte:

QUADRO 1 – Estrutura hierárquica decrescente da CBO 2002

Estrutura
Grandes Grupos
Subgrupos principais
Subgrupos
Grupo de base ou Famílias ocupacionais
Ocupações

Fonte: Desenvolvida pela autora, com base nas informações do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, [2002?c]).

Nos anos seguintes à nova versão da CBO, se deu sequência aos trabalhos de atualização e de manutenção de uma rede de informações ocupacionais, organizada em banco de dados, apoiada pelas instituições conveniadas que atualiza a base continuamente e incrementa novos desenvolvimentos, sob a coordenação do MTE (BRASIL, 2010a). Assim, as mudanças sociais, culturais e econômicas do Brasil e suas implicações no mercado de trabalho resultaram na atualização e modernização da CBO (BRASIL, 2010a).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta e analisa os resultados desta pesquisa. Para atender aos objetivos deste estudo, primeiramente, é apresentado o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO e a possível explicação para a junção destes profissionais em uma mesma Família ocupacional; em seguida, caracteriza-se o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

4.1 POSICIONAMENTO DA FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS” NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

A CBO, na versão de 1994, reunia os Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos no Grande grupo de número 1, intitulado “Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados”. Este Grande grupo foi descrito da seguinte forma:

Os trabalhadores deste grande grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos científicos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, artística, social e empresarial e desenvolvem outras atividades de caráter profissional nos campos da química e física; da engenharia e arquitetura; da aviação e marinha; da biologia e agronomia; da medicina, odontologia e veterinária; da estatística, das matemáticas e análises de sistemas; da economia, administração e ciências contábeis; do direito; do ensino; da literatura, artes e comunicação social e do esporte (BRASIL, s/d).

No interior deste Grande grupo, os Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos estavam no Subgrupo 1-9, “Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados Não-Classificados sob Outras Epígrafes”. O Subgrupo 1-9 recebeu a seguinte descrição:

Os trabalhadores compreendidos neste subgrupo desempenham funções profissionais e técnicas não incluídas nos subgrupos anteriores. Encarregam-se do planejamento, organização e conservação de bibliotecas, centros de documentação, arquivos e museus; estudam as origens, evolução, história e comportamento do homem como indivíduo e membro da sociedade; prestam serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, objetivando a solução de seus problemas biopsicossociais; dedicam-se ao estudo científico das línguas e à tradução e interpretação de idiomas; propagam credos e doutrinas religiosas e presidem seus cultos; desempenham outras funções profissionais e técnicas não-incluídas nos outros grupos de base deste subgrupo (BRASIL, s/d).

O Subgrupo 1-9 foi subdividido em Grupos de base, entre os quais se encontra o de número 1-91, denominado “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos”:

Os trabalhadores deste grupo de base encarregam-se do planejamento, organização, ampliação e conservação das bibliotecas, centros de documentação, arquivos e museus. Suas funções consistem em: planejar e organizar bibliotecas, centros de documentação, serviços de informação especializados e outras coleções de registros gráficos, sonoros ou visuais do conhecimento humano; proceder à divulgação de informações e documentos, utilização e restauração de livros, jornais, revistas e outros

documentos bibliográficos; colecionar, organizar e conservar em arquivos os documentos de valor histórico; dirigir e organizar museus e estabelecimentos similares (BRASIL, s/d).

O Grupo de Base 1-91 era composto pelas seguintes ocupações: “Bibliotecário” (código 1-91.20), “Documentalista” (código 1-91.25), “Arquivologista” (código 1-91.30), “Museólogo” (código 1-91.40), “Administrador de banco de dados” (código 1-91.45) e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos” (código 1-91.90). O Quadro 2, a seguir, apresenta os códigos, títulos, sinônimos e a descrição resumida das ocupações que dizem respeito às profissões objeto deste trabalho, Arquivistas e Museólogos, na antiga versão da CBO⁴⁷:

QUADRO 2 – Código, Título, Sinônimo e Descrições da CBO 1994 para “Arquivologistas”, “Museólogos” e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”

Continua

Código: Título (Sinônimos)	Descrições CBO 1994
1-91.30: Arquivologista (Chefe de seção de serviço de arquivo médico e estatística. Chefe de serviço de comunicação e arquivo. Encarregado de arquivo de computadores. Encarregado de arquivo de desenhos. Encarregado de arquivo de desenhos e cópias. Encarregado de arquivo e faturamento. Encarregado de arquivo fiscal. Encarregado de arquivo geral. Encarregado de arquivo médico)	<p><u>Descrição resumida:</u> Estuda e organiza documentos históricos, científicos, literários e de outra natureza, analisando-os e selecionando-os por assunto e dando-lhes tratamento técnico sistematizado, para armazená-los em arquivos adequados, recuperar informações, facilitar sua consulta e evitar que os mesmos se deteriorem.</p> <p><u>Descrição detalhada:</u> Seleciona material coletado, como documentos oficiais e sigilosos, atas de reuniões, gravações sonoras e filmes, avaliando sua importância e valor histórico, para decidir o tipo de arquivamento conveniente a cada documento; estuda sistemas de classificação dos documentos, identificando-os por assunto, codificando-os e padronizando-os por campos, classes, tipos, grupos, locais, instituições, organizações, para estruturar de maneira satisfatória os sistemas de armazenamento e busca da informação; prepara índices bibliográficos, catálogos, cópias em microfilmes, mostrando as relações de assuntos através das referências cruzadas, ou da própria estrutura do sistema de classificação, para recuperar com rapidez as informações contidas nos documentos; redige resumos descritos do conteúdo dos documentos arquivados, ressaltando os aspectos essenciais dos mesmos, para propiciar sua</p>

⁴⁷ Abaixo segue a descrição resumida das outras ocupações do Grupo de Base “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos” segundo a CBO versão 1994:

- Bibliotecário (1-91.20): “Organiza, dirige e executa trabalhos técnicos relativos às atividades biblioteconômicas, desenvolvendo um sistema de catalogação, classificação, referência e conservação do acervo bibliográfico, para armazenar e recuperar informações de caráter geral ou específico, e colocá-las à disposição dos usuários, seja em bibliotecas ou em centros de documentação” (BRASIL, s/d);
- Documentalista (1-91.25): “Organiza, dirige e executa o sistema de informações técnico-científicas de um centro de documentação ou de bibliotecas especializadas, desenvolvendo e aperfeiçoando sistemas de busca e recuperação da informação, utilizando processos mecanizados ou automatizados, para permitir a centralização, controle, reajustamento, armazenamento, recuperação e divulgação de informações” (BRASIL, s/d);
- Administrador de banco de dados (1-91.45): “Organiza, dirige e executa o sistema de informações de um banco de dados, desenvolvendo e aperfeiçoando procedimentos de busca e recepção de informações, utilizando processos mecânicos ou automáticos, para permitir a centralização, controle, reajustamento, armazenamento, recuperação e divulgação de informações” (BRASIL, s/d).

**QUADRO 2 – Código, Título, Sinônimo e Descrições da CBO 1994 para
“Arquivologistas”, “Museólogos” e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”**

		Continuação
Código: Título (Sinônimos)	Descrições CBO 1994	
1-91.40: Museólogo (Assistente de museu e gabinete. Conservador de museu)	<p>utilização como fonte de informações; atende os pesquisadores e outras pessoas que procuram informações, colocando a [sic] sua disposição os documentos classificados e outras fontes, orientando-os sobre a correta utilização dos mesmos, para facilitar-lhes os trabalhos; divulga os documentos arquivados, permutando informações com outros centros de documentação ou utilizando veículos de comunicação rotineiros, para ampliar o número de consulentes; orienta e/ou executa a conferência das pastas e demais operações executadas, verificando a exatidão, totalidade e cumprimento das instruções, para assegurar o perfeito funcionamento do sistema de arquivamento; dirige o trabalho de localização do material extraviado, promovendo contato com os consulentes, para recuperar os documentos desaparecidos; organiza um sistema de transferência das pastas das áreas de arquivo ativo, inativo e morto, e descartando ou substituindo documentos, para assegurar economia de espaço, equipamento e trabalho; supervisiona as tarefas executadas por arquivistas e outros empregados do arquivo, orientando-os e verificando seu desempenho nos serviços de rotina, para assegurar o controle de classificação dos documentos arquivados e a sua perfeita guarda e conservação; zela pelos documentos sob sua guarda, providenciando reproduções fotográficas e a manutenção dos elementos que compõem o arquivo, para salvaguardar aqueles mais solicitados, os que se encontram em mau estado ou os que possuem grande valor e conservá-los dentro dos padrões de estética e segurança. Pode encarregar-se da restauração do material que se encontra em mau estado, utilizando técnicas, materiais e conhecimentos específicos, para devolver-lhes as condições originais. Pode realizar pesquisas sobre documentos dos arquivos.</p> <p><u>Descrição Resumida:</u> Organiza, amplia e conserva, em um museu, coleções de objetos de caráter artístico e outras peças de igual valor e interesse, adotando sistemas específicos de catalogação, classificação, manutenção e divulgação, para facilitar a exposição do acervo, possibilitar o controle das peças, auxiliar pesquisadores em suas consultas e despertar maior interesse no público.</p> <p><u>Descrição Detalhada:</u> Planeja e organiza a aquisição de objetos de arte e outras peças de valor, estudando os meios de adquiri-los, para enriquecer e ampliar o acervo do museu; cataloga e classifica as peças do museu, elaborando fichários e índices diversos, segundo o tipo, valor, época e autor, para facilitar o atendimento ao público, o controle das coleções do museu, organizando exposições de valor educativo, cultural e científico em campanhas educativas, para tornar essas coleções mais conhecidas e despertar o interesse do público; adquire peças de exposição, desenvolvendo o intercâmbio com outros museus, alugando ou pedindo emprestadas peças de propriedade particular, para renovar e ampliar o acervo; atende aos pesquisadores, permitindo-lhes o acesso ao material não-exibível ao público, seja de valor histórico ou científico, para possibilitar-lhes pesquisas mais completas; estuda novos métodos e técnicas de preparação e exposição do acervo, consultando publicações especializadas mais recentes, e experimentando mudanças na disposição das peças, para propiciar aos visitantes uma melhor observação das obras expostas; coordena os trabalhos de conservação do acervo, determinando o tipo de temperatura ambiental adequado e a utilização de substâncias químicas</p>	

**QUADRO 2 – Código, Título, Sinônimo e Descrições da CBO 1994 para
“Arquivologistas”, “Museólogos” e “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”**

Continuação

Código: Título (Sinônimos)	Descrições CBO 1994
1-91.90: Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos (Filmotecário. Gerente de divisão de obras de arte. Restaurador de livros e documentos. Ajudante de documentação técnica. Auxiliar de documentalista. Auxiliar de museus. Bibliotecário tradutor. Subchefe de setor de cinemateca. Supervisor de controle de volumes)	<p>antideterio-rantes [sic], para preservar e resguardar de dano, decadência ou prejuízo as obras, coleções e objetos de arte; supervisiona os trabalhos de restauração de obras de arte parcialmente destruídas, orientando a técnica de execução, para possibilitar a recuperação das peças mutiladas ou objetos danificados. Pode realizar pesquisas sobre peças recentemente adquiridas pelo museu. Pode pronunciar conferências sobre as coleções do museu.</p> <p><u>Descrição Resumida:</u> Incluem-se aqui os bibliotecários, arquivologistas e museólogos, não-classificados nas anteriores epígrafes deste grupo de base, por exemplo, os que se especializam na aquisição, avaliação, classificação, compilação e catalogação de documentos sobre assuntos de interesse para organizações comerciais e de outro gênero.</p>

Fonte: Transcrição das informações disponíveis na base CBO 1994 (BRASIL, s/d).

A nova versão da CBO, de 2002, apresentou várias mudanças se comparada à versão anterior. Estas mudanças também impactaram as ocupações que compunham o Grupo de base “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos”, presente na versão de 1994. O título ocupacional “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”, da versão de 1994, por exemplo, deixou de existir na CBO 2002. Outra diferença a ser observada entre as versões da CBO de 1994 e de 2002 é o título do profissional da área de Arquivologia. Na versão de 1994, este profissional era identificado como “Arquivologista”. Já na versão de 2002, passou a ser conhecido como Arquivista, que é a denominação utilizada na Lei nº 6.546/78, que regulamenta a profissão.

As ocupações do Grupo de base “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos”, da versão de 1994, foram reorganizadas, na nova versão da CBO, dentro do Grande grupo 2: “Profissionais das Ciências e das Artes”, que “agrega os empregos que compõem as profissões científicas e das artes de nível superior” (BRASIL, 2010a).

O Grande Grupo 2 (“Profissionais das Ciências e das Artes”) reúne ocupações cujas tarefas demandam conhecimentos profissionais de alto nível de competência ligado ao ensino superior, além dos profissionais das artes e desportos. Dentro desse grupo existem diversas famílias ocupacionais que possuem uma ou mais ocupações novas ou em processo de reestruturação (NOZOE *et al.*, 2003).

A instituição conveniada responsável pela pesquisa das ocupações pertencentes ao Grande grupo “Profissionais das Ciências e das Artes” foi a Funcamp (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp) e os trabalhos foram coordenados pela professora Liliana Rolfsen Petrilli Segnini. Dentro do Grande grupo 2, as ocupações de Arquivista, Bibliotecário, Documentalista e Museólogo estão classificadas no Subgrupo principal 26, “Comunicadores, Artistas e Religiosos”, e também estão no mesmo Subgrupo, de número 261, “Profissionais da Comunicação e da Informação”. Apenas o título ocupacional de Administrador de banco de dados, o qual também compunha o Grupo de base “Bibliotecários, arquivologistas e museólogos” na CBO 1994, não pertence ao Subgrupo principal 26 na versão da CBO 2002. Na versão recente da CBO, os Administradores de banco de dados pertencem ao Subgrupo principal 21, “Profissionais das Ciências Exatas, Física e da Engenharia”, e estão classificados no Subgrupo de número 212, denominado “Profissionais da Informática”, estando inseridos na Família ocupacional 2123, “Administradores de tecnologia da informação”.

O Subgrupo 261, “Profissionais da Comunicação e da Informação” é composto por oito⁴⁸ Famílias ocupacionais. Dentre estas, destaca-se a Família “Profissionais da Informação” (código 2612), que é composta pelas ocupações de Bibliotecário (código 2612-05), Documentalista (código 2612-10) e Analista de informações (pesquisador de informações de rede) (código 2612-15). Deste modo, Arquivistas e Museólogos não são Profissionais da Informação, segundo a CBO 2002, e estes profissionais estão em outra Família ocupacional, de código 2613, denominada como “Arquivistas e Museólogos”, que reúne apenas as ocupações de Arquivista (código 261305) e Museólogo (código 261310).

QUADRO 3 – Famílias ocupacionais “Profissionais da informação” e “Arquivistas e Museólogos” na estrutura da CBO 2002

Continua	
Estrutura CBO 2002	
Grande grupo	
2: Profissionais das Ciências e das Artes	
Subgrupo principal	
26: Comunicadores, Artistas e Religiosos	
Subgrupo	
261: Profissionais da Comunicação e da Informação	
Família ocupacional	Ocupações
2612: Profissionais da informação	2612-05: Bibliotecário

⁴⁸ Famílias ocupacionais que compõem o Subgrupo “Profissionais da Comunicação e da Informação”: Profissionais do jornalismo (código 2611); Profissionais da informação (código 2612); Arquivistas e museólogos (código 2613); Filólogos, tradutores, intérpretes e afins (código 2614); Profissionais da escrita (código 2615); Editores (código 2616); Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão (código 2617); Fotógrafos profissionais (código 2618).

QUADRO 3 – Famílias ocupacionais “Profissionais da informação” e “Arquivistas e Museólogos” na estrutura da CBO 2002

Estrutura CBO 2002		Continuação
		2612-10: Documentalista
		2612-15: Analista de informações (pesquisador de informações de rede)
2613: Arquivistas e Museólogos		2613-05: Arquivista
		2613-10: Museólogo

Fonte: Desenvolvida pela autora.

A reunião somente das profissões de Arquivistas e Museólogos, na nova versão da CBO, aponta para a adoção adaptada da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88) conforme indica a própria CBO 2002. No campo “Código Internacional: CIUO 88”, da ficha de descrição da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, está registrado o código 2431 (*Archiveros y conservadores de museos*), para comparação de estatísticas internacionais (BRASIL, 2010a). Na estrutura da CIUO 88, o Grande grupo 2: *Profesionales científicos e intelectuales (Professionals)* é composto pelo Subgrupo principal 24: *Otros Profesionales científicos e intelectuales (Other Professionals)*; o Subgrupo principal 24 é formado pelo Subgrupo 243: *Archiveros, bibliotecarios, documentalistas y afines (Archivists, Librarians and related information professionals)*; e, por fim, o Subgrupo 243 abriga os Grupos Primários 2431: *Archiveros y conservadores de museos (Archivists and curators)* e 2432: *Bibliotecarios, documentalistas y afines (Librarians and related information professionals)* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005)⁴⁹.

Na CBO 2002, a descrição sumária – “parágrafo que descreve as grandes áreas de atividade da Família ocupacional para facilitar a codificação” (BRASIL, 2010a) – da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” é a seguinte:

Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas.

⁴⁹ Em 2007, a CIUO 88 foi atualizada e na sua nova versão, a CIUO 08, os Arquivistas e Museólogos podem ser encontrados na seguinte estrutura: Grande grupo 2: *Profesionales científicos e intelectuales (Professionals)*; Subgrupo principal 26: *Profesionales en derecho, en ciencias sociales y culturales (Legal, social and cultural professionals)*; Subgrupo 262: *Archivistas, bibliotecarios, curadores y afines (Librarians, archivists and curators)*; Grupos Primários 2621: *Archivistas y curadores de museos (Archivists and curators)* e 2622: *Bibliotecarios, documentalistas y afines (Librarians and related information professionals)*. É interessante observar que há uma mudança na forma de referir-se aos Arquivistas e Museólogos nas versões CIUO 88 e CIUO 08, sendo eles designados, na primeira, como *Archiveros y conservadores de museos* e, na segunda, conhecidos como *Archivistas y curadores de museos* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005).

Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas (BRASIL, [2002?b]).

A descrição sumária apresentada tem sido utilizada em alguns editais⁵⁰ de concursos públicos para apontar a descrição ou atribuição do cargo, por exemplo, apenas do Arquivista, e isto pode gerar equívocos sobre o campo de jurisdição legal do Arquivista e do Museólogo. Se o intuito é utilizar a CBO 2002 para descrever o cargo de Arquivista ou de Museólogo, poderia ser utilizado, apesar de suas limitações, o relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, que apresenta as Grandes Áreas de Competência (GAC`s) das ocupações de Museólogo e de Arquivista (ver Anexo A).

O relatório com a Tabela de Atividades apresenta, para o Arquivista, 128 atividades, as quais estão organizadas em 11 áreas. Para o Museólogo, são 123 atividades, organizadas em 12 áreas. Os dois profissionais possuem em comum 82 atividades organizadas em 10 áreas, a saber: “Dar acesso à informação”; “Conservar acervos”; “Preparar ações educativas e/ou culturais”; “Planejar atividades técnico-administrativas”; “Orientar a implantação de atividades técnicas”; “Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas”; “Realizar atividades técnico-administrativas”; “Administrar atividades patrocinadas”; “Comunicar-se” e “Demonstrar competências pessoais” (BRASIL, [2002?b]). São áreas específicas do Museólogo “Criar projetos de museus e exposições” e “Organizar acervos museológicos públicos e privados”. Para o Arquivista, é específica a área “Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais” (BRASIL, [2002?b]). O alto número de atividades e subatividades descritas na CBO, versão 2002, indica, segundo Liliana Segnini (*apud* SUGIMOTO, 2004), um acúmulo de tarefas, a intensificação do trabalho e a superestimação do profissional.

Sobre a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, na CBO 2002, o parágrafo “Formação e experiência”, que informa sobre a formação requerida para o exercício das ocupações, diz que: “as ocupações da família requerem curso superior completo na área. Não é incomum, contudo [sic] a presença de profissionais com cursos de especialização ou mesmo pós-graduação” (BRASIL, 2010a)⁵¹. A ocupação Arquivista possui cinco títulos sinônimos: “Administrador de arquivos; Encarregado de serviço de arquivo

⁵⁰ Por exemplo: Edital de Concurso Público nº 10, de 12 de maio de 2010, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO, 2010); Edital nº 001/2013 – PROGEP, da Universidade Federal de Santa Maria (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2013).

⁵¹ A CBO 2002 também registra a ocupação de Arquivista pesquisador (jornalismo) (código 2611-05) e Arquivista de documentos (código 4151-05). Estas ocupações não foram consideradas nesta dissertação, pois não condizem com a formação exigida pela lei que regulamenta a profissão de Arquivista. A ocupação Arquivista pesquisador (jornalismo) requer nível médio e curso básico profissionalizante de até 200 horas e a ocupação de Arquivista de documentos requer formação em jornalismo.

médico e estatística; Especialista em documentação arquivística; Especialista em organização de arquivos; Gestor de documentos” (BRASIL, 2010a). É interessante observar que o título sinônimo “Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística” restringe a gama de arquivos especializados (arquivos que tratam de um assunto específico) que um Arquivista pode atuar.

Por sua vez, a ocupação Museólogo possui seis títulos sinônimos: “Auxiliar de museus; Conservador de museu⁵²; Especialista em conservação de acervos; Especialista em documentação museológica; Especialista em educação em museus; Especialista em museografia de exposição” (BRASIL, 2010a). No Brasil, antes da profissão de Museólogo ser regulamentada havia três termos para identificar o profissional: conservador, museologista e museólogo (COSTA; LIMA, 2013). O uso do termo Museólogo tornou-se oficial no país a partir do Decreto nº 58.800/66, que aprovou o Regimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional:

[...] conforme o Artigo 3º [do Decreto nº 58.800/66]: “os alunos que concluírem o Curso de Museus receberão **diploma de museólogo**” (grifo nosso) [...]. Ficando, assim, estipulada a diplomação de Museólogo para o exercício da função de “conservador de museus históricos e artísticos, ou instituições análogas”. A mudança permitiu que se caminhasse para colocar o título de Museólogo no certificado de conclusão do Curso, diploma de museólogo, concedido aos alunos. Mudando o padrão usado pelo Curso nas primeiras décadas do seu funcionamento, porque não havia designação ou título específico para os concluintes no certificado [...] (COSTA; LIMA, 2013).

Atualmente, o termo Museólogo, no Brasil, “é um termo/conceito que delinea a profissão própria do campo da Museologia estabelecida em termos legais e, ainda, fruto de uma política que busca dar amparo ao reconhecimento do profissional especializado do campo museológico” (COSTA; LIMA, 2013). Em outros países, há vários termos para identificar os especialistas em Museologia ou os profissionais formados em outro campo do conhecimento, mas que atuam na área museológica:

É por esse motivo que nos deparamos no panorama internacional com denominações dadas indistintamente ao museólogo e aos profissionais de museus tais como: *conservateur* ou *museologue* (França e ou/outros países sob a influência do modelo francês); *curator*, *museum curator*, *museologist* (predominante em países adeptos do modelo inglês). E também encontramos: *museum professional*, *professionnels des musées*, *profesionales de los museos* que constatamos no uso dessa designação pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) nos documentos oficiais e no seu site ao se referir aos que atuam em museus pelo mundo (COSTA; LIMA, 2013).

O título sinônimo, Conservador de museu, dado pela CBO 2002 à ocupação de Museólogo, aponta para o uso histórico deste termo no Brasil e no contexto internacional e

⁵² É interessante observar que conservador de museus é um sinônimo para Museólogos na CBO 2002. Na Universidade Federal de Minas Gerais há uma graduação em Museologia, na Escola de Ciência da Informação, e outra graduação em Conservação-Restauração de Bens Móveis, na Escola de Belas Artes.

também para a referência ao paradigma patrimonialista, custodial e tecnicista. No Brasil, antes do Decreto nº 58.800/66, houve uma longa tradição de se utilizar o termo conservador. Inclusive, esta era a designação do cargo do primeiro concurso, em 1940, de “Conservador do Ministério da Educação e Saúde” e o termo usual para referir-se aos profissionais que trabalhavam em museus e eram formados pelo Curso de Museus do MHN (COSTA; LIMA, 2013).

Na França, o termo conservador, durante o século XIX, relaciona-se à tradição do guardião e do custodiador (POULOT, 2010). No período entreguerras, os profissionais formados pela *École Du Louvre* começam a gerenciar os grandes museus da província. No período compreendido entre 1945 a 1969, prevalece o modelo tradicional do conservador, mas, na década de 1970, os novos tipos de museus (ecomuseus, museus de sociedade, por exemplo) exigem o recrutamento de profissionais sobre novas bases (POULOT, 2010). A partir de 1976, o nível de instrução na área de museus elava-se, ganhando espaço universitário e, na década de 1990, a profissão museal passa a ser representada cada vez menos pelo conservador, passando a existir outras categorias de profissionais, como os assessores de conservação, os assistentes qualificados, os assistentes de conservação e os administradores (POULOT, 2010). No Canadá, na parte em que a língua é o francês canadense, os termos “*muséologue*” e “*conservateur*” diferenciam, respectivamente, pessoas que atuam em contexto de produção científica (reflexão teórica, acadêmica) e pessoas que atuam em ambiente técnico (trabalho prático, técnico) (COSTA; LIMA, 2013).

Na CBO 2002, o parágrafo com as “Condições Gerais de Exercício” revela informações sobre as “atividades econômicas em que atuam os trabalhadores da referida Família ocupacional, condição da ocupação – assalariado com carteira assinada, conta própria, empregador, local e horário de trabalho e algumas condições especiais” (BRASIL, 2010a). Para a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, tal parágrafo é apresentado da seguinte forma:

Os profissionais podem trabalhar em museus públicos ou particulares, em arquivos oficiais dos estados, municípios ou universidades, em centros de documentação vinculados a empresas ou instituições públicas ou privadas, no ensino, etc. Desenvolvem suas atividades em equipes com supervisão ocasional, como empregados registrados ou como autônomos. Em algumas atividades, alguns profissionais podem estar sujeitos aos efeitos da exposição a materiais tóxicos e a micro-organismos (BRASIL, 2010a).

Os recursos de trabalho mais importantes⁵³ para os “Arquivistas e Museólogos”, segundo a CBO 2002, são:

⁵³ Os demais recursos de trabalho, segundo a CBO 2002, são: catálogos de fornecedores; catálogos de materiais; biblioteca técnica; balança de precisão; sensores; instrumentos de medição; tabelas de temporalidade; equipamentos, materiais específicos para exposição; laboratório de conservação; tesouras, estiletes e espátulas; proteção ultravioleta para lâmpadas; produtos para reprodução de microfílm; aparelhos de ar condicionado/refrigerado; trena; embalagens especiais para transporte de documentos; carrinhos para transporte; pregos, parafusos etc.; máquinas de eliminar documentos;

Aparelhagem de multimídia; Armários e gaveteiros para peças de acervo; Equipamento e material fotográfico; Equipamentos de informática; Equipamentos para controle ambiental; Instrumentos de desenho técnico; Legislação arquivística; Material de áudio e vídeo; Material de escritório; Softwares especializados (BRASIL, 2010a).

São competências pessoais dos “Arquivistas e Museólogos”, de acordo com este instrumento classificatório:

- 1 Trabalhar interdisciplinarmente
- 2 Trabalhar em equipe
- 3 Proceder de acordo com códigos de ética da profissão
- 4 Atualizar-se
- 5 Proceder com criatividade
- 6 Proceder com flexibilidade
- 7 Ser metuculoso
- 8 Desenvolver raciocínio lógico e abstrato
- 9 Desenvolver percepção aguçada
- 10 Conhecer a legislação da área de atuação
- 11 Desenvolver acuidade espacial
- 12 Evidenciar senso de organização
- 13 Participar de conselhos profissionais (BRASIL, [2002?b]).

Dentre estas competências profissionais, é interessante notar que a última competência refere-se à participação em conselhos profissionais. Todavia, como já foi mencionado, os Arquivistas não possuem conselho profissional até o momento. Portanto, talvez, a melhor designação para esta competência seria participar de organizações profissionais, uma vez que o conceito de organização é mais amplo.

Os trabalhos de descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” – que resultou nas informações reveladas anteriormente, como “Título sinônimo da ocupação”, “Descrição sumária”, “Formação e experiência”, “Condições gerais de exercício”, “Código internacional CIUO 88”, “Recursos de Trabalho” e “GAC”⁵⁴ –, contou com a presença de 16 especialistas participantes⁵⁵ – “trabalhadores da área que atuaram como especialistas no painel de descrição e/ou de validação” (BRASIL, 2010a) – que atuam em 14 instituições, sob a orientação da Funcamp, a instituição conveniada responsável

máquina para fazer chanfrados em papel; mobiliário para arquivamento; etiquetas; leitora de microfilme; tintas; ferramentas para marcenaria básica; prancha de desenho; paquímetro; escâner; vitrines; material de embalagem de acervo; arquivos para pastas; armários para fichas de catalogação; painéis; prateleira para livros e outros textos; material de acondicionamento e armazenamento; material de informática; equipamento de gravação e reprodução de som e imagem; equipamento de proteção individual (luvas, máscaras, guarda-pó, etc.); material de higienização (escovas, pincéis, etc); bibliografia arquivística; instrumentos de referências; arquivos deslizantes; planos de classificação; arquivos fixos; telefone/fax (BRASIL, [2002?b]).

⁵⁴ As Competências Pessoais estão incluídas na GAC de letra Z – “Demonstrar competências pessoais”. Portanto, constam no relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos, que apresenta todas as Grandes Áreas de Competência (GAC’s) (BRASIL, [2002?b]).

⁵⁵ Os nomes dos especialistas participantes podem ser encontrados nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2000-2001); no documento “*Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*” (BRASIL, 2010a); no site da CBO, ao fazer a “Busca por Título”, utilizando a expressão “Arquivistas e Museólogos” (os nomes dos especialistas pode ser visualizado no ícone, à esquerda, “Participantes da Descrição” [2002?b]).

(BRASIL, 2010a). As instituições ou empresas que permitiram que seus trabalhadores participassem dos painéis de descrição ou de validação, através da dispensa dos dias de trabalho, foram as seguintes: Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo Edgard Leuenroth; Arquivo Nacional; Central Única dos Trabalhadores; Conselho Regional de Museologia – 4ª Região; Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros da USP; Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Museu de Santo André; Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Museu Paulista, Phoenix Ateliê de História e Cultura Ltda.; Secretaria de Estado da Cultura; Universidade de Brasília (BRASIL, 2010a).

Uma vez que os trabalhos orientados pela Funcamp foram desenvolvidos em São Paulo, cabe destacar o contexto de oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento de Arquivistas e Museólogos neste estado. Conforme indicado no Referencial Teórico desta pesquisa, está em atividade um curso de Graduação em Arquivologia e nenhum em Museologia. Contudo, em tempos passados, o estado foi contemplado com o curso de especialização em Organização de Arquivos; com a Graduação em Museologia ofertada, por último, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá e com a especialização em Museologia, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Atualmente, no estado de São Paulo são formados Museólogos no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia.

O mapeamento dos currículos *Lattes*, na Plataforma *Lattes* do CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1999), dos especialistas participantes do painel de descrição e/ou de validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” permitiu constatar qual é a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) destas pessoas. Do total de 16 especialistas participantes, foi possível localizar o currículo *Lattes* de 12⁵⁶. Embora se saiba que a formação e a atuação atual talvez não coincidam com as informações na época em que os especialistas participantes atuaram na descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, julgou-se importante, mesmo assim, mapear estas informações que podem elucidar quem são estas pessoas e quais aspectos de formação e atuação profissional que podem influenciar seus pensamentos. A pesquisa resultou no quadro a seguir:

⁵⁶ Foi possível identificar algumas informações sobre os 4 especialistas participantes que não possuem currículo *lattes*: dois profissionais possuem registros de Museólogos no Conselho Regional de Museologia da 4ª Região (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, s/d); o nome de um profissional foi localizado na turma de formandos em Biblioteconomia de 1979, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO, s/d); um profissional foi identificado como arquiteto e museólogo (ALMEIDA, 2015).

QUADRO 4 – Formação Acadêmica e Atuação profissional (atual) dos especialistas participantes da descrição e/ou validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”

Especialista	Formação Acadêmica	Atuação Profissional (atual)
Especialista 1	Graduação em História; Mestrado em História Social.	Especialista de apoio à pesquisa em museu de universidade pública.
Especialista 2	Graduação em História; Aperfeiçoamento na área de Arquivologia; Especialização em História do Brasil; Mestrado em Ciência da Informação; Doutorado em Ciência da Informação.	Especialista de nível superior em órgão arquivístico e professor universitário.
Especialista 3	Graduação em Ciências Biológicas; Especialização em Museologia; Especialização em Administração de Empresas; Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Cultura.	Diretor de empresa na área de Museologia; Membro da Diretoria do Conselho Federal de Museologia.
Especialista 4	Graduação em Ciências Políticas e Sociais; Especialização em Organização de Arquivos; Especialização em <i>Master en Archivística</i> ; Mestrado em História Social.	Coordenador técnico em centro de documentação e memória.
Especialista 5	Graduação em História; Aperfeiçoamento em Cultura, Patrimônio e Preservação; Especialização em Organização de Arquivos; Mestrado em Museologia; Doutorado em História.	Conselheiro do Conselho Federal de Museologia; professor universitário.
Especialista 6	Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Especialização em Formação Pedagógica de Docentes; Especialização em Organização de Arquivos; Especialização em Patrimônio Arquitetônico, Preservação e Restauro; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; Doutorado em Arquitetura e Urbanismo.	Professor universitário.
Especialista 7	Graduação em Museologia; Mestrado em Artes Visuais; Doutorado em Antropologia Social.	Técnico de Nível Superior em Museologia em universidade.
Especialista 8	Graduação em Biblioteconomia; Especialização em Organização de Arquivos; Especialização em Conservação e Restauração de Documentos Gráficos.	Serviços técnicos especializados (Bibliotecário, Arquivista, Conservador e Restaurador) em arquivo de universidade.
Especialista 9	Graduação em Licenciatura em Educação Artística; Especialização em Museologia (Curadoria Museológica e Pequenos Museus); Especialização em Museologia (Conservação Museológica, Museu de Arte); Especialização em Museologia (Museus de Indústria, Ciência e Técnica); Mestrado em Ciências da Comunicação; Doutorado em Ciências da Comunicação.	Professor universitário.
Especialista 10	Graduação em História; Especialização em Museologia (Pequenos museus e curadorias); Especialização em Museologia (Museus de arte); Especialização em ação cultural; Mestre em Artes; Doutora em Ciência da Informação.	Professor universitário; diretor de entidade cultural sem fins lucrativos.
Especialista 11	Graduação em História; Mestrado em História Social.	Professor universitário.
Especialista 12	Graduação em História; Especialização em Organização de Arquivos; Mestre em História Social.	Não informou no currículo <i>Lattes</i> .

Fonte: Desenvolvida pela autora, com base nos nomes dos especialistas (BRASIL, 2000-2001) e nos currículos da Plataforma *Lattes* do CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1999).

A análise das informações do Quadro 4 permite observar que a formação, em nível de Graduação, destes 12 trabalhadores distribui-se em sete cursos diferentes: História, Ciências Biológicas, Ciências Políticas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Biblioteconomia, e Educação Artística. O curso de História graduou a metade destes 12 especialistas participantes. E cada um dos demais cursos de Graduação possui apenas um representante. É interessante observar que, entre os especialistas participantes, não há nenhum graduado em Arquivologia.

São 9 trabalhadores com um ou mais cursos de especialização, em uma gama variada de áreas próprias da Arquivologia e da Museologia ou em áreas correlatas: História do Brasil; Museologia; Museologia – Curadoria Museológica e Pequenos Museus; Museologia – Conservação Museológica, Museu de Arte; Museologia – Museus de Indústria, Ciência e Técnica; Museologia – Pequenos museus e curadorias; Museologia – Museus de arte; Administração de Empresas; Gestão de Políticas Públicas de Cultura; Organização de Arquivos; *Master en Archivística*; Formação Pedagógica de Docentes; Patrimônio Arquitetônico, Preservação e Restauro; Conservação e Restauração de Documentos Gráficos; Ação cultural. Merece destaque a especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), que foi responsável pela formação de 5 especialistas participantes.

As informações dos currículos *Lattes* indicam que do total dos profissionais participantes, 10 possuem Mestrado (83,3%) e 6 (50%) possuem Doutorado. Há 4 mestres em História Social (33,3%) e 1 mestre em cada uma das áreas a seguir: Ciência da Informação, Museologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Ciências da Comunicação e Artes. Em nível de Doutorado, são 2 doutores em Ciência da Informação e 1 doutor em cada uma das seguintes áreas: História, Arquitetura e Urbanismo, Antropologia Social e Ciências da Comunicação. A formação em História entre os profissionais é marcante não só em nível de Graduação, mas também no de Mestrado. Uma vez que o comitê de especialistas é formado por trabalhadores da área, isto aponta para a presença destacada dos Historiadores como profissionais que atuam nos arquivos e museus e, provavelmente, são eles, neste caso, que desempenham atividades típicas dos Arquivistas e dos Museólogos.

Dos 12 especialistas participantes de que foi possível localizar o currículo *Lattes*, 1 não informou qual é a sua atuação profissional (atual). Dos 11 profissionais que a informaram, 9 atuam em universidades, sendo 6 professores (o que revela destaque para a atuação acadêmica) e 3 ocupantes dos cargos de Especialista de apoio à pesquisa, Técnico de Nível Superior e Serviços Técnicos e Especializados. Dentre os profissionais que atuam em universidades, 3 ocupam cargos importantes em outros espaços: Especialista de nível superior em órgão arquivístico, Conselheiro do Conselho Federal de Museologia e Diretor de

entidade cultural sem fins lucrativos. Os outros 2 profissionais que não atuam nas universidades também ocupam cargos de destaque, um é Coordenador técnico em Centro de Documentação e Memória e o outro é Diretor de empresa na área de Museologia e Membro da Diretoria do Conselho Federal de Museologia.

Pesquisas nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2000-2001) revelam informações importantes sobre o processo de elaboração da descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, processo tal que se iniciou no ano de 2000. No Relatório de Participantes por Família (BRASIL, 2000-2001), foi possível identificar o nome do relator e do facilitador dos trabalhos da Família ocupacional 2613. Na Plataforma *Lattes* do CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1999), foi possível localizar, nos currículos *Lattes* destes profissionais, a formação acadêmica e a atuação profissional (atual) deles. Novamente se conhece o risco de as informações não serem as mesmas de 2002, quando trabalharam junto à Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO), mesmo assim, tais informações possibilitam esclarecer dados importantes sobre a formação e atuação destas pessoas.

QUADRO 5 – Formação Acadêmica e Atuação profissional (atual) do profissional relator e facilitador dos trabalhos de descrição e validação da Família ocupacional 2613

Profissional	Formação Acadêmica	Atuação Profissional (atual)
Relator	Graduação em Economia; Graduação em Filosofia; Especialização em Economia; Mestrado em Ciência Econômica.	Secretário de Ministério do Governo Federal.
Facilitador	Graduação em Sociologia; Especialização em Ciências Sociais; Mestrado em Sociologia; Doutorado em Ciências Sociais.	Pesquisador e professor universitário.

Fonte: Desenvolvida pela autora, com base nos nomes do relator e do facilitador (BRASIL, 2000-2001) e nos currículos da Plataforma *Lattes* do CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1999)

A análise do Quadro 5 permite identificar que tanto a formação acadêmica quanto a atuação profissional do relator e do facilitador não estão relacionadas à Arquivologia ou à Museologia. Isto é importante para garantir uma maior impessoalidade diante das reivindicações dos especialistas participantes que representaram os Museólogos e os Arquivistas. Ademais, a formação e atuação profissional do relator e do facilitador concentram-se no campo das Ciências Humanas e Sociais, o que é favorável para o desenvolvimento de um diálogo mais compreensivo, uma vez que este também é o campo da Arquivologia e da Museologia.

Entre 09 e 10 de novembro de 2000, reuniram-se, em São Paulo, os especialistas participantes, o relator e o facilitador para elaborarem a descrição da família 2613, que até então era intitulada como Arquivologistas e Museólogos. Entre os

especialistas participantes, o comitê de descrição foi composto pelos seguintes representantes:

- 1 Representante do Arquivo Nacional (RJ)
- 1 Representante do Arquivo Público de São Paulo (SP)
- 1 Representante do Arquivo do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (SP)
- 1 Representante arquivista do Instituto de Estudos Brasileiros (SP)
- 1 Representante arquivista autônoma (Indicada para representar a Associação dos Arquivistas de São Paulo)
- 1 Representante do Museu Nacional (RJ)
- 1 Representante do Museu Paulista (SP)
- 1 Representante do Museu de Antropologia e Etnografia (USP-SP).
- 1 Representante do Museu de Antropologia e Etnografia (USP-SP)
- 1 Representante dos organizadores de museus autônomos [sic] (SP)
- 1 Representante do Museu da Cidade, do Município de Santo André (SP)
- 1 Representante autônoma (BRASIL, 2000-2001).

No *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição, o facilitador dos trabalhos fez a seguinte consideração na parte destinada ao escopo da Família ocupacional:

A grande maioria destes profissionais possuíam experiência de mais de 10 anos na profissão. Todos possuem formação em nível superior e grande parte deles exerce permanentemente atividades docentes em diversas faculdades (BRASIL, 2000-2001).

Também sobre os especialistas participantes, há informações na parte “Observações do conveniado” deste mesmo relatório da etapa de descrição:

A família ocupacional foi montada respeitando os critérios do MTE e da metodologia DACUM, garantindo a representação ocupacional e geográfica da família, sendo que a representação geográfica será ampliada na montagem do comitê de validação. O comitê teve a ausência de um representante dos museus privados, falha que será sanada durante o processo de validação (BRASIL, 2000-2001).

Cabe apresentar mais uma parte do relatório, destinada à dinâmica do comitê, na qual o facilitador fez considerações sobre os representantes:

Os integrantes do comitê apresentaram um excelente desempenho, pois a maioria deles tinha uma vasta experiência e são reconhecidos em sua área de atuação, bem como em geral possuíam um alto grau de qualificação educacional. A disponibilidade para a descrição das atividades ocupacionais foi muito grande. Um destaque especial merece o excelente nível [sic] conceitual demonstrado pelos especialistas. Apesar [sic] da tensão existente, pela divisão apresentada no interior da família, o esforço de superação e o alto nível [sic] das discussões permitiu [sic] levar a bom termo o trabalho de facilitação, que por vezes parecia difícil de concretizar (BRASIL, 2000-2001).

Estas citações destacam as instituições de Ensino Superior como espaço de atuação profissional dos especialistas participantes, corroborando, assim, com os dados apresentados no Quadro 4, os quais revelam que há um número significativo (nove) de profissionais que atuam nas universidades. O comitê foi composto por profissionais experientes e bem qualificados, portanto, seguiu-se, de fato, o princípio da metodologia *Dacum*, o qual considera que quem descreve e define a profissão com melhor precisão é o

trabalhador especialista. A última citação apresentada e as demais partes do relatório da etapa de descrição revelam que houve conflito entre os especialistas participantes, quanto à unidade da Família ocupacional 2613.

Desde o início dos trabalhos ficou estabelecido pelos especialistas a TOTAL falta de identidade entre as ocupações. No primeiro período de trabalho foi extremamente difícil fugir desta problemática. Na análise [sic] dos cartões de descrição pode-se observar que as duas primeiras GAC's [Grande Área de Competência] são estanques, uma para cada ocupação. Esta foi uma decisão do comitê [sic] que mesmo na hora de realizar o perfil decidiu consensualmente não se identificar na GAC da outra ocupação⁵⁷. Apenas a partir da terceira GAC é que se pode verificar alguma identificação de ambas [sic] ocupações. Tanto os museólogos quanto os arquivistas manifestaram a necessidade de serem separados como família, inclusive recusando com veemência qualquer possibilidade de reorganização em uma família [sic] de profissionais da informação na qual seriam incorporados os bibliotecários [sic].

Esta separação deve-se a razões conceituais e metodológicas na abordagem do objeto de conhecimento profissional.

O facilitador gostaria de alertar para o fato de que, além das questões de cunho metodológico, existiu um confronto de tipo corporativo muito aguçado. A tensão para delimitar as ocupações e a exclusão rigorosa de qualquer interferência nas tarefas de uma ocupação sobre as atividades da outra, resultou, algumas vezes, em discussões acaloradas e mesmo ásperas em certos momentos. Foram estas discussões as mais difíceis de serem conduzidas.

O facilitador sugere que a equipe do MTE, [sic] analise com maior cuidado a proposta de montagem de uma família [sic] com [sic] esta, agrupando diferentes ocupações. Independentemente do elevado corporativismo dos argumentos, ou da justeza ou não das reivindicações, a sugestão fundamenta-se na posição explícita do comitê de especialistas contra [sic] junção das duas profissões em foco debaixo de um mesmo guarda-chuva (BRASIL, 2000-2001, grifo nosso).

A ausência de identificação entre as ocupações pode ser entendida como reflexo do reconhecimento, por parte dos especialistas participantes, de um *heartland*, núcleo central da profissão (CUNHA; CRIVELLARI, 2004), muito bem definido em cada área. As GACs estanques para cada ocupação parecem ser uma tentativa de limitar a vulnerabilidade do campo de jurisdição profissional. As demais GAC's seriam o *hinterland* (periferia da profissão) e o *horizon* (margens entre o *heartland* e o *hinterland*) (CUNHA; CRIVELLARI, 2004) destes grupos profissionais, que permitem a confluência entre profissões que se relacionam. O desejo de separação dos Arquivistas e dos Museólogos em Famílias ocupacionais distintas revelou um confronto corporativista em defesa do monopólio do espaço profissional. A rejeição de estarem juntos aos Bibliotecários, como anteriormente na CBO 94, em uma Família ocupacional de Profissionais da Informação, revela que os especialistas participantes não reconhecem os Arquivistas e os Museólogos como

⁵⁷ No produto final da CBO 2002, as Grandes Áreas de Competência (GAC's) estão descritas na Tabela de Atividades da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos (ver Anexo A). Neste relatório, é possível identificar que há uma área específica para os Arquivistas: A – “Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”; e para o Museólogo, são duas áreas específicas: B – “Criar projetos de museus e exposições” e C – “Organizar acervos museológicos públicos e privados”.

Profissionais da Informação, por motivos conceituais e metodológicos relacionados aos objetos de trabalho para os campos de Arquivologia e Museologia, conforme apresentado na fundamentação teórica desta pesquisa. Portanto, os especialistas participantes possivelmente não comungam do sentido mais abrangente da expressão “Profissionais da Informação”, de acordo com o que foi também apresentado na fundamentação teórica desta pesquisa.

Quanto à definição da Família ocupacional, o facilitador conclui: “A proposta é a separação das ocupações em duas famílias” (BRASIL, 2000-2001). Segundo o facilitador, o comitê propôs a criação de duas famílias distintas, uma denominada de Museólogos e a outra, de Arquivistas; recusou a denominação de Arquivologistas e sugeriu alguns títulos sinônimos:

A primeira [Família ocupacional] [sic] com a denominação de Museólogos [sic] e com a seguinte definição:

Criam, planejam e desenvolvem exposições e museus; criam e elaboram projetos museológicos e museográficos; organizam e conservam acervos museológicos e coleções e sua respectiva documentação; criam, planejam e desenvolvem ações educativas e/ou culturais; desenvolvem estudos de público; dão acesso às informações; participam da política [sic] de criação e implantação de museus, organizam e gerenciam reservas técnicas; produzem e transmitem conhecimentos específicos [sic] a partir do acervo museológico.

A segunda [Família ocupacional] [sic] denominada de Arquivista, recusam [sic] a denominação de Arquivologistas, e com a seguinte definição:

Planeja, orienta e supervisiona, coordena e dirige as atividades de organização, avaliação e custódia dos arquivos. Planeja e coordena a implantação de atividades e operações relativas a [sic] gestão [sic] documental, realizando o controle da produção, do uso e do fluxo dos documentos nas fases correntes e intermediária.

Estabelece critérios de avaliação e seleção de documentos, fixando prazos de guarda e garantindo a preservação dos documentos de guarda permanente.

Planeja e coordena as atividades de arranjo e descrição de documentos, elaborando instrumentos de pesquisa que possibilitam a recuperação das informações, o acesso aos documentos de guarda permanente pelos usuários.

Planeja e coordena a implantação de programas de conservação preventiva. Planeja e supervisiona a implantação de sistemas de arquivo. Planeja e coordena as atividades de consulta e acesso as [sic] informações, disponibilizando-as nas diferentes mídias [sic]. Planeja e orienta a adoção de novas tecnologias [sic] na produção e recuperação, armazenamento e gerenciamento da informação.

Quanto aos sinônimos [sic].

Os especialistas modificaram substancialmente os sinônimos [sic] da família [sic]. A proposta do comitê é a seguinte:

Arquivistas:

Arquivista

Gestor de documentos

Especialista em documentação arquivística

Administrador de arquivos.

Museólogos[:]

Museólogo

Especialista em documentação museológica

Especialista em educação de museus

Especialista em conservação de de [sic] acervos
Especialista de museografia de exposição (BRASIL, 2000-2001).

As definições das duas Famílias ocupacionais propostas acima determinam com mais clareza o que caracteriza a profissão de Arquivista e de Museólogo se comparada à descrição da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, da CBO 2002, apresentada anteriormente neste capítulo. A versão atual da CBO descreve a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” a partir das nove primeiras áreas (de “A” a “I”)⁵⁸ das Grandes Áreas de Competência (GAC`s), constantes no relatório com a Tabela de Atividades (ver Anexo A), uma descrição muito genérica e vaga. Já as definições propostas na citação acima são mais específicas, principalmente a definição dos Arquivistas, que se atém às atividades que estes profissionais desempenham e não tenta apenas agrupar as atividades em áreas de competência. Os sinônimos propostos pelo comitê foram utilizados na CBO 2002, porém, nesta versão atual da CBO, há a inclusão de outros dois sinônimos para os Museólogos: Auxiliar de museus e Conservador de museu; e também mais dois sinônimos para os Arquivistas: Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística e Especialista em organização de arquivos. O título sinônimo, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, se aproxima dos títulos sinônimos, a saber: Chefe de seção de serviço de arquivo médico e estatística e Encarregado de arquivo médico, utilizados na ocupação de Arquivologista, na CBO 1994. Conservador de museu também é um título sinônimo apresentado na CBO 1994 como forma de designar a ocupação de Museólogo. Auxiliar de museus é usado na CBO 1994 como título sinônimo da ocupação “Outros bibliotecários, arquivologistas e museólogos”.

O conveniado também fez comentários quanto à dinâmica do comitê de descrição:

Nota-se pela descrição do facilitador [sic] a tensão permanente, durante o processo de descrição, entre as duas ocupações da família. As recomendações do facilitador demonstram as dificuldades de manter reunidas em uma única família ocupacional as duas ocupações. A descrição das atividades apresenta os problemas tradicionais referentes às GAC`s Comunicar-se e Competências Pessoas [sic] [Pessoais]. Estas dificuldades estão relacionadas à falta de clareza sobre o que deve ser considerado competência pessoal ou não (BRASIL, 2000-2001).

Nesta fase de descrição, o *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001) também apresenta observações adicionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quanto ao escopo da Família ocupacional:

⁵⁸ A – “Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais”; B – “Criar projetos de museus e exposições”; C – “Organizar acervos museológicos públicos e privados”; D – “Dar acesso à informação”; E – “Conservar acervos”; F – “Preparar ações educativas e/ou culturais”; G – “Planejar atividades técnico-administrativas”; H – “Orientar a implantação de atividades técnicas”; I – “Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas” (BRASIL, [2002?b]).

O MTE verificou o escopo desta família ocupacional em várias classificações. Na classificação canadense, além dos arquivistas e museólogos, são incluídos nesta família os profissionais de galerias de arte. Na classificação americana O*NET [sic] a estrutura está bem dinâmica. Em 1998 [sic] eles publicaram a Família dos trabalhadores de pesquisa em museu, os arquivistas, os curadores e o pessoal técnico de museus. Na versão de setembro de 2000, foi eliminada a família trabalhadores de pesquisa em museu. A profissão de técnico de museu [sic], apesar do nome, refere-se a trabalhadores com mestrado em museologia. Na classificação canadense, há uma família para técnicos em museus e exposições. Na CIUO88 (Classificação Internacional Uniforme de Ocupações) [sic] arquivistas e museólogos constituem uma família ocupacional.

O MTE achou interessante a solução encontrada pelo grupo, com algumas GACs comuns e outras específicas. Embora possam ser consideradas ocupações com mobilização de conhecimentos e habilidades distintas, não há como defender a separação em duas famílias, pela expressão numérica das mesmas no Brasil. No limite, faremos uma descrição com duas matrizes. Porém, a equipe de facilitação encaminhou muito bem a questão e seria conveniente tentar manter este encaminhamento na validação. Caso não se chegue a consenso, manter a clareza dos enunciados, revisar todo o conteúdo. Confirmando-se esta hipótese, o MTE organizará duas mini-reuniões de convalidação, com grupos separados e cartões separados. Não esquecer de averiguar se o curador pode ficar como sinônimo ou ocupação desta família (BRASIL, 2000-2001, grifo nosso).

Estas observações adicionais do MTE demonstram que o fato dos Arquivistas e dos Museólogos estarem em uma mesma Família em outras classificações internacionais foi levado em consideração para avaliar a junção destes profissionais na CBO. Todavia, não se sabe se o contexto de inserção profissional dos Arquivistas e dos Museólogos em outros países foi estudado para fazer uma analogia com o contexto brasileiro. A Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88), foi adotada pela CBO, com algumas adaptações, e esta escolha também influenciou a junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional.

No trecho apresentado anteriormente, há uma informação de suma importância: o MTE reconhece que as ocupações de Arquivista e de Museólogo mobilizam conhecimentos e habilidades específicas, contudo, explica que não é possível defender a separação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” em duas Famílias, devido à inexpressividade numérica destes profissionais no país⁵⁹. Esta informação somada à parte do *Relatório de Observações por Família* (BRASIL, 2000-2001), da etapa de descrição, que informa sobre a rejeição dos representantes do comitê de se unirem à Família ocupacional de Profissionais da Informação, por questões conceituais e metodológicas relacionadas ao objeto de trabalho, podem explicar o motivo pelo qual Arquivistas e Museólogos

⁵⁹ O quantitativo de representantes da Família ocupacional Arquivistas e Museólogos, de acordo com os dados mais recentes, de 2014, da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), será mais bem apresentado no próximo item desta dissertação. De qualquer forma, adianta-se que, no ano de 2014, esta Família ocupacional possuía 7.274 pessoas se for considerada qualquer escolaridade e 2.652 pessoas se a escolaridade for restringida à formação em Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado.

permaneceram juntos em uma mesma Família ocupacional. Deste modo, ao que tudo indica, o que pesou para a junção destas ocupações foram motivos de ordem pragmática. Não foram decisivas para esta junção, portanto, quaisquer aproximações apresentadas no capítulo “Interfaces entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”, da fundamentação teórica deste trabalho, como, por exemplo, a presença persistente nos museus e nos arquivos da fase técnica e custodial (também conhecida como paradigma empírico-patrimonialista), caracterizada pela supervalorização da custódia e da conservação. Inclusive, este paradigma empírico-patrimonialista parece ter sido superado pelos membros do comitê de descrição como, por exemplo, ao proporem uma descrição para a ocupação de Arquivista que abrange todas as fases do ciclo documental. Esta proposta possuía conceitos típicos da Arquivística integrada e da Arquivística pós-custodial, que se enquadram na fase científica e pós-custodial, a qual se sucede à fase técnica e custodial.

A validação da família 2613 foi agendada para o dia 30 de novembro de 2000, mas ocorreu no dia 07 de dezembro de 2000, em São Paulo. Na fase final de validação da Família 2613, o *Relatório de Ocupações por Família* (BRASIL, 2000-2001) deixou de usar definitivamente a denominação Arquivologistas para empregar o termo Arquivistas. Sobre os nomes das profissões e das ocupações, Cunha e Crivellari (2004, p. 40) fazem uma consideração relevante:

Para Bourdieu (1989), uma instituição pública encarregada de produzir estatísticas e classificações (como a nossa CBO) pode ser analisada como instituto do Estado que, ao produzir taxonomias oficiais, investidas de um valor jurídico, sobretudo nas relações entre patrões e empregados, tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, consagra uma relação de forças entre os agentes a respeito dos nomes das profissões e das ocupações, componente essencial da identidade social. A gestão dos nomes é uma gestão da raridade material de um grupo profissional e é, portanto, objeto de lutas (CUNHA, CRIVELLARI, 2004, p. 40).

Quanto aos membros desta etapa de validação, o facilitador observa:

Para elaborar o escopo do Comitê de Validação da Família Ocupacional dos Arquivistas e Museólogos convidamos, a princípio, quatro membros, bastante atuantes, do comitê de descrição. Dois, entre eles, ligados especificamente à área de museologia e uma, autônoma, atuando tanto na área de arquivologia quanto na área de museologia. Quanto ao quarto membro do comitê inicial foi considerado não só o fato de ser uma profissional muito ativa no comitê, mas, por ser, ao mesmo tempo, membro da Associação dos Arquivistas de S. Paulo. Num segundo momento, procuramos complementar o Comitê de Validação com novos membros através [sic] pedidos de indicações, visando obter quadros importantes nas áreas de atuação das duas ocupações da Família. Para isto [sic] fizemos contato com diversas instituições [sic] como universidades e associações importantes na área. É o caso, por exemplo, do Conselho Regional de Museologia (COREM) e do Conselho Federal de Museologia (COREM) [sic] [COFEM], ou ainda da Associação dos Arquivistas de São Paulo. A composição final deste Comitê de Validação resultou no formato apresentado a seguir:

- Um museólogo do Museu Paulista (USP)

- Um museólogo do Museu de Santo André
- Uma museóloga, autônoma, com atuação na área de arquivos e museus
- Uma museóloga, presidente do Conselho Regional de Museologia (COREM)
- Uma museóloga, vice-presidente do Conselho Federal de Museologia (COFEM)
- Uma museóloga, diretora do Sistema de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado de Cultura (DEMA) [sic] [Dema – Departamento de Museus e Arquivos]
- Uma arquivista da Associação dos Arquivistas de S. Paulo – Autônoma
- Uma arquivista do Arquivo Edgard Leunroth
- Uma arquivista, presidente da Associação dos Arquivistas de S. Paulo
- Uma professora do Departamento de Ciências [sic] da Informação da Universidade de Brasília (BRASIL, 2000-2001).

Nesta etapa de fase de validação, o facilitador do processo aponta, no *Relatório de Ocupações por Família* (BRASIL, 2000-2001), quais foram as discussões que refletiram em mudanças na definição da Família ocupacional:

1 – Contrariando a equipe de especialistas do Painel de Descrição, o comitê de validação entendeu que a família deveria reunir as ocupações de arquivista, bibliotecário, conservador/restaurador e museólogo, nessa ordem especificada.

2 – A descrição sumária das ocupações realizada durante o comitê de descrição foi mantida pelo comitê de validação.

3 – Não reconhecem o Curador nem como ocupação nem como sinônimo da família.

4 – Estiveram presentes 1 representante do COFEM e a presidente do COREM [sic] que manifestaram insatisfação pela presença de pessoas não registradas no órgão [sic] de classe como museólogos. Referiam-se à museóloga autônoma e ao representante indicado pela direção do Museu Paulista, historiador de formação e registrado como técnico de nível superior em museologia. No entanto, ao final dos trabalhos, entenderam que o trabalho foi da maior relevância e pessoalmente não tiveram nenhum reparo a fazer quanto à atuação dos dois colegas.

Quanto aos sinônimos e ocupações [sic] o comitê de validação apresentou concordância com os especialistas do comitê de descrição (BRASIL, 2000-2001, grifo nosso).

O conveniado observou, nesta fase de validação, que:

A condução do facilitador para manter a família [sic] unida, seguindo a linha do primeiro encontro, encontrou eco no comitê que realizou uma proposta que encaminha para a formação de uma família dos profissionais da informação. Parece esta uma solução bastante adequada e que reforça a família [sic] destas ocupações.

Esta situação constitui um avanço em relação ao comitê de especialistas [sic] que tinha uma postura mais propensa à separação das ocupações em famílias diferentes (BRASIL, 2000-2001).

As duas últimas citações supracitadas manifestam algo relevante: os representantes do comitê de validação assumiram uma postura diferente da apresentada pelos representantes do comitê de descrição e pelo MTE. Os especialistas participantes da etapa de validação da Família ocupacional não concordaram que Arquivistas e Museólogos deveriam formar Famílias ocupacionais distintas ou integrarem uma Família ocupacional composta apenas por estas duas ocupações. Eles entenderam que os Arquivistas e os Museólogos deveriam unir-se aos Bibliotecários, Conservadores/Restauradores formando

uma nova Família ocupacional. Isto indica que estes membros compartilharam do sentido abrangente de Profissionais da Informação e que esta solução, que se assemelha à CBO 1994, foi bem aceita pelo MTE.

O comitê de validação concordou com o comitê de descrição no que diz respeito aos títulos sinônimos e ao não reconhecimento do Curador como sinônimo para a ocupação de Museólogo. O curioso nesta parte é que não há informações nas fontes primárias disponibilizadas pela DCBO de como o título sinônimo Curador foi aceito na CBO 2002 e como foram incluídos os dois títulos sinônimos para os Arquivistas e os dois títulos sinônimos para os Museólogos presentes também na atual versão da CBO.

A importância de apresentar o entendimento da CBO, mesmo com suas limitações classificatórias, reside no fato deste instrumento ser muito utilizado na elaboração de planos de cargos e salários e por ter sido elaborada a partir da visão dos próprios profissionais da área (FARIA *et al.*, 2005). A apresentação do histórico do posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na CBO, nas versões de 1994 e de 2002, permitiu reconstruir a trajetória destas ocupações no instrumento classificatório, delimitar aspectos semelhantes e diferentes e produzir reflexões importantes.

A pesquisa dos currículos *lattes* dos especialistas participantes, do relator e do facilitador do processo de descrição e validação da Família ocupacional foi importante para revelar aspectos da formação e da atuação profissional, que podem influenciar suas visões de mundo. As fontes primárias, fornecidas pela DCBO, enriqueceram esta pesquisa, principalmente por elucidar motivos para a junção dos Arquivistas e dos Museólogos em uma mesma Família ocupacional. Destaca-se que o uso da CIUO 88 como referência nos trabalhos de elaboração da CBO 2002; que a baixa expressividade da Família ocupacional e que a rejeição dos representantes do comitê de descrição de se unirem à Família ocupacional de Profissionais da Informação resultaram em uma junção eminentemente prática. Além disso, este estudo mostrou que há falta de consenso em abrigar ou não Arquivistas e Museólogos sob o “guarda-chuva” de Profissionais da Informação.

Foi solicitado à Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, o acesso ao estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002, (CBO 2002) e qualquer outra documentação concernente a esta Família e aos trabalhos desenvolvidos para a formulação da versão CBO 2002. Todavia, o material fornecido pelo DCBO não permitiu compreender como se deu a conciliação entre as propostas feitas nas fases de descrição e de validação e o produto final publicado na CBO 2002.

4.2 PERFIL DE EMPREGO FORMAL DA FAMÍLIA OCUPACIONAL “ARQUIVISTAS E MUSEÓLOGOS”

Nesta dissertação, o perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” é caracterizado a partir das informações da RAIS/MTE. Esta base estatística é uma fonte de informações de interesse social, “capaz de subsidiar os diagnósticos e fundamentar as políticas públicas de emprego e renda, possibilitando aos gestores delinear, com maior precisão, ações que reduzam as disparidades sociais” (BRASIL, 2014b, p.3). A caracterização do perfil de emprego formal dos “Arquivistas e Museólogos”, a partir dos dados da RAIS/MTE, é uma forma de apresentar o uso da CBO nas estatísticas de trabalho e emprego. Portanto, não se pretende esgotar aqui os inúmeros cruzamentos entre variáveis possíveis a partir dos dados deste registro administrativo do Governo.

Como já mencionado, a Família ocupacional, na CBO, é o nível mais desagregado para as análises estatísticas, assim, uma vez que Arquivistas e Museólogos estão reunidos em uma mesma Família ocupacional, as informações, a partir da RAIS/MTE, sobre o mercado de trabalho formal destas ocupações estão agregadas de tal forma que não é possível desmembrar os dados por ocupações de Arquivista e de Museólogo⁶⁰.

⁶⁰ Pretendia-se fazer uma pesquisa ilustrativa e complementar para obter informações desagregadas sobre o mercado de trabalho formal dos Arquivistas e dos Museólogos. Os respondentes desta pesquisa seriam os empregados, ao contrário do que ocorre na RAIS/MTE, na qual os respondentes são os empregadores. O intuito era aplicar um questionário para obter informações análogas às obtidas na RAIS/MTE, sem a intenção de gerar dados que comprovassem o universo total de Arquivistas e Museólogos empregados formalmente. Pretendia-se apenas obter uma pequena amostra que permitisse elaborar indicativos, inferências e estimativas do mercado de trabalho dos profissionais vistos de forma separada, portanto, tal pesquisa não seria a tentativa de revelar um “espelho da realidade” e os resultados não seriam extrapolados para o universo representativo dos profissionais atuantes no mercado de trabalho como um todo. A pesquisa se daria com dois públicos-alvo, primeiramente, com os Arquivistas associados à Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro e com os Museólogos registrados no Conselho Regional de Museologia da 2ª Região, que atuavam no estado do Rio de Janeiro (a escolha pelo estado do Rio de Janeiro deveu-se à maior expressividade numérica de representantes da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, de acordo com os dados de 2014, da RAIS/MTE); em seguida, o questionário seria aplicado aos egressos dos cursos de Arquivologia e Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para conhecer o perfil do empregado e do empregador do mercado de trabalho mineiro, uma vez que os cursos que formam estes profissionais são novos no estado. Infelizmente, o número de respondentes entre os Museólogos registrados no Conselho Regional de Museologia da 2ª Região foi muito baixo, gerando uma amostra irrelevante. A tentativa de aplicar o questionário ao segundo público-alvo também teve contratemplos. O questionário foi aplicado, primeiramente, entre os egressos do curso de Arquivologia da UFMG, a partir da mediação do Colegiado do referido curso, que encaminhou a pesquisa para o correio eletrônico de todos os egressos; ao tentar fazer o mesmo percurso com os Museólogos egressos da UFMG, deparou-se com uma situação inesperada: o Colegiado do Curso de Museologia da UFMG não dispunha dos contatos dos egressos. Diante destas dificuldades, optou-se por não incluir esta pesquisa ilustrativa nesta dissertação. De qualquer forma, achou-se importante, principalmente em respeito a todos aqueles que colaboraram divulgando ou participando da pesquisa, apresentar os dados coletados, que seguem nos Apêndices A e B deste trabalho.

As mudanças presentes nas versões da CBO afetaram a análise de estatísticas de emprego para as ocupações de Arquivista e Museólogo. Deste modo, na versão de 1994 da CBO, a ocupação podia ser analisada isoladamente; porém, na nova versão, o estudo se dá em nível de Família ocupacional; portanto, isto impede a comparação de séries históricas entre as versões da CBO para estas ocupações (CUNHA; CRIVELLARI, 2004).

Antes de iniciar a apresentação dos dados, retomemos os critérios utilizados nas buscas na base estatística da RAIS/MTE: informações do ano de 2014 (dados mais recentes disponíveis para consulta); vínculo ativo do profissional no final do ano; e grau de escolaridade correspondente a Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado. Apresentada esta recapitulação, será iniciada a apresentação e análise dos dados do perfil de emprego formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

O quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados nas Unidades Federativas do Brasil está consolidado na Tabela 1.

TABELA 1 – Quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados por Unidades Federativas

Unidades Federativas	Nº	Unidades Federativas	Nº
Rondônia	4	Sergipe	20
Acre	6	Bahia	108
Amazonas	25	Minas Gerais	150
Roraima	2	Espírito Santo	63
Pará	27	Rio de Janeiro	644
Amapá	6	São Paulo	521
Tocantins	11	Paraná	75
Maranhão	91	Santa Catarina	132
Piauí	9	Rio Grande do Sul	215
Ceará	40	Mato Grosso do Sul	33
Rio Grande do Norte	16	Mato Grosso	21
Paraíba	61	Goiás	46
Pernambuco	75	Distrito Federal	234
Alagoas	17	TOTAL	2.652

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

A soma do número de profissionais nas Unidades Federativas brasileiras, dados presentes na Tabela 1, totaliza em 2.652 “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados no Brasil⁶¹. O total de pessoas formalmente empregadas no país, e com

⁶¹ Nas bases estatísticas da RAIS/MTE, se for feita uma nova pesquisa que considere também o ano de 2014 e a existência de vínculo ativo no final deste ano, mas não houver a restrição de escolaridade de Curso Superior completo, Mestrado e Doutorado, de forma que seja considerada qualquer escolaridade, a pesquisa retorna um total de 7.274 “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados, sendo: 26 profissionais até a 5ª série do Ensino Fundamental incompleta; 36 profissionais com a 5ª série do Ensino Fundamental completa; 85 profissionais da 6ª à 9ª série do Ensino Fundamental; 249 profissionais com o Ensino Fundamental completo; 363 profissionais com o Ensino Médio incompleto; 3.352 profissionais com o Ensino Médio completo; 511 profissionais com

vínculo ativo em 31 de dezembro de 2014, era de 49.571.510 (BRASIL, 2014b). Portanto, o contingente de profissionais da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” corresponde a 0,005% do total da população formalmente empregada no Brasil⁶².

A análise dos dados da Tabela 1 permite observar que os estados que possuem o maior número de “Arquivistas e Museólogos” são Rio de Janeiro e São Paulo, na região Sudeste do país. O Rio de Janeiro já foi capital do país e há muitos órgãos e entidades públicas que permaneceram neste estado mesmo após a mudança da capital para Brasília. O Distrito Federal, no Centro-Oeste, é o terceiro colocado em maior quantitativo de profissionais. Em seguida, observa-se um número significativo de “Arquivistas e Museólogos” no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em Santa Catarina. No Nordeste, o estado da Bahia é o que possui maior número destes profissionais.

Observa-se, ainda, na Tabela 1, que a região Norte é a que possui os estados com o menor número de “Arquivistas e Museólogos”. O estado de Roraima possui apenas 2 profissionais; Rondônia possui 4 profissionais; o Amapá e o Acre possuem 6 profissionais em cada estado. O Piauí, no Nordeste brasileiro, também apresenta um baixo número de profissionais, com apenas 9 “Arquivistas e Museólogos”.

Museólogos e Arquivistas são profissões que, para serem exercidas, a legislação brasileira exige, em comum, o diploma de nível Superior. Em relação à população total do país, estes profissionais possuem um alto nível de escolaridade, o que explica sua maior presença nos estados com economias mais desenvolvidas, como, por exemplo, os estados das regiões Sul e Sudeste, e também no Distrito Federal, pelas características de sede administrativa do país e de centro político nacional (JANNUZZI; LOUREIRO, 2003). No Distrito Federal, a concentração de profissionais “Arquivistas e Museólogos” pode ser explicada pelo grande número de unidades administrativas do Governo, que geram empregos, principalmente públicos, para os Arquivistas.

Mais de a metade dos “Arquivistas e Museólogos”, 1378 profissionais, concentram-se na região Sudeste do país. O segundo maior quantitativo está na região Nordeste, com 437 profissionais. Em seguida, a região Sul apresenta 422 profissionais. Depois, observam-se 334 profissionais da região Centro-Oeste. Por fim, o menor

Curso Superior incompleto; 2.558 profissionais com Curso Superior Completo; 74 profissionais com Mestrado e 20 profissionais com Doutorado. Portanto, há um grande número de pessoas que ocupam postos de trabalho de nível Superior, mas não possuem escolaridade compatível com a exigida por lei para exercício da profissão. A correta inserção no mercado de trabalho depende da fiscalização do exercício profissional e da conscientização dos empregadores quanto à escolaridade e às competências profissionais dos trabalhadores que se deseja empregar. Para a fiscalização da profissão, os Museólogos dispõem de conselho profissional, já os Arquivistas contam com ações colaborativas das Associações para fazerem denúncias.

⁶² Se fosse considerada qualquer escolaridade para os “Arquivistas e Museólogos”, os 7.274 profissionais representariam 0,014% do total de pessoas formalmente empregadas no país, em 31 de dezembro de 2014.

quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” está na região Norte, com apenas 81 profissionais.

Esta ordem decrescente do quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” nas regiões brasileiras não respeita um paralelismo perfeito com a distribuição de cursos de Arquivologia e de Museologia no país. Por ordem decrescente, a partir dos dados da Tabela 2, a soma dos cursos de Arquivologia e Museologia por regiões brasileiras é a seguinte: 9 cursos na região Sul, 8 na região Sudeste, 7 na região Nordeste e 3 em cada uma das regiões Norte e Centro-Oeste.

TABELA 2 – Quantitativo de cursos de Graduação em Arquivologia e Museologia nas regiões brasileiras

Região	Cursos de Arquivologia	Cursos de Museologia	Total de cursos
Norte	2 cursos: UFAM, UFPA.	1 curso: UFPA.	3
Nordeste	3 cursos: UFBA, UEPB, UFPB.	4 cursos: UFRB, UFS, UFBA, UFPE.	7
Sudeste	5 cursos: UFF, UNIRIO, UFES, UNESP, UFMG.	3 cursos: UFOP, UFMG, UNIRIO.	8
Sul	5 cursos: FURG, UFSM, UFRGS, UEL, UFSC.	4 cursos: UFSC, UFRGS, UNIBAVE, UFPEL.	9
Centro-Oeste	1 curso: UnB	2 cursos: UnB, UFG.	3

Fonte: Dados obtidos da base e-MEC (BRASIL, [2014?]).

Buscou-se conhecer as instituições museológicas existentes no país, através do Cadastro Nacional de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015), e as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, através do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, [2016?]). Todavia, os dados destes cadastros serão apresentados apenas para ilustrar a distribuição por estados das instituições museológicas e das instituições custodiadoras de acervos arquivísticos.

O Cadastro Nacional de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015) é a principal fonte de informações sobre o mapeamento das instituições museológicas do país. Em pesquisa realizada nesta base, em 25 de março de 2016⁶³, foi possível identificar 3.640 instituições museológicas, distribuídas pelas Unidades Federativas, de acordo com a Tabela 3. Os dados do Cadastro Nacional de Museus são empregados para aprimorar as

⁶³ A última atualização na base do Cadastro Nacional de Museus foi feita em 05 de dezembro de 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015).

políticas públicas do setor museal e para apoiar o desenvolvimento de pesquisas (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015).

Os dados do Cadastro Nacional de Museus são de 2015, portanto, não foi possível realizar uma busca por ano, com os dados referentes a 2014. Todavia, sabe-se que, em 2014, o Projeto de Lei Orçamentária previu a destinação de apenas 0,04% do orçamento para a cultura (DAMASCENO, 2015). A análise da Tabela 3 permite inferir que a maior parte das instituições museológicas está nas regiões Sudeste (1439 instituições museológicas) e Sul (998 instituições museológicas). Em seguida, o maior quantitativo está na região Nordeste (761 instituições museológicas). As regiões que possuem o menor quantitativo são a região Centro-Oeste (271 instituições museológicas) e a região Norte (171 instituições museológicas).

TABELA 3 – Quantitativo de instituições museológicas por Unidades Federativas

UNIDADES FEDERATIVAS	Nº INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS	UNIDADES FEDERATIVAS	Nº INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS
Rondônia	20	Sergipe	36
Acre	24	Bahia	173
Amazonas	48	Minas Gerais	413
Roraima	5	Espírito Santo	72
Pará	50	Rio de Janeiro	316
Amapá	9	São Paulo	638
Tocantins	15	Paraná	300
Maranhão	35	Santa Catarina	246
Piauí	26	Rio Grande do Sul	452
Ceará	148	Mato Grosso do Sul	63
Rio Grande do Norte	72	Mato Grosso	52
Paraíba	89	Goiás	73
Pernambuco	117	Distrito Federal	83
Alagoas	65	TOTAL	3.640

Fonte: Dados obtidos no Cadastro Nacional de Museus (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2015).

Sobre a distribuição dos museus no país, Santos (2004) explica que as regiões Sudeste e Sul são as que mais concentram os museus brasileiros e estes foram recentemente criados, inclusive, por meio do aumento dos investimentos privados nestas instituições. Sobre a concentração populacional nas regiões brasileiras e o número de museus, Santos (2004) esclarece que não existe uma correlação linear, uma vez que a região Sul é bem menos populosa que a Nordeste e concentra grandes índices de museus. A grande quantidade de museus nas regiões Sul e Sudeste parece seguir o critério do poder financeiro – de acordo com o maior valor de Produto Interno Bruto (PIB) produzido – e

cultural – conforme, as menores taxas de analfabetismo e maiores índices de alfabetização (SANTOS, 2004).

O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos foi instituído em 2009 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, [2016?]). O objetivo deste cadastro é fornecer o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)⁶⁴, possibilitando a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, [2016?]). O fornecimento do CODEARQ é permitido apenas para as entidades custodiadoras que permitam acesso ao seu acervo, mesmo que haja algumas restrições (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, [2016?]).

Na pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, em 25 de março de 2016, foi possível identificar 320 entidades custodiadoras, distribuídas pelas Unidades Federativas, de acordo com a Tabela 4. A análise desta Tabela permite inferir que a maior parte das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos está nas regiões Sudeste (151 entidades) e Sul (66 entidades). Em seguida, o maior quantitativo está na região Nordeste (47 entidades). As regiões que possuem o menor quantitativo são a região Centro-Oeste (36 entidades) e a região Norte (20 entidades).

Vale observar que o número total de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos (320) é significativamente menor que o número total de instituições museológicas (3.640). Talvez, esta situação possa ser explicada nos seguintes termos: o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos tem o intuito de fornecer o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ); todavia, sabe-se que muitas instituições que custodiam acervos arquivísticos não realizam a descrição arquivística ou a realizam sem utilizar a NOBRADE; a literatura Arquivística, há autores que defendem a descrição como uma tarefa típica dos arquivos permanentes e há outros autores que defendem que a descrição deve ser feita em todas as etapas do ciclo documental⁶⁵, portanto, não há consenso se a descrição deve ser feita por instituições que custodiam acervos arquivísticos nas fases correntes e intermediárias do ciclo documental;

⁶⁴ A NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006) é uma norma de descrição arquivística, que tem a finalidade de racionalizar e padronizar o tratamento documental no Brasil. De acordo com esta norma, o elemento de descrição “Código de referência” tem por objetivo identificar a unidade de descrição e é composto por três partes principais: código do país, código da entidade custodiadora e código específico da unidade de descrição (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

⁶⁵ Heloisa Liberalli Bellotto (2006) afirma ser a descrição documental uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Para esta autora, a descrição não cabe nos arquivos correntes, ficando estes com o correspondente “plano de classificação”. Por outro lado, a aceitação do modelo da arquivística integrada permitiu o entendimento de que a arquivística se aplica tanto aos arquivos permanentes quanto aos arquivos administrativos (corrente e intermediário) e que ela deve começar desde o momento de criação dos documentos (BONAL ZAZO, 2001).

nem todas as entidades custodiadoras de acervos permitem acesso à documentação, portanto, não solicitam o CODEARQ; o Cadastro Nacional de Museus incentiva o cadastramento, uma vez que, estar cadastrado pode, eventualmente, contabilizar pontuação extra nos editais do IBRAM, o que aumenta o interesse em se cadastrar.

TABELA 4 – Quantitativo de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos por Unidades Federativas

UNIDADES FEDERATIVAS	Nº ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS	UNIDADES FEDERATIVAS	Nº ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS
Rondônia	1	Sergipe	2
Acre	1	Bahia	18
Amazonas	6	Minas Gerais	38
Roraima	1	Espírito Santo	15
Pará	10	Rio de Janeiro	47
Amapá	1	São Paulo	51
Tocantins	0	Paraná	10
Maranhão	1	Santa Catarina	14
Piauí	3	Rio Grande do Sul	42
Ceará	5	Mato Grosso do Sul	5
Rio Grande do Norte	2	Mato Grosso	4
Paraíba	4	Goiás	3
Pernambuco	10	Distrito Federal	24
Alagoas	2	TOTAL	320

Fonte: Dados obtidos no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, [2016?]).

Assim, acredita-se que o número de entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos subestima o número de entidades que custodiam acervos arquivísticos no país. Além disso, não se pode traçar um paralelo entre as instituições presentes no Cadastro Nacional de Museus e no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos com os empregadores dos “Arquivistas e Museólogos” presentes na busca na RAIS/MTE, pois os espaços de trabalho para os Arquivistas e Museólogos são diversos, devido à variedade de funções e atividades exercidas por estes profissionais, principalmente, no caso dos Arquivistas, os quais as atividades transcendem mais acentuadamente o campo da cultura e da memória e abrangem as áreas administrativas, principalmente, no exercício das atividades de gestão documental.

De qualquer forma, conclui-se que esta Família ocupacional é numericamente pequena para a quantidade de espaços que poderiam empregar estes profissionais. Talvez isto também ajude a explicar a grande quantidade de Historiadores nos arquivos e museus. Embora não seja possível identificar, na RAIS, o número de Historiadores⁶⁶ formalmente

⁶⁶ O Historiador (código 2035-20), o Professor de História do Ensino Fundamental (código 2313-25), o Professor de História no Ensino Médio (código 2321-40) e o Professor de História do Ensino Superior

empregados no Brasil, pois eles se encontram no nível da ocupação, a Associação Nacional de História (ANPUH) informou, por *email*⁶⁷, que atualmente são 6.546 associados⁶⁸, um número muito superior ao de “Arquivistas e Museólogos” apresentados na RAIS/MTE.

Retomando a caracterização do perfil de emprego dos “Arquivistas e Museólogos”, pode-se observar, pelos dados da Tabela 5, uma desigualdade de gêneros entre os membros desta Família ocupacional, 64,93% dos profissionais são mulheres e 35,7% são homens. Souza (2011) também constatou um percentual semelhante quanto ao número de mulheres Arquivistas (62%).

TABELA 5 – Número de “Arquivistas e Museólogos” por gênero

Gênero	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Masculino	930	35,07%
Feminino	1722	64,93%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

Quanto à escolaridade dos “Arquivistas e Museólogos”, observa-se, na Tabela 6, que é baixíssimo o número de profissionais que continuaram seus estudos em nível de Pós-Graduação *strictu sensu*. Apenas 2,79% dos profissionais possuem Mestrado e 0,75% possuem Doutorado. Isto revela a possibilidade de um mercado de trabalho promissor para aqueles que desejam seguir carreira acadêmica, uma vez que, neste meio, a maior qualificação tende a ser um diferencial nos processos de seleção.

TABELA 6 – Escolaridade dos “Arquivistas e Museólogos”

Escolaridade	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Superior completo	2558	96,46%
Mestrado	74	2,79%
Doutorado	20	0,75%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

TABELA 7 – Faixa etária dos “Arquivistas e Museólogos”

Faixa etária	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
18 a 24	135	5,09%
25 a 29	447	16,86%
30 a 39	968	36,50%
40 a 49	531	20,02%

Continua

(código 2347-45) encontram-se na RAIS/MTE em nível de ocupação, por isso, não é possível saber individualmente o quantitativo destes profissionais que estão formalmente empregados.

⁶⁷ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Informação n.º Associados**. Mensagem recebida por <thialves@yahoo.com.br> em 29 mar. 2016.

⁶⁸ Podem se associar à ANPUH os graduados em História, os professores (em qualquer nível de ensino), pesquisadores da área de História e áreas afins e os estudantes de Pós-Graduação.

TABELA 7 – Faixa etária dos “Arquivistas e Museólogos”

			Continuação
Faixa etária	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem	
50 a 64	498	18,78%	
Acima de 65	73	2,75%	
Total	2.652	100%	

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

A Tabela 7 apresenta a faixa etária dos “Arquivistas e Museólogos”. Analisando os dados, observa-se que a maioria dos profissionais possui mais de 30 anos (78,05%).

No que concerne à remuneração dos “Arquivistas e Museólogos”, é importante explicar que o salário mínimo (SM), nacionalmente unificado e ajustado periodicamente, é um direito dos trabalhadores, fixado em lei, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo “capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social” (BRASIL, 1988, art. 7º, inciso IV). Em 2014, o valor do salário mínimo nacional era de R\$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais). Entretanto, não existe piso salarial nacional para os Arquivistas e Museólogos. No estado do Rio de Janeiro, em 2014, o piso salarial do Arquivista era de R\$2.231,86 (dois mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos)⁶⁹. Para o ano de 2014, o Conselho Federal de Museologia (COFEM)⁷⁰ sugeriu que o piso salarial do Museólogo, que trabalhasse em jornada de 40 horas semanais, fosse de: R\$ 5.304,00 (cinco mil trezentos e quatro reais), para os profissionais formados há até 8 anos e que possuíssem apenas a Graduação; R\$ 7.904,00 (sete mil novecentos e quatro reais), para os profissionais formados de 8 a 16 anos e que possuíssem Mestrado; R\$ 9.478,00 (nove mil quatrocentos e setenta e oito reais), para os profissionais formados há mais de 16 anos e que possuíssem Doutorado.

TABELA 8 – Faixa de remuneração média (em salários mínimos – SM) dos “Arquivistas e Museólogos”

			Continua
Faixa remuneração média (SM)	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem	
Até 0,50	2	0,08%	
0,51 a 1,00	39	1,47%	
1,01 a 1,50	215	8,11%	
1,51 a 2,00	200	7,54%	
2,01 a 3,00	335	12,63%	
3,01 a 4,00	307	11,58%	
4,01 a 5,00	257	9,69%	
5,01 a 7,00	404	15,23%	

⁶⁹ Este valor estava previsto na Lei estadual nº 6.702/2014. Tal lei foi revogada e entrou em vigor a Lei nº 6.983, de 31 de março de 2015, que estabeleceu o piso de R\$2.432,72 (dois mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos).

⁷⁰ Resolução COFEM nº 02/2014. Disponível em: <<http://cofem.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/05/RESOLUCAO-COFEM-02-2014.pdf>>. Acesso em: 02 abr.2016.

TABELA 8 – Faixa de remuneração média (em salários mínimos – SM) dos “Arquivistas e Museólogos”

Faixa remuneração média (SM)	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Continuação
		Porcentagem
7,01 a 10,00	420	15,83%
10,01 a 15,00	276	10,41%
15,01 a 20,00	121	4,56%
Mais de 20,00	61	2,30%
Não classificado	15	0,57%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

Na RAIS/MTE, o salário informado é o salário básico indicado na Carteira de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, resultante da última alteração salarial, ou o vencimento básico, no caso dos servidores públicos (BRASIL, 2015). Na Tabela 8, é possível identificar que 51,10% dos “Arquivistas e Museólogos” receberam faixas de remuneração média que são inferiores ou iguais a 5 SM; 31,06% receberam faixas de remuneração média que são superiores a 5 SM e inferiores a 10 SM e 17,84% receberam faixas de remuneração média que são superiores a 10 SM. Em números absolutos, a maioria dos “Arquivistas e Museólogos” (420) recebeu de 7,01 a 10,00 SM, o que representava, em 2014, de R\$5.075,24 (cinco mil e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) a R\$7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais).

TABELA 9 – Faixa de horas contratadas (trabalhadas semanalmente) dos “Arquivistas e Museólogos”

Faixa de hora contratada	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Até 12	19	0,72%
13 a 15	5	0,19%
16 a 20	39	1,47%
21 a 30	188	7,09%
31 a 40	1355	51,09%
41 a 44	1046	39,44%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

A Tabela 9 demonstra que 51,09% dos “Arquivistas e Museólogos”, mais de a metade, trabalham de 31 horas a 40 horas semanalmente; 39,44% trabalham de 41 horas a 44 horas e as demais faixas de horas contratadas somam 9,47%.

TABELA 10 – Faixa de tempo de emprego dos “Arquivistas e Museólogos”

Tempo trabalhado	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Continua
		Porcentagem
Menos de 3 meses	191	7,20%
3 meses ou mais e menos de 6 meses	125	4,71%
6 meses ou mais e menos de 1 ano	216	8,14%

TABELA 10 – Faixa de tempo de emprego dos “Arquivistas e Museólogos”

Continuação		
Tempo trabalhado	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
1 ano ou mais e menos de 2 anos	377	14,23%
2 anos ou mais e menos de 3 anos	302	11,39%
3 anos ou mais e menos de 5 anos	398	15,01%
5 anos ou mais e menos de 10 anos	478	18,02%
10 anos ou mais	565	21,30%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

Já na Tabela 10, é possível perceber que a maioria dos trabalhadores da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” não ingressou no trabalho recentemente. A soma das faixas de tempo de emprego inferiores a 2 anos totalizam 34,28%. A maioria dos “Arquivistas e Museólogos” possui 10 anos ou mais de tempo de trabalho (21,30%), seguido de 18,02% com 5 anos ou mais e menos de 10 anos de tempo de trabalho, e depois pelos empregados com 3 anos ou mais e menos de 5 anos de tempo de trabalho; na sequência, apresentam-se os trabalhadores com 2 anos ou mais e menos de 3 anos de tempo de trabalho (11,39%).

Quanto à natureza jurídica do empregador dos “Arquivistas e Museólogos”, a Tabela 11 revela que o principal empregador da Família ocupacional é a “Administração pública”, com 46,95%. O Estado é, portanto, o principal empregador da Família ocupacional. Pena *et al.* (2008, p.211) salientam que é crucial o papel desempenhado pelos empregos públicos nas economias, “pois absorvendo parte significativa da população economicamente ativa, reduz as taxas de desemprego nos ciclos de estagnação da economia produtiva que afetam a indústria e os setores de serviços”. Oliveira e Crivellari (2013) também explicam que há maior estabilidade para os empregados por empresas públicas do que os empregados por empresas sem fins lucrativos ou privadas, uma vez que estas estão mais vulneráveis às crises do livre mercado, quando não ocorre proteção por parte do Estado. Depois da “Administração pública”, a natureza jurídica dos empregadores que mais empregam são as “Entidades empresariais” (37,03%) e as “Entidades sem fins lucrativos” (15,76%). As outras duas categorias de natureza jurídica, “Pessoas físicas” e “Instituições extraterritoriais” somam apenas 0,26%.

TABELA 11 – Natureza jurídica do empregador dos “Arquivistas e Museólogos”

Natureza jurídica do empregador	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Administração pública	1245	46,95%
Entidades empresariais	982	37,03%
Entidades sem fins lucrativos	418	15,76%
Pessoas físicas	5	0,19%
Instituições extraterritoriais	2	0,07%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

O *International Council of Museums* (ICOM) preconiza que os museus, por definição, são Entidades sem fins lucrativos (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Mas, não é possível dizer que são Museólogos todos os 418 “Arquivistas e Museólogos” cuja natureza jurídica do empregador é “Entidades sem fins lucrativos”, pois pode haver arquivos e Arquivistas em Entidades sem fins lucrativos. Além disso, os Museólogos podem ser empregados, por exemplo, em museus mantidos por entidades públicas, privadas, etc, sendo outra a natureza jurídica do empregador. Mas pode-se supor que alguns Museólogos estejam empregados nestas “Entidades sem fins lucrativos”.

No que diz respeito ao vínculo empregatício dos “Arquivistas e Museólogos”, a Tabela 12 indica que 55,54% são celetistas, 42,65% são estatutários, 1,17% temporários e 0,64% contratados. Portanto, 98,19% dos “Arquivistas e Museólogos” são celetistas ou estatutários. É importante ressaltar que a Administração Pública também contrata através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente, nas sociedades de economia mista, nas empresas públicas e nas fundações de direito privado.

TABELA 12 – Tipo de vínculo empregatício dos “Arquivistas e Museólogos”

Tipo de vínculo empregatício	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Celetista ⁷¹	1473	55,54%
Estatutário ⁷²	1131	42,65%
Temporário ⁷³	31	1,17%
Contratado ⁷⁴	17	0,64%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

⁷¹ Na categoria de celetista, somam-se: o trabalhador urbano com contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado, vinculado a empregador pessoa jurídica; o trabalhador urbano com contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado, vinculado a empregador pessoa física; o trabalhador rural com contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.899/1973, por prazo indeterminado, vinculado a empregador pessoa jurídica; o trabalhador rural com contrato de trabalho regido pela Lei nº 5.899/1973, por prazo indeterminado, vinculado a empregador pessoa física; o trabalhador urbano com contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo determinado ou obra certa, vinculado a empregador pessoa jurídica (BRASIL, 2015).

⁷² Na categoria de estatutário, somam-se: o servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio da Previdência; o servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Geral de Previdência Social; o servidor público não efetivo (demissível *ad nutum* ou admitido por meio de legislação especial, não regido pela CLT) (BRASIL, 2015).

⁷³ O trabalhador temporário é aquele regido pela Lei nº 6.019/1974 (BRASIL, 2015).

⁷⁴ Existem várias formas de contrato, mas nesta categoria de contratado, somam-se o trabalhador com: contrato de trabalho por prazo determinado, regido pela Lei nº 9.601/1998; contrato de trabalho por tempo determinado, regido pela Lei nº 8.745/1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849/1999; contrato de trabalho por prazo determinado, regido por lei municipal (BRASIL, 2015).

TABELA 13 – Tamanho do estabelecimento empregador (número de empregados) dos “Arquivistas e Museólogos”

Nº empregados	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Até 4	46	1,73%
De 5 a 9	80	3,02%
De 10 a 19	140	5,28%
De 20 a 49	178	6,71%
De 50 a 99	166	6,26%
De 100 a 249	356	13,42%
De 250 a 499	309	11,65%
De 500 a 999	267	10,07%
1.000 ou mais	1110	41,86%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

A Tabela 13 mostra que os “Arquivistas e Museólogos” estão empregados, em sua maioria, em estabelecimentos de grande porte, sendo 41,86% empregados em estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados. Esta situação é um indicativo de maior estabilidade e de melhores perspectivas na carreira, pois as pequenas empresas possuem maior dificuldade para reagirem em situações de crise, e o quadro funcional reduzido resulta em menores chances de oferecer estabilidade e progressão na carreira (OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013).

Sobre as áreas de atuação (atividades) dos empregadores dos “Arquivistas e Museólogos”, as informações da Tabela 14 revelaram que, do total de 2.652 “Arquivistas e Museólogos” empregados formalmente em 2014, 51,54% dos profissionais estão empregados em apenas dois setores econômicos⁷⁵: “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” (780 profissionais, o que representa 29,41% do total) e “Educação” (587 profissionais, o que representa 22,13% do total). Outros setores que se destacam, com 100 ou mais profissionais, são: “Atividades Administrativas e Serviços Complementares” (196 profissionais); “Atividades Profissionais Científicas e Técnicas” (192 profissionais); “Informação e Comunicação” (170 profissionais); “Outras Atividades de Serviços” (155 profissionais) e “Saúde Humana e Serviços Sociais” (110 profissionais).

TABELA 14 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos “Arquivistas e Museólogos”

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Porcentagem
Administração pública, defesa e seguridade social	780	29,41%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11	0,41%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3	0,11%
Alojamento e alimentação	10	0,38%

Continua

⁷⁵ A pesquisa apontou vinte setores econômicos, no nível seção da CNAE, que empregam formalmente a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”.

TABELA 14 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos “Arquivistas e Museólogos”

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Nº “Arquivistas e Museólogos”	Continuação
		Porcentagem
Artes, cultura, esporte e recreação	84	3,17%
Atividades administrativas e serviços complementares	196	7,39%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	47	1,77%
Atividades imobiliárias	13	0,49%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	192	7,24%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	50	1,89%
Construção	88	3,32%
Educação	587	22,13%
Eletricidade e gás	17	0,64%
Indústrias de transformação	62	2,35%
Indústrias extrativas	21	0,79%
Informação e comunicação	170	6,41%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4	0,15%
Outras atividades de serviços	155	5,84%
Saúde humana e serviços sociais	110	4,15%
Transporte, armazenagem e correio	52	1,96%
Total	2.652	100%

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

Na pesquisa de Souza (2011), a “Administração pública, defesa e seguridade social” e “Educação” também foram identificadas como as principais atividades dos empregadores dos Arquivistas. A autora também indica que a profissão de Arquivistas é caracterizada por ser uma atribuição pública.

A fim de conhecer mais aprofundadamente onde os “Arquivistas e Museólogos” estão sendo mais empregados, buscou-se, nas bases estatísticas da RAIS/MTE, cruzar as informações do quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados na “Administração pública, defesa e seguridade social” e na “Educação” com as informações sobre a natureza jurídica do empregador. Este cruzamento de dados está consolidado na Tabela 15.

TABELA 15 – Natureza Jurídica do Empregador e quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados nos setores “Administração pública, defesa e seguridade social” e “Educação”

Natureza jurídica do Empregador	Continua	
	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação
Poder Executivo Federal	157	0
Poder Executivo Estadual ou Distrito Federal	130	7
Poder Executivo Municipal	303	0
Poder Legislativo Estadual ou Distrito Federal	26	0

TABELA 15 – Natureza Jurídica do Empregador e quantitativo de “Arquivistas e Museólogos” empregados nos setores “Administração pública, defesa e seguridade social” e “Educação”

Natureza jurídica do Empregador	Continuação	
	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação
Poder Legislativo Municipal	12	0
Poder Judiciário Federal	24	0
Autarquia Federal	53	293
Autarquia Estadual ou Distrito Federal	5	79
Autarquia Municipal	3	1
Fundação Federal	9	77
Fundação Municipal	32	0
Órgão Público Autônomo Estadual ou Distrito Federal	2	0
SA Fechada	0	1
Sociedade QT Ltda	0	12
Sociedade Simples Ltda	0	17
Outros Fundação Privada	24	42
Serviço Social Autônomo	0	9
Outras Organizações - Associação Privada	0	49
Total	780	587

Fonte: Dados obtidos da base estatística RAIS/MTE (BRASIL, 2014a).

A Tabela 15 revela que o principal empregador dos “Arquivistas e Museólogos” é a administração pública, nos setores econômicos “Administração pública, defesa e seguridade social” e “Educação”. O Poder Executivo é o que mais emprega “Arquivistas e Museólogos”, os quais atuam no setor econômico “Administração pública, defesa e seguridade social”. Brito (2014) apontou que, até 2013, nas entidades do Poder Executivo Federal que integram o SIGA, havia 133 pessoas com Graduação em Arquivologia. O setor econômico “Educação”, por seu turno, emprega mais “Arquivistas e Museólogos” nas Autarquias. Conhecer a “natureza jurídica do empregador” dos setores econômicos que mais empregam “Arquivistas e Museólogos” permite afirmar que esta Família ocupacional é composta, em sua maior parte, por servidores públicos.

5 CONCLUSÕES

O posicionamento dos “Arquivistas e Museólogos” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o perfil de emprego destes profissionais foram discutidos, nesta pesquisa, a partir da contextualização do sistema profissional como um todo e dentro do percurso histórico destas profissões. Conhecer as trajetórias ocupacionais dos Arquivistas e dos Museólogos poderá auxiliar e orientar a formulação e implementação de políticas públicas de formação e emprego para estes profissionais.

Na versão de 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações, os profissionais Arquivistas e Museólogos encontram-se: no Grande grupo “Profissionais das Ciências e das Artes” (código 2); no Subgrupo principal “Comunicadores, Artistas e Religiosos” (código 26); no Subgrupo “Profissionais da Comunicação e da Informação” (código 261); na Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” (código 2613), que agrega as ocupações de Arquivista (código 261305) e Museólogo (código 261310).

“Arquivistas e Museólogos” se posicionam, na CBO, em uma mesma Família ocupacional, por motivos pragmáticos. Embora não haja consistência teórica e metodológica para esta junção, ela se fez necessária para cumprir os objetivos práticos propostos pela Classificação Brasileira de Ocupações e pela inexpressividade numérica da Família ocupacional. Portanto, não foi a predominância do paradigma custodial, nem de outras interfaces entre a Arquivologia e a Museologia, que resultou nesta junção. A reunião destes profissionais em uma mesma Família ocupacional também pode ser explicada pelo uso, mesmo que adaptado, da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1988, (CIUO 88) como referência, uma vez que esta classificação internacional agrega os Arquivistas e os Museólogos no Grupo Primário *Archiveros y conservadores de museos* (*Archivists and curators*).

Embora haja algumas interfaces entre a Arquivologia e a Museologia, os profissionais destas áreas possuem distintos objetos de trabalho e atribuições específicas no mercado. As áreas de atividades nas quais os Arquivistas e os Museólogos têm direito de controlar a prestação de serviços estão legalmente estabelecidas, ou seja, há uma fixação da jurisdição profissional, através das leis que regulamentam estas profissões, mas, ainda assim, existem disputas interprofissionais que marcam o campo destas profissões. Esta diferença entre as atribuições de cada profissão e a defesa do monopólio do espaço profissional ficaram evidentes no confronto discursivo sobre a unidade da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”, que ocorreu entre os especialistas participantes das fases de descrição e de validação desta Família ocupacional.

A Classificação Brasileira de Ocupações padroniza a linguagem ocupacional e isto é muito importante, pois a formulação de políticas públicas consistentes depende da

qualidade das informações que recebem seus formuladores (NOZOE *et al*, 2003). Mas para ser uma ferramenta realmente útil, estas informações, além de padronizadas, precisam estar atualizadas com a realidade de trabalho. Ao conhecer, sistematizar e classificar o mercado de trabalho brasileiro, a CBO estabelece parâmetros que informam e representam as relações sociais, políticas e econômicas do país (SEGNINI *apud* SUGIMOTO, 2004).

As classificações, muitas vezes, possuem um cunho prático que nem sempre acompanha as mudanças dos discursos teóricos e epistemológicos dos campos. Além disso, as situações e condições de trabalho são alteradas por vários motivos, como, por exemplo, pela globalização, pela inserção de novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade e pelas novas formas de organização do trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Estas mudanças afetam o conceito de ocupação, que se modifica, e, por isso, as classificações de ocupação necessitam de constantes atualizações e revisões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). A Classificação Brasileira de Ocupações é muito utilizada nos planos de cargos e salários, mas seu uso equivocado, como, por exemplo, na descrição ou atribuição de cargos nos editais de concurso público, prejudica os profissionais em questão. Assim, a atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, de forma a aprimorá-la e a favorecer seu uso correto, é uma forma de identificar e reconhecer as profissões, favorecendo a valorização e a afirmação da identidade profissional.

Em futuras oportunidades de revisão da CBO, esta pesquisa poderá apoiar e orientar eventuais alterações. Este estudo também poderá motivar a ação das organizações profissionais para formular uma demanda de revisão da CBO. Ademais, poderá contribuir para estudos sobre o conhecimento da identidade profissional e o reconhecimento das profissões de Arquivistas e de Museólogos, além de prover informações para as instituições acadêmicas de formação profissional, para as organizações profissionais, para os empregadores e para os profissionais.

Pelos dados da RAIS/MTE apresentados, pode-se inferir certo perfil de quem são e onde estão empregados formalmente os 2.652 “Arquivistas e Museólogos”. A maioria desta Família ocupacional está empregada nas seguintes Unidades Federativas: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os “Arquivistas e Museólogos” são compostos majoritariamente por mulheres; por pessoas que não deram continuidade aos estudos em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*, estão na faixa etária de 30 a 39 anos, possuem faixa de remuneração média mais frequente de 7 a 10 salários mínimos, trabalham de 31 a 40 horas semanais, estão empregadas por tempo igual ou superior a 10 anos, e possuem o vínculo de trabalho celetista. O empregador mais frequente entre os “Arquivistas e Museólogos” é a Administração pública, os estabelecimentos com

1.000 ou mais empregados e os que atuam no ramo da atividade econômica “Administração pública, defesa e seguridade social”.

Os dados estatísticos sobre a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” são pouco divulgados, portanto, a apresentação destes dados da RAIS/MTE foi importante para abrir caminhos para trabalhos com maior aprofundamento teórico. Ao caracterizar o perfil de emprego da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” a partir dos dados da RAIS/MTE, esta pesquisa inovou em procedimento metodológico, ampliou o conhecimento sobre esta Família ocupacional e demonstrou a utilização da Classificação Brasileira de Ocupações nos registros administrativos do Governo. Todavia, os dados agregados pouco revelam sobre o perfil de emprego de cada profissional e é latente a necessidade de melhor conhecer o mercado de trabalho destes profissionais de forma desagrupada, a fim de observar as homogeneidades e heterogeneidades destes trabalhadores, que, talvez, fiquem encobertas nos dados agregados.

Do ponto de vista das políticas públicas, ficou evidente a grande dificuldade de se viabilizarem propostas sobre formação e emprego para Arquivistas e Museólogos, quando os dados quantitativos das duas profissões são agrupados em uma mesma Família ocupacional. Neste caso, levantam-se hipóteses de que: muitos Museólogos trabalhem em condições de informalidade nos museus brasileiros (DAMASCENO, 2015) e em Curadorias, por meio de ocupação informal, que, em geral, é um trabalho precário, caracterizado pela instabilidade no vínculo empregatício (trabalho temporário, terceirização e subcontratação), informalidade, baixa remuneração e baixa qualificação (BRAGA, 2012⁷⁶ *apud* DAMASCENO, 2015); a maioria do trabalho arquivístico ocorra em regime de trabalho formal, em atividades burocráticas da administração pública, sendo, portanto, o Arquivista, e não o Museólogo, o principal representante da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” nos dados da RAIS/MTE. Só a desvinculação das duas profissões e/ou dos dados estatísticos correspondentes permitiria a comprovação destas hipóteses e uma completa observação da realidade.

A partir dos desdobramentos destas conclusões, esta dissertação encerra-se elencando algumas recomendações (sugestões) de temas para pesquisas futuras:

- ✓ pesquisar nas fontes primárias da Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, os documentos referentes ao estudo de escopo da Família ocupacional “Profissionais da Informação”, com o intuito de verificar se foi discutida a inclusão das ocupações de Arquivistas e Museólogos junto a esta Família ocupacional; em caso afirmativo, analisar se houve rejeição quanto a esta inclusão, por parte dos

⁷⁶ BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

especialistas participantes da descrição e da validação da Família ocupacional “Profissionais da Informação”;

- ✓ investigar, pormenorizadamente e de forma desagregada, o mercado de trabalho dos Arquivistas e dos Museólogos, no que diz respeito ao trabalho formal e ao informal;
- ✓ buscar conhecer qual é a percepção dos Arquivistas e dos Museólogos sobre a junção destas profissões em uma mesma Família ocupacional;
- ✓ entrevistar os participantes especialistas que formaram os comitês de descrição e validação da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” para saber qual é o posicionamento de cada um sobre os trabalhos da Classificação Brasileira de Ocupações;
- ✓ verificar se as Grandes Áreas de Competências (GACs) estabelecidas pela Classificação Brasileira de Ocupações são condizentes com a realidade do mercado de trabalho e com a formação dos profissionais Arquivistas e Museólogos;
- ✓ confrontar a visão dos profissionais Arquivistas e Museólogos sobre a prática vivenciada no exercício da profissão e a versão oficial do que é o campo de trabalho apontado pela Classificação Brasileira de Ocupações;
- ✓ explorar as possibilidades de estudo para a Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” nas bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, como, por exemplo, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), como também nas bases estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e no Censo Demográfico (CENSO);
- ✓ discutir os impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação no campo profissional dos Arquivistas e dos Museólogos, abordando as novas competências e desafios demandados;
- ✓ realizar pesquisas qualitativas com os egressos dos cursos de Arquivologia e Museologia e com os representantes das categorias de representação profissional para conhecer este mercado de trabalho;
- ✓ conhecer quem são os profissionais que atuam nos arquivos;
- ✓ pesquisar sobre a metodologia utilizada para os trabalhos da CBO 1994 e compará-la com a metodologia utilizada na CBO 2002;
- ✓ buscar, na RAIS/MTE, os dados sobre o perfil de emprego “Profissionais da informação” e compará-los com os dados que dizem respeito aos “Arquivistas e Museólogos”.

REFERÊNCIAS

ABADAL FALGUERAS, E. **La Documentación en España**. Madrid: Cindoc/Fesabid, 1994.

ABBOTT, Andrew. **The System of Profession: An Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ALMEIDA, Nilo Mattos de. **Casa do Olhar, Museu de Santo André e Sabina: possibilidades para um plano de gestão de acervo em rede**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, Memória e Formação do Profissional Arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun., 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2366/1/AN-2006-40.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

_____. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jul./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4744/5885>>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-54, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppqpmus/article/viewFile/159/199>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MEDEIROS, Nilcéia Lage; NODARE, Thaís. As relações do conhecimento produzido na área de arquivologia com a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 44-53, maio/ago., 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1795>. Acesso em: 02 set. 2013.

ASSIS, Maria Elisabete Arruda. Museus, que mercado é esse? In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Comunicações...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p.1-14. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_Maria_Elisabete_Arruda_de_Assis_Museus_que_mercado_e_esse.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **O perfil profissional dos Historiadores atuantes em arquivos**. São Paulo: ANPUH, 2012. Não paginado. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/pdfs/documento_final_do_encontro.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-30, 2.sem., 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=115&limit=20&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=397>. Acesso em: 19 maio 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Arquivista na sociedade contemporânea. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 299-306. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BONAL ZAZO, José Luis. **La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas**. Gijón: Trea, 2001.

BONELLI, Maria da Glória. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 31-61, 2.sem., 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=115&limit=20&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=397>. Acesso em: 19 maio 2014.

BOURDIEU, P. A. **Economia das trocas simbólicas**. 7.ed. I. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. Le capital social – notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [S.l.], n. 31, p. 2-3, jan. 1980.

BOYER, Robert. A arte do judoca. In: ENCREVÉ, P; LAGRAVE, R-M. (Org.). **Trabalhar com Bourdie**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 271-283.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007.

_____. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1951.

_____. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1975.

_____. Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1939.

_____. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 1950.

_____. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978.

_____. Lei nº 7.287, de 18 de novembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1984.

_____. Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 jul. 1986.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece os princípios da Lei nº.7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. . **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1991b.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002c.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jan. 2009a.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jan. 2009b.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Memória e Cidadania. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. **E-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília: Ministério da Educação, [2014?]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº492, de 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 01 maio 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 20**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. Brasília: Ministério da Educação, 2002d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base CBO**. Grupo de Base Bibliotecários, arquivologistas e museólogos. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, s/d. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=9&gb=1>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014a. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do Emprego Formal: Relação Anual de Informações Sociais - 2014**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014b. 24 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F4D225D014FB3757F852753/Caracter%C3%ADsticas%20do%20Emprego%20Formal%20segundo%20a%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20Anual%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20Sociais%202014%2031082014.pdf>>. Acesso: 28 mar. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?a]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. Buscas por Título. Arquivistas e museólogos**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?b]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO 2002. Informações Gerais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, [2002?c]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=MASd9NwTA0LTlsIDzm1v88Xr.slave13:mte-230-cbo-01>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2010a. Não paginado. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública de Parcerias SPPE/MTE Nº 22/2010**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE35B079A48CB/chp_SPPE_22_2010.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **[Estudo de escopo que subsidiou a inclusão da Família Ocupacional "Arquivistas e Museólogos" na Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002]**. São Paulo: Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações, 2000-2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**: ano-base 2014 Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. 49 p. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=FF8080814BCC383D014C514E43812D48>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 397**, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo o território nacional e autoriza sua publicação. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002a. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/legislacao.jsf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Portaria nº 467, de 20 de novembro de 2002. Regimento Interno da Comissão Nacional de Classificação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 nov. 2002b. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/pt/concla-apresentacao/regimento-interno>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. Projeto de Lei nº 4.699, de 09 de novembro de 2012. Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2FB9F5BFC32808E3F51E4773CDED59CE.proposicoesWeb1?codteor=1038347&filename=PL+4699/2012>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRITO, Djalma Mandu de. **Gestão de documentos**: uma proposta de curso de capacitação a distância para o Poder Executivo Federal. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRUHNS, Katianne. Museus enquanto aparelhos ideológicos de Estado: algumas reflexões. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, a. 18, n. 21, p. 179-192, jun., 2005. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2277/1358>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 25, n. 25, p. 5-20, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/419/324>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Teoria Museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 10, p.13-21, 1997. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/297/206>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.); ARAÚJO, Marcelo Mattos (Colab.); COUTINHO, MARIA Inês Lopes. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v.1.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos de Lei e outras proposições. PL 4699/2012**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CHAGAS, Mario de Souza. A formação profissional do museólogo: 7 imagens e 7 perigos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2, n. 2, p. 81-90, 1994. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/539/442>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 13, p. 19-28, 1999.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, n. 94 (Supplement), p. S95-S120, 1988.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS. **Nova Tabela das Áreas do Conhecimento**. Brasília: CNPq; CAPES; FINEP, 2005. Disponível em: <http://www.ppq.uema.br/uploads/files/cee-areas_do_conhecimento.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. **Profissionais registrados nos COREMs**. São Paulo: Conselho Federal de Museologia, s/d. Disponível em: <http://cofem.org.br/?page_id=35>. Acesso em: 31 jan. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em 02 abr. 2016.

_____. **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2016?]. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/entidades-custodiadoras/o-cadastro.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. Brasília, DF: CNPq, 1999. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área 2013**. Área de Avaliação: Ciências Sociais Aplicadas I. Brasília: CAPES, 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. **História e Missão**. Brasília: CAPES, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Plataforma Sucupira**. Brasília: CAPES, [2016?]. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. Brasília: CAPES, 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_07_2012.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Brasília: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 12 maio 2014.

COSTA, Beatriz Rezende Marques; VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Responsabilidade social dos Conselhos Profissionais**. Brasília: Câmara dos Deputados; Consultoria Legislativa, 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1714>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

COSTA, Larissa Candida. **Entre a formação e o trabalho**: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1720/1/Dissert_Larissa%20Costa.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. Entre a Formação e o Trabalho: o Arquivista Diante das Novas Demandas Sociais e Organizacionais em Matéria de Informação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da (Org.). **Arquivologia**: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012. p. 125-150.

COSTA, Ludmila Leite Madeira da; LIMA, Diana Farjalla Correia. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/26/216>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; CUNHA, Miriam Vieira da. Os bibliotecários como profissionais da informação: estratégias e paradoxos de um grupo profissional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 28, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Reflexões sobre o grupo de trabalho (GT-6) do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – Informação, educação e trabalho: um olhar a partir da sociologia das profissões e da sociologia do trabalho. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 135-154, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/20>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Qué es un archivero**. Gijón (Astúrias): Ediciones Trea, 2009.

CUNHA, Miriam Vieira de; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

CURY, Marília Xavier. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.18, n. 21, p. 45-74, 2005.

DAMASCENO, Wagner Miquéias Felix. A situação dos museólogos brasileiros: uma análise sobre trabalho e precarização. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA, 6., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2015. p.1-17. Disponível em: <http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AN4B.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. V-VI, série I, p.141-151, 2006-2007. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem.** Niterói: Muiraquitã, 1994.

FARIA, Sueli; OLIVEIRA, Vanda Fulgêncio de; FORNER, Liliane; D'ASTUTO, Floriana. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/647/568>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

FERREIRA, Rodrigo Nunes; MATOS, Ralfo. Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial de trabalhadores. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber. **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 137-162.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. **Caderno de Textos. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999a. Não paginado. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/formao_e_capacitao_profissional_e_a_producao.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago., 1999b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FREIDSON, Eliot, **O Renascimento do Profissionalismo.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000.

_____, **Professionalism, the Third Logic.** Cambridge: Polity Press, 2001.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Formandos Biblioteconomia – 1979.** São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, s/d. Disponível em: <<http://www.fespsp.org.br/egressos/turmas/BIBLIO/Biblioteconomia-1979.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun, 1995b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 4, p. 1360-1380, 1973.

_____. **Getting a Job: a Study of Contacts and Careers**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.); ARAÚJO, Marcelo Mattos (Col.); COUTINHO, MARIA Inês Lopes (Col.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a, v. 1. p. 215-223.

_____. Sistema da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.); ARAÚJO, Marcelo Mattos (Col.); COUTINHO, MARIA Inês Lopes (Col.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b. v. 1., p. 127-136.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERTÃO PERNAMBUCANO. **Edital de Concurso Público nº10, de 12 de maio de 2010**. [S.l.]: IF-SERTÃO-PE, 2010. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/concurso/if-sertao-pernambucano-pe-68-vagas>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

_____. Comissão Nacional de Classificação. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Comissão Nacional de Classificação, 2015. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes>>. Acesso em: 31 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em números**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 240 p. v. 1. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2014. 142 p. v. 2. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_DimensaoEconomica_Ibram2014.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Cadastro Nacional de Museus**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus; Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Bienvenidos a ICOFOM**. [S.l.]: ICOM, 2010. Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/bienvenidos/bienvenidos-a-icofom/L/1/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Comité Internacional para la formación del personal.** [S.l.]: ICOM, 2010-2012a. Disponível em: <<http://icom.museum/los-comites/comites-internacionales/comites-internacionales/comite-internacional-para-la-formacion-del-personal/L/1/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Misiones.** [S.l.]: ICOM, 2010-2012b. Disponível em: <<http://icom.museum/la-organizacion/misiones/L/1/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Estatutos del ICOM.** Viena: ICOM, 2007. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_spa.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **The ICOM Code of Professional Ethics.** Paris: ICOM, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code_ethics2013_eng.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 29, n. 3, p. 197-210, 1995. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/13845/fontes-de-informacao-socio-demografica-para-planejamento-no-setor-publico/i/pt-br>>. Acesso em: 23 jun 2015.

_____. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos.** 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino; LOUREIRO, Mônica de Fátima. Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000. **Transinformação**, Campinas, v.15, n. 3 (Edição Especial), p. 23-44, set./dez., 2003. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1459>>. Acesso em 25 jun. 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Duas décadas de conjuntura econômica, de (des)emprego industrial e de inserção dos profissionais da informação no mercado de trabalho. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 111-129, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1520/1494>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

JARDIM, José Maria. A formação do arquivista na sociedade da informação. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.** Lisboa, n. 7, 2001. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/707/706>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; RONCAGLIO, Cynthia (Org.). **A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.** Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.

_____. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói: EDUFF, 1999.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2015.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

LOPEZ. André Porto Ancona. A Formação do Arquivista no Brasil: Notas para um Debate. In: VALENTIM (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura. Acadêmica, 2012. p. 181-196.

LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: análise da inserção no mercado de trabalho brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 23-48, maio/ago., 2007.

_____. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/696/676>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 137-149.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p.189-222.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A Arquivologia no Brasil: Algumas Considerações Históricas e sua Configuração Atual. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da (Org.). **Arquivologia: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012. p. 21-36.

_____. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011.339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A configuração da pesquisa em Arquivologia no Brasil: delineamentos dos seus espaços e temáticas. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; RONCAGLIO, Cynthia (Org.). **A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: Thesaurus, 2011. p.77-107.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MENSCH, Peter Van; POUW, Piet J. M; SCHOUTEN, Frans F. J. Metodologia da Museologia e treinamento profissional. Tradução de Elizabeth Carbone Baez. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 57-65, 1990.

MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores Arquivistas e Arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. Os Arquivos e o ofício do Historiador In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FURG, 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MORAES, Nilson Alves de. Conversando com e sobre Bourdieu: museu e poder simbólico. **Revista Eletrônica Jovem Museologia**, v. 1, n. 1, 2006. p. 39-48.

_____. Políticas públicas, políticas culturais e museus no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, [Rio de Janeiro], v. 2, n.1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/46/26>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MORAES, Nilson Alves de; SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Museu e patrimônio: políticas e conhecimento. **Museologia e Patrimônio**, [Rio de Janeiro], v.6, n.2, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/310/252>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação sob a ótica de Abbott - proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação: espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54.

NEGRI, João Alberto de; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; ARBACHE, Jorge Saba. **Mercado Formal de Trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0840.pdf>. Acesso em 18 jun. 2015.

NEVES, Jorge Alexandre; HELAL, Diogo Henrique. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 61-71.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000300023&script=sci_arttext#tx11>. Acesso em 17 jun. 2015.

NUNES, Gilson Antônio; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS: identidades e comunicação, 2, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2010. Disponível em: <http://www.arquimuseus.org.br/anais-seminario_2010/eixo_ii/p2-artigo_gilson_ana_cristina_alberto_formatado.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert de; COSTA, Carlos Alberto Santos; NUNES, Gilson Antônio. Perfil dos cursos de graduação em Museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Lourdes de; OLIVEIRA, Luciana Monteiro (Org.). **Sendas da Museologia**. Ouro Preto: UFOP, 2012. p. 41-65.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. A Formação do Arquivista na Universidade de Brasília e as Habilidades Profissionais Demandadas pelo Mercado de Trabalho da Capital Federal. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da (Org.). **Arquivologia: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e aceso**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012. p. 99-123.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de. **Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seus efeitos na formação, atuação e reconhecimento profissional**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Reconhecimento e estabilidade profissional: estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de Tecnologia da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/254/378>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conheça a ONU**. [S.l.]: ONU, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Patrimônio Mundial**. [S.l.]: UNESCO, 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones. Página de Entrada**. Suíça: CIUO, 2005. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEDRO LORENTE, Jesús. **Manual de historia de la museología**. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 2012.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da Informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1992-2005**. 2007. 165 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. O Mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: FUJITA, M. S. L.; LARA, M. L. G de; MARTELETO, R. M. (Org.). **A Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de Produção, Acesso e Disseminação da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 207-218.

PORTES, A. Social Capital: its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 21, n. 1, p. 1-12, 1988.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PRIMO, Judite Santos. Documentos básicos de Museologia: principais conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [Lisboa], n. 41, 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2642/201>. Acesso em: 08 fev. 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAMOS, José Alimatéia de Aquino. **As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI-UFMG**. 2013. 197 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2013.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, ano 7, n. 24, abr./jun. 2006. Não paginado. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 01 fev. 2016.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas: Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm. Acesso em: 09 jun. 2014.

RIBEIRO, F. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 419-440. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Reconhecimento das profissões da informação: uma leitura a partir de Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://repositorios.questoesemred.e.uff.br/repositorios/handle/123456789/1827>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Apresentação. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; RONCAGLIO, Cynthia (Org.). **A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011. p.11-16. (I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia).

RODRIGUES, Maria de Lurdes. As profissões e a democracia. **Pro-posições**, Campinas, v. 17, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/49_artigos_rodriguesml.pdf. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. **Sociologia das profissões**. Oeiras (Portugal): Celta, 2002.

RONCAGLIO, Cynthia. Por uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 89-98.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma Abordagem teórica da diplomática Arquivística Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 31-58, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/623/495>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SANTOS, André Filipe Pereira Reis dos. Principais abordagens sociológicas para análises das profissões. **BIB**, São Paulo, n. 71, p. 25-43, 1.sem., 2011. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&qid=1139&Itemid=435. Acesso em: 25 jan. 2016.

SANTOS, Marcelo Jesus dos. A doação de processos judiciais findos: uma abordagem arquivística e legal. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 157-171, jan./jun. 2006.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A formação do museólogo e seu campo de atuação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 18, n. 18, p. 169-198, 2002. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/365>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [São Paulo], v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/0D/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

_____. A pesquisa em Arquivologia no Brasil e os centros não universitários: apontamentos para um debate. In: MARIZ, Ana Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Vania Carvalho Rôla. **Gestão, informação e comunicação museológica: um estudo comparativo entre pequeno e médios museus brasileiros e franceses**. 2011. 267 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/6/19>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. O museu como processo. In: JULIÃO, Leticia (Coord.); BITTENCOURT, José Neves (Org.). **Caderno de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições e ação educativa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Superintendência de Museus, 2008. p. 34-47.

SILVA, Armando Barreiros Malheiros da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183?mode=full>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. A transição paradigmática e o posicionamento da museologia face à ciência da informação transdisciplinar. In: DUARTE, Zeny (Org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 17-38.

SILVA, Eliezer Pires da. A Noção de Informação Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da (Orgs.). **Arquivologia: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012. p. 37-68.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 99-113.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. **IBERSID: revista de sistemas de información y documentación**, v. 3, p. 281-289, 2009. Disponível em: <<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3751>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Ciência e Humanismo na Formação do Arquivista. **Ponto de Acesso: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 107-116, 2007. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1391/873>>. Acesso em: 01 maio 2014.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – O que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000a. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/399/373>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000b. p. 119-134.

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: Interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713/1464>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. O papel do estágio na formação do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói: UFF, 1999.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

_____. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 129-159.

SUGIMOTO, Luiz. O ofício de cada um. **Jornal da Unicamp**, Campinas, n. 256, jun. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju256pag03.html>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [Florianópolis], v. 18, n. 37, p. 83-102, maio/ago., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83/25333>>. Acesso em: 28 set. 2014.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção do conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. **Museu e museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-82.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto C. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: IX CONGRESS ISKO-ESPAÑA – New Perspectives for the organization and dissemination of knowledge, 9, 2009, Valencia. **Actas del IX Congreso ISKO España**, Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, v.1, 2009. p. 23-35. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47_Bolfarini.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar., 2011. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Cultura, mercado e políticas públicas: breves considerações históricas. **Revista Eletrônica Jovem Museologia**: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio, a. 2, n. 4, 2 sem. 2007. p. 5-18. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/76cd3d_5ae027b29b6a478aade5d57b3615aece.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

TOMÁS, Maria Carolina; XAVIER, Flávia Pereira; DULCI, Otavio Soares. Interface dos capitais humano, cultural e social na situação ocupacional e nos rendimentos dos indivíduos. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 73-100.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Deliberações, recomendações e monção. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2010/11/I-REPA-RECOMENDAES.pdf.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital nº 001/2013 – PROGEP**. Santa Maria: UFSM, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/concurso/0012013/arquivos/edital_0012013.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Bibliotecas, Arquivos e Museus: agentes de universalização do conhecimento. In: DUARTE, Zeny (Org.). **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 339-374.

WEBER, Max. Natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática. In: _____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1999. p. 198–233.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias. Concepção de Arquivo no contexto pós-moderno: um diálogo com a Arquivologia Pós-Custodial. In: Seminário em Ciência da Informação, 5, 2013, Londrina. **Anais do V SECIN**, Londrina, 2013. p. 352-369. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013/paper/view/115>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

APÊNDICE A

A justificativa da inclusão deste apêndice neste trabalho encontra-se na nota de rodapé de número 60, do capítulo *Perfil de Emprego Formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”* (item 4.2), desta dissertação.

Solicitou-se, por *email*, à Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) e ao Conselho Regional de Museologia da 2ª Região (COREM 2R), que dessem ampla divulgação, aos associados e registrados respectivamente nestas instituições, do questionário de pesquisa intitulado “Mercado de Trabalho Formal do Arquivista e do Museólogo”. As duas instituições atenderam prontamente a este pedido e o questionário esteve disponível para preenchimento *online*⁷⁷, nos períodos de 30 de novembro a 31 de dezembro de 2015 e de 15 a 29 de fevereiro de 2016. Encontra-se, abaixo, transcrito o texto de apresentação do questionário:

“Belo Horizonte, dezembro de 2015.

Prezado(a) Senhor(a),

*Convidamos o(a)s senhores(as) a participar da pesquisa **Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações**. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela mestrandia Thiara dos Santos Alves, com orientação da Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota e com co-orientação da Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari.*

O objetivo deste questionário é conhecer o mercado de trabalho dos Arquivistas e Museólogos no ano de 2014. A relevância desta pesquisa e da sua participação consiste na escassez de pesquisas sobre o mercado de trabalho destes profissionais.

O público-alvo deste questionário são os Arquivistas e Museólogos formalmente empregados no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2014, que estão associados à Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro e registrados no Conselho Regional de Museologia da 2ª Região.

Os resultados da pesquisa serão utilizados apenas em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras, sem revelar a identidade dos respondentes. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins, portanto, o risco de participação nesta pesquisa é mínimo.

O tempo dedicado ao preenchimento do questionário é de, aproximadamente, menos de 5 minutos. O questionário desta pesquisa estará disponível até o dia 29 de fevereiro de 2016.

Sua participação é voluntária, portanto, o(a) sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. O(A) sr(a), como voluntário(a), pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo.

Dados os esclarecimentos acima, o participante da pesquisa que responder ao questionário a seguir declara que aceita ser pesquisado de forma esclarecida e voluntária.

Em caso de dúvidas e para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, entre em contato com os pesquisadores da equipe. Agradecemos o seu tempo para concluir este questionário.

Equipe de pesquisadores: Thiara dos Santos Alves (thialves@yahoo.com.br); Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota (frotaguiomar@yahoo.com.br); Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari (helenacrivellari@gmail.com).”

A escolha deste público-alvo deveu-se ao fato de que, segundo os dados de 2014 da RAIS/MTE, no Rio de Janeiro, se comparado às demais Unidades Federativas do

⁷⁷ Questionário “Mercado de Trabalho Formal do Arquivista e do Museólogo”. Disponível em: <<http://goo.gl/forms/cgzcOZ9Rqr>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

país, havia o maior número de representantes da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos” formalmente empregados. Além disso, conforme demonstrado no Referencial Teórico desta pesquisa, as organizações profissionais exercem um importante papel para apoiar a inserção dos profissionais no mercado de trabalho. O questionário iniciou-se com uma pergunta para confirmar se o respondente pertencia ao público-alvo da pesquisa:

“1. Em 31/12/2014, você estava FORMALMENTE empregado como ARQUIVISTA ou MUSEÓLOGO no estado do RIO DE JANEIRO?

EMPREGO FORMAL: contratados sob o regime da CLT; servidores da administração pública; trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra, nos termos da Lei nº 8.630/93, ou do sindicato da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019/74; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601/98; diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS (Circular CEF nº 46/95); servidores públicos não efetivos (demissíveis ad nutum ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT); trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889/73); aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745/93, com a redação dada pela Lei nº 9.849/99; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Estadual; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Municipal; servidores e trabalhadores licenciados; e servidores públicos cedidos e requisitados.

EMPREGO INFORMAL: diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS; autônomos; eventuais; ocupantes de cargos eletivos, a partir da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem; estagiários regidos pela Portaria MTPS nº 1.002/67, e pela Lei nº 6.494/77.

() Sim () Não”

Para aqueles que responderam sim, foram apresentadas as demais perguntas do questionário; para aqueles que responderam não, foi apresentada uma mensagem de encerramento:

“Esta pesquisa destina-se apenas aos empregados FORMALMENTE como ARQUIVISTA ou MUSEÓLOGO, no estado do RIO DE JANEIRO. Obrigado por participar!”

As demais perguntas que compunham o questionário foram estruturadas tendo em vista os dados da RAIS/MTE. Além disso, as opções de respostas também foram elaboradas seguindo as categorias da RAIS/MTE. O questionário prosseguiu com as questões a seguir:

1. Qual é o seu sexo?

() Feminino () Masculino

2. Qual é a sua profissão?

() Arquivista () Museólogo

3. Em 31/12/2014, qual era o seu nível de instrução?

() Superior completo () Mestrado () Doutorado

4. Em 31/12/2014, qual era sua faixa etária?

() 18 a 24 anos () 25 a 29 anos () 30 a 39 anos
() 40 a 49 anos () 50 a 64 anos () 65 ou mais anos

5. Em 31/12/2014, qual era sua faixa de salário contratual/vencimento básico?

() Até R\$362,00

() De R\$362,01 até R\$724,00

- De R\$724,01 até R\$1.086,00
- De R\$1.086,01 até R\$1.448,00
- De R\$1.448,01 até R\$2.172,00
- De R\$2.172,01 até R\$2.896,00
- De R\$2.896,01 até R\$3.620,00
- De R\$3.620,01 até R\$5.086,00
- De R\$5.086,01 até R\$7.240,00
- De R\$7.240,01 até R\$10.860,00
- De R\$10.860,00 até R\$14.480,00
- Acima de R\$14.480,01

6. Em 31/12/2014, qual era a sua faixa de horas trabalhadas semanalmente em seu emprego?

- Até 12 horas De 13 a 15 horas De 16 a 20 horas
- De 21 a 30 horas De 31 a 40 horas De 41 a 44 horas

7. Há quanto tempo você estava trabalhando no emprego que exercia em 31/12/2014?

- Menos de 3 meses
- 3 meses ou mais e menos de 6 meses
- 6 meses ou mais e menos de 1 ano
- 1 ano ou mais e menos de 2 anos
- 2 anos ou mais e menos de 3 anos
- 3 anos ou mais e menos de 5 anos
- 5 anos ou mais e menos de 10 anos
- 10 anos ou mais

8. Qual era a natureza jurídica do seu empregador, em 31/12/2014?

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Órgãos Públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias; Fundações Públicas de Direito Público; Órgãos Públicos Autônomos; Comissão Polinacional; Fundo Público; Consórcio Público de Direito Público e Privado; Estado ou Distrito Federal; Município; Fundação Pública de Direito Privado).
- ENTIDADES EMPRESARIAIS (Empresa Pública; Sociedade de Economia Mista; Sociedade Anônima Aberta e Fechada; Sociedade Empresária Limitada, em Nome Coletivo, em Comandita Simples, em Comandita por Ações; Sociedade em Conta de Participação; Empresário individual; Cooperativa; Consórcio de Sociedades; Grupo de Sociedades; Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira ou de Empresa Binacional Argentino-Brasileira; Empresa Domiciliada no Exterior; Clube/Fundo de Investimento; Sociedade Simples Pura, Limitada, em Nome Coletivo, em Comandita Simples; Empresa Binacional; Consórcio de Empregadores e Simples; Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária e de Natureza Simples).
- ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS (Serviço Notarial e Registral; Fundação Privada; Serviço Social Autônomo; Condomínio Edifício; Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Entidade Sindical; Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras; Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; Organização Religiosa; Comunidade Indígena; Fundo Privado; Órgão de Direção de Partido Político; Comitê Financeiro de Partido Político; Frente Plebiscitária ou Referendária; Organização Social; Associação Privada).
- PESSOAS FÍSICAS (Empresa Individual Imobiliária; Segurado Especial; Contribuinte individual; Candidato a Cargo Político Eletivo; Leiloeiro; Produtor Rural – pessoa física).
- INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS (Organização Internacional; Representação Diplomática Estrangeira; Outras Instituições Extraterritoriais).

9. Em 31/12/2014, qual era o seu tipo de vínculo empregatício?

- Celetista (trabalho regido pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho)
- Estatutário (servidor público efetivo ou não efetivo NÃO regido pela CLT)
- Temporário (regido pela Lei nº 6.019/74)
- Diretor (diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS)
- Contrato de Trabalho por Tempo ou Prazo Determinado (regido por lei)
- Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão

gestor de mão de obra, para o qual é devido depósito de FGTS)

10. Em 31/12/2014, quantos empregados tinham no estabelecimento que você trabalhava?

- () Até 4 pessoas () De 5 a 9 pessoas () De 10 a 19 pessoas
 () De 20 a 49 pessoas () De 50 a 99 pessoas () De 100 a 249 pessoas
 () De 250 a 499 pessoas () De 500 a 999 pessoas () 1000 ou mais pessoas

11. Qual era a atividade econômica exercida pelo estabelecimento no qual você estava empregado em 31/12/2014?

- () Administração pública, defesa e seguridade social
 () Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
 () Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
 () Alojamento e alimentação
 () Artes, cultura, esporte e recreação
 () Atividades administrativas e serviços complementares
 () Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
 () Atividades imobiliárias
 () Atividades profissionais, científicas e técnicas
 () Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
 () Construção
 () Educação
 () Eletricidade e gás
 () Indústrias de transformação
 () Indústrias extrativas
 () Informação e comunicação
 () Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
 () Outras atividades de serviços
 () Saúde humana e serviços sociais
 () Serviços domésticos
 () Transporte, armazenagem e correio

A AAERJ informou por *email*⁷⁸ que, atualmente, são 279 associados cadastrados (neste número estão incluídas todas as categorias de associados: beneméritos, honorários, empresas, Arquivistas, Técnicos de arquivo e estudantes de Graduação). Ao questionar, por *email*⁷⁹, ao COREM 2R qual era o número de registrados que atuam no estado do Rio de Janeiro, foi informado que eles não obtinham esta informação, que atualmente são 1.071 inscritos, sendo 633 com registros ativos, e que 1.033 obtiveram o diploma de Graduação em Museologia na UNIRIO.

O questionário foi respondido por apenas 34 pessoas, entre elas 4 responderam “não” à primeira pergunta, portanto, entre os respondentes, 30 eram público-alvo da pesquisa e responderam aos demais questionamentos. Entre estes 30 respondentes, 25 eram Arquivistas e 5 eram Museólogos. A seguir são apresentadas as tabelas com as informações obtidas através do questionário.

⁷⁸ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa com os associados da AAERJ.** Mensagem recebida por <thialves@yahoo.com.br> em 19 ago. 2015.

⁷⁹ CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA DA SEGUNDA REGIÃO. **Pesquisa com os Museólogos registrados no COREM 2ª Região.** Mensagem recebida por <thialves@yahoo.com.br> em 21 ago. 2015.

Tabela A.1 – Número de respondentes por profissão

Profissão	Nº respondentes	Porcentagem
Arquivista	25	83,33%
Museólogo	05	16,67%
Total	30	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.2 – Número de Arquivistas associados à AAERJ por gênero

Gênero	Nº Arquivistas	Porcentagem
Masculino	06	24%
Feminino	19	76%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.3 – Número de Museólogos registrados no COREM 2R por gênero

Gênero	Nº Museólogos	Porcentagem
Feminino	05	100%
Masculino	0	0%
Total	05	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.4 – Escolaridade dos Arquivistas associados à AAERJ

Escolaridade	Nº Arquivistas	Porcentagem
Superior completo	23	92%
Mestrado	2	8%
Doutorado	0	0%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.5 – Escolaridade dos Museólogos registrados no COREM 2R

Escolaridade	Nº Museólogos	Porcentagem
Superior completo	4	80%
Mestrado	1	20%
Doutorado	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.6 – Faixa etária dos Arquivistas associados à AAERJ

Faixa etária	Nº Arquivistas	Porcentagem
18 a 24	01	4%
25 a 29	03	12%
30 a 39	08	32%
40 a 49	08	32%
50 a 64	04	16%
Acima de 65	01	4%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.7 – Faixa etária dos Museólogos registrados no COREM 2R

Faixa etária	Nº Museólogos	Porcentagem
18 a 24	0	0%
25 a 29	03	60%

Continua

Tabela A.7 – Faixa etária dos Museólogos registrados no COREM 2R

Continuação		
Faixa etária	Nº Museólogos	Porcentagem
30 a 39	02	40%
40 a 49	0	0%
50 a 64	0	0%
Acima de 65	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.8 – Faixa de salário contratual/vencimento básico dos Arquivistas associados à AAERJ

Faixa salarial (R\$)	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 362,00	0	0%
362,01 a 724,00	0	0%
724,01 a 1.086,00	0	0%
1.086,01 a 1.448,00	01	4%
1.448,01 a 2.172,00	0	0%
2.172,01 a 2.896,00	03	12%
2.896,01 a 3.620,00	04	16%
3.620,01 a 5.086,00	07	28%
5.086,01 a 7.240,00	06	24%
7.240,01 a 10.860,00	03	12%
10.860,01 a 14.480,00	01	4%
Acima de 14.480,01	0	0%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.9 – Faixa de salário contratual/vencimento básico dos Museólogos registrados no COREM 2R

Faixa salarial (R\$)	Nº Museólogos	Porcentagem
Até 362,00	0	0%
362,01 a 724,00	0	0%
724,01 a 1.086,00	0	0%
1.086,01 a 1.448,00	0	0%
1.448,01 a 2.172,00	3	60%
2.172,01 a 2.896,00	2	40%
2.896,01 a 3.620,00	0	0%
3.620,01 a 5.086,00	0	0%
5.086,01 a 7.240,00	0	0%
7.240,01 a 10.860,00	0	0%
10.860,01 a 14.480,00	0	0%
Acima de 14.480,01	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.10 – Faixa de horas trabalhadas semanalmente dos Arquivistas associados à AAERJ

Faixa de horas trabalhadas semanalmente (h)	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 12	03	12%
13 a 15	0	0%
16 a 20	0	0%
21 a 30	0	0%
31 a 40	19	76%
41 a 44	03	12%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.11 – Faixa de horas trabalhadas semanalmente dos Museólogos registrados no COREM 2R

Faixa de horas trabalhadas semanalmente (h)	Nº Museólogos	Porcentagem
Até 12	0	0%
13 a 15	0	0%
16 a 20	0	0%
21 a 30	0	0%
31 a 40	5	100%
41 a 44	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.12 – Faixa de tempo de emprego dos Arquivistas associados à AAERJ

Tempo trabalhado	Nº Arquivistas	Porcentagem
Menos de 3 meses	01	4%
3 meses ou mais e menos de 6 meses	01	4%
6 meses ou mais e menos de 1 ano	01	4%
1 ano ou mais e menos de 2 anos	05	20%
2 anos ou mais e menos de 3 anos	0	0%
3 anos ou mais e menos de 5 anos	06	24%
5 anos ou mais e menos de 10 anos	05	20%
10 anos ou mais	06	24%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.13 – Faixa de tempo de emprego dos Museólogos registrados no COREM 2R

Tempo trabalhado	Nº Museólogos	Porcentagem
Menos de 3 meses	0	0%
3 meses ou mais e menos de 6 meses	02	40%
6 meses ou mais e menos de 1 ano	0	0%
1 ano ou mais e menos de 2 anos	02	40%
2 anos ou mais e menos de 3 anos	0	0%
3 anos ou mais e menos de 5 anos	01	20%
5 anos ou mais e menos de 10 anos	0	0%
10 anos ou mais	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.14 – Natureza jurídica do empregador dos Arquivistas associados à AAERJ

Natureza jurídica do empregador	Nº Arquivistas	Porcentagem
Administração pública	12	48%
Entidades empresariais	5	20%
Entidades sem fins lucrativos	7	28%
Pessoas físicas	0	0%
Instituições extraterritoriais	1	4%
Outro	0	0%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.15 – Natureza jurídica do empregador dos Museólogos registrados no COREM 2R

Natureza jurídica do empregador	Nº Museólogos	Porcentagem
Administração pública	3	60%
Entidades empresariais	1	20%
Entidades sem fins lucrativos	0	0%
Pessoas físicas	0	0%
Instituições extraterritoriais	0	0%
Outro (ONU contratou para prestação de serviços em instituição pública)	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.16 – Tipo de vínculo empregatício dos Arquivistas associados à AAERJ

Tipo de vínculo empregatício	Nº Arquivistas	Porcentagem
Celetista	11	44%
Estatutário	9	36%
Temporário	2	8%
Diretor	2	8%
Contrato de trabalho por prazo indeterminado	1	4%
Trabalho avulso	0	0%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.17 – Tipo de vínculo empregatício dos Museólogos registrados no COREM 2R

Tipo de vínculo empregatício	Nº Museólogos	Porcentagem
Celetista	1	20%
Estatutário	2	40%
Temporário	1	20%
Diretor	0	0%
Contrato de trabalho por prazo indeterminado	1	20%
Trabalho avulso	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.18 – Número de empregados do estabelecimento empregador dos Arquivistas associados à AAERJ

Nº empregados	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 4	0	0%
De 5 a 9	1	4%
De 10 a 19	1	4%
De 20 a 49	4	16%
De 50 a 99	1	4%
De 100 a 249	2	8%
De 250 a 499	3	12%
De 500 a 999	1	4%
1.000 ou mais	12	48%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.19 – Número de empregados do estabelecimento empregador dos Museólogos registrados no COREM 2R

Nº empregados	Nº Museólogos	Porcentagem
Até 4	1	20%
De 5 a 9	2	40%
De 10 a 19	1	20%
De 20 a 49	0	0%
De 50 a 99	0	0%
De 100 a 249	0	0%
De 250 a 499	0	0%
De 500 a 999	0	0%
1.000 ou mais	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.20 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos Arquivistas associados à AAERJ

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Continua	
	Nº Arquivistas	Porcentagem
Administração pública, defesa e seguridade social	7	28%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	0%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0%
Alojamento e alimentação	0	0%
Artes, cultura, esporte e recreação	2	8%
Atividades administrativas e serviços complementares	0	0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0	0%
Atividades imobiliárias	0	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2	8%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0	0%
Construção	1	4%
Educação	4	16%
Eletricidade e gás	1	4%

Tabela A.20 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos Arquivistas associados à AAERJ

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Nº Arquivistas	Continuação
		Porcentagem
Indústrias de transformação	0	0%
Indústrias extrativistas	1	4%
Informação e comunicação	0	0%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	4%
Outras atividades de serviços	1	4%
Saúde humana e serviços sociais	3	12%
Serviços domésticos	0	0%
Transporte, armazenagem e correio	1	4%
Outro (Arquitetura; Gestão Hospitalar)	1	4%
Total	25	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela A.21 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos Museólogos registrados no COREM 2R

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Nº Museólogos	Porcentagem
Administração pública, defesa e seguridade social	1	20%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	0%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0%
Alojamento e alimentação	0	0%
Artes, cultura, esporte e recreação	2	40%
Atividades administrativas e serviços complementares	0	0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0	0%
Atividades imobiliárias	0	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	0	0%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0	0%
Construção	0	0%
Educação	1	20%
Eletricidade e gás	0	0%
Indústrias de transformação	0	0%
Indústrias extrativistas	0	0%
Informação e comunicação	1	20%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0%
Outras atividades de serviços	0	0%
Saúde humana e serviços sociais	0	0%
Serviços domésticos	0	0%
Transporte, armazenagem e correio	0	0%
Outro (Arquitetura; Gestão Hospitalar)	0	0%
Total	5	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

APÊNDICE B

A justificativa da inclusão deste apêndice neste trabalho encontra-se na nota de rodapé de número 60, do capítulo *Perfil de Emprego Formal da Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”* (item 4.2), desta dissertação.

Solicitou-se, por email, ao Colegiado do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que desse ampla divulgação, aos egressos do curso, do questionário de pesquisa intitulado “Mercado de Trabalho Formal dos Arquivistas egressos do curso de Graduação em Arquivologia da UFMG”. O Colegiado atendeu prontamente a este pedido e o questionário esteve disponível para preenchimento *online*⁸⁰, no período de 01 a 16 de março de 2016. Encontra-se, abaixo, transcrito o texto de apresentação do questionário:

“Belo Horizonte, março de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

*Convidamos o(a) senhor(a) a participar, através do preenchimento do questionário, da pesquisa **A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego**. Este trabalho acadêmico está sendo desenvolvido pela mestranda Thiara dos Santos Alves, com orientação da Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota e com co-orientação da Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari.*

O objetivo deste questionário é conhecer o mercado de trabalho formal dos Arquivistas egressos do curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo estes o público-alvo da pesquisa. A relevância deste trabalho e da sua participação consiste na escassez de pesquisas sobre o mercado de trabalho destes profissionais. Os resultados obtidos serão utilizados apenas em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras sem revelar a identidade dos respondentes. Os dados revelados durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins, portanto, o risco de participação nesta pesquisa é mínimo.

O tempo dedicado ao preenchimento do questionário é de, aproximadamente, menos de 5 minutos. O questionário desta pesquisa estará disponível até o dia 16 de março de 2016.

Sua participação é voluntária, portanto, o(a) sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar e não receberá remuneração por sua participação. O(A) sr (a), como voluntário(a), pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer penalização ou prejuízo. Dados os esclarecimentos acima, o participante da pesquisa que responder ao questionário a seguir declara que aceita ser pesquisado de forma esclarecida e voluntária.

Em caso de dúvidas e para maiores esclarecimentos, entre em contato com os pesquisadores da equipe. Agradecemos o seu tempo para concluir este questionário.

Equipe de pesquisadores: Thiara dos Santos Alves (thialves@yahoo.com.br); Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota (frotaguimar@yahoo.com.br); Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari (helenacrivellari@gmail.com).”

O questionário iniciou-se com uma pergunta para confirmar se o respondente pertencia ao público alvo da pesquisa:

*“1. Em 31/12/2015, vocês já havia concluído a Graduação em Arquivologia na UFMG e estava FORMALMENTE empregado como ARQUIVISTA?
EMPREGO FORMAL: contratados sob o regime da CLT; servidores da administração pública;*

⁸⁰ Questionário “Mercado de Trabalho Formal dos Arquivistas egressos do curso de Graduação em Arquivologia da UFMG”. Disponível em: <<http://goo.gl/forms/3hQHGcKMHV>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra, nos termos da Lei nº 8.630/93, ou do sindicato da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019/74; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601/98; diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS (Circular CEF nº 46/95); servidores públicos não efetivos (demissíveis ad nutum ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT); trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889/73); aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745/93, com a redação dada pela Lei nº 9.849/99; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Estadual; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Municipal; servidores e trabalhadores licenciados; e servidores públicos cedidos e requisitados.

EMPREGO INFORMAL: diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS; autônomos; eventuais; ocupantes de cargos eletivos, a partir da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem; estagiários regidos pela Portaria MTPS nº 1.002/67, e pela Lei nº 6.494/77.

() Sim () Não”

Para aqueles que responderam sim, foram apresentadas as demais perguntas do questionário; para aqueles que responderam não, foi apresentada uma mensagem de encerramento:

“Esta pesquisa destina-se apenas aos ARQUIVISTAS que concluíram a Graduação em Arquivologia na UFMG e que estavam FORMALMENTE empregados, em 31/12/2015. Obrigado por participar!”

As demais perguntas que compunham o questionário foram estruturadas tendo em vista os dados da RAIS/MTE, além disso, as opções de respostas também foram elaboradas seguindo as categorias da RAIS/MTE. As perguntas referiam-se a 31 de dezembro de 2015, para aumentar a possibilidade de haver um maior número de egressos respondentes, uma vez que o curso da UFMG foi recentemente criado. O questionário prosseguiu com as questões a seguir:

1. Qual é o seu sexo?
() Feminino () Masculino
2. Em 31/12/2015, qual era o seu nível de instrução?
() Superior completo () Mestrado () Doutorado
3. Em 31/12/2015, qual era sua faixa etária?
() 18 a 24 anos () 25 a 29 anos () 30 a 39 anos
() 40 a 49 anos () 50 a 64 anos () 65 ou mais anos
4. Em 31/12/2015, qual era sua faixa de salário contratual/vencimento básico?
() Até R\$362,00
() De R\$362,01 até R\$724,00
() De R\$724,01 até R\$1.086,00
() De R\$1.086,01 até R\$1.448,00
() De R\$1.448,01 até R\$2.172,00
() De R\$2.172,01 até R\$2.896,00
() De R\$2.896,01 até R\$3.620,00
() De R\$3.620,01 até R\$5.086,00
() De R\$5.086,01 até R\$7.240,00
() De R\$7.240,01 até R\$10.860,00
() De R\$10.860,00 até R\$14.480,00
() Acima de R\$14.480,01

5. Em 31/12/2015, qual era a sua faixa de horas trabalhadas semanalmente em seu emprego?

- () Até 12 horas () De 13 a 15 horas () De 16 a 20 horas
 () De 21 a 30 horas () De 31 a 40 horas () De 41 a 44 horas

6. Há quanto tempo você estava trabalhando no emprego que exercia em 31/12/2015?

- () Menos de 3 meses
 () 3 meses ou mais e menos de 6 meses
 () 6 meses ou mais e menos de 1 ano
 () 1 ano ou mais e menos de 2 anos
 () 2 anos ou mais e menos de 3 anos
 () 3 anos ou mais e menos de 5 anos
 () 5 anos ou mais e menos de 10 anos
 () 10 anos ou mais

7. Qual era a natureza jurídica do seu empregador, em 31/12/2015?

() ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Órgãos Públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias; Fundações Públicas de Direito Público; Órgãos Públicos Autônomos; Comissão Polinacional; Fundo Público; Consórcio Público de Direito Público e Privado; Estado ou Distrito Federal; Município; Fundação Pública de Direito Privado).

() ENTIDADES EMPRESARIAIS (Empresa Pública; Sociedade de Economia Mista; Sociedade Anônima Aberta e Fechada; Sociedade Empresária Limitada, em Nome Coletivo, em Comandita Simples, em Comandita por Ações; Sociedade em Conta de Participação; Empresário individual; Cooperativa; Consórcio de Sociedades; Grupo de Sociedades; Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira ou de Empresa Binacional Argentino-Brasileira; Empresa Domiciliada no Exterior; Clube/Fundo de Investimento; Sociedade Simples Pura, Limitada, em Nome Coletivo, em Comandita Simples; Empresa Binacional; Consórcio de Empregadores e Simples; Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária e de Natureza Simples).

() ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS (Serviço Notarial e Registral; Fundação Privada; Serviço Social Autônomo; Condomínio Edifício; Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Entidade Sindical; Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras; Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; Organização Religiosa; Comunidade Indígena; Fundo Privado; Órgão de Direção de Partido Político; Comitê Financeiro de Partido Político; Frente Plebiscitária ou Referendária; Organização Social; Associação Privada).

() PESSOAS FÍSICAS (Empresa Individual Imobiliária; Segurado Especial; Contribuinte individual; Candidato a Cargo Político Eletivo; Leiloeiro; Produtor Rural – pessoa física).

() INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS (Organização Internacional; Representação Diplomática Estrangeira; Outras Instituições Extraterritoriais).

8. Em 31/12/2015, qual era o seu tipo de vínculo empregatício?

- () Celetista (trabalho regido pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho)
 () Estatutário (servidor público efetivo ou não efetivo NÃO regido pela CLT)
 () Temporário (regido pela Lei nº 6.019/74)
 () Diretor (diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS)
 () Contrato de Trabalho por Tempo ou Prazo Determinado (regido por lei)
 () Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra, para o qual é devido depósito de FGTS)

9. Em 31/12/2015, quantos empregados tinham no estabelecimento que você trabalhava?

- () Até 4 pessoas () De 5 a 9 pessoas () De 10 a 19 pessoas
 () De 20 a 49 pessoas () De 50 a 99 pessoas () De 100 a 249 pessoas
 () De 250 a 499 pessoas () De 500 a 999 pessoas () 1000 ou mais pessoas

10. Qual era a atividade econômica exercida pelo estabelecimento no qual você estava empregado em 31/12/2015?

- () *Administração pública, defesa e seguridade social*
- () *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*
- () *Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*
- () *Alojamento e alimentação*
- () *Artes, cultura, esporte e recreação*
- () *Atividades administrativas e serviços complementares*
- () *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*
- () *Atividades imobiliárias*
- () *Atividades profissionais, científicas e técnicas*
- () *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*
- () *Construção*
- () *Educação*
- () *Eletricidade e gás*
- () *Indústrias de transformação*
- () *Indústrias extrativas*
- () *Informação e comunicação*
- () *Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*
- () *Outras atividades de serviços*
- () *Saúde humana e serviços sociais*
- () *Serviços domésticos*
- () *Transporte, armazenagem e correio*

O Colegiado do curso de Arquivologia da UFMG informou, por *email*⁸¹, que o formulário foi enviado para 125 graduados. O questionário foi respondido por 40 egressos, entre eles 16 responderam “não” à primeira pergunta, portanto, entre os respondentes, 24 eram público alvo da pesquisa e responderam aos demais questionamentos. A seguir, são apresentadas as tabelas com as informações obtidas a partir dos 24 Arquivistas que responderam ao questionário.

Tabela B.1 – Número de Arquivistas egressos da UFMG por gênero

Gênero	Nº Arquivistas	Porcentagem
Masculino	10	41,67%
Feminino	14	58,33%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.2 – Escolaridade dos Arquivistas egressos da UFMG

Escolaridade	Nº Arquivistas	Porcentagem
Superior completo	24	100%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

⁸¹ COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Mercado de trabalho formal dos Arquivistas egressos do curso de graduação em Arquivologia da UFMG.** Mensagem recebida por <thidsalves@gmail.com> em 10 mar. 2016.

Tabela B.3 – Faixa etária dos Arquivistas egressos da UFMG

Faixa etária	Nº Arquivistas	Porcentagem
18 a 24	4	16,67%
25 a 29	4	16,67%
30 a 39	8	33,32%
40 a 49	4	16,67%
50 a 64	4	16,67%
Acima de 65	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.4 – Faixa de salário contratual/vencimento básico dos Arquivistas egressos da UFMG

Faixa salarial (R\$)	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 362,00	0	0%
362,01 a 724,00	0	0%
724,01 a 1.086,00	0	0%
1.086,01 a 1.448,00	1	4,17%
1.448,01 a 2.172,00	4	16,67%
2.172,01 a 2.896,00	4	16,67%
2.896,01 a 3.620,00	7	29,16%
3.620,01 a 5.086,00	7	29,16%
5.086,01 a 7.240,00	1	4,17%
7.240,01 a 10.860,00	0	0%
10.860,01 a 14.480,00	0	0%
Acima de 14.480,01	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.5 – Faixa de horas trabalhadas semanalmente dos Arquivistas egressos da UFMG

Faixa de horas trabalhadas semanalmente (h)	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 12	3	12,5%
13 a 15	0	0%
16 a 20	0	0%
21 a 30	6	25%
31 a 40	9	37,5%
41 a 44	6	25%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.6 – Faixa de tempo de emprego dos Arquivistas egressos da UFMG

Tempo trabalhado	Nº Arquivistas	Porcentagem
Menos de 3 meses	1	4,16%
3 meses ou mais e menos de 6 meses	4	16,67%
6 meses ou mais e menos de 1 ano	4	16,67%
1 ano ou mais e menos de 2 anos	6	25%
2 anos ou mais e menos de 3 anos	3	12,5%
3 anos ou mais e menos de 5 anos	6	25%
5 anos ou mais e menos de 10 anos	0	0%

Continua

Tabela B.6 – Faixa de tempo de emprego dos Arquivistas egressos da UFMG

Continuação		
Tempo trabalhado	Nº Arquivistas	Porcentagem
10 anos ou mais	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.7 – Natureza jurídica do empregador dos Arquivistas egressos da UFMG

Natureza jurídica do empregador	Nº Arquivistas	Porcentagem
Administração pública	12	50%
Entidades empresariais	6	25%
Entidades sem fins lucrativos	5	20,83%
Pessoas físicas	1	4,17%
Instituições extraterritoriais	0	0%
Outro	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.8 – Tipo de vínculo empregatício dos Arquivistas egressos da UFMG

Tipo de vínculo empregatício	Nº Arquivistas	Porcentagem
Celetista	13	54,16%
Estatutário	10	41,67%
Temporário	1	4,17%
Diretor	0	0%
Contrato de trabalho por prazo indeterminado	0	0%
Trabalho avulso	0	0%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.9 – Número de empregados do estabelecimento empregador dos Arquivistas egressos da UFMG

Nº empregados	Nº Arquivistas	Porcentagem
Até 4	2	8,33%
De 5 a 9	0	0%
De 10 a 19	2	8,33%
De 20 a 49	3	12,5%
De 50 a 99	0	0%
De 100 a 249	3	12,5%
De 250 a 499	4	16,67%
De 500 a 999	0	0%
1.000 ou mais	10	41,67%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela B.10 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos Arquivistas egressos da UFMG

Continua		
Atividade econômica do estabelecimento empregador	Nº Arquivistas	Porcentagem
Administração pública, defesa e seguridade social	7	29,16%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0	0%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0%

Tabela B.10 – Atividade econômica do estabelecimento empregador dos Arquivistas egressos da UFMG

Atividade econômica do estabelecimento empregador	Continuação	
	Nº Arquivistas	Porcentagem
Alojamento e alimentação	0	0%
Artes, cultura, esporte e recreação	1	4,17%
Atividades administrativas e serviços complementares	3	12,5%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0	0%
Atividades imobiliárias	0	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	0	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1	4,17%
Construção	3	12,5%
Educação	5	20,83%
Eletricidade e gás	0	0%
Indústrias de transformação	0	0%
Indústrias extrativistas	0	0%
Informação e comunicação	0	0%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0%
Outras atividades de serviços	1	4,17%
Saúde humana e serviços sociais	1	4,17%
Serviços domésticos	0	0%
Transporte, armazenagem e correio	0	0%
Outro (Religiosa; não especificado)	2	8,33%
Total	24	100%

Fonte: Desenvolvida pela autora.

ANEXO A

FIGURA A.1 – Relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional
“Arquivistas e Museólogos” – continua

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 2613 - Arquivistas e museólogos

Áreas	Atividades			
A ORGANIZAR DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E PESSOAIS	Classificar documentos de arquivo 1 AA	Codificar documentos de arquivo 2 AA	Decidir o suporte do registro de informação 3 AA	Descrever o do documento (Forma e conteúdo) 4 AA
	Registrar documentos de arquivo 5 AA	Elaborar tabelas de temporalidade 6 AA	Estabelecer critérios de amostragem para guarda de documentos de arquivo 7 AA	Descartar documentos de arquivo 8 AA
	Classificar documentos por grau de sigilo 9 AA	Elaborar plano de classificação 10 AA	Identificar fundos de arquivos 11 AA	Estabelecer plano de destinação de documentos 12 AA
	Avaliar documentação 13 AA	Ordenar documentos 14 AA	Consultar normas internacionais de descrição arquivística 15 AA	Gerir depósitos de armazenamento 16 AA
	Identificar a produção e o fluxo documental 17 AA	Identificar competências, funções e atividades dos órgãos produtores de documentos 18 AA	Levantar a estrutura organizacional dos órgãos produtores de documentos 19 AA	Realizar pesquisa histórica e administrativa 20 AA
	Transferir documentos para guarda intermediária 21 AA	Diagnosticar a situação dos arquivos 22 AA	Recolher documentos para guarda permanente 23 AA	Definir a tipologia do documento 24 AA
	Acompanhar a eliminação do documento descartado 25 AA			
B CRIAR PROJETOS DE MUSEUS E EXPOSIÇÕES	Criar estratégias de desenvolvimento de museus e exposições 1 MM	Organizar museus 2 MM	Criar projeto museológico de museus e exposições 3 MM	Determinar conceitos e metodologias de museus e exposições 4 MM
	Realizar pesquisas relativas ao tema e acervo para a produção de exposições 5 MM	Selecionar documentos para exposição 6 MM	Criar o projeto museográfico e detalhamento técnico 7 MM	Coordenar a montagem da exposição 8 MM

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, [2002?b]).

FIGURA A.1 – Relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional
“Arquivistas e Museólogos” – continua

	Contatar outras instituições e/ou colecionadores para empréstimos 9 MM	Contatar instituições para sediar exposições 10 MM	Coordenar exposições 11 MM	Determinar discurso expositivo 12 MM
	Assessorar o projeto arquitetônico do museu 13 MM			
C ORGANIZAR ACERVOS MUSEOLÓGICOS PÚBLICOS E PRIVADOS	Providenciar o tombamento de acervos 1 MM	Inventariar acervo 2 MM	Administrar processos de aquisição e baixa do acervo 3 MM	Catalogar documentos/acervos 4 MM
	Providenciar avaliação financeira do acervo 5 MM	Descrever as características dos acervos 6 MM	Identificar documentos e acervos 7 MM	Compor dossiê de coleções/acervos 8 MM
	Gerenciar a reserva técnica 9 MM	Gerenciar empréstimo de acervo 10 MM		
D DAR ACESSO À INFORMAÇÃO	Atender usuários 1 AA MM	Formular instrumentos de pesquisa 2 AA MM	Prover bancos de dados e/ou sistemas de recuperação de informação 3 AA MM	Apoiar as atividades de consulta 4 AA MM
	Realizar empréstimos de documentos e acervos 5 AA	Autenticar reprodução de documentos de arquivo 6 AA	Emitir certidões sobre documentos de arquivo 7 AA	Fiscalizar a aplicação de legislação de direitos autorais 8 AA MM
	Fiscalizar a reprodução e divulgação de imagens 9 AA MM	Orientar o usuário quanto ao uso dos diferentes equipamentos e bancos de dados 10 AA MM	Disponibilizar os instrumentos de pesquisa na rede internacional de comunicação 11 AA MM	Fiscalizar empréstimos do acervo e documentos de arquivos 12 AA MM
	Gerenciar atividades de consulta 13 AA MM	Representar a informação 14 MM		
E CONSERVAR ACERVOS	Desenvolver projeto museográfico da reserva técnica 1 MM	Diagnosticar o estado de conservação do acervo 2 AA MM	Estabelecer procedimentos de segurança do acervo 3 AA MM	Higienizar documentos/acervos 4 AA MM
	Pesquisar materiais de conservação 5 AA MM	Monitorar programas de conservação preventiva 6 AA MM	Orientar usuários e funcionários quanto aos procedimentos de manuseio do acervo 7 AA MM	Monitorar as condições ambientais 8 AA MM

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, [2002?b]).

FIGURA A.1 – Relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional
 “Arquivistas e Museólogos” – continua

	Controlar as condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento 9 AA MM	Definir especificações de material de acondicionamento e armazenagem 10 AA MM	Desenvolver programas de controle preventivo de infestações químicas e biológicas 11 AA MM	Acondicionar documentos/acervos 12 AA MM
	Acompanhar o deslocamento, embalagem, transporte, desembalagem e montagem do acervo 13 MM	Assessorar o projeto arquitetônico do arquivo 14 AA	Definir migração para outro tipo de suporte 15 AA	Supervisionar trabalhos de restauração 16 AA MM
	Armazenar documentos/acervos 17 AA MM			
F PREPARAR AÇÕES EDUCATIVAS E/OU CULTURAIS	Organizar monitorias 1 MM	Ministrar cursos e palestras 2 AA MM	Preparar visitas técnicas 3 AA MM	Estabelecer estratégias para o público alvo 4 MM
	Desenvolver ações educativas e/ou culturais 5 AA MM	Interagir com o programa curricular nacional 6 MM	Coordenar ações educativas e/ou culturais 7 AA MM	Desenvolver estudos do público-alvo 8 MM
	Preparar material educativo 9 AA MM	Participar da formação/capacitação de profissionais de museus/arquivos 10 AA MM	Orientar estagiários 11 AA MM	
G PLANEJAR ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS	Planejar a exposição 1 MM	Planejar a alteração do suporte da informação 2 AA	Planejar a itinerância da exposição 3 MM	Planejar programas de conservação preventiva 4 AA MM
	Planejar ações educativas e/ou culturais 5 AA MM	Planejar sistema de recuperação de informação 6 AA MM	Planejar a implantação de programas de gestão de documentos 7 AA	Participar do planejamento dos programas de prevenção de sinistros 8 AA MM
	Planejar programa/cronograma das exposições 9 MM	Planejar sistemas de documentação museológica 10 AA	Planejar a instalação de equipamentos para consulta/reprodução 11 AA MM	Planejar a implantação do gerenciamento de documentos eletrônicos 12 AA
	Planejar a ocupação das instalações físicas 13 AA MM	Planejar a adoção de novas tecnologias de recuperação e armazenagem da informação 14 AA MM	Administrar prazos 15 AA MM	

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, [2002?b]).

FIGURA A.1 – Relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional
“Arquivistas e Museólogos” – continua

H ORIENTAR A IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS	Implantar procedimentos de arquivo 1 AA	Produzir normas e procedimentos técnicos 2 AA MM	Autorizar a eliminação de documentos públicos 3 AA	Produzir vocabulários controlados/thesaurus 4 AA MM
	Orientar a organização de arquivos correntes 5 AA	Coordenar as políticas públicas de arquivos 6 AA	Capacitar pessoal técnico-administrativo 7 AA MM	Atualizar os cadastros das instituições públicas da esfera de poder correspondente 8 AA
	Supervisionar a implantação do programa de gestão de documentos 9 AA	Executar o programa de gestão de documentos de arquivos 10 AA	Gerar cadastro das instituições públicas da esfera de poder correspondente 11 AA	Formar biblioteca de apoio às atividades técnicas 12 AA MM
	Gerar condições para o gerenciamento eletrônico de documentos 13 AA	Considerar aspectos jurídicos relativos à constituição dos arquivos 14 AA	Participar de comissões técnicas e conselhos de museus 15 MM	
I PARTICIPAR DA POLÍTICA DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE MUSEUS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	Assessorar a implantação de novas instituições 1 AA MM	Definir o perfil do museu 2 MM	Acompanhar o desenvolvimento e execução do projeto arquitetônico 3 AA MM	Propor a definição de linhas de acervo museológico 4 MM
	Propor a criação ou alteração da legislação arquivística 5 AA	Participar da elaboração do organograma e fluxograma do museu e do arquivo 6 AA MM	Supervisionar contratação de seguro para o acervo 7 MM	Implantar o projeto museológico e museográfico 8 MM
	Orientar as políticas do acervo 9 MM	Diagnosticar a situação geral do museu 10 MM	Orientar critérios para o recolhimento e custódia de acervos 11 AA	Participar da definição de políticas públicas de arquivos/museus 12 AA MM
	Tomar parte da política de captação de recursos da instituição 13 AA MM			
J REALIZAR ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS	Solicitar compras de materiais e equipamentos 1 AA MM	Montar cadastro de fornecedores e materiais 2 MM	Construir estatísticas de frequência e relatórios técnicos 3 AA MM	Solicitar manutenção de equipamentos 4 AA MM
	Construir laudos/pareceres técnicos e administrativos 5 AA MM	Redigir a correspondência oficial 6 AA MM	Solicitar a contratação de serviços de terceiros 7 AA MM	Representar oficialmente a instituição 8 AA MM

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, [2002?b]).

FIGURA A.1 – Relatório com a Tabela de Atividades da Família ocupacional
“Arquivistas e Museólogos” – continuação

K ADMINISTRAR ATIVIDADES PATROCINADAS	Elaborar projeto para captar recursos	Negociar recursos e patrocinadores	Negociar parcerias e produtos	Realizar o acompanhamento técnico dos projetos financiados
	1 AA MM	2 AA MM	3 AA MM	4 AA MM
	Prestar contas dos financiamentos	Elaborar relatório técnico das atividades do projeto financiado		
	5 AA MM	6 AA MM		
Y COMUNICAR-SE	Preparar material de divulgação institucional para diferentes mídias	Divulgar o acervo	Sensibilizar gestores e funcionários de entidades públicas e privadas para a importância de arquivos	Participar de palestras, convênios e reuniões científicas
	1 AA MM	2 AA MM	3 AA MM	4 AA MM
	Preparar materiais, atividades e palestras para o público interno	Estabelecer diálogo com usuário	Apresentar trabalhos técnicos e científicos	Manter intercâmbio com profissionais de instituições congêneres
	5 AA MM	6 AA MM	7 AA MM	8 AA MM
	Escrever trabalhos técnicos e científicos			
	9 AA MM			
Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Trabalhar interdisciplinarmente	Trabalhar em equipe	Proceder de acordo com códigos de ética da profissão	Atualizar-se
	1 AA MM	2 AA MM	3 AA MM	4 AA MM
	Proceder com criatividade	Proceder com flexibilidade	Ser metucioso	Desenvolver raciocínio lógico e abstrato
	5 AA MM	6 AA MM	7 AA MM	8 AA MM
	Desenvolver percepção aguçada	Conhecer a legislação da área de atuação	Desenvolver acuidade espacial	Evidenciar senso de organização
	9 AA MM	10 AA MM	11 AA MM	12 AA MM
	Participar de conselhos profissionais			
	13 AA MM			

Legenda das ocupações da família

AA - ARQUIVISTA

MM - MUSEÓLOGO